



**RELATÓRIO
E CONTAS**

2014



Capa: Thenia Tizi-Ouzou | Argélia

Relatório e Contas **2014**

Teixeira Duarte, S.A.

SOCIEDADE ABERTA

Sede: Lagoas Park, Edifício 2 - 2740-265 Porto Salvo

Capital Social: € 210.000.000

Número Único de Pessoa Coletiva e de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Cascais (Oeiras) 509.234.526

Índice

ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE, S.A.	4
ÓRGÃOS SOCIAIS - TEIXEIRA DUARTE - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES, S.A.	5
ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2014	6
GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2014	8
SÍNTESE DE INDICADORES	10
RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO 2014	11
I. INTRODUÇÃO	12
II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO	13
III. APRECIACÃO GLOBAL	16
IV. ANÁLISE SETORIAL	30
IV.1. CONSTRUÇÃO	30
IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS	65
IV.3. IMOBILIÁRIA	75
IV.4. HOTELARIA	79
IV.5. DISTRIBUIÇÃO	82
IV.6. ENERGIA	86
IV.7. AUTOMÓVEL	88
V. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES COTADAS	91
VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO	91
VII. PERSPETIVAS PARA 2015	92
VIII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES	92
IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	93
ANEXOS AO RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	94
RELATÓRIO SOBRE GOVERNO DA SOCIEDADE 2014	97
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS 2014	161
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 2014	185
RELATÓRIOS, PARECERES E CERTIFICAÇÕES DOS ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO 2014	261

Teixeira Duarte, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. Rogério Paulo Castanho Alves
Vice-Presidente	Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Constenla
Secretário	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º Carlos Gomes Baptista
	Eng.º Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo
	Eng.º Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

CONSELHO FISCAL

Presidente	Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo
Vogais	Dr. Mateus Moreira
	Miguel Carmo Pereira Coutinho

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Mariquito, Correia & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por
Dr. António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

REPRESENTANTE PARA AS RELAÇÕES COM O MERCADO

Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira

Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Secretário	Dr.ª Maria Filipa Rebelo Pereira de Matos Alves Torgo

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente	Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
Administradores	Dr. Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
	Eng.º Joel Vaz Viana de Lemos
	Eng.º João José de Gouveia Capelão
	Eng.º João José do Carmo Delgado
	Eng.º Fernando Paulo Baptista Gomes de Araújo
	Eng.º Pedro Miguel Pinho Plácido
	Eng.º Luís Augusto Tavares Moreira da Silva

FISCAL ÚNICO

Efetivo	Mariquito, Correia & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. António Francisco Escarameia Mariquito - ROC
Suplente	Júlio Alves, Mário Baptista & Associados Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por Dr. Júlio Lourenço Alves

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo	Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira
Suplente	Dr.ª Maria António Monteiro Ambrósio

ORGANOGRAMA TEIXEIRA DUARTE 2014

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Assessor da Administração

Dr. António Costeira Faustino

Mercados	
Portugal	África do Sul
Angola	Bélgica
▪ Delegação Eng.º Valdemar Marques	Cabo Verde
Argélia	China
▪ Delegação Eng.º Ricardo Acabado	Colômbia
Brasil	França
▪ Delegação Eng.º João Delgado	Marrocos
Espanha	Namíbia
▪ Delegação Eng.º António Carlos Teixeira Duarte	Rússia
Moçambique	São Tomé e Príncipe
▪ Delegação Eng.º Carlos Timóteo	
Venezuela	
▪ Delegação Eng.º Luís Alves	

Centro Corporativo

Direções Centrais

Jurídicos

Dr.ª Maria António Ambrósio

Sistemas de Gestão e Tecnologia

Eng.º Ivo Rosa

Recursos Humanos e Serviços Administrativos

Dr. Ginja Sebastião
Dr.ª Isabel Amador

Informática

Dr. José Gaspar

Finanças e Contabilidade

Dr. Martins Rovisco
Dr. Sérgio Castro

Aprovisionamentos

Eng.º Leal da Silva

Serviços Corporativos

Secretaria Corporativa

Dr. José Pedro Cobra Ferreira

Consolidação de Contas

Dr. Alexandre de Jesus

Auditoria Interna

Dr. Mário Ferreira Faria

Setores de Atividade

Construção

Centros de Exploração

Geotecnia e Reabilitação

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Hélder Matos
Eng.º João Pedro Lopes
Eng.º Duarte Nobre
Eng.º António Diniz

Edificações

Eng.º Pedro Costa
Eng.º Fernando Martins
Eng.º Luís Santos
Eng.º Luís Mendonça
Eng.º Carlos Guedes

Infraestruturas

Eng.º Sampayo Ramos
Eng.º Sousa Barros
Eng.º Rosa Saraiva
Eng.º Oliveira Rocha
Eng.º Fernando Frias
Eng.º Correia Leal

Metalomecânica

Eng.º Henrique Nicolau

Centro Operacional de Cofragens e Pré-Esforço

Eng.º Marques dos Santos

Equipamento

Eng.º Rodrigo Ouro

Participadas

Obras Subterrâneas

▪ **E.P.O.S., S.A.**
Eng.º Costa Simões
Eng.º Dias de Carvalho

Obras Ferroviárias

▪ **SOMAFEL, S.A.**
Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Paulo Serradas

Obras Marítimas

▪ **OFM, S.A.**
Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Paulo Serradas

Direções Centrais

Planeamento e Estudos

Eng.º Garcia Fernandes
Eng.º Luís Menezes
Eng.º Pedro Nunes

Instalações Eletromecânicas

Eng.ª Helena Galhardas

Estudos de Infraestruturas

Eng.º João Torrado

Projetos

Eng.º Baldomiro Xavier

Propostas

Dr.ª Maria António Ambrósio

Concessões e Serviços

▪ TDGI, S.A.

Eng.º Rogério Fonseca
Eng.º Rodolfo Valentim

▪ RECOLTE, S.A.

Eng.º Magalhães Gonçalves
Eng.º Luís Carreira
Angel Rodriguez

▪ TDHOSP, S.A.

Eng.º Diogo Rebelo

▪ EDUCARE, Lda.

Eng.º Viana de Lemos

Imobiliária

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Alfredo Silva
Eng.º Guilherme Silva

Hotelaria

Dr. Manuel Maria Teixeira Duarte
Eng.º Luís Vicente

Distribuição

Eng.º Diogo Rebelo
Dr. Manuel Lopes

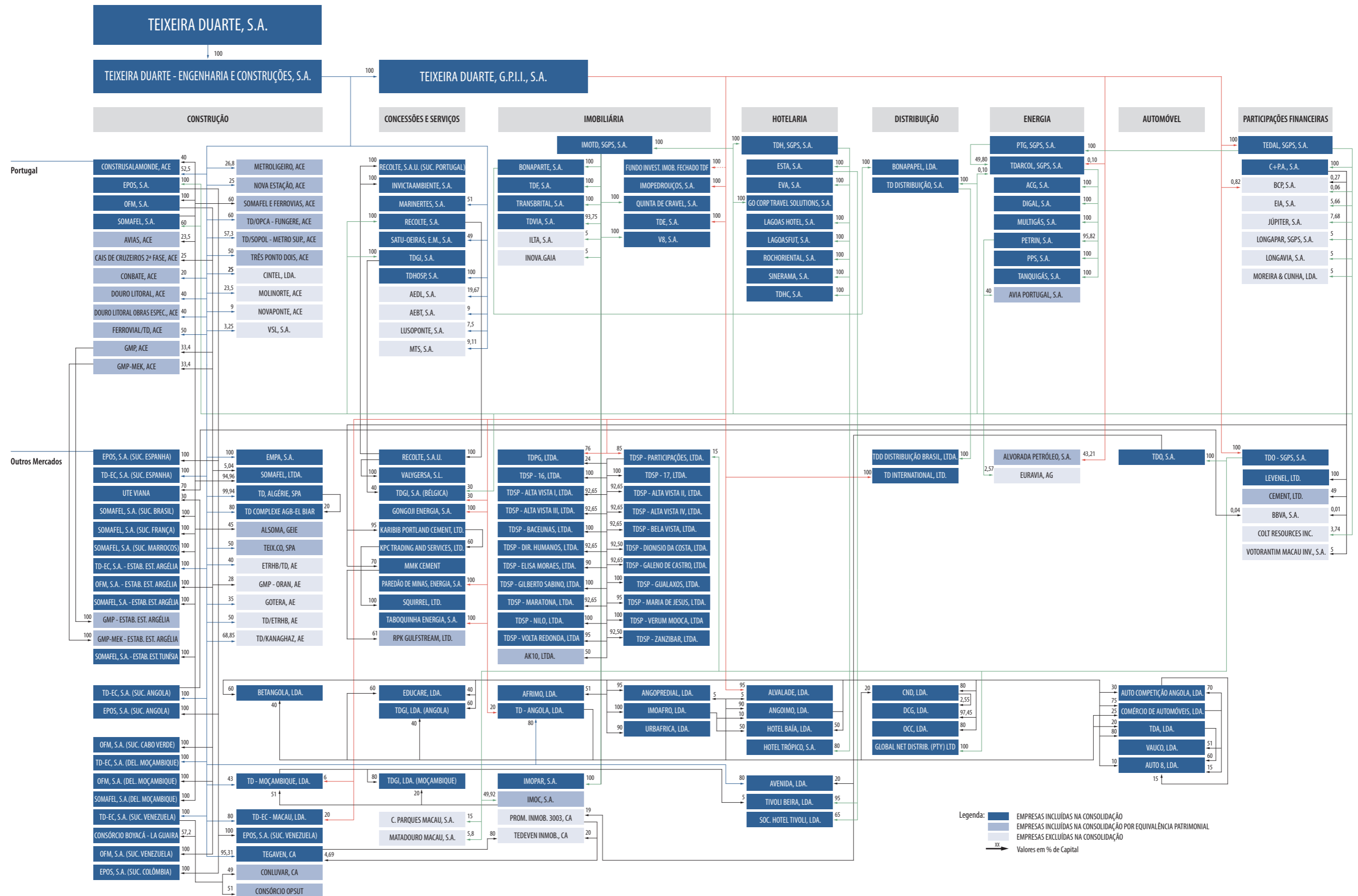
Energia

Artur Caracol

Automóvel

Eng.º Diogo Rebelo
Eng.º Silva Pereira

GRUPO TEIXEIRA DUARTE 2014



Teixeira Duarte, S.A.

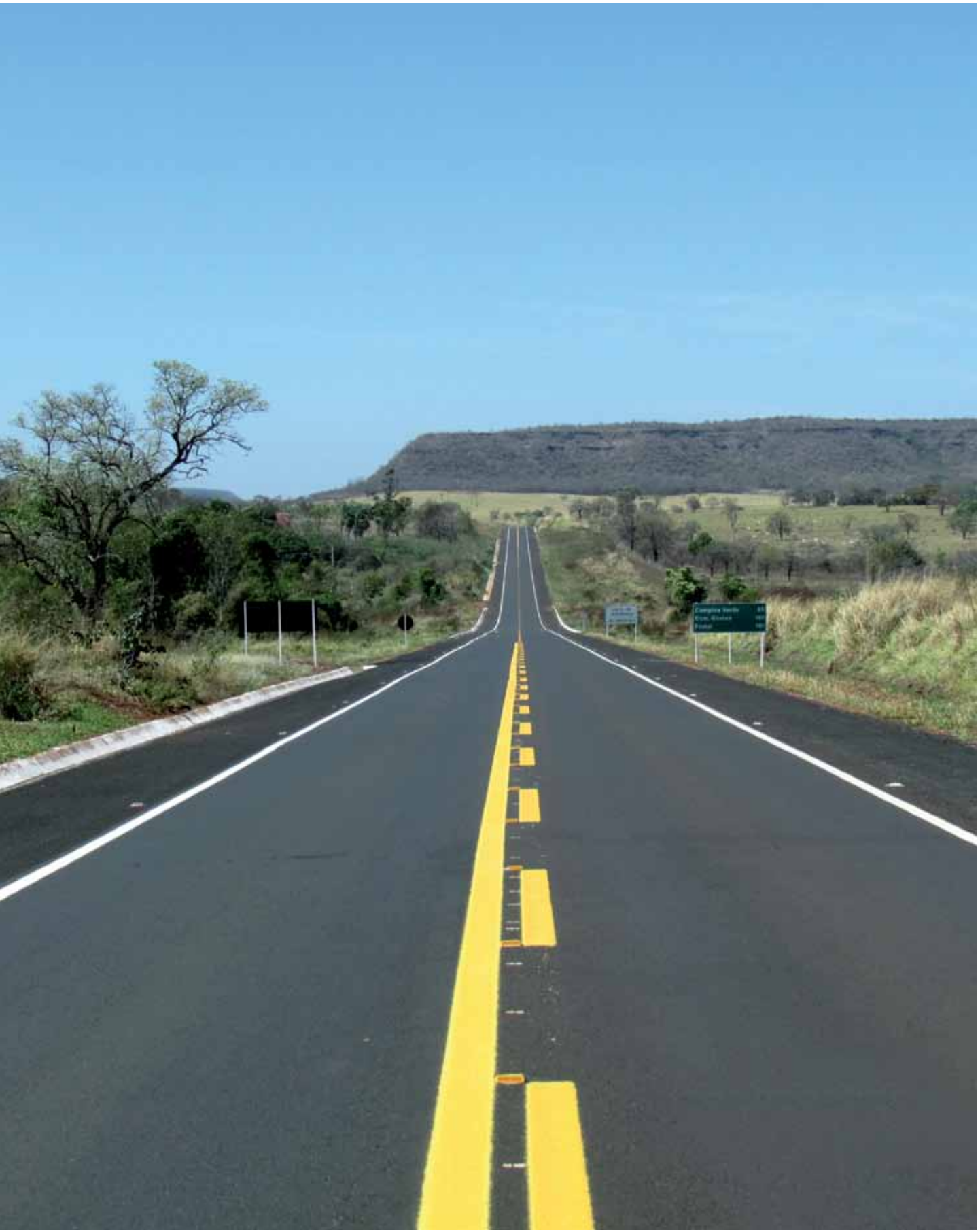
Notas:

Os valores contabilísticos estão expressos em milhões de euros. Os valores da coluna "Variação 2014/2013 %" foram calculados tendo por base os valores sem arredondamentos.

O Total do Capital próprio inclui os interesses não controlados.

	2010	2011	2012	2013	2014	Variação 2014/2013 %
Número médio de trabalhadores	13.036	11.182	10.853	12.011	13.261	10,4%
Volume de negócios	1.380	1.200	1.383	1.581	1.680	6,2%
Proveitos operacionais	1.445	1.263	1.440	1.630	1.716	5,3%
EBITDA	150	117	209	214	240	12,1%
Margem EBITDA / Volume de negócios	10,9%	9,8%	15,1%	13,5%	14,3%	5,5%
EBIT	84	51	143	114	197	72,5%
Resultados líquidos atribuíveis a detentores de capital	46	(200)	24	64	70	9,9%
Endividamento líquido	1.067	927	990	1.176	1.293	10,0%
Total do capital próprio atribuíveis a detentores de capital	474	256	252	325	458	40,7%
Total do capital próprio	562	333	326	361	485	34,4%
Total do ativo líquido	2.721	2.753	2.767	2.779	2.954	6,3%

Relatório de Gestão do Conselho de Administração **2014**



I. INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no cumprimento das disposições legais e regulamentares que regem as sociedades com o capital aberto ao investimento do público, apresenta o seu Relatório de Gestão relativo ao exercício de 2014.

O presente Relatório abordará a atividade consolidada da TD,SA enquanto líder de um Grupo Empresarial que integra um universo de participações identificadas no quadro do "Grupo Teixeira Duarte - 2014" constante nas folhas preliminares, e fará apenas umas breves notas sobre a Sociedade a título individual, nomeadamente no que respeita à proposta de aplicação de resultados.

Nesta exposição ter-se-á em conta que cada uma dessas participadas dispõe de órgãos de gestão próprios, que tratam igualmente de disponibilizar a respetiva informação pertinente, pelo que aqui serão feitas somente algumas referências com o propósito de melhor configurar uma perspetiva de conjunto.

Nesse âmbito e de modo a aferir mais apropriadamente o desenvolvimento da atividade de tais entidades, far-se-á também alusão, sempre que se justificar, a alguns indicadores económico-financeiros individuais.

Entende-se que a forma mais adequada de apresentar as matérias objeto do presente Relatório será começar por proceder a uma breve descrição do enquadramento económico dos principais mercados em que a Teixeira Duarte opera, seguindo-se uma apreciação global sobre a atuação do Grupo Teixeira Duarte, através da qual serão também destacados os mais significativos dados consolidados relativos a matérias transversais e integradas no âmbito do Centro Corporativo.

Nos capítulos subsequentes seguir-se-á então uma exposição sobre os diversos setores de atividade do Grupo, com uma análise dos respetivos desempenhos ao longo do ano de 2014, distinguindo em cada um deles os principais mercados de atuação, com especial destaque para a área da Construção.

Far-se-ão ainda algumas referências a participações detidas em sociedades cotadas durante o exercício de 2014, ou seja, o "Banco Comercial Português, S.A." e o "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."

Existe depois um capítulo para os factos relevantes ocorridos entre a conclusão do exercício e a data da elaboração deste Relatório, a que se seguirão as perspetivas para o ano de 2015 agora em curso, terminando com a formulação da proposta de aplicação de resultados.

A este documento são anexados, nos termos da legislação aplicável, mapas com as diversas informações relativas às participações sociais no capital da TD,SA (nomeadamente de acordo com o disposto nos artigos 447.º e 448.º do Código das Sociedades Comerciais e no Regulamento da CMVM n.º 5/2008), bem como o relatório detalhado sobre a estrutura e as práticas de governo societário (elaborado em conformidade com o artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e com o Regulamento da CMVM n.º 4/2013).

Para além disso, consideram-se aqui também integradas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas com os respetivos anexos, as primeiras elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística (SNC) e as segundas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia, bem como os respetivos Relatórios e Pareceres dos Órgãos de Fiscalização, as Certificações Legais das Contas e Relatório de Auditoria produzidos por auditor registado na Comissão de Mercado de Valores Mobiliários.

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do Artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os signatários declaram que, tanto quanto seja do seu conhecimento, o Relatório de Gestão, as contas anuais, a certificação legal das contas e os demais documentos de prestação de contas anexos foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TD,SA e das sociedades incluídas no seu perímetro de consolidação, bem como que tais documentos expõem fielmente as respetivas evoluções dos negócios, dos desempenhos e das posições de cada uma dessas entidades, contendo uma descrição dos principais riscos e incertezas com que as mesmas se defrontam.

II. ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Apresentam-se aqui algumas notas breves sobre o enquadramento económico verificado em 2014 nos principais mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte.

PORTUGAL

A Teixeira Duarte atuou, em 2014, em Portugal, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição, Energia e Automóvel.

No final de maio de 2014 foi concluído o Programa de Assistência Económica e Financeira iniciado em 2011, o que permitiu que Portugal se refinanciasse junto dos mercados internacionais.

O país prosseguiu com a política de consolidação estrutural das contas públicas, sendo que o défice público no final deste ano foi ligeiramente inferior ao valor registado em 2013, fixando-se em 4,8% do PIB.

Durante este exercício, a economia portuguesa apresentou sinais de recuperação, nomeadamente o aumento de 0,9% no Produto Interno Bruto (PIB), que se enquadra no valor médio de subida atingido pelos países zona Euro.

Refira-se a este propósito que, para 2015, se projeta um crescimento do PIB para 1,7%, traduzindo um sentimento de confiança económica em Portugal pelos mercados e investidores.

Verificou-se neste período um aumento das exportações de 3,4% e das importações de 6,2%.

Em 2014 a taxa de desemprego fixou-se nos 13,4%, o que representa uma ligeira melhoria face a 2013, sendo que, para 2015, se prevê uma aceleração moderada do emprego.

Fruto das suas características próprias e das condicionantes do setor, a Construção registou, em Portugal, uma contração do volume de produção de 4,5% e uma diminuição do emprego de 4,4%.

ANGOLA

A Teixeira Duarte atuou, em 2014, em Angola, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária, Hotelaria, Distribuição e Automóvel.

O crescimento da economia angolana fixou-se em 2014 em 4,2%, sendo que de acordo com as últimas projeções do FMI, apresentadas através do seu relatório World Economic Outlook, se prevê que em 2015, fazendo face às dificuldades decorrentes da queda dos preços do petróleo, haja uma aceleração da estratégia de diversificação da economia, que potencie inclusivamente um crescimento do PIB para os 4,5%.

Apesar das previsões relativamente positivas apresentadas pelo FMI, é expectável uma diminuição no lançamento de novos projetos, não só pela redução das receitas provenientes da queda dos preços do petróleo, e sua influência nas contas públicas, mas também porque a atual política de redução do défice poderá adiar alguns investimentos necessários na área infraestruturas.

O valor da inflação em 2014 manteve-se em torno dos 7,3% prevendo-se, no entanto, que este valor aumente ligeiramente no decurso do próximo ano.

Uma última referencia para o facto de em março de 2014 ter sido aprovada a nova pauta aduaneira que aumentou o valor dos impostos associados a alguns produtos importados.

ARGÉLIA

Em 2014, a Teixeira Duarte atuou, na Argélia, no setor da Construção.

Nos últimos anos, a economia argelina tem registado uma evolução positiva, devido principalmente ao bom desempenho do setor do petróleo e do gás, que possibilitaram um grande desenvolvimento económico e social.

Este setor representa cerca de 40% do produto interno bruto (PIB), 60% das receitas do Estado e 95% das exportações.

A taxa de inflação manteve-se estável em 2014 (2,9%), fruto das políticas de estímulo à economia implementadas a partir de 2011, sendo que em 2015 e 2016, o FMI prevê que a inflação possa atingir os 4%.

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o crescimento da economia argelina, em 2014, situou-se em 4%, continuando também a registar um nível residual de endividamento externo (1,9% do PIB).

Apesar da queda dos preços do petróleo, as projeções para 2015 e anos subsequentes apontam para taxas de crescimento de cerca 4%, suportadas não só pelo setor dos hidrocarbonetos, mas também pelo dinamismo das restantes atividades económicas, particularmente o setor dos serviços e a construção, este último fortemente impulsionado pelo programa de investimentos públicos que será lançado pelo Governo para o período de 2015-2019.

A diversificação da economia, a modernização e o desenvolvimento das infraestruturas, o investimento e a criação de emprego continuam a ser as grandes prioridades da política de desenvolvimento do país.

BRASIL

Em 2014, a Teixeira Duarte atuou no Brasil nos setores de Construção, Concessão e Serviços, Imobiliária e Distribuição.

O ano em análise começou com perspectivas de crescimento do PIB de 2,5% e de manutenção da taxa de inflação de 4,5%, mas o exercício acabou por ser marcado por uma fraca atividade económica condicionada pelo clima de incerteza que se instalou devido a vários fatores cumulativos.

Com efeito, a subida da taxa de juro, a redução significativa do preço de *commodities* como o petróleo, o ferro e a soja, o risco de racionamento de energia devido à crise hídrica, bem como a ocorrência durante o ano de eventos que influenciaram a evolução da economia e o investimento, tais como o campeonato do mundo de futebol e as eleições presidenciais, levaram a que o PIB apenas tenha crescido 0,1% e, por outro lado, a taxa de inflação tenha atingido os 6,8%.

À atual conjuntura condicionante de investimentos públicos, com a consequente diminuição no lançamento de novos projetos, acresce a paralisação da atividade de grandes empresas privadas em resultado de operações de combate à corrupção levadas a cabo a nível nacional, com forte impacto nos setores da construção e da energia, que tem vindo a conduzir a uma incontornável retração da economia, sendo que, para 2015, o FMI prevê um crescimento de apenas 0,3%.

ESPAÑA

Em 2014, a Teixeira Duarte atuou em Espanha nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária.

O PIB a preços correntes alcançou o volume de 1.053.296 milhões de euros, que representa um crescimento de 1,4% em relação a 2013, tendo 2014 sido um ano de recuperação económica em Espanha, com principal incidência no último trimestre.

Pela primeira vez desde o início da crise, verificou-se o aumento do consumo das famílias, tendo neste ano o número de empregados aumentado 2,53% em relação a 2013, fixando-se a taxa de desemprego a 31 de dezembro em 23,7%.

MOÇAMBIQUE

Em 2014, a Teixeira Duarte atuou em Moçambique, nos setores da Construção, Concessões e Serviços, Imobiliária e Hotelaria.

O crescimento médio da economia moçambicana tem sido de cerca de 7,3% nos últimos anos, prevendo-se que este ritmo se mantenha no futuro próximo.

A evolução de Moçambique, para uma das "economias de fronteira" de África, tem sido notável, tendo o seu crescimento económico sido particularmente impulsionado por importantes investimentos estrangeiros (IDE), em especial nos dinâmicos setores da energia e dos recursos naturais. O país ganhou projeção internacional nas áreas da indústria mineira e de gás natural.

É importante salientar também a redução da taxa de desemprego, resultante da criação de 290.816 novos postos de trabalho em 2014, bem como o facto da taxa de inflação prevista se situar nos 2,3%, contrariando estimativas que apontavam para valores na ordem dos 5,6%.

Apesar dos constrangimentos decorrentes das condições climáticas adversas que afetaram o país no primeiro trimestre de 2014, o desempenho dos principais indicadores sócio económicos foi muito positivo.

VENEZUELA

Em 2014, a Teixeira Duarte atuou na Venezuela no setor da Construção.

A Venezuela é um país com muita riqueza natural, nomeadamente com as maiores reservas de petróleo do mundo, cuja exportação representa a sua principal fonte de receita. O desempenho da sua economia está muito relacionado com a evolução do preço desta *commodity*, que durante o ano 2014 registou um valor médio de 85USD por barril, 10,5% inferior em relação a 2013.

Em 2014 o PIB recuou 4% a inflação ficou acima dos 60% e foi implantado mais um novo sistema de câmbio, a juntar aos dois já vigentes.

O Governo da Venezuela, manteve as suas prioridades de atuação na área social e no investimento ao desenvolvimento do país, fundamentalmente no setor produtivo e de infraestruturas, com uma visão macroeconómica adaptada ao enquadramento vigente no mercado e à complexa conjuntura global.

III. APRECIÇÃO GLOBAL

— APRECIÇÃO FINANCEIRA

Os elementos financeiros agora analisados são consolidados e, como tal, encontram-se elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IAS/IFRS).

Demonstração dos Resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)
(Valores em milhares de euros)			
Proveitos operacionais	1.715.535	1.629.895	5,3%
Custos operacionais	(1.475.736)	(1.416.014)	4,2%
EBITDA	239.799	213.881	12,1%
Amortizações e depreciações	(75.537)	(62.845)	20,2%
Provisões e perdas por imparidade	32.973	(36.682)	-
EBIT	197.235	114.354	72,5%
Resultados financeiros	(93.679)	(101.555)	(7,8%)
Resultados antes de impostos	103.556	12.799	709,1%
Imposto sobre o rendimento	(37.611)	51.947	-
Resultado líquido	65.945	64.746	1,9%
Atribuível a:			
Detentores de capital	70.281	63.974	9,9%
Interesses não controlados	(4.336)	772	-

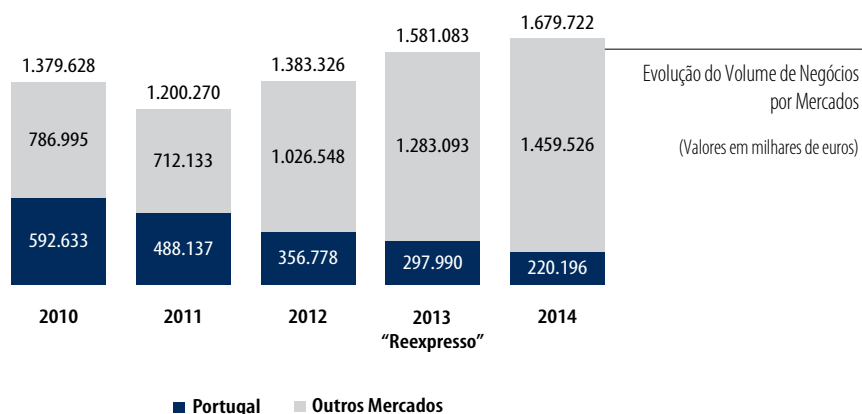
Os **Resultados Líquidos Consolidados Atribuíveis a Detentores de Capital** foram de 70.281 milhares de euros.

Importa assinalar que, para além do desempenho conseguido pelas empresas do Grupo em 2014, outros fatores também influenciaram os resultados apurados nos exercícios de 2014 e de 2013. Neste conjunto de fatores destacamos:

	2014	2013 "Reexpresso"
(a) Inclui o impacto das diferenças de câmbio apropriadas pelo método de equivalência patrimonial da participada "Limited Liability Company Cement" que no exercício de 2014 foi negativo em 8.346 milhares de euros		
Diferenças de câmbio (a)	21.418	(7.350)
Ganho na aquisição da "TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A."	29.331	-
Alienação de direitos do "Banco Comercial Português, S.A." (b)	16.992	-
Perda por imparidade na participada "Banco Comercial Português, S.A." (b)	(6.534)	-
Perda por imparidade na participada "Colt Resources." (b)	(1.491)	-
Perdas por imparidade em "PCHS" (b)	(2.489)	-
(b) Líquido de efeito fiscal		
Perda por imparidade na participada "VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagem, S.A." (b)	(204)	-
Impacto nos resultados de provisões para "Processos Judiciais" (b)	(2.093)	-
Impacto nos resultados de provisões sobre o "Governo Regional da Madeira" (b)	(1.152)	(9.207)
Alteração da relevância fiscal das mais e menos-valias de participações sociais	-	65.487
Impacto nos resultados de provisões para perdas no âmbito da sociedade "SATU - Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A."	-	(11.054)
	53.778	37.876

O **Volume de Negócios** aumentou 6,2% face ao exercício de 2013, tendo atingido 1.679.722 milhares de euros.

A quebra de 26,1% registada em Portugal foi compensada pelo incremento de 13,8% nos outros mercados, os quais passaram a representar 86,9% do total do volume de negócios do Grupo Teixeira Duarte.

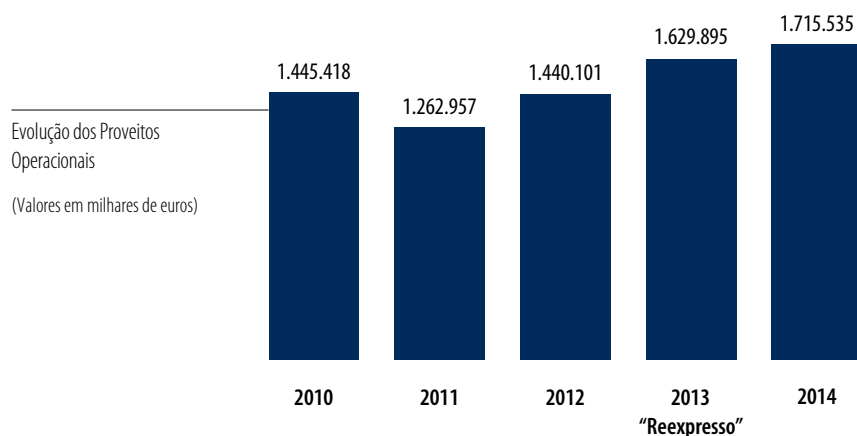


Nos mapas *infra* constam o Volume de Negócios detalhado por países e por setores de atividade, sendo perceptível a exposição do Grupo a diferentes contextos económicos.

Países	2014		2013 "Reexpresso"		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Portugal	220.196	13,1%	297.990	18,8%	(26,1%)
Angola	798.412	47,5%	748.176	47,3%	6,7%
Argélia	77.181	4,6%	81.434	5,2%	(5,2%)
Brasil	192.338	11,5%	98.504	6,2%	95,3%
Espanha	33.646	2,0%	28.253	1,8%	19,1%
Moçambique	66.271	3,9%	62.817	4,0%	5,5%
Venezuela	284.783	17,0%	253.648	16,0%	12,3%
Outros	6.895	0,4%	10.261	0,6%	(32,8%)
Total	1.679.722	100,0%	1.581.083	100,0%	6,2%

Apresenta-se agora uma análise do volume de negócios tendo em conta a sua evolução por setor de atividade, referindo-se que nos números do exercício de 2013 a adoção da "IFRS 11 - Acordos Conjuntos" apenas teve impacto nos setores da Construção, Concessões e Serviços e Imobiliária:

Setor de Atividade	2014		2013 "Reexpresso"		Variação
	Valor	Contributo	Valor	Contributo	
Construção	779.110	46,4%	800.335	50,6%	(2,7%)
Concessões e Serviços	92.104	5,5%	74.221	4,7%	24,1%
Imobiliária	119.899	7,1%	83.248	5,3%	44,0%
Hotelaria	74.037	4,4%	78.422	5,0%	(5,6%)
Distribuição	272.783	16,2%	210.535	13,3%	29,6%
Energia	62.483	3,7%	114.717	7,3%	(45,5%)
Automóvel	279.306	16,6%	219.605	13,9%	27,2%
Total	1.679.722	100,0%	1.581.083	100,0%	6,2%



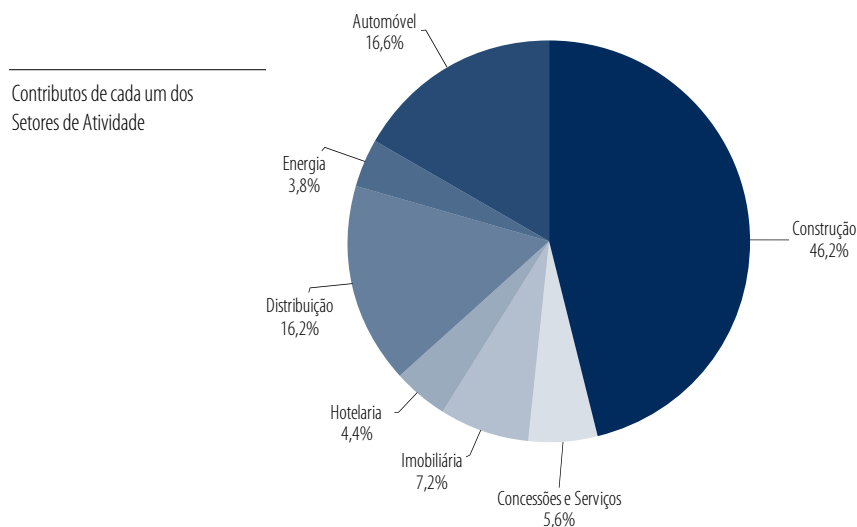
Os **proveitos operacionais consolidados** registaram um incremento de 5,3% face a 2013, atingindo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o montante de 1.715.535 milhares de euros.

No quadro em baixo, consegue-se verificar as boas prestações nos setores das Concessões e Serviços, Imobiliária, Distribuição e Automóvel.

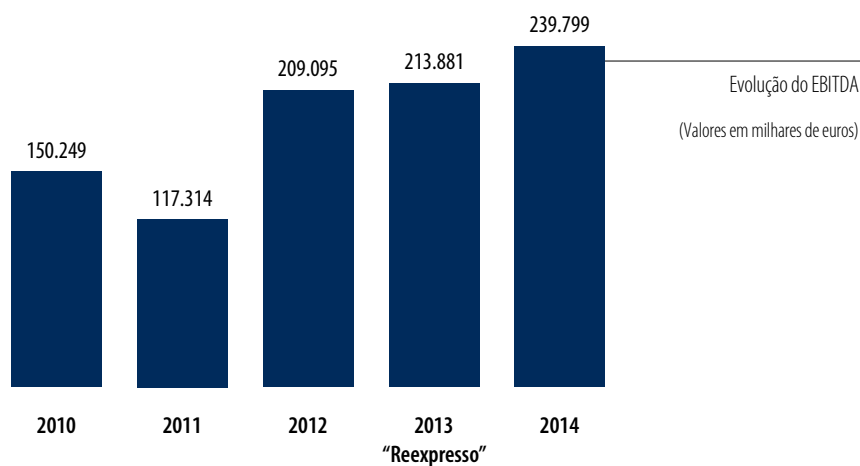
Proveitos Operacionais por Atividade e Mercados Geográficos
(Valores em milhares de euros)

Setor de Atividade	Mercado Interno			Mercado Externo			Total		
	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)
Construção	78.507	113.236	(30,7%)	713.089	710.181	0,4%	791.596	823.417	(3,9%)
Concessões e Serviços	30.718	25.116	22,3%	65.806	51.799	27,0%	96.524	76.915	25,5%
Imobiliária	39.160	41.806	(6,3%)	84.574	45.237	87,0%	123.734	87.043	42,2%
Hotelaria	17.679	13.604	30,0%	57.284	67.128	(14,7%)	74.963	80.732	(7,1%)
Distribuição	1.771	1.993	(11,1%)	276.565	216.539	27,7%	278.336	218.532	27,4%
Energia	64.851	120.026	(46,0%)	61	(61)	-	64.912	119.965	(45,9%)
Automóvel	-	-	-	285.470	223.291	27,8%	285.470	223.291	27,8%
Total	232.686	315.781	(26,3%)	1.482.849	1.314.114	12,8%	1.715.535	1.629.895	5,3%

Os contributos de cada um dos setores de atividade para o valor global dos proveitos operacionais consolidados foram os seguintes:



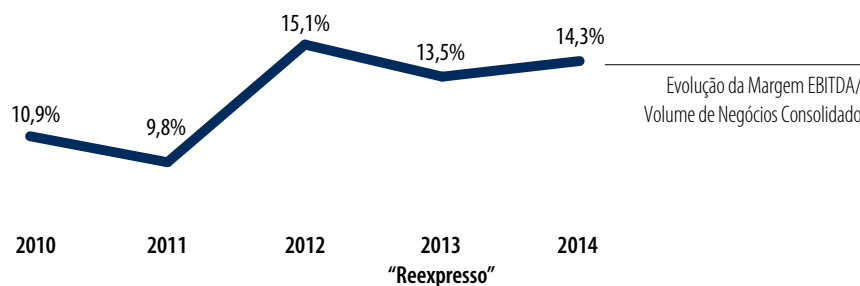
O **EBITDA** cresceu 12,1% em relação ao ano passado e fixou-se em 239.799 milhares de euros, o maior de sempre do Grupo Teixeira Duarte.



Analisando este indicador por setores, verifica-se, no mapa que se segue, comportamentos muito díspares dos diferentes setores de atividade em função das características próprias de cada negócio e dos respetivos mercados de atuação.

Sector de Atividade	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)
Construção	84.368	103.302	(18,3%)
Concessões e Serviços	14.417	12.155	18,6%
Imobiliária	55.945	28.339	97,4%
Hotelaria	19.461	25.193	(22,8%)
Distribuição	23.809	22.045	8,0%
Energia	1.081	3.544	(69,5%)
Automóvel	48.724	34.594	40,8%
Não afetos a segmentos	(7.947)	(15.669)	(49,3%)
Eliminações	(59)	378	-
Total	239.799	213.881	12,1%

A **Margem EBITDA / Volume de Negócios** teve um aumento face a dezembro de 2013 de 5,5%, passando de 13,5% para 14,3% em dezembro de 2014.



Os **Resultados financeiros** foram negativos em 93.679 milhares de euros no exercício de 2014.

Resultados Financeiros	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)
(Valores em milhares de euros)			
Custos e perdas financeiros:	(269.823)	(155.993)	73,0%
Juros suportados	(123.164)	(89.547)	37,5%
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(118.776)	(41.639)	185,3%
Outros custos e perdas financeiros	(27.883)	(24.807)	12,4%
Proveitos e ganhos financeiros:	172.198	49.011	251,3%
Juros obtidos	18.739	9.807	91,1%
Diferenças de câmbio favoráveis	148.540	34.289	333,2%
Descontos de pronto pagamento obtidos	349	559	(37,6%)
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.570	4.356	4,9%
Resultados relativos a atividades de investimento:	3.946	5.427	(27,3%)
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	(10.598)	(321)	3201,6%
Dividendos	930	1.555	(40,2%)
Outros investimentos	(1.325)	2.994	-
Ganhos / perdas em ativos disponíveis para venda	14.939	1.199	1146,0%
Resultados financeiros	(93.679)	(101.555)	(7,8%)

Este indicador melhorou em 7,8% face a 2013, destacando-se as seguintes variações:

- Variação do efeito das diferenças de câmbio, o qual havia sido negativo em 7.350 milhares de euros em 2013 e, em 2014, foi positivo em 29.764 milhares de euros (desconsiderando as diferenças de câmbio apropriadas pelo método de equivalência patrimonial);
- Ganhos com a alienação de direitos do "Banco Comercial Português, S.A." no montante de 22.068 milhares de euros;
- Acréscimo de 33.617 milhares de euros de juros suportados;
- Variação negativa dos resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos, no montante de 10.277 milhares de euros, em especial por força do impacto negativo das diferenças de câmbio da participada ucraniana "Limited Liability Company Cement", no montante de 8.346 milhares de euros;
- Perda por imparidade de 8.432 milhares de euros na participação detida no "Banco Comercial Português, S.A.";
- Perda por imparidade de 1.972 milhares de euros na participação detida na "Colt Resources".

O **Imposto sobre o Rendimento** atingiu no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o montante negativo de 37.611 milhares de euros, que compara com o montante positivo de 51.947 milhares de euros no exercício de 2013.

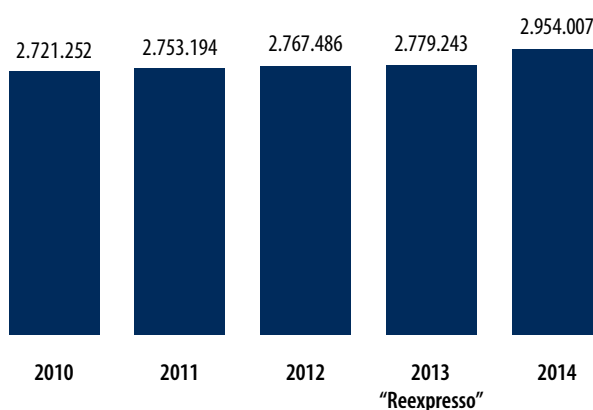
Imposto sobre o Rendimento	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)
(Valores em milhares de euros)			
Imposto corrente	(37.607)	(52.294)	(28,1%)
Imposto diferido	(4)	104.241	-
	(37.611)	51.947	-

	2014	2013 "Reexpresso"	Var (%)
Ativo			
Ativos não Correntes	1.557.064	1.495.475	4,1%
Ativos Correntes			
Caixa e Equivalentes	191.477	186.441	2,7%
Outros Ativos Correntes	1.205.466	1.097.327	9,9%
Total do Ativo	2.954.007	2.779.243	6,3%
Capital Próprio atribuível a:			
Detentores de Capital	457.687	325.407	40,7%
Interesses não Controlados	27.058	35.321	(23,4%)
Total Capital Próprio	484.745	360.728	34,4%
Passivo			
Empréstimos	1.484.860	1.362.606	9,0%
Provisões	62.095	72.934	(14,9%)
Outros Passivos	922.307	982.975	(6,2%)
Total Passivo	2.469.262	2.418.515	2,1%
Total Passivo e Capital Próprio	2.954.007	2.779.243	6,3%

Posição Financeira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso"

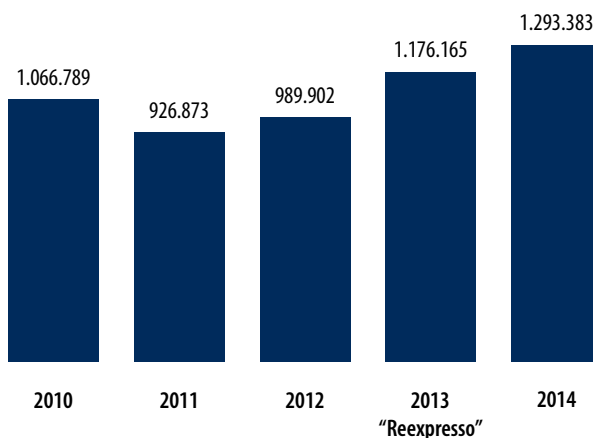
(Valores em milhares de euros)

O **Total do Ativo Líquido** cresceu 6,3% em relação a 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso", tendo atingido 2.954.007 milhares de euros.



Evolução do Ativo Líquido
(Valores em milhares de euros)

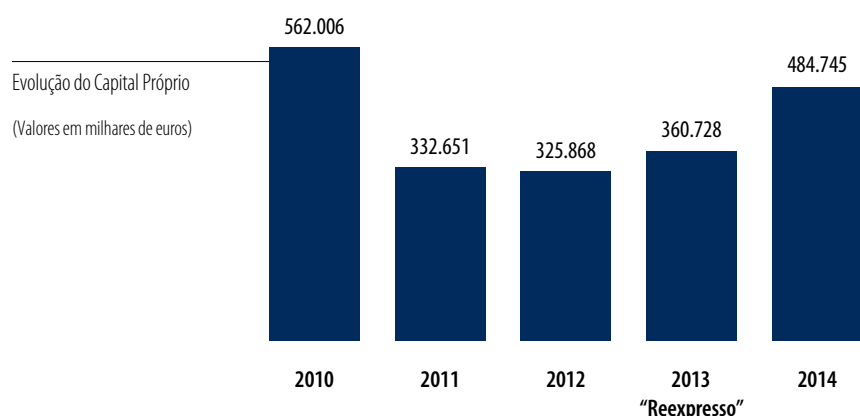
O **Endividamento Líquido do Grupo** cresceu 10% em relação ao final de 2013 "Reexpresso", tendo-se fixado em 1.293.383 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014.



Evolução do Endividamento
Líquido Consolidado
(Valores em milhares de euros)

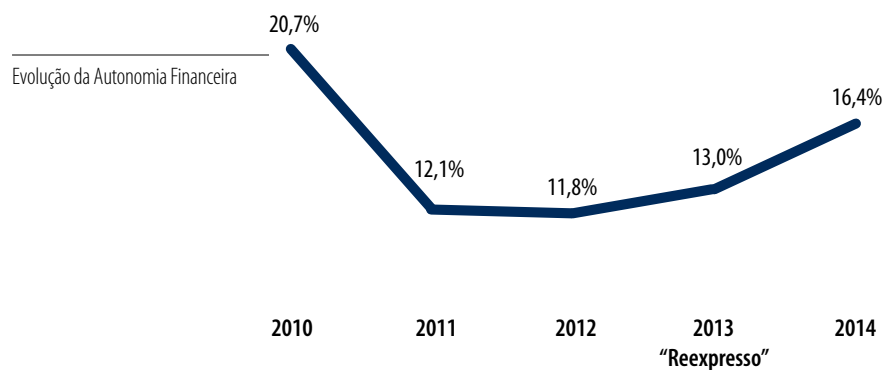
Na análise da evolução deste indicador, dever-se-á ter em consideração os investimentos realizados em instalações e equipamentos, que no exercício de 2014 atingiram 161 milhões de euros.

O **Capital Próprio Atribuível a Acionistas** aumentou 132.280 milhares de euros, passando de 325.407 milhares de euros para 457.687 milhares de euros, correspondendo a um crescimento de 40,7% em relação a 31 de dezembro de 2013.



O **Total do Capital Próprio** cresceu 34,4%, tendo-se fixado em 484.745 milhares de euros, influenciado, essencialmente, pelos seguintes fatores:

- Resultado líquido positivo de 65.945 milhares de euros;
- Efeito positivo de 94.707 milhares de euros, resultante da conversão cambial registada em função da valorização das divisas em que o Grupo opera face ao Euro;
- Variação negativa no justo valor dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos de impostos diferidos, no montante de 30.039 milhares de euros;
- Efeito de operação de cobertura negativo de 5.161 milhares de euros, resultante da variação do justo valor do instrumento financeiro "interest rate swap" contratado em 2008 no âmbito da Concessão da Gestão do Edifício do Hospital de Cascais;
- Distribuição de dividendos de 6.300 milhares de euros.



A **Autonomia Financeira** passou de 13% em 31 de dezembro de 2013 para 16,4% em final de 2014, registando um acréscimo de 26,4%.

– APRECIÇÃO ORGANIZACIONAL

Sem prejuízo do desenvolvimento desta matéria no "Relatório sobre o Governo da Sociedade" anexo, entende-se importante referir aqui e a propósito do desempenho do Grupo Teixeira Duarte nos vários setores e mercados de atividade, a colaboração entre todas as estruturas melhor identificadas no Organograma junto no início deste Relatório, bem como as mais-valias resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

As Estruturas Operacionais do Grupo estão organizadas por Setores de Atividade e abrangem, por regra, a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da Teixeira Duarte.

Refira-se, ainda assim, a situação pontual de algumas entidades integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, mantêm a respetiva especificidade, em especial nos setores da Construção e das Concessões e Serviços.

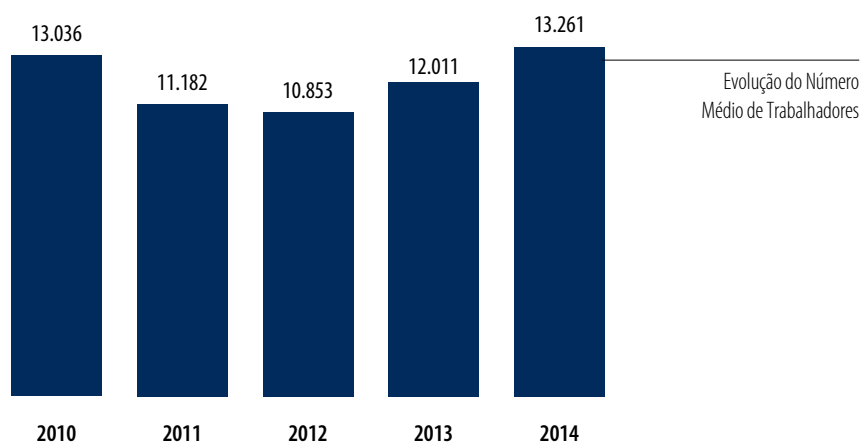
A "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC), como principal sociedade do Grupo no setor da Construção, desenvolve a sua atuação através de Centros de Exploração, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira, dispondo também de um conjunto de Estruturas de Apoio especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas das Cofragens e Pré-Esforço e do Laboratório de Materiais, do Equipamento, bem como de diversas Direções Centrais que atuam ao nível Comercial e de Estudos e Projetos.

Salienta-se, para além daquelas estruturas mais diretamente ligadas à área operacional do Grupo, a existência de um conjunto de Direções Centrais e Serviços com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade, integradas no denominado Centro Corporativo, ao qual cabe promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios.

De entre estas equipas – que se encontram também identificadas no Organograma integrado no início deste Relatório – destacar-se-ão de seguida algumas referências relativas às suas atuações em 2014.

Ao nível dos **Recursos Humanos**, a Teixeira Duarte prossegue uma atuação de adequação do número de trabalhadores às atividades levadas a cabo nos diversos setores e mercados, promovendo o desenvolvimento pessoal e profissional dos seus colaboradores.

O aumento da atividade do Grupo em 2014 teve um incontornável reflexo no número médio de trabalhadores, que subiu 10,4% face a 2013, sendo que o número ao final do ano era 7,4% superior ao registado em 31 de dezembro de 2013. Com efeito, o aumento do número de trabalhadores de 12.639, em 31 de dezembro de 2013, para 13.573, em igual data de 2014, foi reflexo da subida nas equipas dos setores da Construção, das Concessões e Serviços, da Hotelaria, da Distribuição e do Automóvel, sendo que os países que mais contribuíram para esta subida foram Angola, Argélia, Espanha, Moçambique e Venezuela.



A continuada aposta da Teixeira Duarte na qualificação dos seus colaboradores, tem-se refletido numa atuação cada vez mais sistemática e abrangente, tendo-se desenvolvido em 2014 diversos programas de formação profissional em diferentes geografias e empresas do Grupo, coordenados e monitorizados por uma estrutura central sediada em Portugal e que tem otimizado um conjunto de processos com a experiência acumulada nessas várias frentes e apoiado as respetivas estruturas locais nas suas implementações, incluindo com a deslocalização de quadros com habilitação e experiência adequadas.

Numa ótica de integração e acolhimento dos novos quadros foram também desenvolvidos diversos programas de enquadramento na organização. Desde sempre que a Teixeira Duarte tem promovido um espírito de aprendizagem, vivido no acompanhamento pelos novos quadros da atividade desenvolvida pelos colaboradores mais experientes, mas também e de uma forma mais concreta, através de programas de tutoria e estágios profissionais.

Foram igualmente ministrados no âmbito da certificação da responsabilidade social, diversas formações sobre esta temática, que no seu conjunto abrangeram 1.963 formandos, totalizando 40.338 horas de volume de formação.

Em Portugal, foram ministradas 75.700 horas de volume de formação, que abrangeram 8.330 formandos, com particular destaque para as atividades qualificantes na área da informática (que abrangeram 338 formandos) e também na área da segurança, higiene e saúde no trabalho (que envolveram 3.281 formandos). No âmbito do desenvolvimento de competências na área das línguas estrangeiras, designadamente nas línguas oficiais dos mercados onde o Grupo atua - inglês, espanhol e francês -, foram realizadas ações de formação que abrangeram 407 formandos.

Em Angola, a Teixeira Duarte inaugurou, em 12 de fevereiro, as novas instalações do Centro de Desenvolvimento Profissional (CDP), com capacidade para realizar até 800.000 horas de formação por ano, quer através de sessões teóricas em sala e de sessões à distância sobre uma plataforma on-line, quer através de sessões práticas em contexto de trabalho e de laboratório.

O Centro conta com seis salas para formações teóricas, uma sala de informática, um laboratório de Eletricidade e Eletrónica e um Laboratório de Engenharia Civil, todos devidamente equipados. De salientar também os espaços de oficina para formações práticas na área Automóvel, uma oficina para sessões práticas na área da Distribuição, um auditório e um refeitório com capacidade para mais de 100 pessoas, bem como várias zonas sociais, campo de jogos e parque de estacionamento próprio.

O CDP está dividido em cinco áreas de atuação, designadas de academias: Academia Teixeira Duarte; Academia Maxi; Academia TDHOTELS; Academia TDA; Academia TDGI.

Este Centro tem constituído um importante agente de dinamização de qualificação profissional, tanto para a Teixeira Duarte como para diversas comunidades profissionais angolanas, sendo que, ao longo do ano, nele foram realizadas 284 ações de formação que abrangeram 4.629 formandos, internos e externos, perfazendo um total de 97.477 horas de volume de formação, das quais se destacam:

- Formação em engenharia civil: Em colaboração com o Instituto Superior Técnico (IST) / "FUNDEC", neste domínio, foram desenvolvidas vinte atividades qualificantes, que abrangeram 400 formandos, internos e externos, incluindo-se nestes últimos profissionais da comunidade de engenharia angolana, bem como estudantes finalistas da Universidade Agostinho Neto, nos termos estabelecidos protocolarmente, permitindo, assim, relacionar aquelas atividades com estratégias de recrutamento e seleção de futuros colaboradores.
- Projeto Fazer Pescar: em 2014, este Projeto continuou focado em desenvolver as competências e os talentos dos jovens aderentes, por forma a aumentar o seu potencial e possibilidade de integração no Grupo Teixeira Duarte, assim foram realizadas duas edições do curso de operação de comércio, na "MAXI" e duas edições de mecânica de veículos, na TDA, que abrangeram 66 aderentes, totalizaram um volume de formação de 26.799 horas e garantiram aqueles 100% de empregabilidade.
- Formação de Formadores: Com o intuito de assegurar a qualidade pedagógica inerente às atividades qualificantes da nossa responsabilidade, desenvolveu-se projeto pioneiro, em Angola, através da realização do curso de formação pedagógica inicial de formadores, na modalidade de b-learning.

Na Argélia, em 2014 foram organizadas diversas ações de formação em língua francesa, com vista a melhorar as competências de comunicação e potenciar o desempenho e a integração dos colaboradores naquele país.

De realçar também as ações de formação interna no sistema informático SAP que ocorreram ao longo do ano, bem como as duas edições sobre o Sistema Integrado de Gestão que, constituindo ferramentas essenciais para o bom desempenho das funções dos colaboradores, serão reiteradas em 2015.

Em Espanha, foram ministradas diversas ações de formação no âmbito da segurança, higiene e saúde no trabalho, equipamentos e línguas, que abrangeram 662 formandos totalizando 4.982 horas de volume formação.

Em Moçambique, foram ministradas 6.054 horas de volume de formação, que abrangeram 1.404 formandos. Dessas atividades, destacam-se:

- A realização de dois cursos em colaboração com o Instituto Superior Técnico (IST) / "FUNDEC", que abrangeram 40 formandos, totalizando um volume de formação de 800 horas;
- A formação interna em saúde e medicina no trabalho, que abrangeu 395 colaboradores, num total de 671 horas de volume de formação;
- Subordinada ao processo de certificação nos termos da ISO 9001, foram ministradas formações no sistema de gestão de qualidade, que abrangeram 138 formandos ao que correspondeu o registo de 1.415 horas de volume de formação;
- Foram ministradas formações internas em 16 domínios da segurança no trabalho, que se encontram em fase de despacho por parte da tutela moçambicana, e que no ano em apreciação abrangeram 189 formandos, num total de 1.211 horas de volume de formação.

Em 2014, o Serviço de Medicina do Trabalho consolidou a prestação da sua atividade junto de 22 empresas do Grupo, tendo sido realizados 2.726 exames de médicos.

Em 2014 foi desenvolvido em Angola um programa de protocolos de vigilância da saúde, com o objetivo de promover e sensibilizar os colaboradores que atuam neste país sobre as medidas necessárias para promoção da saúde e da qualidade de vida, tendo para o efeito, contado com a colaboração de técnicos de saúde do serviço local (médicos e enfermeiros).

Relativamente a matérias no domínio da formação e de informação de saúde, verificou-se um crescimento de cerca de 50%, tanto em volume de formação, como em número de formandos. As ações desenvolvidas foram alargadas no seu âmbito territorial, tendo sido extensíveis aos colaboradores a trabalhar em Moçambique.

Durante o exercício em análise a **Direção Central dos Sistemas de Gestão e Tecnologia** manteve a sua atividade de apoio aos processos de obtenção, acompanhamento ou renovação das certificações dos Sistemas de Gestão das várias empresas do grupo, nas áreas da Segurança, da Qualidade, do Ambiente, da Responsabilidade Social, da Investigação, Desenvolvimento e Inovação (IDI). Destaca-se a obtenção da certificação do Sistema de Gestão da Qualidade ao abrigo da norma ISO 9001 na Teixeira Duarte - Engenharia e Construções Moçambique, Lda., a realização conjunta das auditorias de terceira parte e o alinhamento dos ciclos de certificação da Qualidade (ISO 9001) e da Segurança (OSHAS 18001) entre as empresas detentoras daqueles referenciais, objetivo que se irá concluir em 2015 com o alinhamento do ciclo de certificação da Responsabilidade Social (SA 8000).

Foi dada continuidade ao processo de harmonização dos sistemas de gestão entre as diversas empresas do Grupo, à realização das auditorias internas na modalidade interempresas e ao apoio às diversas áreas comerciais e de produção, tanto para o mercado interno como para o mercado externo, nomeadamente para Angola, Argélia e Moçambique.

Como fornecedor avaliado, a participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." realizou satisfatoriamente uma "Auditoria

ACHILLES" definida de acordo com os "Standards Comité REPRO", em complemento à sua inscrição na Plataforma REPRO.

Ciente da importância das redes de conhecimento no desenvolvimento das atividades de IDI, manteve-se o apoio dado às estruturas produtivas da Teixeira Duarte, na sua integração e participação nos grupos de trabalho das sociedades científicas e plataformas tecnológicas, em estreita colaboração com as universidades e laboratórios nacionais e estrangeiras, na procura de novos conhecimentos orientados para a indústria da construção.

De realçar, neste âmbito:

- A participação em diversas iniciativas da "Plataforma Tecnológica Portuguesa da Construção" (PTPC) - entidade na qual a TD-EC é, desde 2011, Presidente do respetivo Conselho Estratégico e da Comissão Executiva - a qual tem como missão aumentar a competitividade do setor da construção e obras públicas, promovendo a reflexão, cooperação e implementação de iniciativas e projetos de investigação desenvolvimento e inovação entre empresas, entidades do Sistema Científico e Tecnológico Nacional (SCTN) e entidades públicas e privadas;
- A participação em consórcio numa COST Action, plataforma orientada para a cooperação entre investigadores europeus em matéria normativa sobre a vida útil de materiais e estruturas à base de cimento e na RMC ROSE, no âmbito dos Compromissos em Matérias-primas das Parcerias Europeias para a Inovação (EIP - Raw Materials Commitment).

Na área de formação, colaboradores desta Direção Central participam na organização de cursos de formação de âmbito tecnológico e em matéria de sistemas de gestão em Angola, Argélia e Moçambique, realizados em colaboração com entidades formativas externas.

Em estreita colaboração com as direções centrais corporativas e empresas do grupo, participou na concretização do Núcleo Museológico da Teixeira Duarte, um projeto dinâmico e construtivo, que nesta fase é constituído por um espaço sito no Pólo Operacional Teixeira Duarte e também pelo site acessível aos colaboradores da Teixeira Duarte através do seu Portal Corporativo.

Em 2014, a **Direção Central de Informática**, deu continuidade aos processos de consolidação de plataformas e tecnologias, promoveu a crescente integração das estruturas locais complementando-as e alinhando os seus procedimentos e processos com as necessidades dos negócios.

O conceito de suporte ao utilizador foi redefinido passando a ser entendido de forma global e para responder a esta exigência foi implementada uma plataforma integrada, comum a todas as geografias, com atendimento automático de chamadas, permitindo a prestação dos serviços independentemente da localização do utilizador ou da equipa de suporte.

A plataforma ERP/SAP continuou a crescer, tornando-se mais complexa, o que associado à diversidade de países em que o Grupo atua, implicou um intenso esforço de adequação às múltiplas alterações das obrigações declarativas, fiscais e de outra natureza. Foi migrada a ferramenta de recolha de ponto (RPonto) para a plataforma SAP e, adaptada a aplicação BMAC (para registo das ajudas de custo) às exigências de novos mercados. Procedeu-se ao levantamento de requisitos e iniciou-se o desenvolvimento de aplicação para a gestão dos processos de Medicina no trabalho. O Portal continuou a expandir a cobertura de processos, com desenvolvimento de novas aplicações e adaptação de outras a novas realidades. Para suporte à atividade do Grupo na Argélia, iniciou-se um projeto de implementação do Módulo de Recursos Humanos.

As comunicações tiveram significativas melhorias, em particular a vídeo-conferência, com a ampliação da rede para Moçambique, Argélia e Venezuela e aumento do número de salas em Angola a par com o reforço da largura de banda para as comunicações internacionais.

Foram instaladas as novas redes *wireless* e foi implementado um processo de redundância de comunicações para ligação dos diversos *sites* em Luanda.

As plataformas de correio eletrónico foram redesenhadas e consolidadas com o objetivo de aumentar a segurança e disponibilidade do serviço.

Nos Centros de Dados, foram realizadas intervenções de substituição de equipamentos e ou recurso a virtualização, com especial relevância para o de Luanda, com renovação de equipamento nos ambientes de qualidade e desenvolvimento do ERP/SAP e nova unidade de Storage. Ainda em Luanda foi realizado um projeto de centralização de Backup's suportando as diversas localizações e plataformas, propiciando a melhoria da qualidade e segurança dos processos e o aproveitamento dos recursos.

A Teixeira Duarte prosseguiu em 2014 com a reorganização da sua **Direção Central de Finanças e Contabilidade**, com o objetivo de otimizar e uniformizar processos em todas as geografias onde o grupo opera.

O crescimento registado nas atividades no exterior preconiza o reforço do investimento na sua plataforma informática, em ordem a aumentar a eficácia do controlo centralizado dos principais processos.

A **Direção Central de Aprovisionamentos** desenvolve a sua atuação para empresas do Grupo Teixeira Duarte que operam em várias geografias, nas seguintes áreas:

- Procura de fontes de abastecimento, negociação e contratação, tendo em vista designadamente, o estabelecimento de acordos de base temporal e a obtenção de economias de escala em aquisições de bens e serviços;
- Logística de mercadorias nas vertentes de importação e de exportação;
- Gestão de Armazéns Centrais;
- Apoio à gestão de instalações fixas de empresas do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente, Sede, Escritórios Regionais, Alojamentos e Arquivo Central.

Em Portugal, foi mantido o modelo de organização existente desde o final de 2011, de reforço da intervenção da Direção Central de Aprovisionamentos nas componentes estratégicas das compras. Por outro lado, foi avaliada positivamente a implementação do novo modelo de níveis de serviço nas vertentes de compras e logística.

Em Angola, foram aprofundados os modelos de gestão do Armazém Central, da Estrutura Central de Compras e de instalações fixas da empresa: Sede, Alojamentos e Arquivo Central.

Na Argélia, foram consolidados os modelos de gestão da logística de mercadorias na vertente de exportação e importação e reformulada a gestão da Estrutura Central de Compras com o objetivo de dar melhor resposta ao aumento das solicitações neste mercado. Foi desenvolvido o novo modelo de gestão de instalações fixas da empresa: Sede e Alojamentos.

No Brasil, foi iniciada a reorganização do Armazém Central de Cumbica, em São Paulo, e a implementação do modelo de gestão de instalações fixas da empresa: Sede e Alojamentos.

Em Moçambique, foi dada continuidade à consolidação do modelo de gestão do Armazém Central e foi iniciada a implementação do novo modelo de gestão de instalações fixas da empresa: Sede e Alojamentos.

Na Venezuela, foi desenvolvida a reorganização do Departamento de Logística e Importações, com vista à melhoria dos níveis de eficiência na gestão dos processos. Foi iniciada a implementação do modelo de gestão de instalações fixas da empresa: Sede e Alojamentos.

– APRECIACÃO SOCIETÁRIA

No cumprimento de todas as obrigações de cariz societário, nomeadamente enquanto entidade emitente de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, destaca-se a divulgação pública das diversas informações consideradas relevantes em 2014, com especial destaque para o Relatório de Gestão e as Contas relativos ao exercício de 2013, bem como o Relatório Sobre o Governo da Sociedade reportado ao mesmo período, ambos aprovados em Assembleia Geral.

Assembleia Geral Anual:

A reunião da Assembleia Geral de 31 de maio de 2014 registou a expressiva participação de titulares de 82,69% do capital social e dos direitos de voto, tendo sido aprovadas todas as propostas submetidas a deliberação, nomeadamente as de aprovação dos documentos de prestação de contas consolidadas e individuais, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, a proposta referente à apreciação da administração e fiscalização da Sociedade, a proposta relativa à Declaração sobre política de remuneração dos membros dos respetivos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade, bem como a proposta de eleição de um suplente do Conselho Fiscal para desempenhar o cargo até ao final do mandato em curso 2011/2014, dada a renúncia apresentada pelo membro anteriormente eleito.

Dividendos:

A Assembleia Geral aprovou a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração, segundo a qual se propôs que os resultados líquidos individuais da TD,SA apurados no exercício de 2013, no montante de 64.028.905,23€ (sessenta e quatro milhões, vinte e oito mil, novecentos e cinco euros e vinte e três cêntimos), tivessem a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	11.000.000,00€
Para reforço das reservas livres	46.728.905,23€
Para dividendos aos acionistas	6.300.000,00€

Alterações na composição do Conselho Fiscal:

Por carta de 24 de março de 2014, o Senhor Dr. Horácio Lisboa Afonso apresentou a renúncia ao cargo de suplente do Conselho Fiscal que vinha ocupando na "Teixeira Duarte, S.A.", por se encontrar em situação de incompatibilidade, nos termos legalmente fixados, para acumular este cargo em simultâneo com o exercício de outro que desempenhava noutra entidade. Nesta sequência, e conforme já havia sido acima referido, foi eleito como novo suplente do Conselho Fiscal, para ocupar o cargo até ao final do mandato em curso (2011/2014), o Senhor Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo.

Por carta de 7 de novembro de 2014, o Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro apresentou a renúncia ao cargo de Presidente do Conselho Fiscal que vinha exercendo na "Teixeira Duarte, S.A.", na sequência da sua nomeação para desempenhar as funções de vogal do conselho de auditoria do Banco de Portugal, na qualidade de Revisor Oficial de Contas. Neste enquadramento, assumiu as funções de membro efetivo do Conselho Fiscal o Senhor Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo, o qual foi subsequentemente eleito para exercer as funções de Presidente daquele órgão, até ao final do mandato em curso.

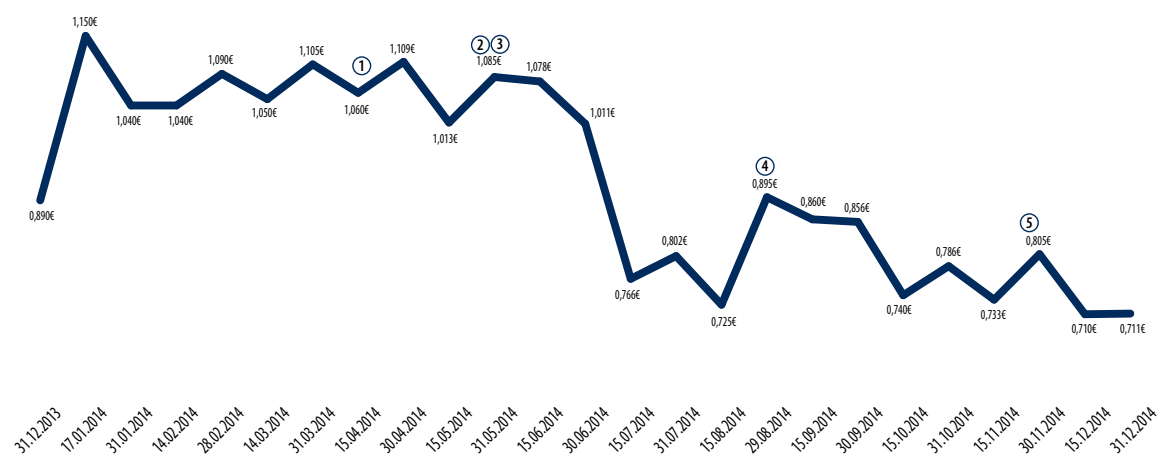
Os títulos da Teixeira Duarte, S.A.:

Durante o ano de 2014, as ações sofreram uma desvalorização de 20% baixando de 0,89€ em 31 de dezembro de 2013, para 0,711€ em 31 de dezembro de 2014.

No que se refere à liquidez e volume de negócios executados neste exercício, foram transacionadas em Bolsa sensivelmente o quadruplo das ações transacionadas em 2013, ou seja 68.468.201 ações, com um volume de negócios no montante de 67.370.116,00€.

Em 24 de março de 2014, as ações representativas do capital social da "Teixeira Duarte, S.A." passaram a integrar o PSI20.

No gráfico *infra* verifica-se a evolução da cotação das ações durante o exercício de 2014:



Cotações Teixeira Duarte, S.A.

1 - Divulgação de Resultados referentes ao Exercício de 2013 - 17 de abril de 2014

2 - Atividade, resultados e situação económica e financeira do 1º trimestre de 2014 - 30 de maio de 2014

3 - Aprovação do Relatório e Contas Relativo ao exercício de 2013 - 31 de maio de 2014

4 - Resultados relativos ao 1º semestre de 2014 e perspectivas para o final do exercício - 29 de agosto de 2014

5 - Atividade, resultados e situação económica e financeira do 3º trimestre de 2014 - 28 de novembro de 2014

IV. ANÁLISE SETORIAL

De seguida, será feito o reporte da atividade desenvolvida nos diversos setores em que o Grupo atua, seguindo-se, para todos eles, uma estrutura semelhante, ou seja, começando por uma apresentação do respetivo setor dentro do Grupo Teixeira Duarte, depois explicando, com suporte gráfico sobre o Volume de Negócios e o EBITDA consolidados, qual o contributo dessa área de negócio para o Grupo e concluindo com uma exposição sobre a atuação durante 2014, acompanhada de indicadores não consolidados que permitem uma análise e perspetiva sobre o total da atividade e não só o que se cinge ao contributo final para os números consolidados.

IV.1. CONSTRUÇÃO

A Construção é o *core business* e a génese do Grupo Teixeira Duarte que, neste setor, atua nas áreas da Geotecnia e Reabilitação, Edificações, Infraestruturas, Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Obras Ferroviárias e Obras Marítimas, que contam com o apoio de um Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço e de um Laboratório de Materiais, bem como de uma Direção de Equipamentos de grande dimensão e elevada tecnologia e de um Pólo Operacional Teixeira Duarte, instalado num terreno com uma área superior a 130.000 m² e que constitui uma enorme valia adicional para a empresa e para os serviços prestados aos seus clientes.

Destacam-se também as Direções Centrais e estruturas de apoio específico nas áreas Comercial, de Estudos e de Projetos.

O seu fundador, Eng.º Ricardo Esquível Teixeira Duarte, que concluiu o primeiro curso de Engenharia Civil ministrado no Instituto Superior Técnico e que desempenhou funções de bastonário da Ordem dos Engenheiros, desde sempre foi reconhecido pelos seus pares pela sua valia técnica e de inovação.

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atuação marcada por esse cunho, assumindo-se sempre como uma verdadeira casa de Engenharia. Desde grandes infraestruturas como pontes, barragens, estradas e outras obras públicas, bem como hospitais e grandes edifícios que constituem marcos históricos, nomeadamente em Portugal, a Teixeira Duarte é reconhecida como um sinónimo de conhecimento e experiência, sendo uma presença constante no mercado da construção.

Para além da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." (TD-EC) - que é a principal sociedade do Grupo - existem também outras sociedades participadas, que operam em áreas específicas da Construção, nomeadamente nas obras Subterrâneas, nas Ferroviárias e nas Marítimas, bem como diversos Agrupamentos Complementares de Empresas e outras estruturas semelhantes afetas a projetos específico, em particular na área das Infraestruturas.

Em 2014 a Teixeira Duarte operou nesta área em vários países, destacando-se como principais mercados Portugal, Angola, Argélia, Brasil, Espanha, França, Moçambique e Venezuela.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

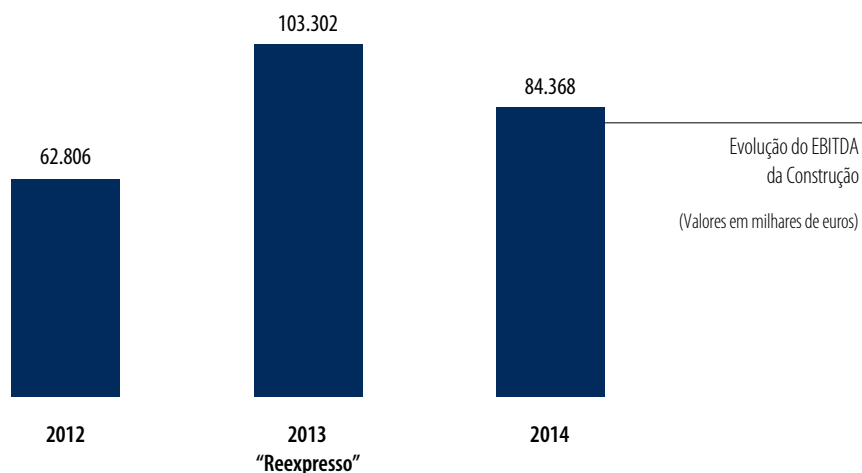
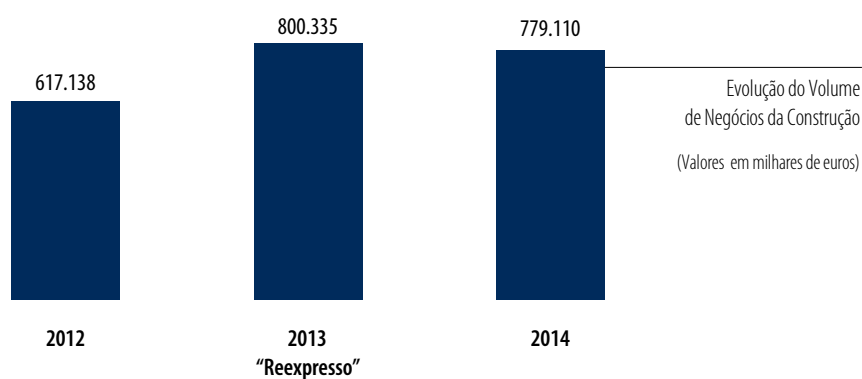
O Volume de Negócios da Construção subiu no Brasil, em Moçambique e na Venezuela e desceu em Portugal e Angola, sendo que, globalmente, registou uma diminuição de 2,7% face a 2013.

Portugal reduziu 28,5%, fruto da retração generalizada, e Angola desceu 29,1%, em resultado, essencialmente, do facto de grandes obras que estava em curso neste país em 2013 estarem agora já em fase de conclusão.

Destacam-se os crescimentos em Moçambique e na Venezuela e, em especial, no Brasil, onde o aumento deste indicador foi de 84,2%.

Assim, em 2014, o mercado externo representava 90,6% do volume de negócios da Construção.

O EBITDA na Construção registou uma descida de 18,3% em relação ao exercício anterior.



– ATIVIDADE DURANTE 2014

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2014, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Construção atingiram o valor global de 1.027.221 milhares de euros, sendo que, no global, estes valores refletem uma ligeira descida de 0,7% em relação a 2013.

Veja-se agora quais as principais atividades realizadas nas várias áreas em que a Teixeira Duarte atua no setor da construção:

A **GEOTECNIA E REABILITAÇÃO** é o Centro de Exploração da TD-EC que abrange as áreas da Geotecnia e Fundações, bem como de Reabilitação, concentrando um núcleo de engenharia e investigação de referência na empresa e no mercado.

Este Centro de Exploração tem protagonizado nestes últimos anos um acentuado desenvolvimento da sua atividade, com relevância na atuação global da empresa, caracterizada por intervenções em projetos de elevada complexidade técnica e dimensão, tanto em empreitadas

públicas como privadas, contando com recursos humanos altamente especializados e tecnicamente preparados, apoiados por equipamentos próprios de vanguarda tecnológica.

Na área da Geotecnia e Fundações, concebem-se e executam-se Estudos Técnicos de Engenharia de Fundações, Estudos Geológicos, Prospeção Mineira, Paredes Moldadas, Estacas, Micro Estacas, Pregagens, Ancoragens, Consolidações, Injeções, Jet-Grouting, Betão Projetado, entre outros trabalhos da especialidade.

Na área da Reabilitação, realizam-se trabalhos especializados nos domínios da Reabilitação de Estruturas e Conservação de Monumentos e Património Arquitectónico Edificado, bem como nas Inspeções e Diagnóstico de Estruturas.

Depois de uma forte subida conseguida no anterior exercício, a atividade desenvolvida pelo Centro de Exploração de Geotecnia e Reabilitação da TD-EC registou também em 2014 um excelente desempenho operacional, alcançando proveitos no valor de 76,3 milhões de euros.

Em **Portugal**, a crise no setor da construção e a redução de concursos públicos e privados, continuaram a influenciar negativamente o desempenho operacional desta área, que teve uma redução de 69% relativamente ao ano anterior. Os proveitos ficaram pelos 4,3 milhões de euros, contribuindo apenas em 5,6% para os proveitos deste centro.

Nesta área, destaque para a execução das seguintes empreitadas:

- Aproveitamento Hidroelétrico de Crestuma-Lever – Empreitada de Diagnóstico das causas e efeitos do fluxo a jusante da Bacia 7E, para a "EDP – Gestão de Produção de Energia, S.A.";
- Diversas empreitadas de reabilitação de edifícios e estruturas na Central Hidroelétrica de Sines, para a "EDP – Gestão de Produção de Energia, S.A.";
- Reabilitação da Ponte sobre o rio Vouga, para "EP – Estradas de Portugal, S.A.";
- Reconhecimento geotécnico e execução de ancoragens definitivas de reforço na parede de contenção existente nos Jardins de Braço de Prata, em Lisboa, para o "Fundo de Investimento Imobiliário Fechado – LISFUNDO";
- Execução de Estacas e contenção periférica do edifício do Lote 5 no loteamento "Fórum Oeiras", para entidade do Grupo Teixeira Duarte "Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF";
- Execução de contenção periférica e escavação do edifício do Lote 13, no "Lagoas Park", em Oeiras, para a "Teixeira Duarte – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Campanha complementar de sondagens e Plano de observação no Reservatório do Cerro da Mina, para a "SOMINCOR, S.A.";
- Poços de reconhecimento e sondagens estruturais para o hotel "A Brasileira", no Porto, para a "OPPA – Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Execução de fundações indiretas do pórtico da subestação na empreitada do reforço de potência do aproveitamento hidroelétrico de Salamonde, em Braga, para a "EDP – Gestão da Produção de Energia, S.A."

O já aludido enquadramento de retração do mercado em Portugal, levou a que apenas se tenham entregue propostas no valor global de 64 milhões de euros.

Considerando as obras em carteira no fim de 2014, é expectável um ligeiro aumento dos proveitos em 2015, embora se mantenham níveis operacionais muito baixos para a capacidade instalada.



REFER E.P.
Reforço e reabilitação das fundações da ponte internacional de Valença - Linha do Minho
Valença | Portugal



Angola LNG Limited
Projeto, aquisição e construção da doca de operações de apoio à fábrica da Angola LNG
Soyo | Angola

Em **Angola**, os proveitos atingiram o montante de 21,6 milhões de euros, superando em cerca de 9,9% os valores obtidos em 2013.

Destaca-se, neste país, a conclusão das seguintes empreitadas:

- "Engineering, Procurement and Construction (EPC) of the Marine Operations Support Dock", no Soyo, para a "ANGOLA LNG, Limited".
- Consolidação da fachada tardoz do edifício do Cine-Teatro Nacional, para o Ministério da Cultura, em Luanda;
- Reforço de laje, substituição de cobertura e execução de rampa nas oficinas da TDA dos Coqueiros, para a empresa do Grupo Teixeira Duarte "TDA - Comércio e Indústria", em Luanda;
- Fundações indiretas dos Lotes 29 a 33 da Cooperativa Essandjú, para a "Cooperativa Essandju, SCRL", em Luanda;
- Fundações indiretas da 2ª fase do Centro de Logística e Distribuição de Luanda, para a "Mercasa - Incatema Consulting S.R.L.", em Luanda;
- Contenção periférica e fundações indiretas das instalações do Maculusso, para a "Igreja Universal do Reino de Deus", em Luanda.

Iniciaram-se este ano outras importantes empreitadas em Angola, nomeadamente:

- Empreitada da "2ª fase do reforço do sistema de suspensão da Ponte da Barra do Kwanza" para o "I.N.E.A. - Instituto de Estradas de Angola";
- "Execução de fundações por estacas e contenção periférica do edifício da Parcela A, Lote 13, da Baía de Luanda", para a "IMOBÁIA, S.A.", sociedade detida a 100% pela empresa "OMATAPALO - Engenharia e Construção, S.A.";



Hasnaqui/FCM Construction
Grande refinaria de Açúcar de Oran - Execução de estacas
Oran | Argélia

Gulf Bank Algeria
Nova sede da AGB - Execução de cortina de estacas secantes
Argel | Argélia

- "Execução de fundações por estacas do edifício da Parcela 3, Lote 39, da Baía de Luanda", para cliente privado, em Luanda.

Na área comercial, o número de propostas entregues aumento 26%, num total de 159, tendo o seu valor global atingido os 148 milhões de euros.

Para 2015, apesar do ambiente de alguma incerteza provocado pela baixa do preço do petróleo, prevêem-se manter níveis operacionais semelhantes ao ano anterior.

Na **Argélia**, 2014 foi o ano de consolidação da atividade deste Centro de Exploração neste país, tendo os proveitos atingido o valor de 6,6 milhões de euros, ou seja, mais 4,1 milhões de euros do que o alcançado em 2013.

Realça-se a conclusão das seguintes empreitadas:

- Execução de fundações especiais para a "Grand Raffinerie du Sucre", em Oran, para a empresa luso-argelina, "HASNOUI FCM Construction";
- Execução de contenção por cortina de estacas em edifício localizado em Ben-Aknoun, em Argel, para "Societè Tidjini Construction";
- Execução de contenção por cortina de estacas no Hospital Bab el Oued, para a "GLOBALCLEOP, S.A.".

Destaque ainda para o início, em 2014, da empreitada de escavação e contenção periférica da nova sede do "AGB - Gulf Bank Algéria", em Argel.

A atividade comercial teve um aumento significativo relativamente ao ano transato, tendo sido emitidas propostas no valor de 75 milhões de euros.

2014 foi, para o Grupo, um ano de afirmação da especialidade de Geotecnia e Fundações neste país, reforçando a notoriedade que a Teixeira Duarte já detinha no mercado e permitindo a ampliação da capacidade operacional antes existente.

Para o ano de 2015 e com base nos grandes projetos de infraestruturas já adjudicados com uma importante componente de trabalhos geotécnicos, perspetiva-se a continuação do crescimento verificado no ano em análise.

No **Brasil**, em linha com o crescimento que se vem registando na atividade da Geotecnia e Reabilitação desde a entrada neste mercado em 2011, o volume de trabalhos superou os 26 milhões euros, mais 46% face ao exercício anterior.

Dando continuidade à relação com importantes clientes privados, em 2014 registámos uma intensa atividade comercial que permitiu estabelecer ligações com novas entidades de renome no mercado, como a "ODEBRECHT", a "CSN" e a "YARA Fertilizantes", bem como alargar a área de atuação a seis estados.

No período em análise, entre obras iniciadas em 2014 e outras que se vinham a desenvolver no ano anterior, podemos destacar na área de Geotecnia e Fundações no Brasil, a realização dos seguintes trabalhos:

- Fundações profundas (estacas escavadas, estacas-raiz e parede moldada), na Linha 17 do Metro de São Paulo, para o "Consórcio Andrade Gutierrez / Grupo CR Almeida";
- Fundações (estacas escavadas) do Finger-Sul e extensão do Cais-Norte do Estaleiro Naval da "Jurong Shipyard", em Aracruz, Espírito Santo, para o Consórcio "EMPA, S.A. / Grupo CR Almeida";
- Fundações especiais (estacas escavadas e estacas-raiz) no Nó da Rodovia Anchieta, em Cubatão, Santos, para o "Grupo CR Almeida";
- Fundações especiais (estacas escavadas, cravação de tubos e *jet-grouting*), na Ponte sobre o Canal da Barra, inserida na linha 4 do Metro do Rio de Janeiro, para o Consórcio "Rio-Barra";
- Parede moldada de 800 mm e *jet-grouting* nos Reservatórios da Praça de Niterói e Praça Varnhagen, inseridos no projeto de amortecimento de cheias na Bacia da Tijuca, no Rio de Janeiro, para a "Construtora OAS, S.A.";
- Estabilização de Taludes (ancoragens, pregagens, aplicação de rede de contenção) no Setor Cava Oeste, na Mina de Águas Claras, Nova Lima, Minas Gerais, para a "VALE, S.A.";
- Contenção periférica (parede moldada e tirantes provisórios), no Empreendimento Residencial SAO, em São Caetano, São Paulo, para a "GAFISA, S.A.";
- Execução de fundações (estacas escavadas) no empreendimento residencial "Altavista Premium" (Fase 2), em Jundiaí, São Paulo, para a empresa "SCHAHHN Engenharia S.A.";
- Contenção periférica (parede moldada, cortina de estacas secantes, tirantes provisórios) no empreendimento "My Place", São Paulo, para a empresa "SINCO Engenharia, Ltda";
- Contenção executada em estacas-raiz, no empreendimento "Square Axis", em São Paulo, para a "GAFISA, S.A.";
- Fundações especiais (parede moldada, tirantes provisórios, estacas escavadas e barretes), no empreendimento Wide Cambuí, em Campinas (SP), para a "GAFISA, S.A.";
- Estacas escavadas no Rodoanel de São Paulo (Trecho Norte), para a "Construtora OAS, S.A.";



Consórcio EMPA, S.A. / GRUPO CR Almeida
Fundações no estaleiro naval da "Jurong Shipyard"
Aracruz | Espírito Santo | Brasil



Consórcio Construtor "Rio-Barra"
Fundações especiais na ponte sobre o canal da barra
Linha 4 do Metro do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro | Brasil

- Estacas escavadas da Ponte de Itapaíuna, sobre o Rio Pinheiros, em São Paulo, para a "Construtora Norberto Odebrecht, S.A.";
- Contenção Periférica (Parede Moldada e Tirantes Provisórios) no templo da "Igreja Universal do Reino de Deus", em Curitiba.

Na área da Reabilitação no Brasil, destaque para:

- Trabalhos realizados no âmbito da empreitada de Substituição de 3 pontes na Estrada de Ferro Vitória-Minas (continuidade do contrato iniciado em 2013 e que se prolongará até 2015), para a "VALE, S.A.", nomeadamente com a substituição das Pontes do Rio Corrente (Governador Valadares, Minas Gerais) e de Piraqueaçu (João Neiva, Espírito Santo) e ainda os trabalhos preparatórios para a substituição da Ponte de Santa Maria (Cariacica);
- Campanha de inspeções e ensaios no cais e ponte de acesso, nas instalações da "Yara Fertilizantes, S.A.", em Rio Grande, no Rio Grande do Sul, e subsequente intervenção de Reabilitação desta infraestrutura marítima, incluindo a substituição dos carris das gruas na face superior do tabuleiro;
- Reabilitação e estabilização das fundações de pilares (P39 e P49) do transportador de minério, na Mina da Casa da Pedra, Congonhas, Minas Gerais para a Companhia Siderúrgica Nacional.

Apesar da redução verificada no segundo semestre do ano no lançamento de concursos públicos e privados, devido, entre outros fatores, ao período eleitoral que ocorreu em outubro de 2014, estudaram-se, no ano em apreciação propostas com o valor global de cerca de 880 milhões de euros, que representou um aumento de 60% acima do registado no ano anterior, devido essencialmente ao facto de se terem elaborado muitas propostas para empreendimentos de grande dimensão, especialmente obras portuárias.



IMOINVESTE

Demolição, contenção periférica, escavação e execução de estacas
Maputo | Moçambique

CFM

Reconstrução da Ponte Ferroviária da Linha Ressano Garcia
Ressano Garcia | Moçambique

Apesar da atual conjuntura retrativa da economia brasileira, atendendo à continuidade de alguns dos contratos em carteira e à perspectiva de concretização de novos projetos estruturantes, especialmente em São Paulo, mantém-se a expectativa de que o valor dos trabalhos realizados em 2015 seja superior ao alcançado neste ano.

Em **Moçambique**, atingiram-se proveitos operacionais no valor de 10,3 milhões de euros, um aumento superior a 55% em relação ao ano anterior.

Destacam-se a execução das seguintes empreitadas:

- Contenção Periférica e Execução de Estacas para o "Edifício JN II", na Avenida Julius Nyerere, em Maputo, para a "IMOINVESTE – Investimentos Imobiliários, S.A.";
- Obra de Reabilitação das Pontes – Cais de Maxixe e Inhambane, para o Ministério dos Transportes;
- Trabalhos realizados no âmbito da empreitada de Reconstrução da Ponte ao km 74+100 da Linha Ferroviária Ressano Garcia, na Província de Maputo, para a "CFM – Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.";
- Reconhecimento Geotécnico para a "NEDA – Engineering Group (Pty) Ltd.", na Cidade de Tete.

Na área comercial foram elaboradas propostas com o montante global superior a 90 milhões de euros, mais 30 milhões do que no período anterior, sendo que, de tais propostas de 2014, já foram adjudicadas obras no valor global de 21 milhões de euros, com destaque para a Reabilitação da Ponte sobre o Rio Save, as quais permitem encarar com otimismo os próximos exercícios e perspetivar a continuação do crescimento da atividade do Grupo nesta área da Construção em Moçambique.



Consortio Boyaca - La Guaira
Estabilização de taludes no prolongamento da Avenida Boyaca até ao distribuidor Macayapa e prolongamento do viaduto de Tacagua - Distribuidor de Macayapa - Ancoragens
Caracas | Venezuela

Consortio Boyaca - La Guaira
Estabilização de taludes no prolongamento da Avenida Boyaca até ao distribuidor Macayapa e prolongamento do viaduto de Tacagua - Distribuidor de Macayapa - Ancoragens
Caracas | Venezuela

Na **Venezuela**, terminaram os trabalhos que vinham sendo executados no âmbito deste Centro de Exploração e que, em 2014, totalizaram 6,9 milhões de euros, designadamente:

- Os trabalhos de Geotecnia e Fundações na empreitada de "Ampliação e Modernização do Porto de La Guaira";
- A contenção de taludes dos Emboquilhamentos Norte e Sul do túnel inserido no Projeto do Prolongamento da Avenida Boyaca;
- A contenção de Taludes no Distribuidor de Macayapa.

Face à atual conjuntura deste país, 2015 afigura-se como um ano de abrandamento no volume de negócios.

Em 2014, as equipas da Geotecnia e Reabilitação iniciaram a prospeção de novos mercados, destacando-se a **Colômbia e Marrocos**, países onde, aproveitando as sinergias de outras equipas do Grupo Teixeira Duarte, se estabeleceram diversos contactos para prospeção de mercado e apresentação do potencial da Teixeira Duarte nesta área específica da Construção.

No primeiro caso, foram estudadas propostas totalizando cerca de 38 milhões de euros e, no segundo, as propostas atingiram o valor global de 22 milhões de euros, tendo-se obtido a adjudicação para a realização dos trabalhos de "Pieux de fondation Diamètre 1600 mm sur le Viaduc de Loukkos, LGV - Ligne de Grande Vitesse, Tanger Kenitra Larache", para a "SGTM - Societé Générale de Travaux du Maroc", no âmbito da qual se obtiveram em 2014 proveitos operacionais de 700 mil euros.

Do apoio prestado a empresas portuguesas com atividade na Guiné Equatorial resultaram proveitos operacionais no valor de 220 mil euros no âmbito da empreitada de "Construccion de las calles de la ciudad administrativa de Djibloho - viaduto of SE4 - estacas de diámetro 800 mm".



Multiusos Oriente
Centro de Dia, Centro de Saúde e Pavilhão Gimnodesportivo
Loures | Portugal



ANA - Aeroportos de Portugal
Aeroporto de Lisboa - Lounge Piso 5
Lisboa | Portugal

Na área das **EDIFICAÇÕES**, a intervenção nos mercados é caracterizada pelo desenvolvimento de projetos de grande dimensão e complexidade técnica, abrangendo todo o tipo de edifícios: grandes edifícios complexos e multifuncionais, edifícios públicos, habitacionais e de serviços, complexos industriais, escolas, empreendimentos turísticos, reconstrução de edifícios e hospitais.

A produção total nesta área de atividade teve um decréscimo significativo de 2013 para 2014 fruto dos ciclos políticos e das alterações na conjuntura económica verificadas nos mercados onde a empresa opera.

Em Portugal, a construção de edifícios seguiu em linha com o contexto de retração registado em anos anteriores, sendo que, em Angola - depois de um período excecionalmente produtivo de empreitadas para diversos organismos públicos e entidades privadas -, se registou uma significativa redução da atividade após a conclusão de diversas obras de grande dimensão.

Nesta área da construção e dando continuidade à aposta já assumida na Argélia e no Brasil - países com grande potencial de crescimento na construção de edifícios - foi neste período realizado um reforço de meios para consolidação da atividade e ampliação do volume de negócios.

Em **Portugal**, o mercado da área de construção de edifícios manteve-se em níveis muito baixos, devido ao escasso investimento, tanto público como privado, tendo a produção mantido valores reduzidos semelhantes aos registados no ano anterior.

Na área da saúde, foi concluída a empreitada de Execução de Construção Civil, Instalações Especiais, Estrutura Metálica e Arranjos Exteriores do Edifício das Contrapartidas, Centros de Saúde, Centro de Dia e Pavilhão Desportivo, para o "Multiusos Oriente - Fundo Especial de Investimentos Imobiliário Fechado", em Loures.

No setor dos serviços, foram executados diversos trabalhos no aeroporto da Portela, em Lisboa, para a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.", nomeadamente a empreitada nos Lounges nível 5 e 6, a Reformulação de áreas comerciais e serviços-Fase I e a Sala de Contingência F.



Gabinete de Obras Especiais
Assembleia Nacional de Angola
Luanda | Angola



Clínica da Sagrada Esperança
Talatona | Angola

Também para este cliente, foram realizadas duas obras no Aeroporto de Faro: os trabalhos para a "Saída rápida da pista - Alteração de traçado e localização de RETIL" e para a "Substituição válvulas PIT".

Ainda na área de edifícios de serviços, foi iniciada a obra da futura sede da "Fundação Oriente", em Lisboa.

Na área habitacional, arrancou a construção do Lote 5 do empreendimento "Fórum Oeiras", para entidade do Grupo Teixeira Duarte, "Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF".

Em **Angola**, o ano foi marcado pelo reduzido número de concursos públicos e pela conclusão de importantes empreitadas, merecendo especial relevo a conclusão das obras da Assembleia Nacional de Angola, para o "Gabinete de Obras Especiais (GOE)" e das Torres dos Edifícios 2, 3 e 4 da "ESCOM - Espírito Santo Imobiliária, SARL", ambas em Luanda.

Na área industrial foi concluída a obra de Execução de trabalhos de Construção Civil na Central de Ciclo Combinado na Refinaria de Luanda, para "Hidráulica de Angola, Lda".

No setor dos serviços foram concluídas diversas empreitadas, das quais se destaca a construção do edifício "Sky Gallery", para a "ESCOM Imobiliária, S.A.", em Luanda e iniciou-se a construção de um edifício multiusos, para Igreja Universal do Reino de Deus, em Maculusso, Luanda.

Durante o ano de 2014, foram igualmente executadas diversas empreitadas para outras empresas do Grupo, nomeadamente na área da Distribuição, as quais compreenderam a realização de trabalhos de execução, remodelação e ampliação de diversas instalações da cadeia de lojas da "MAXI" e "DAKASA", nomeadamente:

- A execução de uma nova loja para a "MAXI" em Benguela;
- A remodelação do edifício administrativo, galeria comercial e nova loja, para marca "DAKASA", em Morro Bento;

- A execução de três novas lojas da marca "DAKASA" nas galerias comerciais das lojas "MAXI" da Mulemba, de Rocha Pinto e do Cacuaco;
- A ampliação da loja "MAXI", no Zango;
- Construção da nova loja "MAXI", nos Congolenses;
- A ampliação do Armazém de Frios da loja da "MAXI", no Lobito.

Também para outras empresas do grupo, designadamente do setor Automóvel, foram realizadas diversas empreitadas como:

- A execução das Oficinas e Stand Vauco, no Lobito e a Ampliação do Stand Vauco Ho-chi-Min, para a empresa "VAUCO, Lda";
- As obras de reorganização das Oficinas TDA Coqueiros, em Luanda.

Na área dos empreendimentos turísticos, foi executada, num prazo de seis meses, a empreitada de remodelação do Hotel Trópico, em Luanda, que implicou a renovação total das instalações especiais, dos acabamentos/revestimentos, mobiliário, decoração e equipamentos, permitindo a sua reabertura ao público no dia 1 de junho de 2014.

Também para empresa do Grupo Teixeira Duarte executaram-se várias empreitadas, para a cadeia de pastelarias "Nilo".

Na área da saúde, foram realizadas as seguintes empreitadas para a "Clínica da Sagrada Esperança":

- Conclusão da construção de edifício da "SOS - International" (Fase 1), em Luanda;
- Início da conceção e construção do Edifício nº1 - (Fase Estrutura), em Talatona;
- Início dos trabalhos de ampliação da Lavandaria da Clínica da Sagrada Esperança, na Ilha do Cabo, Luanda.

Na área social, ficou concluída a "Empreitada de Construção da Casa das Artes dos Meninos do Mussulo", para a "ConSaúde - Consultoria de Gestão e Administração em Saúde, Lda".

No setor da habitação, foram iniciadas duas empreitadas gerais para a "Cooperativa Essandju, SCRL": a "Construção do Edifício Dyeji" e a "Construção do Edifício Kuaquie", ambas localizadas na Ilha do Cabo, em Luanda.

Face à atual conjuntura económica do país, perspetiva-se uma continuada retração na construção de edifícios.

Na **Argélia**, o trabalho comercial desenvolvido durante os últimos anos nesta área, traduziu-se, em 2014, na contratação de importantes obras.

Em 2014, prosseguiram os trabalhos da empreitada de "Construção da Residência Oficial na Cidade de Constantine", para a "Direction de L'Administration Locale de la Wilaya de Constantine".

Foi assinado o contrato, em associação com a empresa argelina "SPA - Groupe ETRHB HADDAD", para a empreitada de "Réalisation d'un Parking à Étages au niveau de Sidi-Yahia - Bir Mourad Rais (Alger)", para a "Direction des Déplacements des Transports et de la Circulation de la Wilaya d'Alger".

Para empresa do Grupo, foram iniciados os trabalhos de adaptação de um edifício para os novos escritórios da Teixeira Duarte, na cidade de Argel.

Já no final do ano de 2014, foi consignada a empreitada para a "Réalisation de l'Ensemble des Travaux en Tout Corps d'Etats - Projet Nouveau Siège Social AGB - El Biar Alger". Trata-se de um edifício que se destina à instalação da sede do "Algerian Gulf Bank", composto por duas torres semi-separadas com 15 pisos elevados e 5 caves, unidas por um núcleo central de elevadores, com uma arquitetura moderna e arrojada e que irá certamente constituir uma referência na capital deste país.

No ano em análise, foi também aprovada a contratação de uma empreitada que irá ser desenvolvida por um agrupamento de empresas liderado pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", para a execução do "Estádio de Futebol Constantine", para a "Direction de la Jeunesse et des Sports de la Wilaya de Constantine", com 50.000 lugares, contrato este que se prevê que seja assinado no ano 2015, aumentando a carteira do setor na Argélia.



Fundação Universitária José Bonifácio
Clínica Mais Pesquisa para a Saúde
Rio de Janeiro | Brasil



Instituto Porto Seguro
Nova Galeria de Arte
São Paulo | Brasil

No **Brasil**, a fidelização de clientes já existentes e a angariação de novos permitiu que o volume de proveitos tenha aumentado em cerca de 43% relativamente a 2013.

Na área dos edifícios escolares, foi concluída a primeira etapa e iniciada a segunda, da empreitada do Projeto Integração Básico – Clínica Mais Pesquisa para a Saúde, integrada no Centro de Ciência da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro, para a "Fundação Universitária José Bonifácio", no Rio de Janeiro.

Na área industrial, para "CHERY BRASIL – Importação, Fabricação e Distribuição de Veículos, Ltda.", foi executada a "Construção Civil das Oficinas de Soldagem, Montagem e Pintura", bem como dos Corredores para a Fase I do Projeto Brasil, em Jacareí, São Paulo.

Ainda nesta área, foram realizadas diversas empreitadas que merecem referência como:

- A execução de "Obras Civas On-Shore IV" para a construção de diversos edifícios, para "Anglo American Minério de Ferro Brasil, S.A.";
- A realização da empreitada de "Serviços Civas nos Refeitórios da Laminação a Frio, Aciaria 2 e Manutenção Central", em Cubatão, São Paulo, para as "Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. – Usiminas".

No setor dos serviços, foram iniciados os trabalhos de "Construção de Galeria de Arte, incluindo Trabalhos de Fundações, Estrutura, Acabamentos e Instalações", em São Paulo, para o "Instituto Porto Seguro" e foi também começada a empreitada de "Execução de Serviços de Terraplanagens, Fundação Profunda, Fundação Direta e Parede Diafragma", em Curitiba, estado do Paraná, para "Igreja Universal do Reino de Deus".

Na área da saúde foram executadas diversas obras, relevando-se:

- A conclusão da empreitada de "Execução do Edifício dos Escoteiros em Niterói – Rio Janeiro", para "Hospital de Clinicas de Niterói, Ltda.";



Hospital das Clínicas de Niterói
Edifício Escuteiros
Niterói | Rio de Janeiro | Brasil



Impar - Serviços Hospitalares
Centro Cirúrgico e UTI do Hospital de São Lucas
Rio de Janeiro | Brasil

- A "Execução das Obras Cíveis, Acabamentos e Instalações do 6º Pavimento do Hospital Vitória", para a "ESHO - Empresa de Serviços Hospitalares, S.A.", em São Paulo;
- A conclusão da empreitada de "Execução das Obras Cíveis, Acabamentos e Instalações do 7º Pavimento da Unidade Avançada Azevedo Macedo do Hospital da Luz", igualmente em São Paulo, para a "AMICO SAÚDE, Ltda.";
- A "Execução de Obras Cíveis, acabamentos e Instalações do 1º Pavimento da Unidade Avançada Azevedo Macedo - UTI de Adultos", em São Paulo, para a "AMICO SAÚDE, Ltda.".

A experiência e bom desempenho demonstrado nesta área da saúde é patente pela iteração de novas contratações, em 2014, para a execução de empreitadas para estes clientes, destacando-se:

- A "Execução de Fundações e Estrutura de Betão Armado do Prédio da Imprensa", para a "Impar Serviços Hospitalares S.A.", em Niterói;
- A "Execução de Serviços de Construção Civil e Instalações Técnicas no Centro Cirúrgico no 3º Pavimento e Unidade de Tratamento Intensivo (UTI) no 4º Pavimento, no Hospital São Lucas, em Copacabana, Rio de Janeiro", para a "IMPAR - Serviços Hospitalares S.A.".

A conjuntura que tem vindo a afetar o desenvolvimento da atividade económica no Brasil, tem influenciado negativamente o investimento na área dos edifícios, embora, devido à fidelização de clientes e angariação de novos, se preveja a continuação do crescimento em 2015.



Maputo Car Terminal
MCTL Porto de Maputo
Maputo | Moçambique

Kudumba Investments
Kudumba Ressano Garcia
Ressano Garcia | Maputo | Moçambique

Em **Moçambique**, apesar do grande aumento de concorrência, a atividade na área das edificações do Grupo continuou a crescer, tendo os proveitos sido 28% superiores aos verificados no ano anterior.

Na **área industrial**, foram concluídas diversas empreitadas, das quais se salientam:

- A "Execução de Trabalhos de Emergência para Drenagens e Escoamentos de águas Pluviais no Bairro de Laulane", na cidade de Maputo, para a "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P.";
- A "Reestruturação da Cobertura da Oficina Ferroviária e Outros Trabalhos nas Oficinas Gerais de Manutenção", na Beira, para "VALE Moçambique, S.A.";
- "Rehabilitation of the Hard Stand Near Berth 15 and 16 at Port Maputo", para "MPDC Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.";
- "MCTL - Extension to the Car Terminal, Wash Bay and Building Grindroad at Maputo Port", para "Maputo Car Terminal, Lda.";
- "Expantion of the 20.320 m² Ferrochrome Storage Hardstand", para "MPDC - Sociedade de Desenvolvimento do Porto de Maputo, S.A.".

Durante o ano de 2014 foram também iniciadas diversas empreitadas destacando-se:

- A "Construção de Infraestruturas para Instalações de Inspeção Não Intrusiva", para "Kudumba Investments, Lda.";
- A "Construção Civil para a Instalação de Novo Filtro de Mangas do Forno da Fábrica de Cimentos da Matola", para "Cimentos de Moçambique, S.A.", na cidade da Matola;



Banco de Moçambique
Complexo de 3 Edifícios na Av. 25 de Setembro/Av. Samora Machel
Maputo | Moçambique

Imoinveste
Edifício para a Autoridade Tributária de Moçambique
Maputo | Moçambique

- "Project Rehabilitation Nacala Port", para o Grupo "PENTA-OCEAN Construction, Co, Ltd.", em Nacala;
- O "Contrato de Manutenção Eletromecânica e Hidráulica dos Canteiros", para "CLN - Corredor Logístico Integrado de Nacala, S.A."

No setor dos serviços, prosseguiu a empreitada de Construção de dois edifícios, para o "Banco de Moçambique", uma obra de grande envergadura e complexidade, localizada na zona central de Maputo.

Foi também concluída a empreitada de "Construção de Estrutura, Fundações e Alvenarias do Edifício Sede da Autoridade Tributária de Moçambique", em Maputo, para "IMOINVESTE - Construções, Lda."

Em 2014, foram iniciadas diversas obras, realçando-se:

- A "Construção de Edifício de Serviços para os Ministérios da Planificação e Desenvolvimento e das Finanças", em Maputo, para a "IMOINVESTE - Construções, Lda.";
- A empreitada de Execução de Parque de estacionamento e Ampliação de Loja Home Center, igualmente em Maputo, para "Home Center, Lda.";
- A construção de edifício para instalação do Ministério da Agricultura, em Maputo, para "SOCIGEST - Sociedade de Gestão de Participações, S.A.";
- A construção de uma agência bancária para o "Moza Banco, S.A.", em Ressano Garcia;
- "Construction of an Office Block, Warehouse, Canteen, Ablution and Two Gate Control Houses at GT- Satruck Terminal, km 4, Ressano Garcia Border", para a "Gestão de Terminais, S.A.", em Ressano Garcia.

Na área habitacional, prosseguiu-se a construção de edifício multiusos, na Avenida Julius Nyerere nº 130, em Maputo, para empresa do Grupo Teixeira Duarte e foi executada a "Construção de Estrutura de Betão Armado de edifício sito na Avenida Ahmed Sekou Touré, em Maputo, para a "SOICIFIDE Moçambique, Lda."

A carteira de obras prevista para 2015 permite perspetivar um volume de crescimento da atividade e, embora a maioria das obras previstas realizar sejam em Maputo, existem também diversos estaleiros abertos nas províncias do centro e norte do país, nas quais se acompanha com atenção a evolução dos novos pólos de desenvolvimento, especialmente nas províncias de Nampula e Cabo Delgado, onde poderão surgir oportunidades de contratação, decorrentes da atividade mineira aí projetada.

A área das **INFRAESTRUTURAS** manteve, ao longo de 2014, a sua posição decisiva no crescimento da atividade da Teixeira Duarte, não apenas medida na expressão económica dos seus próprios projetos, mas também pela capacidade indutora de mobilização das diferentes valências e áreas de atuação da empresa.

Reunindo no seu portfólio de realizações todo o tipo de Infraestruturas, nomeadamente Estradas e Autoestradas, Pontes e Viadutos, Barragens, Ferrovias, Gares Ferroviárias e Interfaces, Obras Portuárias, Construção Ambiental e ainda Infraestruturas de Água e Gás Natural, este Centro de Exploração tem acompanhado as variações cíclicas dos principais mercados em que o Grupo opera.

Com efeito, ao longo deste período a Teixeira Duarte tem trabalhado com vista a a uma melhor distribuição da carteira de atividade pelos vários territórios, fazendo, também dessa forma, face às vicissitudes de variações de envolvente sociopolítica e macroeconómica existentes em cada região.

Neste enquadramento, pode-se assumir o ano de 2014 como um exercício integrado num período que se prevê de crescimento continuado.

Em **Portugal**, a atividade continua muito abaixo do que seria normal para o setor, não obstante regista-se a assinatura do contrato para finalizar as obras de construção do Túnel do Marão - que acarretará um aumento dos proveitos em Portugal -, bem como as perspetivas de inversão da tendência de contração do mercado que poderão implicar novas entradas em carteira já no decorrer do ano em curso e nos anos subsequentes.

As obras desenvolvidas neste exercício foram:

- A empreitada geral de construção do reforço de potência da Barragem de Salamonde, em Salamonde - Vieira do Minho, para a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.". Esta obra, executada pelo "CONSTRUSALAMONDE, ACE", no qual a TD-EC e a sua participada "E.P.O.S., S.A." detêm 92,5%, constitui uma obra de elevada complexidade técnica que tem tido um desenvolvimento compatível com os objetivos traçados perante o exigente cliente EDP, tendo as datas chave contratualmente relevantes sido cumpridas. Prevê-se que as obras sejam concluídas durante o ano 2015 na linha com o definido com a EDP, consolidando a relação técnico-comercial com este cliente e parceiro;
- A empreitada para a construção do reservatório do Cerro da Mina, em Neves Corvo, para a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." foi concluída e rececionada em julho de 2014, tendo a generalidade dos objetivos traçados sido atingidos;
- A empreitada para a construção do Túnel do Marão, no IP4 (A4), em regime de Conceção/Construção, em Vila Real, para a "EP - Estradas de Portugal, S.A.". Esta obra, de prazo reduzido e elevada exigência no âmbito dos procedimentos de gestão, é executada em consórcio entre a TD-EC e a sua participada "E.P.O.S., S.A.", tendo sido consignada em setembro de 2014 pelo valor de 88,1 milhões de euros e com um prazo de execução de 518 dias, 120 dos quais afetos ao projeto de execução.



EDP – Gestão de Produção de Energia, S.A.
Reforço de potência de Salamonde - Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal



INEA - Instituto Nacional de Estradas de Angola
Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda
Luanda | Angola

Em **Angola**, o volume de produção aumentou cerca de 29% e, apesar do clima circunstancial de maior retração no investimento em infraestruturas, foi reforçada a atividade técnico-comercial prosseguindo a aposta de crescimento neste importante mercado.

Os projetos desenvolvidos durante 2014 foram:

- A empreitada de Reabilitação da Rede Viária de Luanda - Avenida Hoji Ya Henda, numa extensão de 5,1 km, para o "INEA - Instituto de Estradas de Angola", tendo sido já rececionados pelo cliente, em setembro de 2014, dois dos troços mais importantes, com uma extensão global de cerca de 2,1 km.

Os trabalhos de reabilitação desta via estruturante da cidade de Luanda - que atravessa os importantes Municípios do Rangel e do Cazenga - mantêm-se condicionados, sobretudo por problemas de expropriação e por algumas contingências ao nível de serviços afetados. Esta empreitada prevê-se que seja concluída durante o ano de 2015, ainda que tal objetivo possa ser ajustado por novas determinações do Dono de Obra;

- Foi concluída e rececionada provisoriamente, conforme previsto, em novembro de 2014, a empreitada de Construção das Infraestruturas Gerais das Urbanizações do "Nosso Zimbo", na província de Benguela, com bons níveis de produção e de desempenho;
- Em abril de 2014 foi contratada a empreitada de "Estudos, Projeto Executivo e Construção da Estação de Tratamento de Água do Sistema IV e Sistemas de Distribuição - (BITA) - Lotes B1 e B7", em Luanda, para a "EPAL - E.P.", com um prazo de realização de 36 meses, por um montante de cerca de 300 milhões de USD, cabendo à TD-EC 24,5%, empreitada esta que continua atualmente em fase de planeamento e preparação.

Para o ano de 2015 está prevista a contratação da empreitada "Drenagem, Aterro, Compactação, Consolidação de Solos" da Fábrica da "GE-GLS Oil & Gas, Angola, Lda.", no Soyo, com um prazo de realização de cerca de 10 meses, com um valor de cerca de 28 milhões de USD.



ANESRIF
Modernização da linha ferroviária Thénia/Tizi-Ouzou e sua eletrificação até Oued Aissi – PK 36
Thénia/Tizi-Ouzou | Argélia

EMA – ENTREPRISE DU METRO D'ALGER
Projeto da linha 1 – Trabalhos de via, catenária e estações do troço Place Emir Abdelkader/Place Martyrs
Argel | Argélia

Na **Argélia**, a atividade do setor de Infraestruturas prolongou o forte crescimento que vinha já do exercício anterior.

As principais obras em curso são:

- "Études d'exécution et Travaux de Modernisation de la Ligne Thénia/Tizi-Ouzou et son Électrification jusqu'à Oued Aissi (50+14 km)", para a "ANESRIF - Agence Nationale d'Etudes et de Suivi de la Réalisation des Investissements Ferroviaires";
- "Projet de Réalisation de la Ligne 1 - Lot 1: Extension A Gros Œuvre-Voie, Ligne et Stations sur le Tronçon: Place Émir Abdelkader - Place des Martyrs, Alger", para a "Entreprise du Métro d'Alger (E.M.A.)".

Estas empreitadas estão numa fase de pleno desenvolvimento, que se deverá manter até às respetivas datas de conclusão previstas para 2016. Para ambas, existem expectativas de eventuais extensões e de acréscimos bastante significativos de novos trabalhos, em função do reconhecimento pelos clientes das boas prestações da Teixeira Duarte e do cumprimento dos objetivos delineados.

- Neste período arrancou a empreitada de "Réalisation des Installations et Équipements d'Exploitation de l'Autoroute Est-Ouest - Lot Ouest", no noroeste da Argélia, para a "Algérienne de Gestion des Autoroutes (AGA)", com um prazo de realização de dois anos, e um montante de cerca de 207 milhões de euros. Esta obra está a cargo de um Agrupamento liderado pela TD-EC e contempla a realização, numa extensão de 330 km, dos trabalhos de terraplenagens, redes, construção civil e instalações especiais, de 15 áreas de portagem, de 9 centros de manutenção, de 22 áreas de repouso e de 13 áreas de serviço, que irão servir o lote Oeste da autoestrada Este/Oeste.
- Em 2014 iniciou-se também a empreitada "Réalisation et Exploitation de la Station d'Épuration de la nouvelle ville Ali Mendjeli (Constantine)", para o "Ministère des Ressources en Eau - Office National de l'Assainissement - ONA", com um prazo de execução de 44 meses - 20 para a construção e 24 para a exploração - pelo montante de cerca de 15 milhões de euros, a qual foi atribuída a um Agrupamento liderado pela TD-EC em resultado do bom trabalho efetuado em empreitada anterior para o mesmo cliente e da excelente relação mantida entre as partes.

- Em julho de 2014, foram ainda atribuídas provisoriamente pela "Agence Nationale des Autoroutes" duas empreitadas de grande dimensão, para a execução das penetrantes rodoviárias que irão ligar os portos de Skikda e de Ténès à autoestrada Este/Oeste, que serão realizadas em parceria com empresas argelinas, cuja contratação e arranque está previsto para o primeiro semestre de 2015:

A empreitada de "Réalisation de la Pénétrante Autoroutière Reliant le Port de Skikda à l'Autoroute Est-Ouest sur 31 km", em Skikda, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 31 km de extensão, e conta com 37 obras de arte e cinco nós de ligação, com um prazo de execução de 23 meses e um valor de cerca de 300 milhões de euros, cabendo à TD-EC a liderança do Agrupamento e uma quota de participação de 75%.

A empreitada de "Réalisation de la Liaison Autoroutière Reliant le Port de Ténès à l'Autoroute Est-Ouest sur 54 km (première tranche sur 22 km)", em Chlef, tem por objeto a construção "chave na mão" de uma nova autoestrada em perfil 2x3 vias, com 22 kms de extensão, e conta com 25 obras de arte e quatro nós de ligação, com um valor de cerca de 204 milhões de euros, cabendo também à TD-EC a liderança do Agrupamento e uma quota de participação de 47,5%. Já em abril de 2015, a TD-EC recebeu o contrato e a respetiva ordem de serviço para a realização desta empreitada, cujo prazo de execução é de 23 meses.

Estes dois contratos refletem a continuada aposta da Teixeira Duarte neste país há mais de dez anos e consolidam a importância da Argélia no setor da Construção do Grupo, nomeadamente na área das Infraestruturas.

No **Brasil**, a atuação desta área das infraestruturas, concretizada através da participada "EMPA, S.A.", ficou, conforme havia sido previsto, marcada por um acentuado crescimento tendo os proveitos duplicado em relação ao ano anterior e atingido um volume correspondente a 79 milhões de euros.

A atividade desenvolveu-se no mercado público das rodovias e pontes e no mercado privado para clientes de referência, como sejam o "Estaleiro Jurong Aracruz" e as mineradoras "Grupo Anglo American", "VALE S.A." e "MBR - Minerações Brasileiras Reunidas, S.A."

Com efeito, em 2014, foi dada continuidade aos seguintes projetos:

- Obras de Infraestrutura portuária On Shore 3 e On Shore 5, ambas no Porto do Açu, em Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, para o "Grupo Anglo American".
- Estas obras que se encontram em fase de conclusão, são parte fundamental do Projeto Minas-Rio, que conta com o maior mineroduto de minério de ferro do mundo (529 km de extensão) tendo já iniciado a sua operação.
- Para o "Estaleiro Jurong Aracruz" prosseguiram os trabalhos de construção do Cais Sul, Finger Pier Sul e Extensão do Cais Sul, numa extensão total de 921,6 metros de estruturas acostáveis, incluindo a execução de dragagens, construção de acessos e a retroárea de um Estaleiro Naval destinado à construção de navios-sonda para a exploração de petróleo off shore na camada do pré-sal, localizado em Aracruz, no Estado do Espírito Santo.

Esta empreitada de grande envergadura entrou na sua fase final de construção e constituiu um enorme desafio para as equipas de obra, com exigentes processos construtivos e apertados prazos de execução.

- Para o "DER/MG - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais", prosseguiu a construção de:
 - Rodovia MG -230, trecho Serra do Salitre-Rio Paranaíba, com extensão de 57 kms;
 - Rodovia LMG - 680, trecho Paracatu-Brasilândia de Minas, com a extensão de 94,8 kms;
 - Ponte sobre o rio Paracatú e ponte sobre o rio Verde, na rodovia LMG-680.

Neste ano, arrancaram ainda as seguintes obras e serviços:

- Construção da rodovia BR 235 - BA, trecho entre Divisa dos Estados Sergipe/Bahia e Jeremoabo, com uma extensão de 79,3 kms, no



Anglo American Minerio de Ferro Brasil S.A.
Projeto de implantação do super porto do Açú
São João da Barra | Brasil



Estaleiro Jurong Aracruz
Estaleiro naval da "Jurong shipyard"
Aracruz | Espírito Santo | Brasil

estado da Bahia, para o "DNIT - Departamento Nacional de Infraestruturas de Transportes";

- Também para o mesmo cliente, a elaboração de Projeto e Execução de Obras de Duplicação na rodovia BR 116 - BA, incluindo Obras de Arte Especiais, no trecho entre Euclides da Cunha e o PK 113,6 dessa rodovia, numa extensão de 98,47 kms, no Estado da Bahia;
- Para a participada do Grupo VALE "MBR - Minerações Brasileiras Reunidas, S.A.", foi iniciada a empreitada de Estabilização de taludes do Setor Cava Oeste da Mina Águas Claras, localizada na cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais;
- Para a mineradora "VALE S.A." arrancou a construção do Viaduto de Bicas, localizado em Rio Piracicaba, no Estado de Minas Gerais.

Ainda em 2014, foram recebidas ordens de serviço para as seguintes obras, que se prevê que comecem no segundo trimestre de 2015:

- Elaboração de Projeto e Execução de Obras de Duplicação da rodovia BR 101 - BA, incluindo Obras de Arte Especiais, lotes 1 e 2, entre a Divisa dos Estados Sergipe/Bahia e Alogoinhas, numa extensão de 83,58 kms, no Estado da Bahia;
- Elaboração de Projeto e Execução de Obras de Adequação na rodovia BR 440 - MG, localizada na cidade de Juiz de Fora, no Estado de Minas Gerais.

O setor brasileiro da construção vive presentemente tempos de incerteza, consubstanciados pelo recente anuncio por parte do governo brasileiro da adoção de medidas macroeconómicas restritivas e que fazem antever um ano de austeridade, com a consequente redução de investimentos privados e públicos na área das infraestruturas.

No entanto, mantem-se para 2015, a expectativa de consolidação do nível de atividade registada no ano em apreço, essencialmente pelo volume de obras já em carteira.



ANE
Reparação da Ponte de Chicumbane e Beneficiação da EN1
Província de Gaza | Moçambique

Bolipuertos
Ampliação e modernização do Porto de La Guaira
La Guaira | Venezuela

Em **Moçambique**, a atividade nesta área tem uma expressão residual face a outros mercados, mas registou, no exercício em análise, um crescimento relativamente ao ano anterior.

Em junho de 2014, foi concluída, para a "ANE - Administração Nacional de Estradas", ao abrigo do Programa de Emergência, a empreitada de Obras de Reparação da Ponte de Chicumbane, de duas Passagens Hidráulicas em Xai-Xai, das Obras de Arte na Baixa do Limpopo, e de Beneficiação da N1, entre Chicumbane e Xai-Xai, na Província de Gaza.

Foi ainda iniciada, concluída e rececionada em outubro de 2014, a empreitada de Obras de Reparação dos Aquedutos aos kms 6+645, 35+500 e 35+600, na linha do Limpopo, para a "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P".

Em paralelo, prosseguiu-se a atividade técnico-comercial, com a apresentação de várias propostas, quer em concursos públicos, quer a clientes privados.

Na **Venezuela**, a atividade da área de infraestruturas durante o ano 2014 teve importantes avanços na materialização de expectativas criadas no quadro de cooperação de Portugal com este país.

Desde a assinatura do Acordo Complementar ao Acordo Quadro de Cooperação entre a República Bolivariana de Venezuela e a República de Portugal em matéria de Cooperação económica e energética, em 2008, que se verifica o incremento das relações bilaterais entre os dois países, fulcral para o avanço de grandes projetos.

Neste âmbito, em janeiro de 2014, realizou-se a IX Comissão Mista de Acompanhamento entre Portugal e Venezuela, com destaque para a assinatura de três Memorandos de Entendimento para projetos de grande dimensão e potencialidade.



CANTV
Centro de operações de rede e centro de dados OPSUT
Valle de la Pascoa | Venezuela



Ministerio del Poder Popular para el Transporte Terrestre
Prolongamento da Avenida Bocaya - Túnel de Baralt
Caracas | Venezuela

Na área marítima, assinaram-se os Memorandos referentes aos projetos:

- "Terminal de Graneles Sólidos del Puerto de Maracaibo", no Estado Zulia por 36 milhões de USD;
- "Terminal de Graneles Sólidos del Puerto Cabello", no Estado Carabobo por 115 milhões de USD;
- "Proyecto de Expansión de la Planta Física de DIANCA" de 846 milhões de USD, com o objetivo de ampliar e modernizar o principal estaleiro do país.

Assinala-se igualmente a consolidação do Projeto "Nueva Autopista Alternativa Caracas - La Guaira", que se encontra em fase final de contratação por 4.787 milhões USD. Trata-se de uma empreitada adaptada às prioridades do Governo Venezuelano, que pretende dar continuidade à modernização das infraestruturas relevantes do país, permitindo o reforço rodoviário entre Caracas e La Guaira, capital do estado Vargas. Complemento lógico da nova capacidade do Porto de La Guaira, a nova autoestrada contempla mais de 9 km de túneis de dupla galeria, assim como 7 km de viadutos, num prazo estimado de 54 meses o que reflete a sua complexidade técnica.

O principal marco deste ano de 2014 foi a conclusão da obra "Procura y Construcción del Muelle Oeste en la Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira", no estado Vargas, para a "Bolivariana de Puertos, S.A.". Este projeto de grande envergadura desenvolvido pelo Grupo Teixeira Duarte em regime de "chave na mão", contou com a participação de parceiros portugueses, nas áreas de engenharia, materiais e equipamentos, implicou a formação e transmissão de conhecimentos tecnológicos, tendo também envolvido a aquisição de equipamentos especiais, dos quais se destacam as seis gruas STS (Ship to Shore) Pós Panamax, com 65 toneladas de capacidade a 50 metros, instaladas no porto, cuja capacidade global de carga aumentou em 600.000 TEUs anuais.

Foi também concluído e inaugurado o Edifício Inteligente - Centro de Telecomunicações OPSUT-COR, em Valle de la Pascoa, para a "Compañía Nacional de Teléfonos de Venezuela - CANTV", que irá ser o centro da nova rede de transmissões na Venezuela.

Para a mesma "Compañia Nacional de Teléfonos de Venezuela" (CANTV), continuaram os trabalhos de construção e beneficiação de 213 nós e da respetiva rede de fibra ótica distribuída pelos diversos estados da Venezuela, numa área superior a 800 000 km², com condições e características muito distintas que tem implicado um enorme empenho, disponibilidade e eficiência de meios por parte das equipas da Teixeira Duarte.

Em curso prossegue a empreitada do Túnel Baralt, "Prolongación de la Avenida Boyacá (cota mil) hasta el distribuidor Macayapa y Viaducto Tacagua", para o "Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre", que a Teixeira Duarte executa através do "Consórcio Boyacá - La Guaira", no qual detém uma participação de 57,2%.

Após a conclusão dos complexos trabalhos de emboquilhamento em Baralt e Macayapa prosseguem os trabalhos de perfuração em quatro frentes das duas galerias do túnel, que se prevê estarem concluídas no final de 2015. Os trabalhos nas componentes do distribuidor Macayapa, e no viaduto Tacagua, tiveram o avanço condicionado pela densa ocupação do terreno e as inerentes dificuldades associadas aos processos de realojamento, prevendo-se que a intervenção do "Ministério del Poder Popular para el Transporte Terrestre" permita a aceleração dos trabalhos e a conclusão desta importante obra.

Neste últimos anos, a Teixeira Duarte tem contribuído com múltiplas obras feitas para o desenvolvimento estruturante da Venezuela, assumindo a responsabilidade e a execução com sucesso de empreitadas de grande dimensão e complexidade, refletindo não só a sua capacidade, como também o envolvimento de mais de 37 anos consecutivos com este país.

A **METALOMECÂNICA** continua a afirmar-se como uma valência no setor da construção da Teixeira Duarte, pela sua especialização e capacidade técnica na área de construção metálica, nomeadamente em Pontes Metálicas e Viadutos Metálicos, Estruturas Metálicas de grande porte, Equipamentos Hidromecânicos, Equipamentos Especiais, bem como na área da Mecânica, mais concretamente na manutenção e reparação de equipamentos móveis de construção e mineiros.

O Centro de Exploração Metalomecânica seguiu, em 2014, a tendência de anos anteriores reduzindo o volume de atividade, essencialmente pela diminuição do número de empreitadas de grande porte.

Contudo e em resultado do reajuste e otimização de recursos a atividade deste Centro de Exploração registou um desempenho positivo e globalmente superior ao alcançado em 2013.

Em **Portugal**, reflexo da manutenção da conjuntura que se tem verificado, a atividade sentiu uma retração significativa.

Ainda assim, nas instalações oficiais do Polo Operacional Teixeira Duarte, no Montijo - que continuam a afirmar-se como uma valência relevante e fundamental na atuação da Metalomecânica - foram produzidas a maioria das estruturas metálicas destinadas às obras dos diversos mercados em que a empresa atua.

Para a "EDP - Gestão de Produção de Energia, S.A.", foi realizada a Beneficiação da Válvula de Guarda do Destruitor de Energia do Grupo 4, na Central de Vila Nova / Paradela.

Para a "SOMINOR- Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", foi concluída a empreitada de Ampliação da Lavaria do Zinco, incluindo a beneficiação de equipamentos. Esta empreitada, onde o rigor técnico a par do estrito cumprimento de um planeamento muito exigente constituíram fatores críticos para o cliente, foi cumprida com sucesso, contribuindo para a garantia do plano de produção do cliente.

Na área da Mecânica, deu-se continuidade à natural colaboração com a Direção Central de Equipamentos e a outras empresas do Grupo, sendo significativa a colaboração com a "E.P.O.S., S.A." na manutenção do equipamento mineiro.

Ainda na área de reparação de equipamento mineiro, manteve-se o contrato de assistência técnica com a "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", através do qual se assegurou a manutenção de grande parte do equipamento móvel de exploração mineira deste cliente.



ANESRIF
Modernização da linha ferroviária Thenia/Tizi-Ouzou
e sua eletrificação até Oued Aissi - PK 36
Thenia/Tizi-Ouzou | Argélia

VALE, S.A.
Substituição de ponte metálica sobre o Rio Piraqueçu
Aracruz | Brasil

Em **Angola**, prosseguiu a atividade de construção de estruturas metálicas integradas em empreitadas conduzidas por outros Centros de Exploração da Teixeira Duarte, nomeadamente no "CLOD - Centro de Logística e Distribuição de Luanda", bem como para outras obras relativas à ampliação da rede de supermercados "MAXI", pertencente a empresas do Grupo Teixeira Duarte.

Também em Angola e no âmbito de empreitada que a Teixeira Duarte está a executar na ponte sobre o rio Kwanza, para o "INEA - Instituto de Estradas de Angola", foram iniciados os trabalhos de "Reforço Provisório - 2ª fase, dos cabos de suspensão".

Para 2015, mantém-se forte expectativa de firmar um contrato para montagem de estruturas de grande porte, num empreendimento de Aproveitamento Hidrelétrico, de valor significativo, que permitirá encarar com otimismo a atividade da Metalomecânica neste mercado no próximo ano.

Na **Argélia** foi concluída a montagem da "estrutura metálica do viaduto ao pk 36 Linha Thenia/Tizi-Ouzou", integrada na empreitada realizada para a "A.N.E.S.R.I.F. - Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires". Trata-se de uma estrutura de grande porte, com 4 vãos de 128 m cada, num comprimento total de 512 m, cuja execução, de elevada complexidade técnica, decorreu com normalidade, tendo-se cumprido, sem desvios de prazo, os exigentes requisitos de qualidade.

Para o ano de 2015, a Metalomecânica irá executar a estrutura metálica de um grande edifício, em Argel, que a Teixeira Duarte está a construir para a nova sede do "AGB - Gulf Bank Argélia", composto por duas torres semi-separadas com 15 pisos elevados e 5 caves, unidas por um núcleo central de elevadores.

Em consonância com o previsto crescimento de atividade do Grupo Teixeira Duarte neste mercado, a Metalomecânica encara com forte expectativa a possibilidade de acompanhar esse incremento.



CFM – Caminhos de Ferro de Moçambique
Linha Ferroviária de Ressano Garcia – Montagem de ponte metálica
Ressano Garcia | Moçambique



Bolipuertos
Ampliação e modernização do porto de La Guaira
La Guaira | Venezuela

No **Brasil**, deu-se continuidade à empreitada de substituição de três pontes na Estrada de Ferro Vitória- Minas, para a empresa "VALE S.A.", das quais estão já concluídas a Ponte do Rio Corrente (Governador Valadares) e a Ponte Piraqueaçu (João Neiva), estando em curso a montagem da ponte de Santa Maria (Cariacica).

Em **Moçambique**, foram executados os tabuleiros metálicos da ponte linha de Ressano Garcia, ao km 74+100, da para os "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P".

Para 2015, em resultado do cuidado acompanhamento junto das entidades competentes e vocacionadas para o desenvolvimento de novos projetos de reabilitação e construção de pontes neste mercado, perspectiva-se que a Teixeira Duarte venha a ser adjudicatária de uma empreitada de reabilitação de uma ponte suspensa com 870 m de comprimento, com cinco vãos, a qual terá uma relevante componente de intervenção na área Metalomecânica.

Na **Venezuela**, a Metalomecânica interveio pela primeira vez em 2014, no âmbito da obra do Porto de La Guaira, executando 17 edifícios metálicos de apoio/acesso aos contentores refrigerados e um edifício oficina central de manutenção de equipamentos com uma área de 3.400 m².

Nas **OBRAS SUBTERRÂNEAS**, o Grupo Teixeira Duarte conta, para além da própria TD-EC, com a "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A." (E.P.O.S., S.A.), empresa com mais de trinta anos experiência, detentora de avançada tecnologia e equipamentos para a execução de obras desta natureza, atuando tanto no campo da engenharia civil como na área mineira, e nomeadamente neste âmbito, na execução de minas, túneis e instrumentação.

Em 2014, a "E.P.O.S., S.A." atingiu um volume de vendas de 72.196 milhares de euros, valor ligeiramente inferior ao realizado no ano anterior, mas, ainda assim, em linha com as perspectivas estabelecidas para este exercício.



EDP, S.A.
Reforço de potência da Barragem de Salamonde
Vieira do Minho | Portugal



EP - Estradas de Portugal
Conceção e construção do Túnel do Marão
Vila Real | Portugal

Em **Portugal** a atividade industrial desenvolvida reduziu, tendo este país passado a representar 56% do total dos proveitos. Este valor, comparado com o registado no ano anterior, traduz a implementação na "E.P.O.S., S.A." da estratégia de diversificação.

Neste mercado, a produção desta participada repartiu-se entre trabalhos realizados para diversas entidades mineiras e obras de engenharia civil, nos setores hidroelétrico e rodoviário, sendo merecedores de referência, durante o ano em análise os seguintes trabalhos:

- Na Mina de Neves Corvo, a continuação dos contratos celebrados com "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A." visando o desenvolvimento e reabilitação da infraestrutura mineira, tendo sido escavados 6 km de túneis e galerias e aplicados 32 mil m³ de betão projetado e 96 mil pregagens. Em paralelo, prosseguiu a empreitada de desmonte e transporte de minério, cujo total de produção ultrapassou as 580 mil toneladas;
- A conclusão, no mês de julho, da Construção do Reservatório do Cerro da Mina, empreitada também contratada com "SOMINCOR - Sociedade Mineira de Neves Corvo, S.A.", mas, desta vez, em consórcio com TD-EC;
- A conclusão da empreitada realizada na Mina de Aljustrel para a "ALMINA - Minas do Alentejo, S.A.", onde se aplicou um total de ancoragens em cabo de aço que ultrapassou os 18 mil metros;
- A execução da empreitada geral de "Construção do Reforço de Potência de Salamonde - Salamonde II", contratada com a "EDP - Gestão da Produção de Energia, S.A.", através da sua participação no "CONSTRUSALAMONDE, ACE", onde prosseguiram os importantes trabalhos de betonagem dos diversos órgãos do circuito hidráulico, da central e do edifício de apoio;
- O retomar da empreitada de construção do IP4 (A4) Túnel do Marão (em regime de conceção/construção), a realizar em consórcio com TD-EC, para a "EP - Estradas de Portugal, S.A.".



Rio Narcea Recursos, S.A.
Mina de Aguablanca
Sevilha | Espanha



Ministerio del Poder Popular para el Transporte Terrestre
Túnel de Baralt - prolongamento da avenida Boyocá
Caracas | Venezuela

Apesar do reinício dos trabalhos ter ocorrido apenas em setembro, dada a necessidade de proceder à instalação de toda a infraestrutura indispensável a uma obra desta natureza, foi ainda possível até ao final do ano, proceder à escavação de 420 metros de túnel.

Em **Angola**, onde a "E.P.O.S., S.A." iniciou a sua atuação em 2014, foram contratados importantes trabalhos integrados no circuito hidráulico do Aproveitamento Hidroelétrico de Lauça, no Kwanza norte, a realizar em subempreitada para "Odebrecht Angola Construção e Projectos de Engenharia, Lda." Esta obra, cujo início ocorreu no mês de maio, totaliza a escavação de 8.000 metros de túneis de grande secção e vários poços com o diâmetro de 8 metros, perfazendo 480 metros de extensão. Até ao final do ano foram realizados 1.080 metros de túnel e 120 metros de poço.

Na **Argélia**, a "E.P.O.S., S.A." manteve a prestação de assistência técnica à TD-EC, no âmbito do "Groupement Metro d' Alger Centre", dando continuidade aos trabalhos subterrâneos desenvolvidos na empreitada de construção do tramo Place Emir Abderkader/Place des Martyrs, do metropolitano da capital argelina.

Em **Espanha**, a atividade continuou concentrada no setor mineiro, onde após conclusão da empreitada de construção de galerias geotécnicas realizada na Mina de Aguablanca, propriedade de "Rio Narcea Recursos, S.A.", foi possível assegurar novo contrato contemplando a construção de 1.500 metros de novas galerias.

Ainda nesta área foi iniciada, em outubro, uma intervenção contratada com "Mina de Aguas Teñidas, S.A.U." que tem como objeto a realização de perfurações longas na mina com o mesmo nome.

Na **Venezuela**, prosseguiram os trabalhos de construção do Túnel de Baralt, que integra um complexo e extenso troço de rodovia na saída de Caracas em direção ao aeroporto, no qual a "E.P.O.S., S.A." intervém na qualidade de subempreiteiro do "Consortio Boyacá - La Guaira", para a componente do túnel. No ano de 2014 os trabalhos de escavação avançaram através das várias bocas do túnel, tendo progredido cerca de 820 metros.

A "E.P.O.S., S.A." dedica-se também à área de instrumentação e monitorização estrutural, tendo, neste âmbito, realizado intervenções nas empreitadas que a empresa tem em curso em Portugal e nos demais mercados externos onde atua.

Para além destas obras, destaca-se a assessoria prestada ao consórcio construtor da "Nueva linea de tren ligero entre los municipios de Zapopan, Guadalajara y Tlaqueque", no México, visando a implementação no terreno de um plano de monitorização e instrumentação das parcelas deste projeto a desenvolver em obra subterrânea.

Nas **OBRAS FERROVIÁRIAS**, a "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A." (SOMAFEL, S.A.), é a sociedade do Grupo Teixeira Duarte (detida a 60%) vocacionada para a construção, renovação e conservação de infraestruturas ferroviárias incluindo a sua eletrificação (catenária).

O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação operacional, que atualmente se concentra em Portugal, Argélia, Marrocos, Brasil, França e Moçambique, tendo estado a desenvolver um processo de otimização da atividade nesses países, onde trabalha com 4 bitolas distintas.

Em 2014, a "SOMAFEL, S.A." praticamente triplicou o volume de negócios verificado no ano de 2013, tendo para isso contribuído a actividade nos seus dois principais mercados: Portugal e Argélia.

Em **Portugal**, a atividade da "SOMAFEL, S.A." esteve essencialmente concentrada na manutenção das infraestruturas ferroviárias para a "Rede Ferroviária Nacional - REFER, EPE", destacando-se neste âmbito:

- A prestação de serviço plurianual de "Manutenção de Via e Catenária do Lote 5", que compreende toda a Zona Centro da rede ferroviária nacional (Linha do Norte entre o Entroncamento e Pampilhosa; Linha da Beira Baixa; Linha da Beira Alta; Linha do Leste e Linha do Oeste);
- A "Prestação de Serviços de Manutenção de Aparelhos de Via da Rede Ferroviária Nacional, Via Larga", nos Centros do Entroncamento e de Coimbra;
- Na vertente da construção de novas infraestruturas ferroviárias, destacou-se a realização da empreitada de "Construção da nova Estação Técnica, ao km 118+500 da Linha do Sul".

Para 2015, prevê-se manter o mesmo nível de volume de negócios em Portugal, sendo que o ano será também caracterizado por estudos e propostas a elaborar no âmbito de novos concursos ferroviários previstos serem lançados de acordo com o Plano Estratégico dos Transportes e Infraestruturas e que se poderão vir a traduzir em mais trabalhos para 2016.

Na **Argélia**, o volume da atividade apresentou um forte incremento e consolidou este mercado como estratégico e principal para esta área da Construção do Grupo Teixeira Duarte.

Com efeito, destaca-se em relação a 2014 o forte desenvolvimento realizado nos seguintes projetos:

- Modernização da Linha de Thenia/Tizi Ouzou e a sua eletrificação até Oued Aissi, com uma extensão global de 75 km, para a "ANESRIF-Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires";
- Montagem de Via e 3º Carril da empreitada "Extension A - La Place Emir Abdelkader et la Place des Martyrs - Metro d'Alger", trabalhos executados pelo agrupamento GMAC (Groupment Metro d'Alger Centre / Andrade Gutierrez - Teixeira Duarte - Gesi TP - Zagope), para o Metro de Argel.

A atividade comercial teve um aumento significativo relativamente à desenvolvida em 2013, tendo-se estudado importantes propostas ferroviárias em conjunto com as equipas da TD-EC, que resultaram, até agora, na adjudicação da empreitada de "L'achèvement des travaux de montage et mise en service de la caténaire 3000V Courant Continu de la Ligne Minière Est-Zone de Annaba" a um Consórcio liderado pela "SOMAFEL", no âmbito de concurso internacional lançado pela "ANESRIF - Agence Nationale d'Études et Suivi de la Realization des Investissements Ferroviaires".



REFER
 Construção da Nova Estação Técnica, ao
 km 118+500 da Linha do Sul
 Grândola | Portugal



ANESRIF
 Modernização da linha ferroviária Thenia/
 Tizi-Ouzou e sua eletrificação até Oued Aissi
 Thenia-Tizi-Ouzou | Argélia

No **Brasil**, a "SOMAFEL, S.A." opera através da sua participada, "SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas Lda.", que iniciou a sua atividade produtiva em 2013.

Em 2014, foi concluído o segundo contrato de Prestação de Serviço de Solda Elétrica em canteiro (5.274 unidades), para a "SUPERVIA - Concessionária de Transporte Ferroviário, S.A.", na cidade do Rio de Janeiro, assim como a empreitada de construção dos caminhos de rolamento para guindaste no Porto de Açú, para a "Anglo Ferrous Minas - Rio Mineração, S.A.".

Este ano de 2014 ficou também marcado pelo início de três novos contratos no Brasil:

- Para a substituição dos trilhos de traslado dos guindastes para a "Yara Brasil Fertilizantes, S.A.", no estado do Rio Grande do Sul;
- Para a construção de um novo trecho no lote 3 da Ferrovia de Integração Oeste Leste - FIOL, numa extensão de 130 kms, para o Consórcio "TORC / IVAI / CAVAN", no estado da Baía;
- Para a montagem de caminhos de rolamento para guindastes em Aracruz, no porto da "JURONG", para o consórcio entre "C.R.Almeida" e a empresa do Grupo Teixeira Duarte "EMPA, S.A.", no estado do Espírito Santo.

Para além destes novos contratos e tendo em consideração o número de propostas atualmente em estudo e em negociação, perspectiva-se para o ano de 2015 um aumento significativo do volume de trabalhos no Brasil.

Em **França**, a atividade da "SOMAFEL, S.A." tem-se mantido constante, sendo caracterizada essencialmente pela realização de trabalhos de catenária em regime de subempreitada na rede da "SNCF - Société Nationale des Chemins de Fer", dos quais se destacam os realizados no âmbito das seguintes empreitadas:

- "Ligne   Grande Vitesse Bretagne Pays de Loire Raccordement SABLE, Etape 2 ";

- "Chalons en Champagne / Oiry, Travaux connexes GOP 2014, Etudes et Travaux caténares";
- "Modernisation de la ligne calais - Dunkerque, Electrification des équipements caténares, Etudes, fournitures et travaux caténares";
- "Ligne à grande vitesse Bretagne Pays de Loire, Raccordement de Rennes phase 1 à 3 - Etudes et travaux caténares";
- "Ligne 204 000 - Mohon Thionville, régénération caténaire, etudes et travaux du km 158,831 au km 176,563";
- "Ligne à grande vitesse Bretagne Pays de Loire, Raccordement de la Milesse Phase 2 - La Milesse VOYAGEUR - Etudes et travaux caténaire";
- "Ligne à grande vitesse Bretagne Pays de Loire, jonction de Connerre Fret, etudes et travaux caténaire".

Em **Marrocos**, o ano de 2014 ficou marcado pelo reinício da produção nesse país através da realização da empreitada de "Estudos e Trabalhos de Via, Construção Civil e Catenária, nas Instalações Terminais de Kenitra - Ligação de Alta Velocidade entre Tãnger e Kenitra", para a "ONCF - Office National des Chemins de Fer", sendo que para 2015 se perspetiva um ligeiro acréscimo de atividade.

Em **Moçambique**, continuaram os trabalhos do contrato de prestação de serviços para ataque mecânico pesado de via, para empresa congénere, no âmbito da execução das Obras de Reabilitação de Infra e Superestrutura do Corredor Ferroviário de Nacala.

Foram, também executados os trabalhos ferroviários de via na Reconstrução da Ponte inserida no km 74+100 da Linha de Ressano Garcia dos "CFM - Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique, E.P".

Atendendo à ação comercial e de estudos desenvolvida, perspetiva-se a conclusão durante o ano de 2015 de negociações para importantes contratos de manutenção em diversas linhas férreas do país, com o inerente aumento do volume de negócios.

Na área das **OBRAS MARÍTIMAS**, o Grupo Teixeira Duarte atua através da sociedade "OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A." (antes denominada "OFM - Obras Públicas, Ferroviárias e Marítimas, S.A." e adiante designada apenas de "OFM, S.A.") - indiretamente detida a 60% -, que se destaca como entidade especializada em trabalhos marítimos e fluviais, operando em obras de infraestrutura portuária, tais como portos comerciais, de pesca e de recreio náutico, na construção e reabilitação de proteções costeiras, tais como molhes, esporões, praias artificiais e obras de defesa aderentes, aterros hidráulicos, emissários e ainda em operações de dragagem e noutros trabalhos da área marítima e fluvial.

O Grupo tem vindo a consolidar a sua atuação operacional, que atualmente se concentra em Portugal, Argélia, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, Venezuela e Angola.

Em **Portugal**, fruto da crise económica e da consequente redução do investimento público e privado a "OFM, S.A." registou um decréscimo acentuado dos proveitos face a 2013.

Durante o ano em análise, foram concluídos os seguintes contratos:

- Reabilitação de um Troço do Talude da Caldeira da Moita, para a Câmara Municipal da Moita;
- Reabilitação da Parte Superior dos Cais 1 e 2 na Base Naval de Lisboa, para o Ministério da Defesa Nacional - Marinha - Direção de Infraestruturas;
- "Reparação de Pavimento no Polis", para a Câmara Municipal do Barreiro.



Ministério das Infraestruturas Transportes e Telecomunicações
Zona nordeste do Porto Grande
São Vicente | Cabo Verde



Penta-Ocean Construction
Reabilitação do Porto de Nacala
Nacala | Moçambique

Para o ano de 2015, face à perspetiva de lançamento de diversos concursos nesta área marítima, prevê-se um aumento de atividade em Portugal, com a consequente subida do volume de negócios.

Fruto de uma atuação comercial já de há uns tempos, em 2014 a "OFM, S.A." iniciou a sua atividade em Angola, através da execução da empreitada de "Construção de Infraestruturas de Proteção das Linhas e de um Decantador GQSA", no Soyo, para a "SOMOIL - Sociedade Petrolífera Angolana, S.A.", cujos trabalhos foram concluídos no final desse ano.

Na **Argélia**, a atividade desenvolvida em 2014 cingiu-se ao acompanhamento do mercado ao nível comercial, com a preparação e apresentação de propostas para diversos concursos, com vista à angariação de novos trabalhos.

Tendo em consideração a fase em que se encontram algumas das propostas apresentadas, antevê-se a adjudicação durante o ano em curso de algum desses contratos, com a consequente retoma de atividade produtiva neste mercado.

No **Brasil**, o ano de 2014 correspondeu ao início da atividade produtiva na área marítima, através dos Trabalhos de Dragagem e Reperfilamento do Talude do Pier Sul no "Estaleiro Jurong Aracruz", no Estado do Espírito Santo, adjudicados no ano anterior pelo Consórcio constituído pela "Grupo CR Almeida" e pela participada da Teixeira Duarte, "EMPA, S.A."

Durante 2014 foram adjudicados, pelo mesmo Consórcio, os trabalhos de dragagem e reperfilamento do talude da extensão do cais Sul, que foram iniciados em dezembro, com a conclusão prevista para o 2º trimestre de 2015.

Foi também reforçado o parque de máquinas existente neste mercado, com a mobilização de equipamentos que já eram propriedade da "OFM, S.A." e com a aquisição de uma nova escavadora de rastros com braço de longo alcance.

Em estrita cooperação e aproveitamento de sinergias com a "EMPA, S.A.", prosseguiu-se a atividade comercial junto de empresas privadas concessionárias de espaços portuários, tendo-se elaborado diversos estudos conjuntos e propostas comerciais que têm permitido uma maior exposição no mercado brasileiro dos serviços e competências do Grupo.

Em **Cabo Verde**, foram concluídos os trabalhos de Alargamento do Terrapleno e Construção de uma Nova Via de Acesso na Zona Nordeste do Porto Grande, na Ilha de São Vicente, para o Ministério das Infraestruturas Transportes e Telecomunicações, empreitada desenvolvida em regime de consórcio.

Em 2014 foram iniciados, também em regime de consórcio, para a "Enacol – Empresa Nacional de Combustíveis, S.A.", os trabalhos de Ampliação e Reabilitação do Cais da Enacol e a Construção de um Terrapleno Contíguo às Instalações da Enacol, ambas no Mindelo, Ilha de S. Vicente.

Para 2015, além da conclusão das empreitadas em curso, não se perspetivam novos trabalhos, em especial atendendo ao facto de se terem esgotado verbas disponibilizadas, no âmbito da Cooperação Portuguesa no domínio das infraestruturas portuárias, o que implicará uma diminuição acentuada do volume de negócios neste mercado.

Em **Moçambique**, foi desenvolvida uma intensa atividade comercial durante 2014, nomeadamente através do estudo de diversos projetos e da apresentação de várias propostas, que têm permitido a consolidação da "OFM, S.A." neste mercado.

Durante o ano de 2014, a "OFM, S.A." atingiu proveitos operacionais muito superiores aos verificados no ano transato, tendo-se iniciado os trabalhos de "Reabilitação Urgente do Porto de Nacala", para a "Penta-Ocean Construction, Lda.", os quais deverão ficar concluídos até ao final de 2015.

Para este exercício agora em curso, prevê-se manter igual volume de negócios do ano em análise ou até mesmo um ligeiro crescimento, tendo em atenção as diversas propostas apresentadas e em fase negocial.

Na **Venezuela**, a "OFM, S.A." concluiu, no primeiro semestre de 2014, os trabalhos que vinha executando no âmbito da empreitada de "Ampliación y Modernización del Puerto de La Guaira, Sector Oeste", sendo que, para 2015, se prevê que a atuação se cinja à execução de estudos e apresentação das correspondentes propostas.

O **CENTRO OPERACIONAL DE COFRAGENS E PRÉ-ESFORÇO** é o Centro de Exploração responsável pela gestão e desenvolvimento na área de cofragem e cimbres e que coordena a atuação do Laboratório de Materiais da Teixeira Duarte.

Constituindo um instrumento de fundamental importância para o sucesso das grandes obras de betão armado e pré-esforçado, compete-lhe ainda promover o estudo e o desenvolvimento de modernos processos construtivos em ordem a dispor das tecnologias mais avançadas existentes no mercado.

Em **Portugal**, a atividade centrou-se na continuidade dos trabalhos de cofragem e cimbres na obra de reforço de Potência da Barragem de Salamonde.

Em **Angola**, foram executadas as cofragens das fundações e muros do Centro Logístico e de Distribuição de Luanda em Viana e da estrutura de um edifício de habitação "Dyéji", na Ilha de Luanda.

Na **Argélia**, concluíram-se os trabalhos complementares da execução da cofragem para construção do viaduto ao Pk 36+600, integrado na empreitada de modernização da linha ferroviária Thénia-Tizi Ouzou, e foi iniciada a execução da cofragem para as estruturas interiores da Linha e Estações do troço Place Emir Abdelkader – Place Des Martyrs, para o "GMAC – Groupement Metro D'Alger Center".

No **Brasil**, foi dada continuidade à execução de vigas pré-fabricadas e betonadas "in situ", para a construção do "Estaleiro Jurong Aracruz", no estado de Espírito Santo, para o Consórcio entre a CR Almeida e a participada do Grupo Teixeira Duarte "EMPA, S.A." e foram iniciados os trabalhos de cofragem de uma Galeria de Arte "Porto Seguro", em São Paulo.



GMAC – Groupement Metro D’Alger Center
Galeria de Acesso ao PV1, Estação Place des Martyrs
Argel | Argélia



Consórcio CR Almeida / EMPA
Estaleiro de pré-fabricação de vigas e lajes
Aracruz | Brasil

Em **Moçambique**, executou-se, para empresa do Grupo, os trabalhos de cimbre e de cofragem da estrutura de um edifício de escritórios e habitação na Avenida Julius Nyerere, nº 130, em Maputo.

O Centro Operacional de Cofragens e Pre-Esforço participou também na realização de trabalhos nas obras de beneficiação de pontes rodó e ferroviárias, nomeadamente, na ponte de Chicumbane, em Xaixai, e nas pontes aos km 61 e 74 da linha férrea para Ressano Garcia.

O **LABORATÓRIO DE MATERIAIS** (LM) está acreditado desde 1996 e, desde 2011, instalado no "Polo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo.

Em **Portugal** deu-se continuidade no apoio na realização de ensaios na Obra do Reforço de Potência do Aproveitamento de Salamonde II e a realização de ensaios para a "Empreitada de Construção do Circuito Hidráulico Caliços – Pias do Empreendimento de Fins Múltiplos de Alqueva", que foi adjudicada pelo Dono de Obra, EDIA – Empresa de Desenvolvimento e Infra-Estruturas do Alqueva, S.A., à Ferroviária Agroman.

Em **Angola e Moçambique**, prosseguiu-se a Gestão Integrada dos laboratórios com a responsabilidade técnica do LM em Lisboa, seguindo-se a uniformização documental e verificação do desenvolvimento do sistema de gestão segundo os documentos de referência NP EN ISO/IEC 17025 e o Guia OGC001, com várias deslocações do Responsável Técnico aos laboratórios. Foram implementados novos ensaios e foi administrada formação sobre os recentes documentos normativos de ensaio (EN) aos técnicos locais. Destacam-se as ações de formação dadas no domínio do controlo do betão (EN 206-1) e do controlo do varão de aço (EN 13670) aos quadros da produção da empresa.

Em **Angola**, destaca-se a deslocação de um técnico para o apoio na formulação de estudos de betão, o apoio ao CPA – Centro de Produção de Agregados, no cumprimento da norma EN 12620 e também para o apoio no CPB – Centro de Produção de Betões, no cumprimento da norma EN 206-1.

Regista-se a realização de avaliações de resistência à compressão in situ característica do betão tanto para o Brasil como para Argélia.

A **DIREÇÃO CENTRAL DE EQUIPAMENTO**, sediada no "Polo Operacional Teixeira Duarte", no Montijo concentra todos os processos de gestão de equipamento do Grupo, além garantir a implementação e uniformização dos procedimentos técnicos da gestão da manutenção de equipamento nos diferentes mercados.

Em 2014, foram desenvolvidos diversos programas de formação de técnicos que atuam nas diferentes geografias em que a Teixeira Duarte opera, destacando-se a formação de colaboradores, nomeadamente de manobreadores.

O investimento em equipamentos neste setor da Construção engloba o efetuado sob gestão desta Direção, bem como o realizado por outras estruturas do Grupo, tendo globalmente atingido o valor de 57.171 milhares de euros, destacando-se 11.299 milhares de euros investidos em Portugal, 14.612 milhares de euros em Angola, 9.142 milhares de euros em Moçambique e 12.563 milhares de euros na Venezuela.

IV.2. CONCESSÕES E SERVIÇOS

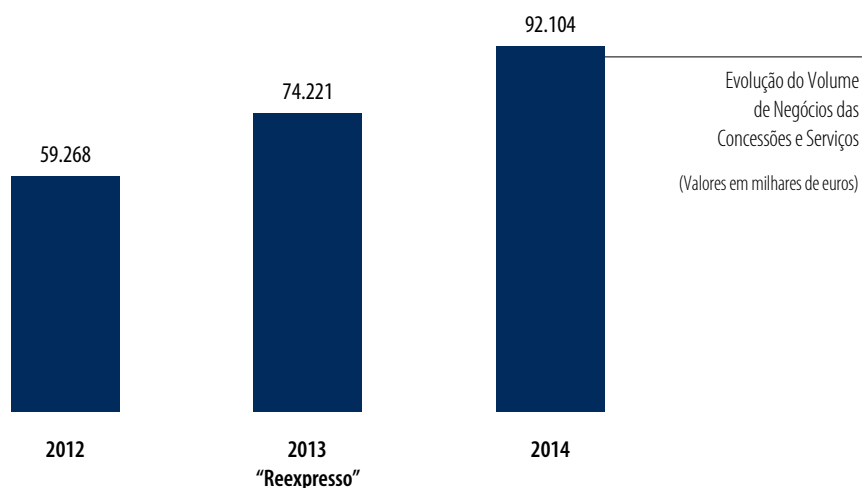
O Grupo Teixeira Duarte começou a operar nesta área em 1984, em Macau, através de uma participação na "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.", que ainda hoje mantém e à qual acrescentou outras em Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique.

Atualmente as empresas do Grupo dedicam-se a áreas de negócios de naturezas distintas, com destaque para o *Facilities Management* e *Facilities Services* e para o Meio Ambiente.

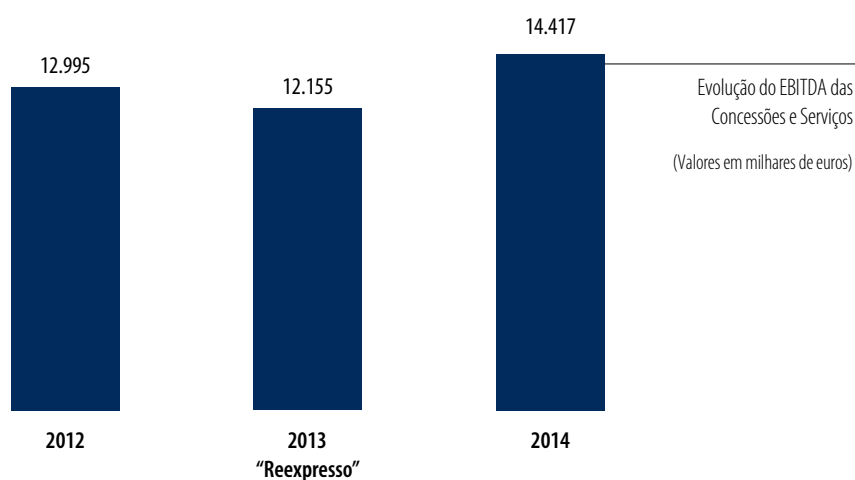
Neste setor, a Teixeira Duarte detém também diversas participações minoritárias noutras entidades cuja gestão não é conduzida pelas estruturas do Grupo e que, em quase todos os casos, não integram o seu perímetro de consolidação. Ainda assim, sobre as mais importantes serão também apresentadas algumas notas no final deste capítulo.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

Nas Concessões e Serviços, o Volume de Negócios cresceu 24,1% face ao período homólogo, com bom desempenho em todos os mercados em que o Grupo opera, em especial em Portugal e Angola, onde a angariação de novos clientes, essencialmente na área de *Facilities Management*, permitiu um aumento de 16,2% e 39,4%, respetivamente, face a 2013.



O EBITDA neste setor das Concessões e Serviços teve um aumento de 18,6%, com bom desempenho em todos os mercados em que o Grupo opera.



– ATIVIDADE DURANTE 2014

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2014, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor das Concessões e Serviços atingiram o valor global de 124.276 milhares de euros, 60% dos quais reportados a atividade desenvolvida no estrangeiro, sendo que, no global, estes valores refletem uma subida de 20,1% em relação a 2013.

IV.2.1. SOCIEDADES DOMINADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

– FACILITIES MANAGEMENT / FACILITIES SERVICES

A Teixeira Duarte iniciou a sua atuação no *Facilities Management / Facilities Services*, em Portugal no ano 2000 através da sociedade por si constituída para o efeito - e desde o início dominada a 100% - designada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A." (TDGI, S.A.), sendo que a sua internacionalização, iniciada em 2006, tem vindo a ser concretizada não por esta sociedade portuguesa, mas antes e desde 2011, pela consolidação da marca TDGI, com o objetivo de criar uma insígnia forte com valores sólidos e reconhecidos pelo mercado e pelos clientes, independentemente do local em que possa operar, alargando hoje o seu âmbito de ação a sete países.

Atualmente a TDGI tem como principais áreas de atuação a (i) Gestão Integrada de *hard e soft services*, (ii) a Manutenção Técnica, (iii) a Análise e Diagnóstico e Soluções de Energia e (iv) a Gestão de Espaços e Obras.

Em resultado do alargamento do seu âmbito de atuação neste setor, a TDGI opera atualmente também na Restauração Coletiva com a marca *Smartfood*, na Gestão de Parques de Estacionamento com a marca *AutoPark*, na Gestão de Condomínios Empresariais com a marca *SpacePartners*, bem como nas Soluções informáticas de apoio ao *Facilities Management* com as marcas *Glose EAM*, *Inergy e Controlo 24*.

Na **TDGI Portugal**, o exercício de 2014, apesar de ainda enquadrado numa conjuntura economicamente difícil, seguiu a tendência dos anos anteriores e mais uma vez, em contraciclo com o mercado, acabou por se revelar francamente positivo, com a subida do volume de negócios.

Nas áreas de Gestão Integrada de *Hard e Soft Services* e de Manutenção Técnica, que continuam a ser o setor core da TDGI, o desempenho também subiu em 2014, realçando-se o reforço de alguns contratos já existentes, nomeadamente com a DECATHLON - no qual a TDGI passou a ser responsável pela manutenção da quase totalidade das lojas -, bem como a celebração de novos contratos, dos quais se destacam a "EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.", "FERTAGUS - Travessia do Tejo, Transportes, S.A.", "Grupo Porto Bay Hotels, S.A.", "Rede Record de Televisão - Europa, S.A.", "Manuel Rui Azinhais Nabeiro, Lda." (Delta Cafés), "SODEXO ESPAÑA, S.A." e, na Região Autónoma da Madeira, o Arquivo Regional da Madeira, para a Direção Regional dos Assuntos Culturais.

Neste setor teve particular relevância o início do Contrato Global de Gestão de Instalações e Equipamentos Médicos das diversas unidades hospitalares do "Grupo Lusíadas Saúde" e no "Hospital de Cascais". Este contrato significou a presença da TDGI na Manutenção de Equipamentos Médicos e Hospitalares.

Esta aposta numa área tão específica e de enorme responsabilidade, implicou um significativo investimento, quer em meios quer em pessoas, mantendo a TDGI o propósito de se posicionar como um prestador de serviços de referência.

A área de Análise e Diagnóstico/Soluções de Energia registou um aumento significativo do volume de trabalho e de faturação, sustentado em grande medida pela participação em projetos de maior dimensão e também pelo envolvimento em processos de certificação energética através da realização de simulação dinâmica computacional.

O ano de 2014 foi em grande medida dedicado ao projeto de consultoria energética para o "Banco Comercial Português, S.A.", no "Taguspark", em Oeiras, que consistiu no apuramento, muito completo, do comportamento energético de 12 edifícios de modo a permitir formular propostas de medidas de otimização e melhoria energética.



Grupo Lusíadas Saúde
Manutenção de equipamentos médicos
Lisboa | Portugal



Price WaterHouse Coopers
Brasil

Para empresas do ramo Industrial, de salientar o trabalho desenvolvido na fábrica da "SOPLAST - Moura, Moutino & Morais, Lda.", de análise e auditoria técnica e consequente incorporação de soluções de correção do fator de potência, que contribuiram para uma significativa redução da fatura energética.

De destacar ainda as Certificações Energéticas, Auditorias Técnicas e Análises da Qualidade do Ar Interior realizadas, entre outros locais, no "Hotel Almirante", em lojas "Padaria Portuguesa", em diversas lojas da "DECATHLON", nas várias unidades hospitalares da "Lusíadas Saúde", na Casa da Moeda e ainda no Palácio de Sintra e no Palácio de Queluz.

O ano de 2014 foi também bastante positivo na área de Gestão de Espaços e Obras, tendo-se mantido o nível de proveitos do ano anterior.

Como consequência da conjuntura económica global, muitas empresas procuram ter espaços com layouts mais otimizados, tendo a TDGI aumentado o seu nível de serviço com o reforço da equipa de Arquitetura de Interiores e Obras de Adaptação, com vista ao desenvolvimento de projetos de readaptação dos espaços existentes.

Dos projetos desenvolvidos, destacam-se os realizados para a "EPSON IBÉRICA, S.A. (Sucursal em Portugal)", "RUBIS - Energia de Portugal, S.A." e "OCD - Clinical Diagnostics Portugal, Unipessoal Lda.", bem como o concretizado para a "EFACEC - Engenharia e Sistemas, S.A.", no âmbito da mudança das suas instalações para o "Lagoas Park", em Oeiras, onde se criou um moderno espaço de trabalho, para cerca de 300 colaboradores numa área de escritório de 3.000 m².

Com um âmbito de atuação mais abrangente, incluindo trabalhos de especialidades, realçam-se os desenvolvidos, em regime de subempreitada, nas instalações da "SAP PORTUGAL - Sistemas, Aplicações e Produção Informática, Lda.", "VOLVO CAR PORTUGAL, S.A." e "ABS Europe, Ltd".

De destacar ainda a conclusão dos trabalhos de substituição dos *Chillers* em diversos edifícios de "Lagoas Park", bem como um conjunto



PFIZER
Madrid | Espanha



BIM
Maputo | Moçambique

significativo de trabalhos de *Relamping*, efetuados em parceria com a "PHILIPS Portuguesa, S.A.", para clientes como a "SONAE, S.A.", "B.C.M - Bricolage, S.A." (Leroy Merlin) e "SPDAD - Sociedade Portuguesa de Distribuição de Artigos de Desporto, Unipessoal, Lda." (Decathlon).

Para a **TDGI Angola**, 2014 foi um ano de superação de expectativas e de consolidação da marca no mercado, sendo que o desempenho alcançado neste exercício reflete um crescimento de 29% face a 2013 e de cerca de 100% face a 2012.

Em 2014, arrancou o primeiro grande contrato para a prestação integrada de serviços de um edifício fora de Luanda, o "Edifício Urbisoyo", que consiste num complexo habitacional com 92 apartamentos e com centro de lazer, criado para trabalhadores da "Angola LNG", no Soyo.

De salientar o aumento das prestações na área do *Oil and Gas* com o reforço dos contratos com a CHEVRON e a TOTAL, bem como pelo início dos serviços de gestão e manutenção dos novos edifícios da Assembleia Nacional.

Todo este crescimento foi acompanhado pelo aumento do número de colaboradores a operar em Angola, que no final do ano ultrapassou já a fasquia das 400 pessoas, implicando um acompanhamento de integração destes novos elementos no âmbito das suas funções e uma simultânea aposta na formação, destacando-se a este propósito o arranque da atuação da "Academia TDGI": uma estrutura organizacional que visa a captação de novos elementos e a capacitação de outros por forma a otimizar o desenvolvimento humano e técnico dos seus quadros, bem como a identidade da TDGI, dos seus valores de atuação e da sua imagem de marca, cujas principais instalações estão integradas no Centro de Desenvolvimento Profissional da Teixeira Duarte, em Talatona.

Na **TDGI Brasil** prosseguiu-se a tendência do ano anterior, tendo duplicado o seu volume de faturação, que atingiu os 1,9 milhões de euros em resultado da obtenção de novos contratos e, sobretudo, reforçando os existentes com os principais clientes, nomeadamente "Porto Seguro", "Price WaterHouse Coopers" e "DECATHLON".

Em 2014, prosseguiu-se com um importante esforço comercial com a abordagem e início de relações com outras grandes marcas nacionais e internacionais, com as quais se perspetiva iniciar atividade em 2015 e que permitirá o crescimento em São Paulo, no Rio de Janeiro e no Sul do país.

Em resultado de um intenso trabalho comercial desenvolvido ao longo de 2013, em abril de 2014 foi constituída a **TDGI Bélgica**, que celebrou durante o ano os primeiros contratos de prestação de serviços com o Parlamento Europeu, com o Centre Monnet e com a Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia.

Com o Parlamento Europeu foi celebrado um contrato-quadro de cerca de 3 milhões de euros, com a duração de quatro anos, para gestão e organização de espaços.

O Centre Monnet, sito em Louvain-la-Neuve, é um grande empreendimento empresarial, dotado de uma complexa infraestrutura técnica onde a TDGI presta serviços de *Facilities Management*.

O contrato de manutenção da Representação Permanente de Portugal junto da União Europeia, foi o primeiro edifício onde a TDGI iniciou a sua operação na Bélgica através de uma intervenção de assistência técnica ainda durante o ano de 2013.

Em **Espanha** a TDGI teve um forte crescimento, sendo que, apesar do clima de contenção económica foi possível alcançar resultados de um longo trabalho comercial que permitiu, não apenas consolidar a relação com os clientes já existentes, mas também conquistar novos contratos.

De salientar os contratos de *hard e soft services* nos edifícios Sede e Delegações da "PFIZER", como consequência do estreitar dos laços de confiança com o nosso cliente final e com a "CBRE". De referir também a Manutenção Integral do Comisionado para o Mercado de Tabacos, onde um trabalho de qualidade e compromisso permitiu a renovação do contrato para o ano de 2015, bem como o início da prestação de serviços à "ZOETIS", empresa internacional, líder na área da saúde animal.

Fruto deste crescimento e para otimizar a prestação de serviços aos clientes e, em simultâneo promover a expansão comercial em Espanha, foram criadas, em 2014, uma delegação na Andaluzia e outra na Catalunha.

A **TDGI Moçambique** é hoje uma marca reconhecida e respeitada pelo trabalho realizado, especialmente em Maputo, sendo reflexo disso a manutenção de diversos contratos com empresas de referência e a obtenção de novos clientes em 2014, dos quais se destacam o "Millennium BIM" e a "ENI East Africa".

Este crescimento implicou a ampliação, em aproximadamente 30%, do seu quadro técnico, tendo-se promovido diversas iniciativas para otimização da operação, tais como a criação de um Pólo Operacional TDGI, onde se centralizam os armazéns de peças, as oficinas, a ferramentaria, a frota da TDGI e a "Academia TDGI", que permitem, inclusivamente, um melhor posicionamento para a prestação de serviços nos setores bancário e de *Oil and Gas*.

Dando continuidade à sua estratégia de internacionalização, 2014 foi o ano em que a TDGI iniciou a prospeção de mercado na Argélia, criando a TDGI Argélia e aprofundando o seu conhecimento do país, com o apoio das demais estruturas do Grupo que ali operam há vários anos.

Este foi também o ano em que a TDGI iniciou a sua atividade produtiva, através de alguns trabalhos técnicos específicos para o "AGB - Gulf Bank Algeria" e ainda da prestação de serviços de gestão e manutenção da Base de Vida da Teixeira Duarte, em Zeralda.

Neste primeiro ano foram desenvolvidos diversos contactos comerciais com possíveis futuros clientes e parceiros, tendo-se apresentado diversas propostas.



Manutenção de Jardins
Aeroporto de Lisboa
Lisboa | Portugal



Limpeza Urbana
Coimbra | Portugal

– MEIO AMBIENTE

Na área do meio ambiente, o Grupo Teixeira Duarte opera, fundamentalmente, através das suas participadas a 100%, "RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A." (RECOLTE), "RECOLTE - Servicios y Medioambiente, S.A.U" (RECOLTE S.A.U), "INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A. (INVICTAAMBIENTE) e "VALYGERSA, Valorización y Gestión de Resíduos Sanitarios S.L" (VALYGERSA).

No ano de 2014 a atividade desenvolvida pelo Grupo nesta área teve um crescimento sustentável, tendo o volume de negócios global atingido cerca 40 milhões de euros, que corresponde a um crescimento de 0,9% relativamente a 2013.

Em **Portugal**, a RECOLTE opera nas áreas da conceção e operação de sistemas de limpeza e higiene urbana, em sistemas de gestão de resíduos sólidos urbanos e industriais, na construção e manutenção de jardins e espaços verdes, construção de equipamentos e de centrais de tratamento e gestão de resíduos e, ainda, na limpeza de praias e zonas costeiras.

Durante o ano de 2014 a atividade consistiu, essencialmente, na continuidade dos contratos de prestação de serviços existentes, os quais, sendo na sua maioria de natureza plurianual, conferem a esta área de atividade grande estabilidade no seu volume de negócios e na gestão dos seus meios e recursos.

Com efeito, atendendo à especificidade da atividade desenvolvida e tendo em conta que a maioria dos potenciais clientes são entidades públicas ou equiparadas com limitações conhecidas quanto às suas capacidades de realizar novos investimentos, tem-se revelado difícil a celebração de novos contratos de prestação de serviços com margens operativas sustentáveis. Ainda assim, tem sido possível o alargamento e diversificação da carteira de clientes, com a celebração de alguns novos contratos.

Em 2014 a RECOLTE atingiu um volume de negócios de 10,4 milhões de euros, em linha com o valor registado no ano transato.



Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos
Morrazo | Espanha



Limpeza de Praias
Puerto de Santa Maria | Espanha

Através da sua Sucursal em Portugal a RECOLTE S.A.U. deu continuidade aos contratos existentes com a "Cascais Ambiente E.M., S.A." e com o Município de Oeiras, atingindo um volume de negócios de cerca de 1,6 milhões de euros, sendo que, no ano em análise, estes contratos foram objeto de operações de cedência de posição contratual a favor da RECOLTE por forma a facilitar a operacionalidade e capacidade de gestão aos mesmos.

A INVICTAAMBIENTE é uma sociedade de fim específico, detida a 100% pela RECOLTE S.A.U., que tem como objeto único a recolha de resíduos sólidos urbanos e a limpeza urbana de uma parte significativa da cidade do Porto. Em 2014 obteve um volume de negócios de 3,9 milhões de euros, em linha com os valores do ano anterior, dado tratar-se de um contrato sem flutuações no seu objeto até ao seu fim.

A maioria dos proveitos operacionais destas três sociedades, obtidos sobretudo na esfera dos Municípios e Empresas Municipais, resultaram da continuidade ou de novos contratos de Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU) e Limpeza Urbana realizados nos Municípios de Alenquer, Cascais, Coimbra, Figueira da Foz, Lagoa (Açores), Ponta Delgada (Açores), Porto, Ribeira Grande (Açores), Santa Cruz (Madeira), São João da Madeira e Vila Franca do Campo (Açores), entre outros. De entre as sociedades privadas, destaque para o primeiro contrato celebrado com a "BRISA S.A." para limpeza e manutenção de parte da Autoestrada A2.

Dos principais trabalhos de Manutenção de Jardins e Espaços Verdes efetuados em 2014 destacam-se os realizados para os Municípios de Cascais, Lisboa, Matosinhos, Oeiras e Vila Franca de Xira, para as freguesias de Algueirão - Mem Martins e Benfica, e ainda para diversas sociedades, públicas e privadas, tais como, a "ANA - Aeroportos de Portugal, S.A.", o "TagusPark, S.A.", "EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, S.A.", "Instituto Nacional de Aviação Civil, I.P.", "SIMAS de Oeiras e Amadora", bem como para diversas empresas do Grupo Teixeira Duarte, realçando-se neste âmbito os trabalhos realizados no empreendimento "Lagoas Park" e para na manutenção preventiva de taludes localizados nas linhas férreas do Norte, Beira Alta e Oeste, para a "SOMAFEL, S.A.".

De sublinhar também a celebração do primeiro contrato da RECOLTE com a "VALORAMBIENTE, S.A.", para o tratamento de Resíduos Hospitalares perigosos.

Para 2015, em Portugal, pese embora a dificuldade acrescida decorrente da redução significativa dos valores colocados a concurso para novas Prestações de Serviços e do forte aumento da concorrência, estima-se um crescimento dos proveitos operacionais face aos verificados em 2014.

Em **Espanha**, a atividade ligada ao meio ambiente é desenvolvida através da "RECOLTE S.A.U.", nomeadamente com a prestação de diversos serviços na gestão global de resíduos sólidos urbanos, industriais e hospitalares, lavagem e desinfeção de contentores de resíduos sólidos urbanos, limpeza urbana viária, conceção, construção e manutenção de jardins, limpeza e manutenção de praias e orlas costeiras, e, ainda, a operações de limpeza e manutenção de bosques e vias de comunicação.

Neste mercado em 2014, registou-se um volume global de negócios de 24 milhões de euros, valor que representa um crescimento de 5,8% face ao registado no exercício anterior.

Entre as diversas operações em curso em 2014, merecem destaque, na área da Recolha de RSU, Limpeza Viária e Gestão de Ecocentros as desenvolvidas na Comunidade de Madrid (Ayuntamientos de San Lorenzo de El Escorial, Griñon e Torrejón de la Calzada), na Comunidade de Andaluzia (Ayuntamiento de Benalmádena, Cartaya, Mairena e La Carolina, este último com início já em 2014) e na Comunidade de Galiza (Mancomunidade dos Concellos do Morrazo, que integra os Ayuntamientos de Cangas, Bueu y Moaña).

Relativamente ao Ayuntamiento de San Lorenzo de El Escorial, salientamos que a RECOLTE S.A.U., celebrou um novo contrato, até novembro de 2026, com um volume de negócios global, para este período, de cerca de 25 milhões de euros.

Durante o ano de 2014 foi também celebrado um novo contrato na Cataluña, Ayuntamiento de Arenys de Mar, por um valor global de cerca de 3 milhões de euros.

Também na área de Manutenção de Jardins e Espaços Verdes foi dada continuidade às principais prestações de serviços em curso na Comunidade Andaluzia (Ayuntamiento de Algeciras), que foram prorrogadas até novembro de 2019.

De salientar, ainda, a continuidade de diversos contratos importantes na área da Manutenção e Conservação de Praias, Pinhais e Zonas Costeiras na Comunidade de Andaluzia, para os Ayuntamientos de Algeciras, Benalmádena e El Puerto de Santa Maria.

Tal como em anos anteriores, realizou-se um investimento adequado e necessário na frota, que no exercício em análise atingiu o montante de cerca de 3 milhões de euros e que correspondeu principalmente à aquisição de equipamentos necessários para fazer face aos novos contratos e à substituição de equipamentos obsoletos.

No que respeita à atividade Técnico-Comercial, foram apresentadas mais para concursos públicos e privados, com um valor global aproximado de 256 milhões de euros. Este valor é cerca de 100% superior ao verificado no ano anterior, o que traduz a aposta que a RECOLTE S.A.U. tem feito nesta área em Espanha.

A situação atual da área de negócio do Meio Ambiente no mercado espanhol caracteriza-se por uma grande competitividade, na medida em que um dos efeitos da crise económica foi a aposta clara dos grandes grupos empresariais espanhóis no setor dos Serviços e, em particular, nos serviços públicos da área do Meio Ambiente.

Com o objectivo de desenvolver e consolidar a atividade na área do meio ambiente em Espanha, foi adquirida em 2014 pela RECOLTE S.A.U., a VALYGERSA, empresa que se dedica à gestão e tratamento de resíduos hospitalares perigosos, área com grande potencial de crescimento, na qual o grupo pretende também alargar a outros países onde a RECOLTE está presente.

Para o efeito, esta participada possui equipamentos destinados ao tratamento de resíduos perigosos de origem hospitalar, tendo celebrado um acordo de representação e distribuição de equipamentos de última geração para o tratamento/valorização deste tipo de resíduos, em regime de exclusividade, para Portugal, Espanha, Angola, Moçambique e Cabo Verde.

Em **Angola** a RECOLTE tem prosseguido a prospecção e estudo de diversas oportunidades de negócio na área do Meio Ambiente.

Em 2014 a atividade desenvolvida centrou-se na Construção e Manutenção de Jardins e Espaços Verdes para vários clientes, destacando-se o contrato para a "Construção dos Jardins e Espaços Verdes da Nova Assembleia Nacional de Angola".

A RECOLTE mantém-se atenta a este mercado, onde se identifica um elevado número de oportunidades de negócio.

A "**SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A.**" é uma empresa municipal participada pelo Grupo em 49% e que explora integralmente o Sistema de Transporte SATU-Oeiras, tendo, em 2014, registado proveitos operacionais de 1.801 milhares de euros.

Já no dia 23 de abril de 2015, foi deliberada em Assembleia Geral a dissolução desta sociedade, sendo que com a paragem do Sistema por ela operado, o Grupo Teixeira Duarte deixará de ter quaisquer encargos relativos a esta participação.

A "**TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.**" é uma sociedade detida a 100% pela Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A. e tem como objeto a gestão do Hospital de Cascais por um período de 30 anos, compreendendo as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação e manutenção.

Concluída em fevereiro de 2010 a construção do Hospital de Cascais, a atividade da TDHOSP concentrou-se desde essa data, na gestão e manutenção do edifício hospitalar, bem como na gestão e exploração do Parque de Estacionamento.

Durante o ano de 2014, foram realizadas diversas obras de beneficiação do edifício, previamente aprovadas pelo parceiro "LUSÍADAS - Parceiras Cascais, S.A." e pela Entidade Pública Contratante.

A atividade da TDHOSP é, no âmbito e ao abrigo do Contrato de Gestão, monitorizada e avaliada anualmente pela Entidade Pública Contratante nos parâmetros de Disponibilidade, Serviço e Satisfação, tendo obtido neste ano, tal como vem acontecendo desde o início da operação, a classificação de Muito Bom.

A "EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda." é uma sociedade detida a 100% pelo Grupo Teixeira Duarte, que foi constituída em 2007 e que, desde a sua génese, teve como finalidade o desenvolvimento do projeto do "Colégio S. Francisco de Assis Luanda Sul" (CSFA Luanda Sul), sediado em Talatona, Luanda Sul, em Angola.

Adotando um Modelo Educacional de índole Construtivista/Positivista, cumprindo integralmente o Currículo Português e destinado a alunos desde o Jardim de Infância até final do Ensino Secundário, pretende dar resposta educativa a uma procura exigente e culturalmente diversa de cidadãos de uma comunidade lusófona, sempre com o objetivo de garantir a excelência na divulgação da língua e da cultura portuguesa. No ano 2014 o CSFA Luanda Sul continuou a desenvolver a sua atividade educativa com as valências de Pré-Escolar, 1.º, 2.º e 3º Ciclos do Ensino Básico (CEB).

De assinalar a entrada em funcionamento do 10.º ano de escolaridade do Ensino Secundário com os Cursos Científico-Humanísticos de Ciências e Tecnologias e de Línguas e Humanidades.

No final do ano de 2014, o CSFA Luanda Sul alcançou o número de 606 alunos com uma média anual de 591 alunos.

Este foi um exercício de melhor desempenho do CSFA Luanda Sul, fruto de um criterioso controlo de custos e de um aumento de 13% do volume de negócios.

Prevê-se que em 2015 se registre um crescimento menor do que aquele que se tem alcançado nos últimos anos, mas que, ainda assim, se atinja um aumento do número de alunos.

"**PAREDÃO DE MINAS Energia, S.A.**", "**GONGOJI Montante Energia, S.A.**" e "**TABOQUINHA Energia, S.A.**", são três sociedades de direito brasileiro detidas pelo Grupo Teixeira Duarte, que têm dado continuidade aos respetivos processos de licenciamento dos projetos para a construção de três Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's).

Em 2014 a Teixeira Duarte assumiu o propósito de alienação destes ativos, estando em cursos diligências diversas nesse sentido junto do mercado.

IV.2.2. SOCIEDADES PARTICIPADAS PELO GRUPO TEIXEIRA DUARTE

Das sociedades que atuam no setor das Concessões e Serviços e que são apenas participadas indiretamente pela "Teixeira Duarte, S.A.", ou seja, cuja gestão direta não é conduzida pelo Grupo Teixeira Duarte, destacam-se aqui as seguintes entidades:

A "**AEDL - Auto-Estradas do Douro Litoral, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 19,67% do respetivo capital social e que celebrou com o Estado Português o contrato de concessão do Douro Litoral em finais de dezembro de 2007.

No ano 2014 a Teixeira Duarte prosseguiu o processo para a alienação desta participação.

A "**AEBT - Auto-Estradas do Baixo Tejo, S.A.**", que é uma sociedade na qual a TD-EC é titular de uma participação de 9% do respetivo capital social e que celebrou com a "EP - Estradas de Portugal, S.A." o Contrato de Subconcessão do Baixo Tejo, em 24 de janeiro de 2009.

O referido contrato de subconcessão durará por um prazo de 30 anos e tem como objeto a conceção, projeto, construção, aumento do número de vias, financiamento, exploração e conservação, dos lanços de autoestrada, estradas e conjuntos viários associados no distrito de Setúbal, designados por subconcessão Baixo Tejo, num total de 68 km, dos quais 17 km são com cobrança de portagem aos utentes e um investimento previsto de cerca de 278 milhões euros.

Durante o ano 2014, com todos os trabalhos de construção concluídos e já todo o percurso em exploração, prosseguiram as diligências tendo em vista o fecho do contrato de construção.

A "**LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.**", que é uma sociedade que se dedica em exclusivo à gestão, em regime de concessão, das duas travessias rodoviárias do Tejo, na região de Lisboa, na qual a TD-EC detém 7,5% do capital social.

No ano de 2014 verificou-se um marginal acréscimo de tráfego de 0,1%, tendo-se proporcionado um bom serviço ao cliente, como decorre dos dados dos inquéritos aos clientes, cujo índice de satisfação, numa escala de zero a cinco, atingiu os 3,75 na Ponte Vasco da Gama.

Neste exercício esta participada atingiu um EBITDA de 57.899 milhares de euros, o que representa uma subida de 2,45% relativamente a 2013.

A "**CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.**", na qual o Grupo Teixeira Duarte mantém uma participação de 15% do capital social desde a sua fundação em meados dos anos 80, após concurso público internacional, foi pioneira e continua como empresa de referência na construção e exploração de parques de estacionamento e atividades conexas, na Região Administrativa Especial de Macau.

Em 2014 prosseguiu, à semelhança de anos anteriores a sua atuação com sucesso dentro dos parâmetros próprios do mercado, tendo alcançado resultados positivos correspondentes a 1.936 milhares de euros.

IV.3. IMOBILIÁRIA

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor remonta ao início da década de setenta e atualmente engloba um vasto conjunto de empresas que atuam em Portugal, Angola, Brasil, Espanha e Moçambique.

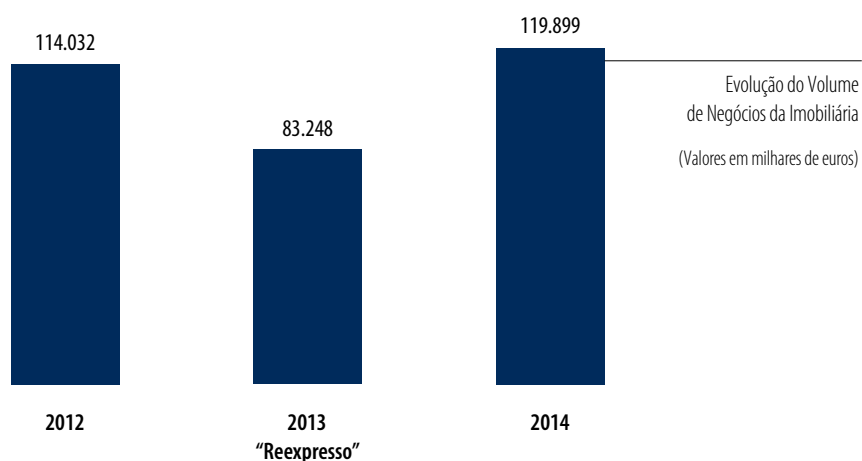
A Imobiliária tem, no decurso da sua já longa atividade, desenvolvido inúmeros projetos que vão desde a conceção de *masterplans* até à reabilitação de património imobiliário em centros históricos urbanos. O *know-how* adquirido por estas equipas multidisciplinares, que prima pela exigência e pela procura constante de soluções técnicas mais eficazes, dotaram este setor de uma vasta experiência nos segmentos residencial, escritórios, espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, industrial/logística e parques de estacionamento públicos.

Além da promoção de projetos imobiliários, parte dos recursos estão hoje dedicados à gestão e expansão de espaços afetos a outros setores de atividade do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o Automóvel.

– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

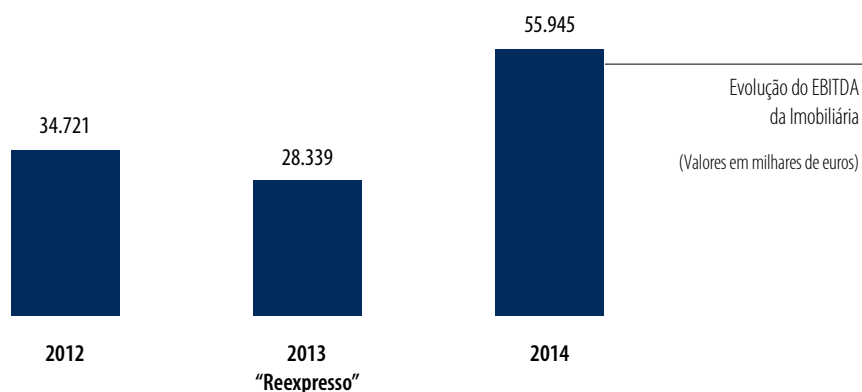
O Volume de Negócios da Imobiliária aumentou, no global, 44% face a dezembro de 2013, sendo que Portugal registou um decréscimo de 10,2% face ao período homólogo, enquanto que Angola e Brasil aumentaram, respetivamente, 30,4% e 115,9% face a 2013.

Desconsiderando a desvalorização cambial, o aumento em Angola teria sido de 30% e no Brasil de 134%, neste caso em resultado da fase de forte investimento nos empreendimentos em São Paulo.



O EBITDA no setor da Imobiliária teve um aumento de 97,4% face ao período homólogo, o que se considera muito positivo face à atual conjuntura deste setor, em especial em Portugal, onde a estratégia do Grupo passou pela alienação de diversos ativos com descontos consideráveis.

Nos mercados externos, destacamos o bom desempenho em Angola e em especial no Brasil.



– ATIVIDADE DURANTE 2014

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2014, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Imobiliário atingiram o valor global de 155.934 milhares de euros, que corresponde a um acréscimo de 40,6% face a 2013, tendo os mercados externos passado a representar 65,2% da atividade e Portugal 34,8%.

Em **Portugal**, 2014 foi um ano de recuperação do mercado, com destaque para o segmento de escritórios na região da "Grande de Lisboa", onde se assistiu a um crescente interesse por parte de investidores internacionais, bem como a um maior dinamismo das empresas que levou à colocação de mais de 120.000 m².

No segmento de Escritórios, destaca-se o empreendimento "Lagoas Park" que manteve um desempenho muito positivo, refletido na colocação de 10.500 m² de espaços de escritórios, designadamente pela captação de novos clientes como a "Volvo Car Portugal, S.A.", a "Epson Ibérica, S.A. (Sucursal em Portugal)", a "Fiat Group Automobiles Portugal, S.A.", a "EFACEC - Engenharia e Sistemas, S.A." e a "Canon Portugal, S.A."

No final do ano de 2014 a taxa de ocupação do "Lagoas Park" atingiu os 90%, tendo-se em outubro desse ano iniciado a construção do Edifício 9, que permitirá a oferta de mais 4.900 m² de novos espaços de escritórios e respetivos estacionamento e cuja conclusão completará o empreendimento.

Destaca-se também nesse exercício a venda de dois lotes de terreno, para uso de comércio e serviços, localizados no concelho de Oeiras com uma capacidade construtiva acima do solo de aproximadamente 4.500 m² e que são parte integrante do projeto Oeiras Prime.

No segmento Residencial, o ano ficou marcado para a Teixeira Duarte por um reduzido volume de vendas, embora se tenha verificado uma recuperação dos preços médios.

Foi neste enquadramento que, no "Santa Marinha Design District", em Vila Nova de Gaia, foram alienadas a quase totalidade das frações de habitação para venda, restando para 2015 apenas quatro unidades livres, enquanto que no "Villa Park", na Amadora, o ano terminou com 23 unidades em stock de um total de 99 apartamentos do empreendimento.

Para a obtenção destes resultados contribuiu a reconhecida qualidade de construção e a confiança na marca Teixeira Duarte, bem como o esforço comercial ao nível do reforço de parcerias com empresas de mediação e da apresentação de boas condições de financiamento aos clientes.

Em 2014 iniciou-se a construção de um edifício no Lote 5 do empreendimento "Forum Oeiras", o qual terá 18 frações de habitação e 2 lojas, prevendo-se iniciar a comercialização no segundo semestre de 2015.

No segmento de Comércio, o "Shopping Cidade do Porto", que durante os últimos anos sofreu o efeito generalizado da retração do mercado de retalho, já evidenciou indícios de uma retoma de visitas e vendas.

No segmento Logístico, foi possível manter em 2014 uma boa taxa de ocupação no "Abrunheira Park", graças à contratação de novas áreas que totalizam 3.000 m², enquanto que no "Lezíria Park", a contratação de um armazém com 1.600 m² possibilitou a ocupação plena de todos os espaços disponíveis.

Relativamente à Carteira de Terrenos, foi dada sequência a diversos processos urbanísticos, como o projeto de matriz residencial "Vila Rio", localizado na Póvoa de Santa Iria, que será implantado num terreno com cerca de 17 hectares e que prevê a construção de 600 fogos e 32.200 m² de áreas destinadas a comércio e serviços.

Durante o ano de 2014, foram igualmente feitas diligências com vista à emissão do alvará de loteamento do empreendimento de matriz residencial "Villa Simões", localizado em Benfica, Lisboa, onde se prevê a construção de cerca de 48.000 m² acima do solo.

Em **Angola**, a atividade imobiliária ficou marcada essencialmente pela gestão do património de rendimento, pelo desenvolvimento dos projetos e respetiva tramitação dos licenciamentos para a construção nos terrenos em carteira e pelo desenvolvimento de projetos relacionados com a expansão de outros setores de atividade do Grupo.

No que diz respeito à Gestão do Património de Rendimento do Grupo, destaca-se em geral a manutenção de excelentes taxas de ocupação em todos os ativos.



Empreendimento Altavista
São Paulo | Brasil



Empreendimento Verum Mooca
São Paulo | Brasil

Nos segmentos de Escritórios e Comércio, assinala-se o desenvolvimento de um projeto em Talatona com área bruta de construção acima do solo de 3.200 m², bem como a aprovação do projeto "Centro Sul", também em Talatona, com uma área bruta de construção acima do solo de 60.000 m².

No segmento Residencial, destaque para a conclusão de um conjunto de 46 moradias no empreendimento "Villa Sul", localizado em Talatona, que serão inteiramente dedicadas ao arrendamento, bem como para a tramitação do licenciamento dos projetos "Spazio" e "Rainha Ginga", na cidade de Luanda. Paralelamente e dando sequência ao investimento neste setor de atividade, foram adquiridos importantes terrenos nas cidades de Luanda e Lubango, vocacionadas para projetos de cariz essencialmente comercial.

No **Brasil**, a tendência de redução do volume de transações verificado no mercado de imóveis residenciais novos no ano anterior na cidade de São Paulo manteve-se durante 2014, fazendo com que a generalidade das grandes promotoras imobiliárias terminasse o ano com excesso de *stock*.

Durante o exercício em análise, as empresas do Grupo Teixeira Duarte lançaram dois empreendimentos na Cidade de São Paulo e um empreendimento em Jundiaí, Estado de São Paulo, num total de 403 unidades.

Das 1.819 unidades já lançadas neste mercado pelo Grupo Teixeira Duarte, estão vendidas ou prometidas vender um total de 1.580 unidades, das quais 209 foram contratadas em 2014, sendo que este bom desempenho comercial decorre, essencialmente, do reconhecimento que o mercado atribui à qualidade e rigor técnico dos projetos promovidos pelo Grupo.

Em Jundiaí, prosseguiu-se a construção do empreendimento "Alta Vista Premium", com cerca de 49.000 m² de construção e do empreendimento "Alta Vista Prestige", com aproximadamente 54.000 m² de construção. Na região leste, foi dada continuidade à construção do empreendimento "Verum Mooca", com cerca de 23.000 m² de construção, e na região Norte ao "My Place Braz Leme", com cerca de 23.000 m² de construção. Na região centro sul, iniciou-se ainda a construção do empreendimento "Don Klabin", com cerca de 10.000 m² de construção.

Em Porto de Galinhas, no Estado de Pernambuco, foi em 2014 dada continuidade à promoção do empreendimento Casa do Governador, um projeto de grande dimensão e qualidade que se prevê estruturante para toda aquela região, prosseguindo-se a execução de vários projetos e a tramitação dos respetivos licenciamentos.

Em **Espanha**, depois de anos de uma grave recessão que afetou os vários segmentos de forma transversal, o mercado imobiliário registou alguns sinais de recuperação.

A atividade do setor imobiliário do Grupo neste país está concentrada na região de Madrid, na comercialização do edifício residencial "Amália", situado perto do Paseo de la Castellana e da Plaza Castilla, onde ainda estão disponíveis quatro frações para venda, e na gestão do contrato de concessão administrativa do "Parking Europa", parque de estacionamento e respetiva galeria comercial, situado na Avenida de Europa, em San Sebastián de los Reyes.

Em **Moçambique**, na cidade de Maputo, existem vários projetos em construção que contribuirão para o aumento da oferta residencial e de escritórios.

Nos segmentos Residencial e Escritórios, o ano de 2014 ficou marcado pela construção do edifício de uso misto "Julius Nyerere 130", com dezasseis pisos destinados a habitação, quatro pisos destinados a escritórios e um espaço comercial no piso térreo, além de espaços de lazer para uso exclusivo dos residentes.

No segmento de Comércio, realce para a boa taxa de ocupação do "Polana Shopping Center".

Para 2015, prosseguir-se-ão, nos vários mercados, as atuações de prospeção de terrenos, as diligências processuais para desenvolvimento de projetos em carteira, bem como a gestão de património e uma cuidada atuação comercial, prevendo-se o crescimento global de proveitos, maioritariamente em função da maturidade dos empreendimentos em curso no Estado de São Paulo, no Brasil.

IV.4. HOTELARIA

Depois de uma primeira experiência em 1974, no Algarve, o Grupo Teixeira Duarte retomou a sua atuação neste setor em Sines, nos anos 90, operando hoje através de dez unidades hoteleiras, quatro sitas em Portugal, três em Angola e três em Moçambique, que totalizam 2.900 camas e 1.452 quartos.

A Teixeira Duarte desenvolve também negócios na área de Fitness, nomeadamente com quatro *Health Clubs* (no "Lagoas Park", em Torres Vedras, em Faro e no "Villa Park", na Amadora) e algumas unidades de restauração em Portugal e Angola, destacando-se neste último país as pastelarias "Nilo".

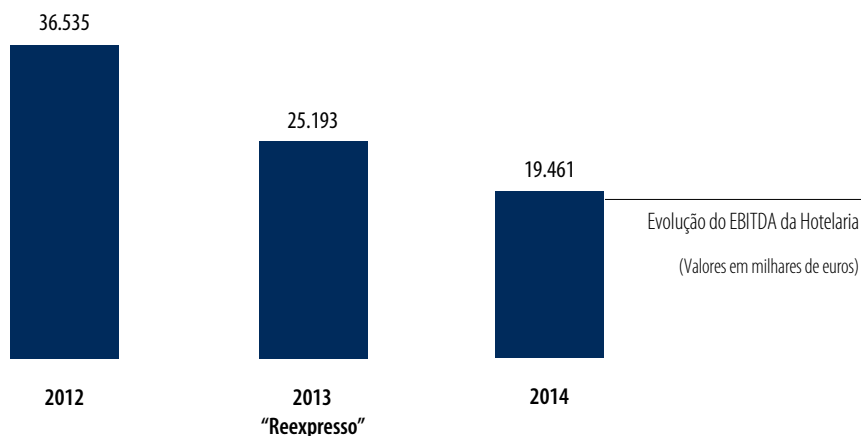
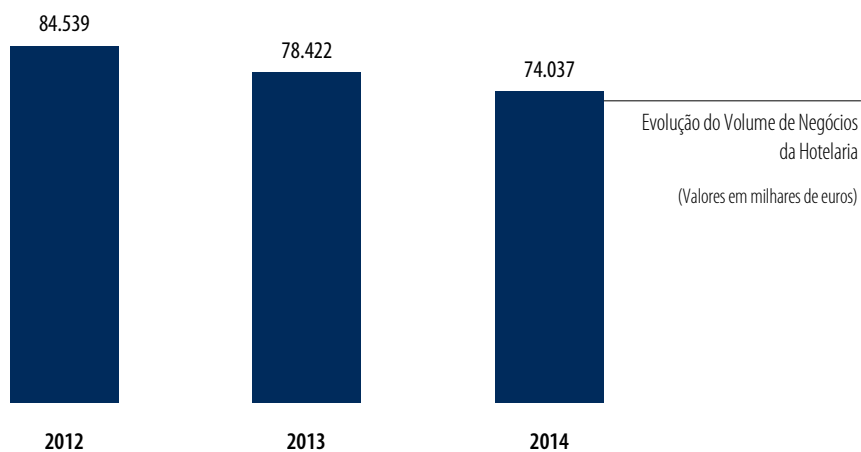
– CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO

O Volume de Negócios da Hotelaria desceu, na globalidade, 5,6% face ao exercício de 2013, penalizado maioritariamente pelo encerramento do "Hotel Trópico", em Luanda, para obras de remodelação no primeiro semestre de 2014.

Em Moçambique a Teixeira Duarte registou uma quebra de 6,5% face ao período homólogo, enquanto que em Portugal a melhoria deste mercado permitiu que o volume de negócios aumentasse 30,4% face a 2013.

O EBITDA desceu 22,8% e fixou-se em 19.461 milhares de euros, refletindo o encerramento durante o primeiro semestre de 2014 do "Hotel Trópico".

De registar o bom desempenho verificado nos hotéis em Moçambique, apesar da aludida descida do volume de negócios.



– ATIVIDADE DURANTE 2014

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2014, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Hotelaria atingiram o valor global de 89.243 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 16% face a 2013, sendo que, nesta área de negócio, os mercados externos representam 78% da atividade e Portugal 22%.



Hotel Eva
Faro | Portugal



Hotel Trópico
Luanda | Angola

Em **Portugal**, as sociedades Grupo que atuam neste setor totalizam 1.022 camas e 511 quartos, distribuídos por quatro unidades hoteleiras, conforme se refere:

LAGOAS PARK HOTEL	Oeiras	182 quartos
SINERAMA	Sines	105 quartos
HOTEL ORIENTAL	Praia da Rocha	90 quartos
HOTEL EVA	Faro	134 quartos

No global, verificou-se neste mercado um aumento de 5% na taxa de ocupação, devido essencialmente ao aumento da procura do mercado *corporate* e *online*, ao mesmo tempo que se concretizou um acréscimo de cerca de 4% no preço médio. Desta forma, os proveitos operacionais dos hotéis em Portugal registaram um aumento de 9% face a 2013.

Na *área de Fitness*, o número médio de sócios ativos das várias unidades do "CLUB L" aumentou 4% face a 2013, com o valor da mensalidade média a diminuir 3%. Apesar dos proveitos operacionais das unidades do "CLUB L" terem diminuído 1% face a 2013, verificaram-se melhorias em determinados serviços, como por exemplo o treino personalizado, o qual evoluiu positivamente nas várias unidades, apresentando um aumento de 13% face ao exercício anterior.

Em **Angola** as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 1.236 camas e 620 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL TRÓPICO	Luanda	280 quartos
HOTEL ALVALADE	Luanda	202 quartos
HOTEL BÁIA	Luanda	138 quartos

O HOTEL TRÓPICO esteve encerrado para obras e reabriu em junho de 2014 integralmente remodelado. No segundo semestre de 2014 a unidade registou uma evolução favorável dos indicadores taxa de ocupação e preço médio.

Os proveitos operacionais do HOTEL ALVALADE aumentaram 9%, influenciados pelo aumento da taxa de ocupação em 10% face a 2013.

Por seu lado, o HOTEL BAÍA, inaugurado em 2011, consolidou a sua posição como um dos hotéis de referência em Luanda, atingindo uma taxa de ocupação de 85%.

No que se refere a outras atividades, destaque para as pastelarias "Nilo", uma referência no mercado da Pastelaria e Panificação em Luanda. Ao todo existem 11 unidades, as quais têm passado por um processo de remodelação e modernização nos últimos anos.

Em **Moçambique** as sociedades do Grupo que atuam neste setor totalizam 642 camas e 321 quartos distribuídos por três unidades hoteleiras, conforme se refere:

HOTEL AVENIDA	Maputo	159 quartos
HOTEL TIVOLI MAPUTO	Maputo	88 quartos
HOTEL TIVOLI BEIRA	Beira	74 quartos

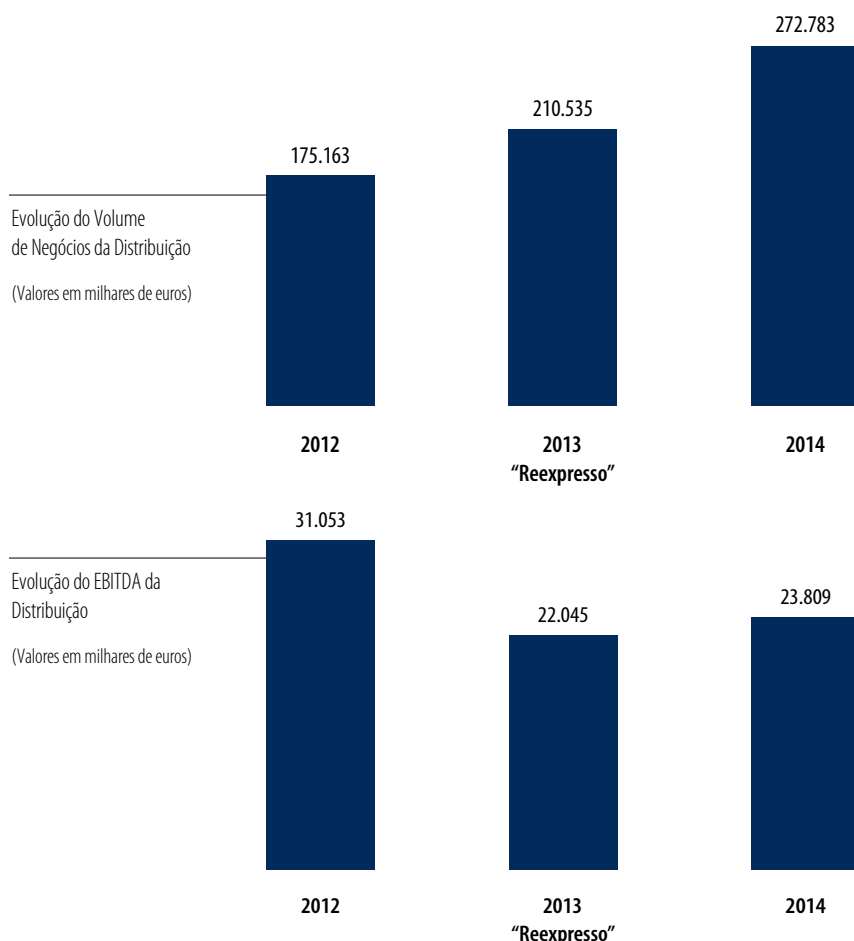
À semelhança de 2013, o ano de 2014 caracterizou-se por uma ligeira desaceleração da atividade, em resultado da redução do número de visitantes à cidade de Maputo e, principalmente, à cidade da Beira, bem como do aumento da concorrência e da renovação contínua da hotelaria local posicionada no mesmo segmento. Assim, a taxa de ocupação e o preço médio registaram uma redução de 8% e 1%, respetivamente, sendo que a gestão criteriosa permitiu manter o bom desempenho de exploração.

IV.5. DISTRIBUIÇÃO

A atuação do Grupo Teixeira Duarte neste setor teve início em 1996 e atualmente é realizada por diversas operações internacionais, atuando em Portugal através da "Teixeira Duarte Distribuição, S.A.", em Angola através das participadas "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda." e "OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", na África do Sul através da "Global Net Distributors, (PTY), Ltd." (GND) e no Brasil através da "TDD Brasil, Limitada".

O reforço da estrutura da "Central de Compras", realizado ao longo dos últimos anos, tem permitido um *procurement* intenso e sistemático das melhores soluções em várias geografias do globo, que alicerçado numa otimizada operação logística tem dotado este setor de um extenso conjunto de produtos de qualidade a preços competitivos.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Na Distribuição, onde o mercado angolano continua a ser o de maior expressão, o Grupo registou um acréscimo do Volume de Negócios de 29,6% face a 2013.

Em Angola, foram abertas três novas lojas MAXI e quatro lojas DAKAZA, tendo-se, em paralelo, iniciado uma operação autónoma de comercialização de bebidas.

De referir ainda o início da operação no Brasil e operações pontuais em outros mercados.

O EBITDA da Distribuição cresceu 8% face ao ano anterior, fixando-se em 23.809 milhares de euros.

— ATIVIDADE DURANTE 2014

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2014, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Distribuição atingiram o valor global de 380.771 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 18,2% face a 2013.

Em **Portugal**, e através da empresa a "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.", o Grupo manteve a aposta na otimização dos processos, reforçando as relações de parceria na representação de marcas e intensificou o *procurement* de uma maior diversidade de fornecedores e produtos.



Loja Bom Preço Samba
Luanda | Angola



Loja DAKAZA Morro Bento
Luanda | Angola

A par de uma experiente equipa comercial que dinamiza e gere o setor de compras e gestão de stocks, existe também em Portugal uma estrutura de suporte com competências na área de logística, controlo de gestão, tecnologias de informação e marketing.

Com o objetivo de corresponder às exigências dos clientes, em 2014 arrancou a operação de conceção da marca própria "EXTRA", que foi desenvolvida em parceria com um conjunto selecionado de fornecedores nacionais e estrangeiros com vista à comercialização de uma diversificada gama de produtos com um excelente binómio de qualidade-preço. Com a concretização deste desafio criaram-se 147 produtos de várias categorias.

Em **Angola**, o Grupo opera no Retalho Alimentar através da empresa "CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.", com as insígnias "MAXI" e "bompreço"; no Retalho Especializado na área de Mobiliário e Decoração a Teixeira Duarte atua com a insígnia "DAKAZA", sendo que já em 2015 iniciou a atuação na área de Saúde e Bem-estar sob a marca "Farmácia Popular".

No mercado da Distribuição de Produtos Exclusivos, o grupo atua através da "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda.".

Em 2014, através da sociedade "OCC - Operador Central de Comércio, Lda.", iniciou-se uma operação de comercialização por grosso de bebidas.

Nas operações de retalho, tem-se dado continuidade à procura de novas localizações para pontos de venda e à melhoria geral das condições das diversas unidades já existentes, tornando o ambiente das lojas mais atrativo e com mais serviços para os clientes, contribuindo para o sucesso comercial das marcas com que o Grupo opera.

Assinala-se a abertura de três novas lojas, com as insígnias "MAXI" e "bompreço", duas na cidade de Luanda e uma na cidade de Benguela, bem como a ampliação da área de vendas da loja do Zango de 800 m² para 1.800 m², totalizando assim no retalho alimentar uma placa de vendas que totaliza 35.000 m², distribuída pela zona metropolitana de Luanda e nas províncias de Benguela e Kwanza Sul.

Além do investimento efetuado ao nível das lojas, em 2014 prosseguiu-se com o desenvolvimento de uma maior oferta de bens e serviços, com destaque para o aprofundamento da gama de mercearia e bebidas, para o aumento da oferta de bazar ligeiro e pesado e para a extensão de um conjunto de serviços, em diversas lojas, como o talho, peixaria e espaço de comida pronta.

No Retalho Especializado, na área de Mobiliário e Decoração, destaque para a nova insígnia "DAKAZA", que se reposicionou face à extinta "Casa Decoração" num novo formato com maior oferta de produtos de qualidade e com preços mais competitivos. Já com esta renovada marca abriram-se quatro novas lojas na área metropolitana de Luanda, nas regiões de Rocha Pinto, Mulemba, Cacuaco e Morro Bento e também uma nova loja na cidade de Benguela.

Ainda no Retalho Especializado na área de Saúde e Bem-estar, procedeu-se ao desenvolvimento dos projetos e obras de três estabelecimentos farmacêuticos com a marca "Farmácia Popular", dois deles já abertos em 2015.

No âmbito da Distribuição de Exclusivos - Bebidas e Impulso, onde o Grupo atua através da sociedade "DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda.", o ano foi marcado por uma forte especialização do modelo de negócio e pelo incremento da complexidade das operações.

Na unidade de autovenda - Impulso, que engloba entre outros a representação dos produtos da marca *Matutano*, realce para o agravamento das taxas aduaneiras e uma cada vez mais forte concorrência, sendo que, ainda assim, foi possível manter bons níveis de vendas e rentabilidade nesta unidade de negócio.

A meio do ano de 2014 foi iniciada uma nova atividade na área de venda a grosso de cervejas, bebidas gaseificadas e águas com a aquisição de uma operação já com larga experiência no mercado, com cinco pontos de venda localizados na área metropolitana de Luanda.

A "Fazenda Maxi" - programa de parceria estabelecido com agricultores angolanos desde 2012 - continua a ser a grande aposta no abastecimento nacional de frutas e legumes às lojas e já representa 60% desta categoria. Em 2014 foram fornecidos ao abrigo desta parceria mais de 3.000 toneladas de produtos frescos que foram comercializados nas lojas "MAXI".

No que se refere ao atendimento do cliente profissional foi implementado um renovado canal de vendas dedicado - Canal de Vendas Profissional -, que engloba uma equipa comercial focada em acompanhar com maior proximidade os grandes clientes, estabelecendo uma parceria preferencial para o desenvolvimento dos seus negócios.

Também em 2014 foi implementado um novo projeto designado por "Kitandinha" que consiste num programa de parcerias com proprietários de lojas de retalho alimentar de pequena e média dimensão por forma a dinamizar o seu negócio e consequentemente contribuir para o desenvolvimento do comércio formal em Angola.

Na **África do Sul**, onde o Grupo atua através da sociedade "GND - Global Net Distributors (PTY) Ltd.", deu-se continuidade ao aprofundamento das relações comerciais com os diversos parceiros e produtores locais.

No **Brasil**, iniciou-se no estado de São Paulo uma operação de distribuição de vinhos e azeites da "Herdade do Sobroso", sendo que o trabalho comercial desenvolvido permitiu já a criação de uma rede de clientes e a angariação de um subdistribuidor no estado do Rio de Janeiro.

O aumento da atividade deste setor do Grupo Teixeira Duarte em Angola, bem como a maior exigência do mercado e o propósito sempre assumido de manter um serviço disponível, eficiente e de qualidade, tem implicado, há muito, uma forte aposta da Teixeira Duarte nos recursos humanos, destacando-se em 2014:

- Implementação de políticas de seleção e recrutamento, com o intuito de atrair e recrutar os melhores profissionais;
- Desenvolvimento de um plano de formação ambicioso, com ações gerais e dedicadas, para as áreas de atuação da estrutura central e das diversas insígnias;

- Continuação da aposta no projeto de formação "Fazer Pescar", iniciada em 2012, o qual no ano em análise permitiu a integração de 31 jovens colaboradores nas diversas áreas de Operações, Logística, Compras e Sistemas de Informação.

Para 2015, assumem-se algumas reservas relativamente ao desenvolvimento da atividade do retalho em Angola, nomeadamente pelo expectável abrandamento da atividade económica e o seu impacto no poder de compra da população angolana, pelo que, sem prejuízo da continuada aposta do Grupo neste setor, não se antevê um crescimento global dos proveitos.

IV.6. ENERGIA

O Grupo Teixeira Duarte começou a atuar neste setor em Portugal em 1996, sendo que atualmente opera no mercado nacional, através da "TDARCOL - SGPS, S.A.", nas áreas dos Combustíveis Líquidos e Lubrificantes, do Gás e da Energia Solar.

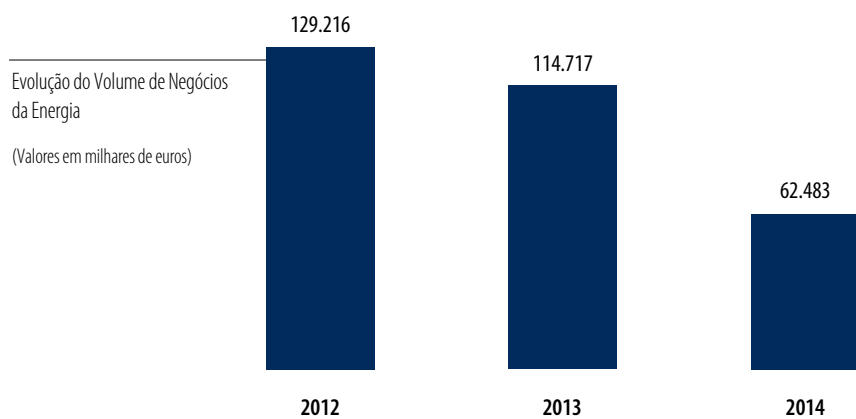
Nos combustíveis, a Teixeira Duarte explorou, em 2014, diretamente ou através de concessões 60 postos de abastecimento, com a marca "AVIA".

Já em 2015, o Grupo alienou a participação na sociedade "PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.", entidade através da qual o Grupo exercia a aludida distribuição de combustíveis líquidos e que gerou em 2014 proveitos operacionais consolidados de 48 milhões de euros.

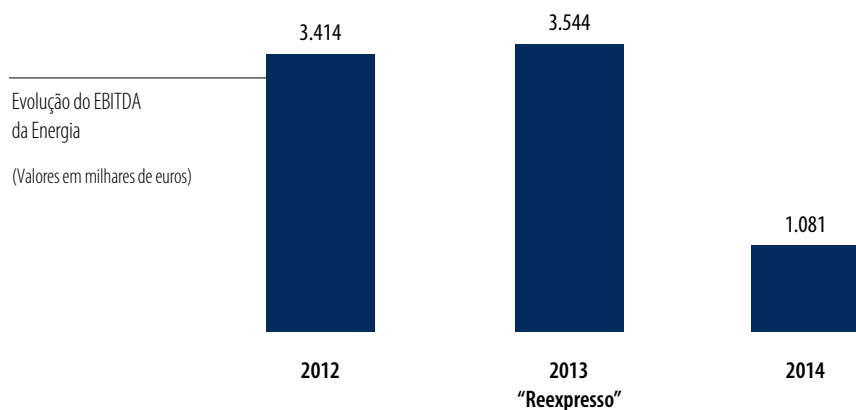
No gás, o Grupo opera com a marca DIGAL e dispõe de mais de 700 reservatórios para abastecimentos locais e de uma rede de distribuição de gás canalizado com mais de 350 km, abastecendo um número aproximado de 65.000 fogos, para além de uma estrutura com meios de enchimento e distribuição de gás embalado, detendo a representação exclusiva nacional da marca Campingaz.

Na área da energia solar térmica, as empresas do Grupo representam em Portugal as marcas internacionais "SOLAHART" e "SONNENKRAFT", onde as suas participadas são líderes de mercado.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



Na Energia, o Volume de Negócios do Grupo diminuiu 45,5% face ao período homólogo, em resultado da forte quebra das vendas de combustíveis líquidos a grandes superfícies.



Na Energia, o EBITDA registou uma diminuição de 69,5% face a ano de 2013.



PPS - Expedição de GPL
Porto de Aveiro | Portugal



PPS - Operação de Receção de GPL
Porto de Aveiro | Portugal

– ATIVIDADE DURANTE 2014

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2014, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor da Energia atingiram o valor global de 73.274 milhares de euros, que corresponde a uma diminuição de 42,1% face a 2013.

Na área dos combustíveis, o ano de 2014 caracterizou-se pelo acentuar da conjuntura económica desfavorável e pelo agravamento das medidas de austeridade implementadas em Portugal, com conseqüente impacto negativo quer no consumo privado, quer no investimento. Neste contexto, assistiu-se a uma redução do consumo de produtos petrolíferos, com reflexos na atividade em que se verificou uma quebra de quantidades nas vendas de combustíveis líquidos de 55,31% face ao ano anterior, com o Volume de Negócios a registar um total de 47.359 milhares de euros, essencialmente em resultado da forte diminuição das vendas de combustíveis líquidos a grandes superfícies.

Relativamente aos lubrificantes, manteve-se uma boa prestação, consolidando-se as vendas e a posição no mercado.

Na área do Gás, apesar da ligeira diminuição dos consumos per capita no gás propano canalizado foi possível manter o número de consumidores.

Foram concluídos os projetos do terminal e parque de tancagem no porto de Aveiro, tendo sido recebido o primeiro navio em dezembro, e iniciada a distribuição da nova garrafa de butano Digal designada "ASA".

No que diz respeito à Energia Solar, verificou-se um nível de atividade em linha com o exercício anterior, continuando a assegurar as manutenções dos equipamentos solares térmicos instalados ao abrigo do programa de incentivo governamental finalizado em 2010.

IV.7. AUTOMÓVEL

A Teixeira Duarte começou a sua atuação no Setor Automóvel em 1991, em Angola, prosseguindo hoje a sua atividade através de um conjunto de sociedades que representam diversas fabricantes internacionais, com destaque para as empresas TDA e VAUCO, atuando nos seguintes segmentos de mercado:

Ligeiros: Nissan, Renault, Peugeot, Mahindra, Honda, JMC, Ssangyong, Chevrolet e Isuzu;

Pesados: Renault Trucks, UD Trucks e Randon;

Motociclos: Honda, Piaggio, Vespa, Gilera, Derby e Hyosung;

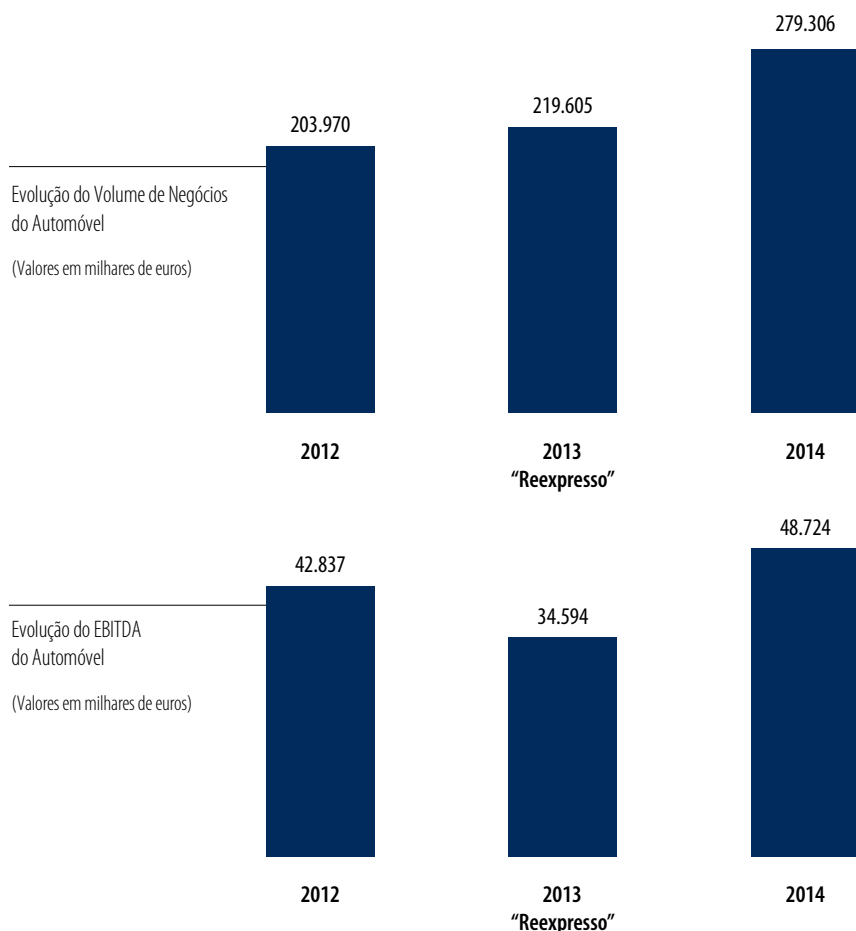
Equipamentos - Energia: Denyo, Pramac, Honda Power Products e Powermate;

Equipamentos - Elevação e Construção Civil: Nissan Forklift, Heli, Wacker Neuson;

Pneus e Lubrificantes: Continental, Infinity e Avia.

Em paralelo, desenvolve atividade no Retailho Especializado através da rede Lojas TDA, que comercializa um conjunto alargado de bens e serviços predominantemente destinados a veículos motorizados.

— CONTRIBUTO DESTE SETOR PARA O GRUPO



O setor Automóvel aumentou o Volume de Negócios em 27,2% relativamente a dezembro de 2013, sendo que, desconsiderando o efeito cambial, a atividade cresceu 26,8% face ao período homólogo.

Em 2014, regista-se o aumento de 30% no segmento de ligeiros e o acréscimo de 14% na assistência técnica pós-venda.

Para este efeito contribuíram de forma relevante a consolidação da rede de concessões nas províncias de Luanda, Benguela, Huíla e Huambo.

O setor Automóvel cresceu o EBITDA em 40,8% face ao período homólogo, fixando-se em 48.724 milhares de euros.



Loja TDA Mulemba
Luanda | Angola



Vauco Catumbela
Lobito | Angola

– ATIVIDADE DURANTE 2014

Em termos não consolidados e para que se tenha uma perspetiva sobre o total da atividade em 2014, informa-se que os proveitos operacionais do Grupo no setor Automóvel atingiram o valor global de 468.388 milhares de euros, que corresponde a um crescimento de 26,6% face a 2013.

O ano de 2014 ficou marcado pela entrada em vigor da nova pauta aduaneira em Angola, que penalizou principalmente o segmento das *Pickups Cabine Dupla*.

Pese embora este facto, o mercado registou uma intensa atividade, com destaque para o segmento de Ligeiros, com uma considerável subida das vendas das principais marcas a operar em Angola, que atingiram, globalmente, cerca de 40.000 unidades, das quais 10.800 foram de marcas representadas pela Teixeira Duarte.

Atendendo às especificidades do mercado e ao *line-up* disponível de cada fabricante, as marcas tiveram em geral um comportamento positivo, com realce para a Renault e Chevrolet, as quais, pela primeira vez, ultrapassaram as 3.000 unidades vendidas num único ano, bem como para a Nissan que registou mais de 2.000 viaturas vendidas no período.

A Renault, com 3.700 unidades vendidas e um expressivo crescimento de 62% face a 2013, terminou o ano no quarto lugar do ranking das marcas mais vendidas em Angola, com um *market share* superior a 8%.

Em 2014, deu-se continuidade ao desenvolvimento da rede de pontos de vendas e assistência técnica, quer através da implementação de espaços próprios, quer através de novos subdistribuidores, destacando-se, neste âmbito: a ampliação do número de baias de mecânica nos Polos TDA Talatona e TDA Coqueiros; a beneficiação da oficina do Polo TDA Viana; a ampliação do *Showroom* Vauco Ho Chi Min na cidade de Luanda, para as marcas Chevrolet e Isuzu; a inauguração do novo *Showroom* Vauco Lobito, igualmente para a Chevrolet e Isuzu; o novo

Showroom Luanda da Mahindra; e o novo *Showroom* Luanda para a marca Ssangyong.

Em conjunto com a rede de subdistribuidores, as marcas representadas no segmento de Ligeiros abrangiam, no final do ano, diversas cidades do território angolano, com destaque para Luanda, Talatona, Viana, Lobito, Benguela, Lubango, Huambo, Menongue, Kuito, Luena e Uíge.

Na área de Assistência Técnica de veículos Ligeiros, o Grupo Teixeira Duarte registou um crescimento de 15% no volume de negócios apesar do aparecimento, ao longo do ano, de várias oficinas multimarca independentes que acentuaram a concorrência nesta vertente do negócio.

No segmento de Pesados, registou-se um crescimento expressivo de 36% na principal insígnia, a "Renault Trucks", num total de 202 unidades vendidas, sendo de realçar a presença da rede de oficinas deste segmento nas cidades de Talatona, Viana, Lobito, Lubango e Huambo.

No segmento de Motociclos, regista-se a venda de 3.269 unidades, equivalente a uma diminuição de 17% no número de unidades vendidas em relação a 2013, devido essencialmente à descontinuação da produção do modelo *Honda Today* - que havia sido um dos *top-seller* em 2013 - e à implementação da nova pauta aduaneira, que agravou significativamente os encargos associados à importação de *scooters*, com especial impacto na marca *Piaggio*.

No segmento de Equipamentos, a área de Energia manteve durante 2014 a aposta na capacitação de competências das várias equipas de Assistência Técnica, tendo sido possível diversificar a carteira de clientes nesta atividade e aumentar em cerca de 30% os proveitos da atividade de manutenção.

Destaque, na área de Elevação, para o início da representação da insígnia *Heli*, com uma gama muito ampla e adequada ao forte desenvolvimento logístico que se verifica por todo o país.

No segmento de Pneus e Lubrificantes, o ano foi marcado pelo início das representações das marcas de pneus *Continental* no segmento *premium*, e *Infinity* no segmento *budget*, bem como para o início da comercialização de lubrificantes da marca *AVIA*.

No Retalho Especializado, a insígnia "*Loja TDA*" inaugurou durante o primeiro semestre dois novos pontos de assistência técnica e de venda, junto às galerias comerciais da MAXI Cacucaco e Mulemba, com um novo tipo de conceito que inclui um espaço de oficina para montagem de pneus e manutenções rápidas.

O aumento da atividade deste setor do Grupo Teixeira Duarte em Angola, bem como a maior exigência do mercado e o propósito sempre assumido de manter um serviço disponível, eficiente e de qualidade, tem implicado, há muito, uma forte aposta da Teixeira Duarte nos recursos humanos, destacando-se em 2014:

- A implementação de políticas de seleção e recrutamento dinâmicas e criteriosas, com o intuito de atrair e recrutar os melhores profissionais;
- A realização de um plano de formação ambicioso, com ações gerais e dedicadas às áreas de atuação da estrutura central e dos diversos segmentos de negócio;
- A continuação do projeto "Fazer Pescar" - transversal a várias áreas do Grupo -, que visa o desenvolvimento de competências e a criação de oportunidades a jovens com situações familiares socioeconomicamente fragilizadas e que contou este ano com a realização de mais duas edições, dele tendo resultado, para este setor automóvel, a integração de mais 32 jovens colaboradores, inseridos em funções diversas nas áreas de Mecânica, Secretaria Comercial e Sistemas de Informação.

Neste setor, o ano de 2015 ficará previsivelmente marcado pela redução das importações em Angola, que implicará uma contração generalizada nas diversas áreas de negócio, em especial nos segmentos de Ligeiros, Pesados e Equipamentos, pelo que a Teixeira Duarte dará especial enfoque à gestão criteriosa do nível de *stock* - ajustando o *line up* das várias marcas em função da redução expectável de vendas -, bem como à Assistência Técnica, prosseguindo com o reforço das competências das várias equipas e o aprofundamento dos processos de organização das oficinas.

V. PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES COTADAS

– BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

A Teixeira Duarte foi acionista fundadora do "Banco Comercial Português, S.A." em 1985, mantendo desde então uma participação relevante no capital do Banco, cuja posição relativa no capital tem vindo a diminuir nos últimos anos, sendo que em 2013 baixou dos 2%, deixando, nessa circunstância, de ser considerada participação qualificada.

Em 2014, o Grupo Teixeira Duarte manteve participação no "Banco Comercial Português, S.A.", classificada como ativos financeiros disponíveis para venda, tendo reduzido a sua participação societária para 1,15% do respetivo capital social e direitos de voto.

No final do ano de 2014, o valor contabilístico daquela participação, expresso em IFRS, fixou-se em 40.880 milhares de euros, o que traduz um decréscimo de 18.525 milhares de euros do valor da participação detida em 31 de dezembro de 2014 em relação a 2013.

– BANCO BILBAO VIZCAYA ARGENTARIA, S.A.

Em 2014, o Grupo Teixeira Duarte manteve a participação no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.", cujo valor contabilístico, expresso em IFRS, se fixou globalmente em 22.855 milhares de euros e prosseguiu fazendo, também a gestão desta participação, parte como aplicação de tesouraria e parte como ativos financeiros disponíveis para venda.

VI. FACTOS OCORRIDOS APÓS A CONCLUSÃO DO EXERCÍCIO

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar o seguinte facto relevante ocorrido após o encerramento do exercício, o qual foi objeto de comunicado tempestivamente divulgado ao mercado:

Contrato para execução de obra na Argélia, no Montante de 204 milhões de euros

O agrupamento, liderado a 47,5% pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", recebeu dia 8 de abril o contrato e a respetiva ordem de serviço da "Agence Nationale des Autoroutes" da Argélia, para a execução da obra "Réalisation de le Liaison Autoroutière Reliant le Port de Ténès à l'Autoroute Est-Ouest sur 22 kms (Wilaya de Chlef) en 2x3 voies".

O agrupamento recebeu já a ordem de serviço para realização dos trabalhos, sendo que o prazo previsto para execução da obra é de 24 meses e o valor total da empreitada é de 204 milhões de euros, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 38,3% são pagos em euros e os restantes 61,7% em dinares argelinos, cabendo ao Grupo Teixeira Duarte, em função da quota-parte da sua participada no referido agrupamento, 96.9 milhões de euros.

VII. PERSPETIVAS PARA 2015

Prevê-se que venha a ocorrer em 2015 um crescimento da atividade em vários países com expressão na atuação da Teixeira Duarte no mercado externo.

Assim, a Carteira de Encomendas do Grupo para o setor de construção atingiu, na sua globalidade, o expressivo valor de 2.411.360 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014, o qual reflete um acréscimo de 18,3% face ao final de 2013.

Desta forma e para além de eventuais novos contratos, o Grupo tem assegurado adequados níveis de atividade na Construção no mercado externo o que, apesar da atual conjuntura desfavorável no mercado interno, permitiu que, no global, a Teixeira Duarte tenha já contratado a execução de empreitadas no valor global de 904.808 milhares de euros para 2015, 649.832 milhares de euros para 2016 e 339.281 milhares de euros para 2017, distribuído da seguinte forma pelos mercados de atuação do Grupo:

	2015	Contributo (%)	2016	Contributo (%)	2017	Contributo (%)
Portugal	122.876	13,6%	23.556	3,6%	33.124	9,8%
Angola	191.700	21,2%	98.144	15,1%	121.605	35,8%
Argélia	200.648	22,2%	197.731	30,4%	49.370	14,6%
Brasil	140.160	15,5%	81.220	12,5%	480	0,1%
Espanha	4.944	0,5%	-	-	-	-
Moçambique	113.766	12,6%	97.482	15,0%	418	0,1%
Venezuela	115.372	12,8%	146.551	22,6%	134.284	39,6%
Outros Mercados	15.342	1,7%	5.148	0,8%	-	-
Total	904.808	100,0%	649.832	100,0%	339.281	100,0%

Entende-se adequado recordar aqui o facto supra referido de, já no exercício de 2015, a Teixeira Duarte ter alienado a participação que detinha na "PETRIN – Petróleos e Investimentos, S.A.", entidade através da qual o Grupo exercia a distribuição de combustíveis líquidos sob a marca "AVIA" e que havia gerado em 2014 proveitos operacionais de 48 milhões de euros.

Para 2015, a Teixeira Duarte prevê atingir proveitos operacionais consolidados de cerca de 1.600 milhões de euros.

VIII. DISTRIBUIÇÃO DE RESULTADOS A MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E A COLABORADORES

Em face do propósito assumido relativamente à distribuição pelos colaboradores e pelos membros do Conselho de Administração de parte dos resultados apurados no exercício, procedeu-se, em cumprimento dos normativos atualmente em vigor, ao registo contabilístico desse montante de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) como gasto do exercício de 2014, com a consequente redução da rubrica de resultados líquidos apurados nas demonstrações financeiras anexas a este Relatório e também sujeitas a aprovação em Assembleia Geral.

Deste modo, com a aprovação deste Relatório e Contas, fica também aprovada pelos Senhores Acionistas a mencionada distribuição de resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração, neste último caso a ser deliberada pela Comissão de Remunerações.

Refere-se ainda a este propósito que sociedades suas subsidiárias, nomeadamente a TD-EC, assumiram o propósito de distribuir parte dos resultados por elas apurados no exercício de 2014 por membros dos seus conselhos de administração e pelos seus colaboradores, num total de 5.938.000,00 euros, tendo as mesmas também procedido ao registo contabilístico desse montante como gasto do exercício de 2014, com as consequentes reduções das respetivas rubricas de resultados líquidos.

IX. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

Os resultados líquidos cuja proposta de aplicação aqui se apresenta, correspondem aos montantes apurados em 31 de dezembro de 2014 acrescidos do gasto de 1.500.000,00€ (um milhão e quinhentos mil euros) que, estando previstos distribuir aos colaboradores e aos administradores, foram, em cumprimento dos novos normativos aplicáveis, registados como gasto do próprio exercício de 2014 nas demonstrações financeiras que integram este Relatório de Gestão e que, sendo aprovadas, confirmam, por um lado o acordo dos Senhores Acionistas em distribuir resultados aos colaboradores e aos membros do Conselho de Administração e, por outro, que o Resultado Líquido que é objeto de proposta de aplicação de Resultados é de 65.389.620,98 (sessenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte euros e noventa e oito cêntimos).

Acresce ao acima referido que é também política da Teixeira Duarte privilegiar o reforço dos capitais próprios da sociedade e assegurar uma continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos Acionistas.

Com esses pressupostos, o Conselho de Administração propõe que os resultados líquidos da "TEIXEIRA DUARTE, S.A." apurados no exercício de 2014, no montante de 65.389.620,98 (sessenta e cinco milhões, trezentos e oitenta e nove mil, seiscentos e vinte euros e noventa e oito cêntimos), tenham a seguinte aplicação:

Para reforço da reserva legal	10.500.000,00 €
Para reforço das reservas livres	49.219.620,98 €
Para dividendos aos acionistas	5.670.000,00 €

Lagoas Park, 29 de maio de 2015

O Conselho de Administração,

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

NÚMERO DE VALORES MOBILIÁRIOS DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Em cumprimento dos deveres de informação a que está vinculada pelos diversos normativos em vigor, a Teixeira Duarte, S.A. apresenta, de seguida, a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2014, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida:

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2013:

	Nome	Qualidade	Sociedade	N.º de Ações
(a) 42.000 ações por si detidas diretamente e 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, S.A., a qual, já em 2015, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte – SGPS, S.A.	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	(a) 1.212.550
	Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	5.149.575
	Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	433.862
	Carlos Gomes Baptista	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	62.671
	Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	31.160
	Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	180.000
	Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Presidente do Conselho Fiscal a partir de 7 de novembro de 2014	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal até 7 de novembro de 2014	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	(b) 10.000
(b) ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher	Horácio Lisboa Afonso	Suplente do Conselho Fiscal até 24 de março de 2014	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014:

Não se registaram quaisquer operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2014:

	Nome	Qualidade	Sociedade	Nº de Ações
(c) 42.000 ações por si detidas diretamente e 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM – Gestão e Investimentos, S.A., a qual já em 2015, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte – SGPS, S.A.	Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	Presidente do Conselho de Administração	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	(c) 1.212.550
	Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	5.149.575
	Joel Vaz Viana de Lemos	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	433.862
	Carlos Gomes Baptista	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	62.671
	Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	31.160
	Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	Administrador	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	180.000
	Óscar Manuel Machado de Figueiredo	Presidente do Conselho Fiscal a partir de 7 de novembro de 2014	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	António Gonçalves Monteiro	Presidente do Conselho Fiscal até 7 de novembro de 2014	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Mateus Moreira	Vogal do Conselho Fiscal	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Miguel Carmo Pereira Coutinho	Vogal do Conselho Fiscal	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	(d) 10.000
(d) ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher.	Horácio Lisboa Afonso	Suplente do Conselho Fiscal até 24 de março de 2014	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Rogério Paulo Castanho Alves	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	José Pedro Poiares Cobra Ferreira	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0
	Mariquito, Correia & Associados, SROC	Revisor Oficial de Contas	TEIXEIRA DUARTE, S.A.	0

ACIONISTAS TITULARES DE, PELO MENOS, UM DÉCIMO DO CAPITAL SOCIAL

A TEIXEIRA DUARTE, S.A. apresenta, de seguida e para efeitos do n.º 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais, a lista dos acionistas que, a 31 de dezembro de 2014 e segundo os registos da Sociedade e as informações recebidas, são titulares de, pelo menos, um décimo do capital social:

Sociedade	N.º ações em 31.12.2014	% Capital
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	203.520.000	48,46%
MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal Lda.	42.593.620	10,14%

LISTA DOS TITULARES DE PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS À DATA DE 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Dando cumprimento às disposições legais e regulamentares aplicáveis, é com base nos registos da Sociedade e nas informações recebidas que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. divulga aqui a lista dos titulares de participações qualificadas no seu capital social à data de 31 de dezembro de 2014, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

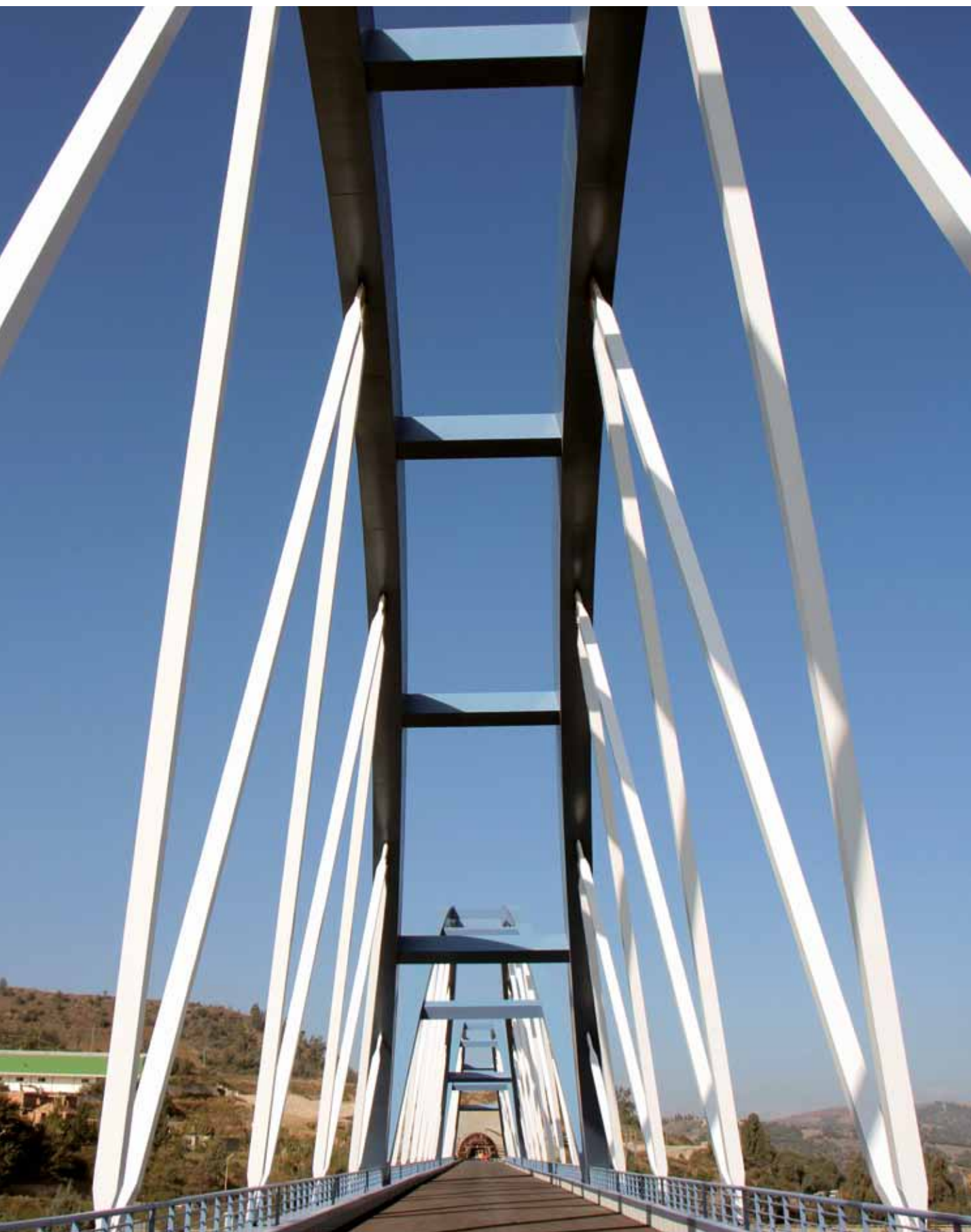
TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	203.520.000	48,46%
Através dos membros do Conselho de Administração da TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada)	9.507.685	2,26%
TOTAL IMPUTÁVEL	213.027.685	50,72%

Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	145.087	0,03%
Através da sociedade por si dominada diretamente MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	42.593.620	10,14%
TOTAL IMPUTÁVEL	42.738.707	10,176%

Banco Comercial Português, S.A.	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	500	0,0001%
Através do Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português por si detido	41.225.838	9,8157%
TOTAL IMPUTÁVEL	41.226.338	9,8158%

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	10.300.000	2,45%
TOTAL IMPUTÁVEL	10.300.000	2,45%

Relatório sobre o Governo da Sociedade **2014**



PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

A. ESTRUTURA ACIONISTA

I. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

O capital social da "Teixeira Duarte, S.A." (TD,SA), no valor global de 210.000.000,00€ (duzentos e dez milhões de Euros) encontra-se representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50€ (cinquenta cêntimos) cada uma.

As ações são todas ordinárias, escriturais, nominativas e estão admitidas à negociação em mercado regulamentado (EURONEXT LISBON). As ações pertencem a uma categoria única, a cada uma corresponde um voto, e não existem ações com direitos ou deveres especiais.

De acordo com os elementos apurados, as ações que representam o capital social da TD,SA estavam, ao final do exercício de 2014, distribuídas por um total de 5.413 acionistas da seguinte forma:

Acionistas titulares de até 42.000 ações:	5.241
Acionistas titulares de entre 42.001 a 420.000 ações:	125
Acionistas titulares de entre 420.001 a 4.200.000 ações:	33
Acionistas titulares de entre 4.200.001 a 42.000.000 de ações:	12
Acionistas titulares de mais de 42.000.000 de ações:	2

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b)).

Não existem quaisquer restrições à transmissibilidade das ações, nomeadamente cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a)).

Não existem ações próprias.

4. Acordos significativos de que a sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a sociedade, exceto se a sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 245.º-A, n.º 1, al. j).

Não existem acordos com estas características.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não existe qualquer previsão estatutária nem foram adotadas quaisquer medidas defensivas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Em consequência, o disposto na presente norma e na Recomendação n.º I.4 não é aplicável à TD,SA.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 245.º-A, n.º 1, al. g).

Tanto quanto seja do conhecimento da Sociedade, não existem quaisquer acordos parassociais, nomeadamente os que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

Refira-se ainda que, para efeitos do disposto na Recomendação n.º I.5 do Código de Governo das Sociedades da CMVM, não são adotadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela TD,SA em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração nem medidas que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.

II. Participações Sociais e Obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 245.º-A, n.º 1, als. c) e d) e art. 16.º), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Informa-se que, a 31 de dezembro de 2014, as participações qualificadas, calculadas nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, eram as seguintes:

"Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	203.520.000	48,46%
Através dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A." (nenhum destes alcançando, individualmente, qualquer participação qualificada)	9.507.685	2,26%
TOTAL IMPUTÁVEL	213.027.685	50,72%

Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	145.087	0,03%
Através da sociedade por si dominada diretamente "MIDINVEST, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda."	42.593.620	10,14%
TOTAL IMPUTÁVEL	42.738.707	10,176%

"Banco Comercial Português, S.A."	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	500	0,0001%
Através do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português" por si detido	41.225.838	9,8157%
TOTAL IMPUTÁVEL	41.226.338	9,8158%

Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte	N.º de ações	% Capital social com direito de voto
Diretamente	10.300.000	2,45%
TOTAL IMPUTÁVEL	10.300.000	2,45%

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

[NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no n.º 5 do art. 447.º CSC]

A TD,SA apresenta de seguida a lista de valores mobiliários emitidos pela Sociedade e por sociedades com as quais esteja em relação de domínio ou de grupo, detidas por titulares dos órgãos sociais, bem como todas as aquisições, onerações ou transmissões durante o exercício de 2014, especificando o montante, a data do facto e a contrapartida paga ou recebida.

I. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2013:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações		
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	TD,SA	Presidente do Conselho de Administração	(a) 1.212.550	(a) 42.000 ações por si detidas diretamente e 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM - Gestão e Investimentos, S.A., a qual, já em 2015, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte - SGPS, S.A.	
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD,SA	Administrador	5.149.575		
Joel Vaz Viana de Lemos	TD,SA	Administrador	433.862		
Carlos Gomes Baptista	TD,SA	Administrador	62.671		
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	TD,SA	Administrador	31.160		
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	TD,SA	Administrador	180.000		
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	TD,SA	Presidente do Conselho Fiscal a partir de 7 de novembro de 2014	0		(b) ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher
António Gonçalves Monteiro	TD,SA	Presidente do Conselho Fiscal até 7 de novembro de 2014	0		
Mateus Moreira	TD,SA	Vogal do Conselho Fiscal	0		
Miguel Carmo Pereira Coutinho	TD,SA	Vogal do Conselho Fiscal	(b) 10.000		
Horácio Lisboa Afonso	TD,SA	Suplente do Conselho Fiscal até 24 de março de 2014	0		
Rogério Paulo Castanho Alves	TD,SA	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0		
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	TD,SA	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0		
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	TD,SA	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0		
Mariquito, Correia & Associados, SROC	TD,SA	Revisor Oficial de Contas	0		

II. Operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014:

Não se registaram quaisquer operações com ações detidas, direta e indiretamente, pelos Membros dos Órgãos Sociais durante o período compreendido entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2014.

III. Número de ações detidas pelos Membros dos Órgãos Sociais a 31 de dezembro de 2014:

Nome	Sociedade	Qualidade	Nº de Ações		
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	TD,SA	Presidente do Conselho de Administração	(c) 1.212.550	(c) 42.000 ações por si detidas diretamente e 1.170.550 ações detidas pela sociedade por si dominada PACIM - Gestão e Investimentos, S.A., a qual já em 2015, trocou todas essas ações por ações da Teixeira Duarte - SGPS, S.A.	
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	TD,SA	Administrador	5.149.575		
Joel Vaz Viana de Lemos	TD,SA	Administrador	433.862		
Carlos Gomes Baptista	TD,SA	Administrador	62.671		
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	TD,SA	Administrador	31.160		
Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino	TD,SA	Administrador	180.000		
Óscar Manuel Machado de Figueiredo	TD,SA	Presidente do Conselho Fiscal a partir de 7 de novembro de 2014	0		(d) ações detidas em regime de compropriedade com sua mulher
António Gonçalves Monteiro	TD,SA	Presidente do Conselho Fiscal até 7 de novembro de 2014	0		
Mateus Moreira	TD,SA	Vogal do Conselho Fiscal	0		
Miguel Carmo Pereira Coutinho	TD,SA	Vogal do Conselho Fiscal	(d) 10.000		
Horácio Lisboa Afonso	TD,SA	Suplente do Conselho Fiscal até 24 de março de 2014	0		
Rogério Paulo Castanho Alves	TD,SA	Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0		
José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla	TD,SA	Vice-Presidente da Mesa da Assembleia Geral	0		
José Pedro Poiães Cobra Ferreira	TD,SA	Secretário da Mesa da Assembleia Geral	0		
Mariquito, Correia & Associados, SROC	TD,SA	Revisor Oficial de Contas	0		

9. Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 245.º-A, n.º 1, al. i), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.

Para além de outras atribuições e competências que por Lei, pelos Estatutos ou por delegação da Assembleia Geral lhe sejam conferidas, cabe, nomeadamente, ao Conselho de Administração:

- a) exercer os mais amplos poderes de administração da Sociedade e praticar todos os atos e operações tendentes à realização do seu objeto social;
- b) negociar e outorgar todos os contratos, seja qual for o seu alcance, forma e natureza, em que a Sociedade seja parte;
- c) representar a Sociedade, em juízo e fora dele, ativa e passivamente, promover, contestar, transigir ou desistir em quaisquer processos e comprometer-se em todo o tipo de arbitragens;
- d) elaborar, se assim o entender, o seu regulamento interno, definindo as regras e procedimentos respeitantes ao seu funcionamento;
- e) proceder à distribuição de pelouros pelos seus membros e encarregar qualquer um deles de se ocupar especialmente de certas matérias da competência do Conselho;
- f) delegar em quaisquer dos seus membros os poderes necessários para, conjunta ou individualmente, desempenharem certas tarefas ou atuações específicas;
- g) nomear procuradores ou mandatários da Sociedade para a prática de determinados atos ou categorias de atos, com os poderes e atribuições que constarem das respetivas procurações que para o efeito outorgar;
- h) designar o Secretário da Sociedade e o seu Suplente;
- i) deslocar a sede social para outro local, dentro do território nacional, bem como criar, transferir ou extinguir delegações, agências, sucursais, ou quaisquer outras formas de representação da sociedade, no País ou no estrangeiro, nos termos, onde e quando entender conveniente;
- j) deliberar que a Sociedade adquira, aliene e onere quaisquer bens imóveis e direitos de propriedade industrial, licenças e alvarás, bem como quotas, ações, obrigações ou outros títulos;
- k) deliberar que a Sociedade participe na constituição, subscreva capital, assuma interesses ou tome parte em outras sociedades, empresas, agrupamentos complementares ou associações de qualquer espécie e coopere, colabore ou se consorcie com quaisquer outras entidades, bem como preste serviços técnicos de administração e gestão ou apoio em recursos humanos e financeiros a sociedades participadas ou com as quais tenha celebrado contrato de subordinação; e
- l) prestar cauções e garantias pessoais ou reais pela Sociedade, nomeadamente avales ou fianças.

Os Estatutos da Sociedade não conferem quaisquer poderes ao Conselho de Administração sobre eventuais aumentos de capital social.

10. Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Embora o acionista com participação qualificada no capital da TD,SA seja o Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, a verdade é que tal participação tem sido imputada ao "Banco Comercial Português, S.A."

Sucedo que desde há quase 30 anos que as entidades que integram o Grupo Teixeira Duarte mantêm relações comerciais correntes com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, em termos e condições normais de mercado, sendo que, em 31 de dezembro de 2014, o valor global de financiamentos contraídos junto desta instituição ascendia a cerca de 337 milhões de Euros, que correspondem a 22,7% do total do passivo bancário do Grupo.

Relativamente à contratação de garantias bancárias com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, informa-se que as mesmas totalizavam a 22 milhões de euros, representando 2,7% do valor global das garantias contratadas pelo Grupo.

Finalmente, reporta-se que o Grupo tem também contratos de locação financeira com o "Banco Comercial Português, S.A." e suas participadas, num valor global de 153 milhões de euros, correspondentes a 75,8 % do valor total deste tipo de contratos.

Não existem quaisquer outras relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a sociedade.

Face à natureza das únicas relações serem as supra identificadas e pelo facto do âmbito das mesmas ser circunscrito a áreas já muito regulamentadas e supervisionadas por várias entidades, entende-se não existir razão que justifique que o órgão de fiscalização estabeleça procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, nem tão pouco que a realização de negócios de relevância significativa dependa de parecer prévio daquele órgão, conforme consta da Recomendação n.º V2.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. ASSEMBLEIA GERAL

a) Composição da mesa da assembleia geral

11. Identificação e cargo dos membros da mesa da assembleia geral e respetivo mandato (início e fim).

Atualmente, a Mesa da Assembleia Geral é constituída pelos seguintes membros:

Presidente: Senhor Dr. Rogério Paulo Castanho Alves, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal;

Vice-Presidente: Senhor Dr. José Gonçalo Pereira de Sousa Guerra Costenla, advogado, com domicílio profissional na Avenida Álvares Cabral, 61 - 4º, 1250-017 Lisboa, Portugal; e

Secretário: Senhor Dr. José Pedro Poiares Cobra Ferreira, advogado, com domicílio profissional em Lagoas Park, Edifício 2, 2740-265 Porto Salvo, Oeiras, Portugal.

Todos os identificados membros da Mesa da Assembleia Geral foram eleitos em Assembleia Geral de 21 de maio de 2011, para exercerem funções nesse órgão durante o quadriénio 2011/2014.

b) Exercício do direito de voto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f);

Não existem quaisquer restrições em matéria de direito de voto, nomeadamente limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, sendo que, quanto aos prazos impostos para o exercício do direito de voto, as únicas limitações são as indicadas para o caso de voto por correspondência.

Mais se informa, que, de acordo com o teor do artigo 13.º do Pacto Social, poderá participar na Assembleia Geral e aí discutir e votar quem, na data de registo, correspondente às 0 horas (GMT) do 5.º dia de negociação anterior ao da Assembleia, for titular de ações que lhe confirmam pelo menos um voto.

A cada ação, nas condições *supra* referidas, corresponde um voto. Embora os Estatutos prevejam no seu artigo 7.º a possibilidade de existirem ações sem o direito de voto, a verdade é que tal não existe nem nunca existiu.

Para o exercício do direito de voto por correspondência e para a execução dos demais procedimentos constantes dos Estatutos, a Sociedade implementou os meios indispensáveis para o efeito, disponibilizando no seu sítio da Internet e na sede social todos os formulários necessários, nomeadamente minutas de cartas e do boletim de voto, bem como as instruções para o respetivo preenchimento.

A TD,SA entende que as específicas exigências de segurança inerentes ao processo de voto por meios eletrónicos são muito significativas, nomeadamente no que se refere aos meios técnicos necessários para verificar a autenticidade das correspondentes declarações de voto e

à garantia da integridade e confidencialidade dos respetivos conteúdos, do mesmo modo que reconhece o elevado nível de segurança e de fiabilidade operacional necessário na receção das mencionadas declarações.

A ponderação do quanto acima se refere e o facto de as Assembleias Gerais da TD,SA, enquanto sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte, terem tradicionalmente uma muito alta representação de capital social constituem a razão pela qual a Empresa não implementou a possibilidade de exercício do direito de voto por meios eletrónicos.

Por fim, refira-se ainda que a TD,SA não estabeleceu qualquer tipo de sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial ou de mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do n.º 1 do art. 20.º.

Os Estatutos da TD,SA não fixam uma percentagem máxima ou número máximo de direitos de voto que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista (de forma individual ou em concertação com outros acionistas) ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias.

Não existem disposições estatutárias que imponham quóruns de maiorias qualificadas para deliberações dos acionistas sobre determinados temas, para além das regras legalmente previstas.

Com efeito, dispõe o artigo 16.º dos Estatutos que "as deliberações da Assembleia Geral são tomadas por maioria dos votos emitidos, sem prejuízo das disposições legais que, para certos casos, possam exigir maiorias qualificadas ou estabelecer outras formas de vencimento das propostas".

II. ADMINISTRAÇÃO E SUPERVISÃO

(Conselho de Administração, Conselho de Administração Executivo e Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

15. Identificação do modelo de governo adotado.

Desde a sua constituição, em 30 de novembro de 2009, a TD,SA adotou um modelo de Governo da Sociedade conhecido por monista latino, tendo como órgãos sociais, além da Assembleia Geral e respetiva Mesa, um Conselho de Administração e dois Órgãos de Fiscalização autónomos: o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Entende-se importante referir aqui a colaboração existente entre todas essas estruturas do Grupo, bem como as vantagens resultantes dessas sinergias, traduzidas no meio privilegiado e eficaz de se alcançarem objetivos por todos assumidos como coletivos.

O modelo societário adotado dá integral cumprimento aos objetivos que lhe serviram de base, ou seja, manter a TD,SA com bons níveis de funcionamento e eficiência no desempenho das funções de cada órgão social, autonomamente e na interligação entre eles, revelando-se portanto este modelo societário adequado ao *modus operandi* da TD,SA, das suas estruturas e dos membros que compõem os órgãos sociais, nomeadamente os do Conselho de Administração.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão e do (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Quanto às regras aplicáveis à designação e à substituição dos membros do órgão de administração, recorde-se que estes são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos, e consideram-se empossados logo que eleitos, sem dependência de outras formalidades.

Ao abrigo das regras especiais de eleição previstas na Lei, a TD,SA adotou o sistema que permite que um dos Administradores possa ser eleito entre pessoas propostas em listas que sejam subscritas e apresentadas por grupos de acionistas, desde que nenhum desses grupos possua ações representativas de mais de vinte por cento e menos de dez por cento do capital social. Em conformidade com tal opção, o Administrador assim eleito substitui automaticamente aquele que figurar em último lugar na lista que faça vencimento na eleição dos Administradores.

Os Estatutos não preveem a existência de qualquer Administrador suplente, mas fixam em cinco o número de faltas a reuniões, seguidas ou intercaladas, por mandato, sem justificação aceite pelo Conselho, que conduz à situação de falta definitiva de um Administrador, com as consequências previstas na Lei.

Para além das referidas circunstâncias, os Estatutos não fixam qualquer regra específica para a substituição dos membros do Conselho de Administração, pelo que será aplicável o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais sobre esta matéria, ou seja, o Conselho de Administração poderá proceder à substituição do Administrador que deixe de desempenhar funções por qualquer uma das causas previstas na Lei, nomeadamente por renúncia ou acumulação de faltas, procedendo, se assim o entender e nos termos e condições aplicáveis, à correspondente cooptação, a qual deverá ser ratificada na primeira Assembleia Geral seguinte.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro.

Ao abrigo do disposto no artigo 17.º dos Estatutos, o Conselho de Administração será composto por um número mínimo de cinco e máximo de onze membros. Acresce que a Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, determinará o número de Administradores que, dentro desses limites, o deverá preencher em cada mandato e designará, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente. Os estatutos não preveem a existência de membros suplentes.

Nos termos do número 2 do artigo 10.º dos Estatutos, os membros dos órgãos sociais são eleitos por períodos de quatro anos, conforme já acima foi referido.

O Conselho de Administração era composto, a 31 de dezembro de 2014, pelos seguintes membros, todos eles efetivos:

Presidente:

Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Administradores:

Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Joel Vaz Viana de Lemos

Carlos Gomes Baptista

Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

O Presidente do Conselho de Administração **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte** e os Administradores **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**, **Joel Vaz Viana de Lemos** e **Carlos Gomes Baptista** foram designados pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010.

Na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011 foram reconduzidos nos seus cargos, para exercerem funções durante o quadriénio de 2011/2014.

O Administrador **Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** foi eleito pela primeira vez na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para exercer funções com os restantes membros reconduzidos para o mandato 2011/2014.

O Administrador **Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Em 2011 não foi reeleito, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi novamente eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, juntamente com os restantes, até ao final do mandato em curso (2011/2014).

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão.

18.1. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente e, quanto aos demais membros do Conselho de Administração, considera-se independente quem não esteja associado a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:

a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;

b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;

c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;

d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;

e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participação qualificada.

O Conselho de Administração é constituído exclusivamente por membros executivos, o que se traduz na eficácia, operacionalidade e proximidade das matérias que lhes são cometidas.

A TD,SA tem optado por manter todos os seus Administradores com funções executivas uma vez que aquelas funções que seriam atribuídas a eventuais Administradores não executivos - nomeadamente de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade dos membros executivos - são desenvolvidas pelo Conselho Fiscal, pela Comissão de Remunerações e pela Assembleia Geral.

Com efeito, a total independência e ausência de incompatibilidades dos membros do Conselho Fiscal permite uma intervenção isenta e útil na fiscalização da atividade da Sociedade, não só do ponto de vista contabilístico - onde conta com a intervenção regular da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas - mas também na perspetiva política, neste caso com os limites e alcance adequados à essencial salvaguarda do cumprimento dos normativos legais e regulamentares em vigor, tudo com vista a assegurar uma constante transparência e o cumprimento de níveis adequados de divulgação de informação ao mercado, em geral, e aos acionistas, em especial, em sede de Assembleia Geral.

Face ao modelo societário adotado e à composição e ao modo de funcionamento dos seus órgãos sociais - nomeadamente o carácter executivo do Conselho de Administração e a independência do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, sem que, entre eles ou para outras Comissões existam delegações de competências - a TD,SA considera que a designação de membros não executivos para exercerem funções no Conselho de Administração não traria valias significativas para o bom funcionamento do modelo adotado, o qual se tem vindo a revelar adequado e eficiente.

Assim se justifica a opção da TD,SA de não ter no Conselho de Administração membros não executivos para acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão, conforme consta da Recomendação n.º II.1.6, sendo que, considerando que todos os membros do Conselho de Administração exercem funções executivas, a presente norma regulamentar não é aplicável à realidade da TD,SA.

Ainda assim e a este propósito, cumpre informar que, no que se refere à independência dos seus membros, o Conselho de Administração considera que nenhum deles se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Cumpre realçar também a boa interligação entre todos os órgãos sociais, não só entre a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas e o Conselho Fiscal, que reúnem periodicamente, mas também entre estes e o Conselho de Administração, sendo que todos os Administradores têm prestado em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações solicitadas pelos outros membros dos órgãos sociais, tal como consta da Recomendação n.º II.1.8.

Refira-se ainda que, no respeito pelo princípio da estreita colaboração entre os órgãos sociais, para efeitos do disposto na recomendação n.º II.1.9, o Presidente do Conselho Fiscal é convocado para todas as reuniões periódicas e de aprovação dos documentos de prestação de contas do Conselho de Administração, a ele lhe sendo remetidas cópias das atas de todas as reuniões deste órgão.

Todavia, estes documentos não são remetidos diretamente pelo Presidente do Conselho de Administração, conforme indicado naquela recomendação. Essas tarefas são desempenhadas, por indicação do Presidente do Conselho de Administração pelo Secretário da Sociedade, que entrega ao Presidente do Conselho Fiscal as cópias das atas das reuniões do Conselho de Administração, depois de devidamente assinadas.

Acrescente-se que, embora o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, uma vez que não existem Administradores não executivos, não é aplicável à TD,SA o disposto na Recomendação n.º II.1.10, que prevê que, tendo o presidente do órgão de administração funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Licenciado em Gestão de Empresas pela "Universidade Católica Portuguesa", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 1987 que é Administrador da sociedade de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Presidente do Conselho de Administração, exerce, entre outras, as seguintes funções:

- assegurar o funcionamento deste Conselho, nomeadamente na coordenação do desempenho dos seus membros e realização das respetivas reuniões;
- acompanhar os negócios correntes da Sociedade;
- coordenar a articulação da atuação dos membros do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte, S.A." e os membros do Conselho de Administração da participada a 100%, "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- coordenar e acompanhar a atividade desenvolvida pelos Delegados do Grupo nos diversos países.

Em 1978 integrou os quadros da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", tendo em 1987 passado a ser Administrador-Delegado dessa que era então a sociedade de topo do Grupo e na qual passou a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho de Administração desde 2008, cargo que ainda hoje desempenha.

Em 2009 e logo por ocasião da sua constituição, assumiu em paralelo, o cargo de Presidente do Conselho de Administração da TD,SA, que viria a ser a sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte a partir de 2010, cargo esse que hoje exerce cumulativamente à posição homóloga na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Já fora do Grupo Teixeira Duarte, mas no âmbito da sua estrutura acionista, é Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", a qual, sendo detida por membros da família Teixeira Duarte, domina a referida sociedade cotada de topo, TD,SA, em mais de 50%.

Desempenhou ao longo dos anos múltiplos cargos sociais em diversas outras entidades participadas pelo Grupo Teixeira Duarte, das quais se entende adequado indicar:

- A "CIMPOR - Cimentos de Portugal, S.G.P.S., S.A.", da qual foi membro do Conselho de Administração entre 2001 e agosto de 2009; e
- O "Banco Comercial Português, S.A." onde desempenhou diversas funções nos Corpos Sociais, entre 1985 e 2013, em particular como Vice-Presidente do Conselho Superior, Vice-Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e Vice-Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da "Universidade de Lisboa", em 1989.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador está atualmente encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, bem como pelos Serviços de Secretaria Corporativa, de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como de supervisionar as atuações dos setores da Hotelaria, acompanhar a atuação desenvolvida no setor da Energia e acompanhar a gestão das participações financeiras detidas nas sociedades.

Foi advogado/consultor jurídico em escritório próprio de 1989 a 1996.

Foi Administrador da "TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.", de 30.06.1992 a 22.04.2005, com funções de supervisão e controlo e em matéria de decisões de investimento, no âmbito das competências que aos membros do Conselho de Administração são atribuídas pelo C.S.C. e pelos estatutos da Sociedade, bem como função no que respeita a relações com a CMVM.

Desde 1993 que passou a integrar os quadros do Grupo Teixeira Duarte, atuando como consultor jurídico e gestor em várias empresas, nomeadamente no setor imobiliário.

Integrou os corpos sociais de múltiplas sociedades do Grupo Teixeira Duarte, sendo que desde abril de 2005 que passou também a ser membro do Conselho de Administração da sociedade cotada de topo do Grupo - àquela data a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA -, cargos que ainda hoje exerce, sendo responsável por alguns setores de atividade e por várias estruturas do Centro Corporativo do Grupo, nelas se incluindo a Direção Central de Finanças e Contabilidade.

Fora do Grupo Teixeira Duarte, é também Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", cargo que assumiu pela primeira vez em 28.02.1991.

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1977.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que é Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador está atualmente encarregue de supervisionar as atividades desenvolvidas pelas Direções Centrais de Recursos Humanos e Serviços Administrativos e de Informática, bem como pelas Direções Centrais da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." das áreas dos Sistemas de Gestão e Tecnologia e de Aprovisionamentos e ainda acompanhar a participação das Sociedades do Grupo que atuam no setor da Construção junto das Associações a que as mesmas estejam ligadas, nomeadamente representando-as ou acautelando a respetiva representação.

Na distribuição de pelouros do Conselho de Administração da TD,SA está ainda encarregue de presidir à Comissão Executiva de Exploração do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." - à qual cabe coordenar a atuação dos seus Centros de Exploração e das suas participadas no setor da Construção -; supervisionar as atividades desenvolvidas pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." relativas aos Centros de Exploração de Geotecnia e Reabilitação, de Metalomecânica e ao Centro Operacional de Cofragens e Pré-esforço (COC), bem como à Direção de Equipamento; e ainda supervisionar as atividades das sociedades participadas "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.", "SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.", "OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.", "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.", "RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A." e "RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A., Sociedad Unipersonal" e "EDUCARE - Actividades Educativas e Culturais, Lda."

Após ter concluído o curso de especialização em Mecânica dos Solos/Geotecnia pela Universidade Nova de Lisboa no ano letivo 1977/1978, iniciou a sua carreira profissional logo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1978, sendo que até 1983 foi Diretor de Obra e Projetista na área da Geotecnia e Fundações.

Nos anos de 1983 e 1984 integrou o Departamento Técnico Comercial, elaborando e colaborando em múltiplos estudos e propostas, incluindo pontes, barragens e ampliações de infraestruturas aeroportuárias.

De 1984 a 1992 esteve destacado pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no importante Agrupamento Complementar de Empresas "FERDOURO, ACE", constituído para a construção da ponte de São João, sobre o Rio Douro, tendo, neste âmbito, desempenhado as funções de Chefe do Gabinete Técnico (1984/88), de Diretor Técnico/Diretor de Produção (1988/89) e de Diretor Geral Adjunto com direção técnica e de produção (1989/92).

De 1992 a 1997 assumiu, na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", o cargo de Diretor de Centro de Produção da área então designada por "Obra Pública", coordenando diversas empreitadas de obras hidráulicas (barragens, Estações de Tratamento de Águas Residuais, estações elevatórias), hospitais, estradas e de Infraestruturas gerais.

A partir de 1997 passou a Diretor de Centro de Exploração nessa mesma área da "Obra Pública".

Desde então passou também a desempenhar cargos sociais em várias Empresas, Agrupamentos, Consórcios e Associações em que Grupo Teixeira Duarte participa, alguns dos quais ainda mantém mesmo após assumir o cargo de Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 2005.

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Bacharel em Engenharia pelo "Instituto Industrial de Lisboa", em 1973.

Designado a primeira vez para o cargo em 2009, aquando da constituição da sociedade, terminando o mandato em curso em 2014.

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador está atualmente encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pelos Centros de Exploração de Edificações e pela Direção Central de Planeamento e Estudos da participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." supervisionar a atividade da participada "TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A."

Destaca-se na sua carreira profissional a passagem pela "M.S.F., S.A.", onde esteve de 1975 a 1979 como Chefe de Serviços, colaborando em diversas obras, nomeadamente de natureza hidráulica (conduta e barragem).

Em fevereiro de 1980 entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", como Diretor de Obras, na área das edificações, então designada de "Construção Civil".

Nos anos de 1982 e 1983 esteve destacado na Venezuela, onde acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1984 as funções de Diretor de Zona, com responsabilidades em múltiplos empreendimentos nas áreas de turismo, estradas, habitação, edifícios, com especial destaque para as entidades bancárias.

Em 1989, passou a Diretor de Centro de Produção e em 1992 a Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Construção Civil", da qual foi coordenador de 1998 a 2005, altura em que passou a administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", cargo que exerceu até novembro de 2013.

Desde 2000 que acompanha a atuação da empresa do Grupo Teixeira Duarte que opera na área do Facilities Management, designada "TDGI - Tecnologias e Gestão de Imóveis, S.A.", da qual é Presidente do Conselho de Administração.

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Licenciatura em Engenharia Civil pelo "Instituto Superior Técnico", em 1992.

Designado a primeira vez para o cargo em 2011, por deliberação da Assembleia Geral, terminando o mandato em curso em 2014.

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador está atualmente encarregue de supervisionar a atuação desenvolvida nos setores da Imobiliária, da Distribuição e Automóvel em todos os mercados de atuação do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente Portugal, Angola, Brasil e Moçambique, sendo, nesse âmbito, Administrador de diversas outras sociedades do Grupo, e de supervisionar a atividade da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A."

Trabalhou na "PROFABRIL, S.A." como Engenheiro Projetista na Divisão de Edifícios, participando em projetos de Estruturas de betão armado - Outubro 1992 a Maio 1993.

Já no Grupo Teixeira Duarte:

De outubro de 1993 a novembro de 1999, integrou as equipas da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." no Centro de Exploração das Edificações - então denominado Construção Civil -, tendo desempenhado as funções de Diretor Adjunto de Obra e Diretor de Obra de várias empreitadas em Portugal.

De novembro de 1999 a maio de 2011, integrou as equipas do setor imobiliário do Grupo Teixeira Duarte, sendo responsável pela área técnica com funções no desenvolvimento de projetos imobiliários, nomeadamente análise de viabilidade, conceção das soluções imobiliárias, coordenação dos projetos, licenciamento, coordenação das empreitadas, definição dos produtos de marketing associados, gestão do património sobre arrendamento, coordenação das equipas de vendas.

A sua responsabilidade incluiu todos os segmentos do setor, desde o residencial, a escritórios, a espaços comerciais, hotelaria, saúde e lazer, indústria/logística e parques de estacionamento, bem como a dedicação à expansão de espaços afetos a outras atividades do Grupo, com destaque para a Construção, a Hotelaria, a Distribuição e o setor Automóvel.

Em 2010 começou também a coordenar a atuação do Grupo nos setores da Distribuição e Automóvel e a partir de maio de 2011 foi eleito Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo Teixeira Duarte - a TD,SA.

Administrador: Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Licenciado em Engenharia Civil pela "Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto", em 1974.

Foi designado para o cargo pela primeira vez aquando da constituição da Sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercer funções durante o mandato 2009/2010. Cessou funções enquanto Administrador da TD,SA em 2011, tendo permanecido a exercer funções na Administração de outras sociedades do Grupo. Na Assembleia Geral de 25 de maio de 2013 foi novamente eleito para desempenhar o cargo de Administrador na TD,SA, juntamente com os restantes membros deste Órgão, até ao final do mandato em curso (2011/2014).

Refira-se, adicionalmente, que desde 2005 que era Administrador da sociedade cotada de topo do Grupo (que até 2010 era a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.").

Em novembro de 2013, deixou de ser membro do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Enquanto Administrador e sem prejuízo das disposições legais e estatutárias que determinam a o carácter colegial deste órgão e da prática instituída de contacto e consulta regular entre todos os seus membros, este Administrador está atualmente encarregue de acompanhar a atividade desenvolvida pelos Centros de Exploração de Infraestruturas, acompanhar a atividade desenvolvida pela Direção Central de Estudos de Infraestruturas da participada TD-EC e de acompanhar a atividade das participadas "MTS - Metro, Transportes do Sul, S.A.", "AEDL - Auto-estradas do Douro Litoral, S.A." e "AEBT - Auto-estradas do Baixo Tejo, S.A.".

Iniciou a sua carreira como profissional liberal, no dimensionamento e direção de construção de diversas edificações de habitação e para a indústria.

Teve uma passagem pela "CONDURIL S.A.R.L.", onde esteve de 1977 a 1981 como Diretor de Obra, colaborando em diversas obras, nomeadamente a construção das barragens de Penha Garcia e Cimeira e Fundeira no Alvão, para a "Direção Geral de Hidráulica" e para a "Câmara Municipal de Vila Real" respetivamente; várias obras de consolidação de taludes da Linha do Douro adjacentes aos aproveitamentos da Régua e da Valeira, para a "EDP", na sequência dos estragos causados pelas grandes cheias de 1979 e pelo fenómeno da micro turbulência; obras de tipo diverso para a Junta Autónoma das Estradas, no domínio das estradas.

Entrou para a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." em 1981 onde assumiu a direção de obras na área das edificações, então designada de "Construção Civil". Nestas funções, desataca-se a construção do Edifício Sede da "Caixa Geral de Depósitos" num conjunto de vários edifícios de relevo, na cidade do Porto e a construção de um Lar de Repouso, na Ilha Terceira, no Açores.

Nos anos de 84 a 91 esteve destacado na Venezuela, onde exerceu funções de Direção de Produção e de Gerência da filial "TEGAVEN S.A.", no âmbito das quais acompanhou várias empreitadas de edifícios de habitação e escritórios e ainda do Parque de manutenção e outras para o metro de Caracas e construção de autoestradas.

Já de novo em Portugal, assumiu em 1992 as funções Diretor de Centro de Exploração da então designada área da "Obra Pública", da qual foi coordenador até 2005, altura em que passou a Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.". Neste período, coordenou o desenvolvimento de grandes projetos na área de estradas e caminhos de ferro, armazenamento, tratamento e distribuição de água, aproveitamentos hidroelétricos, hospitais e outros.

Supervisionou a entrada da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." na Argélia em 2003, desempenhando, ainda hoje, diversos cargos de Administrador em várias entidades participadas do Grupo Teixeira Duarte nesse país.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

O Presidente do Conselho de Administração, **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**, é acionista e Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é filho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte e irmão do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

O Administrador **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte**, é acionista e Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.", não auferindo, contudo, qualquer remuneração pelo exercício do cargo. Mais se informa que é sobrinho do Senhor Eng.º Pedro Pereira Coutinho Teixeira Duarte e primo do Senhor Eng.º Miguel Calainho de Azevedo Teixeira Duarte. Declara-se ainda que as relações comerciais por si estabelecidas com o "Banco Comercial Português, S.A." não têm um carácter significativo.

Relativamente aos **restantes membros do Conselho de Administração**, informa-se que nenhum deles mantém relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da sociedade.

Os Estatutos da Sociedade definem as competências de cada um dos órgãos sociais, designadamente nos seus artigos 12.º (Assembleia Geral) 19.º (Conselho de Administração) e 23.º (Conselho Fiscal e Sociedade de Revisores Oficiais de Contas).

Não existe repartição ou delegação de competências por nenhum dos órgãos sociais, nomeadamente pelo Conselho de Administração, em

quaisquer comissões específicas, em particular numa Comissão Executiva.

Tal circunstância resulta, essencialmente, do facto de o Conselho de Administração ser exclusivamente composto por membros executivos, o que se traduz numa eficácia de operacionalidade e proximidade das matérias da sua competência, tornando-se redundantes e contraproducentes quaisquer delegações neste âmbito.

Sem prejuízo do que acima se referiu, existe um organograma do Grupo Teixeira Duarte, junto no início deste Relatório, que reflete as linhas genéricas organizacionais definidas pelo Conselho de Administração para o Grupo, em particular, no sentido de este:

- a) Manter um conjunto de Direções Centrais com especiais responsabilidades de apoio transversal às atuações desenvolvidas nos vários setores de atividade do Grupo integradas no denominado Centro Corporativo, o qual deverá promover uma uniformização de procedimentos e um apoio junto das estruturas do Grupo que atuam no estrangeiro nestas áreas comuns a vários negócios, ainda que algumas estejam integradas no âmbito da TD,SA e outras no da sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- b) Organizar as estruturas operacionais do Grupo por Setores de Atividade, as quais, tendencialmente, abrangerão a responsabilidade por todas as equipas e operações dessas áreas de negócio, independentemente do mercado geográfico em que atuem, aproximando, também por essa forma, os recursos centrais técnicos e humanos do Grupo dos que estão a operar nos diversos mercados de atuação da TD,SA;
- c) Destacar a marca de certas operações integradas no Grupo que, dada a particularidade do seu negócio, deverão manter a respetiva individualidade, em especial nos Setores da Construção e das Concessões e Serviços;
- d) Reforçar a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." como sociedade focada no setor da Construção:
 - d.1) Mantendo o desenvolvimento da sua atuação através de Centros de Exploração, que dividem as valências de produção e são essenciais na formação de quadros dirigentes e no acompanhamento da sua carreira;
 - d.2) Mantendo um conjunto de Direções Centrais com âmbito de atuação específico no apoio especializado aos Centros de Exploração, em particular nas áreas dos Estudos, Projetos e Propostas;
 - d.3) Mantendo a coordenação e articulação da atividade das participadas que atuam no setor da Construção através do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- e) Manter, no âmbito do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." e do ponto de vista operacional, uma Comissão Executiva de Exploração, que coordenará a atuação dos Centros de Exploração e das participadas neste setor da Construção;
- f) Manter uma estreita ligação entre o Conselho de Administração da TD,SA e o da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";
- g) Reforçar a firmeza e eficácia dos vínculos de unidade no Grupo Teixeira Duarte através da ligação direta do Conselho de Administração com os Delegados do Grupo nos vários países, que aí representam o órgão de gestão, assumindo a representação institucional do Grupo, bem como a ligação com as estruturas dos vários Setores e do Centro Corporativo que operem nesses mercados e a implementação de práticas de otimização do funcionamento das sociedades do Grupo atendendo às particularidades de cada país.

b) Funcionamento

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Não existe qualquer regulamento de funcionamento ou código de conduta dos órgãos sociais.

Atendendo ao modelo societário escolhido, à composição do Conselho de Administração (todos os membros são executivos) e ao facto de as competências e responsabilidades deste órgão não serem delegáveis em quaisquer outros, nem em comissões especializadas ou departamentos, o modo de funcionamento do Conselho de Administração é bastante simplificado, acrescendo ainda o facto do número de membros que integram esse órgão não ser alargado o suficiente para justificar a estipulação, em regulamento, de regras adicionais de operacionalidade.

As competências individuais de cada um dos seus membros são fixadas por deliberação do próprio Conselho de Administração e a sua interligação é mantida de forma regular nos termos legalmente estipulados e considerados bastantes para o efeito.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o exercício de 2014, o Conselho de Administração da TD,SA reuniu 26 vezes.

Para os devidos efeitos, informa-se que a assiduidade de cada um dos membros daquele órgão foi a seguinte:

O Presidente do Conselho de Administração, **Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte**, esteve presente em 23 reuniões e fez-se representar por outro Administrador nas outras 3 reuniões em que não pôde estar presente, tendo todas as faltas sido previamente anunciadas e justificadas.

O Administrador **Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte** esteve presente em 25 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar por outro Administrador na única reunião em que não pôde estar presente, tendo essa falta sido previamente anunciada e justificada.

O Administrador **Joel Vaz Viana de Lemos** esteve presente em 24 das reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar por outro Administrador em duas reuniões nas quais não pôde estar presente, tendo ambas essas faltas sido previamente anunciadas e justificadas.

O Administrador **Carlos Gomes Baptista** esteve presente em 21 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar por outro Administrador em duas das cinco reuniões em que não pôde estar presente, tendo todas as faltas sido previamente anunciadas e justificadas.

O Administrador **Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo** esteve presente em 19 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar por outro Administrador em duas das sete reuniões em que não pôde estar presente, tendo todas as faltas sido previamente anunciadas e justificadas.

O Administrador **Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino** esteve presente em 22 reuniões do Conselho de Administração e fez-se representar por outro Administrador em duas das quatro reuniões em que não pôde estar presente, tendo todas as faltas sido previamente anunciadas e justificadas.

24. Indicação dos órgãos da sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

O órgão competente para a avaliação do desempenho dos Administradores da Sociedade, todos eles executivos, é a Assembleia Geral, a qual, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 376.º do Código das Sociedades Comerciais, procede anualmente à apreciação geral da administração e fiscalização da Sociedade.

O Conselho Fiscal acompanha, nos termos previstos e descritos neste documento, a atuação do Conselho de Administração, acautelando o cumprimento de uma série de matérias e emitindo parecer anual sobre relatório e contas que submete à apreciação dos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

Adicionalmente, a Comissão de Remunerações procede à avaliação da atividade desenvolvida por cada um dos Administradores, para efeitos de fixação da respetiva remuneração, tendo por base a política de remunerações aprovada em Assembleia Geral.

Mais se informa que, em função do modelo organizativo e funcional estabelecido entre os diversos órgãos sociais, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação n.º II.1.4 a) para efeitos de assegurar uma competente e independente avaliação de desempenho dos Administradores executivos e do seu próprio desempenho global (de quaisquer comissões que, conforme descrito, não existem).

Com efeito, atendendo ao modelo adotado e à estrutura e composição dos membros dos Órgãos Sociais, tais funções encontram-se expressamente cometidas à Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal e à Comissão de Remunerações, nos termos acima indicados.

Do mesmo modo e pelas mesmas razões, se entendeu que não se justifica criar as comissões referidas na Recomendação II.1.4 b) para refletir sobre o sistema, estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.

Estas atribuições são desempenhadas por cada um dos Órgãos Sociais que, melhor que qualquer outro organismo criado apenas para esse efeito, conseguem identificar eventuais constrangimentos e dificuldades com que se tenham deparado, do mesmo modo que vão colaborando entre si na avaliação do modelo de governo da sociedade adotado, reportando e ultrapassando eventuais dificuldades de funcionamento e interligação.

Em última análise, a avaliação global da atuação dos órgãos sociais caberá sempre aos Senhores acionistas em Assembleia Geral.

25. Critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Não existem critérios pré-determinados para a avaliação de desempenho dos Administradores Executivos. Com efeito, todos os Administradores são avaliados de acordo com a respetiva prestação durante o exercício, tendo por base os objetivos fixados e atingidos, os resultados da Empresa e diversos outros parâmetros que, pela sua diversidade e variação ao longo dos anos, se entende que não deverão ser taxativos mas sim adaptáveis às circunstâncias de cada período e de cada situação concreta, tendo por base a política de remunerações que é anualmente aprovada em Assembleia Geral.

A este propósito, remete-se para a política de remunerações dos órgãos sociais reproduzida *infra* em 69.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Todos os membros do Conselho de Administração da TD,SA têm dezenas de anos "de casa", com percursos profissionais feitos quase exclusivamente dentro do Grupo Teixeira Duarte, sendo que foi em função das áreas e setores de atuação do Grupo que supervisionam ou acompanham que foram designados para outros cargos sociais, permitindo-lhes inclusivamente o reporte de informação para a TD,SA sobre as atuações dessas mesmas entidades e a correspondente implementação, no âmbito destas, das orientações definidas para o Grupo Teixeira Duarte.

Existem, contudo, algumas situações pontuais de cargos sociais assumidos noutras entidades fora do Grupo Teixeira Duarte, sendo que em nenhuma delas qualquer Administrador auferir remuneração ou mantém um vínculo profissional, ou está sujeito a qualquer situação que obste à disponibilidade total para o desempenho do cargo de membro do Conselho de Administração da TD,SA.

Presidente do Conselho de Administração: Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2014, exercia os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte**:

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "PACIM - Gestão e Investimentos, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "PASIM - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Gerente de "Terras da Mourinha, Lda.";

Gerente de "Foros dos Olivais, Lda."; e

Gerente da "PACIM - CAXALP, Gestão e Investimentos, Lda."

Administrador: Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte

Em 31 de dezembro de 2014, desempenhava os seguintes cargos **noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte**:

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "C+P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Imopedrouços - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Lagoas Hotel, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Lagoasfut - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Rochoriental - Sociedade Hoteleira, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Sinerama - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDH - Sociedade Gestora de Participações, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "V8 - Gestão Imobiliária, S.A.";

Administrador da "CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.";

Membro do Conselho de Administração da "EMPA, S.A. Serviços de Engenharia";

Administrador da "Marinertes, S.A.";

Administrador da "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.";

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções (Macau), Limitada";

Administrador da "Votorantim Macau Investimentos, S.A."; e

Gerente da "Bonapapel - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos Unipessoal, Lda.":

Em sociedades fora do Grupo Teixeira Duarte:

Administrador da "Teixeira Duarte - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Presidente do Conselho da Administração de "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A."; e

Secretário da Mesa da Assembleia Geral da "HAB - Cooperativa de Construção e Habitação C.R.L."

Administrador: Joel Vaz Viana de Lemos

Em 31 de dezembro de 2014 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte:**

Administrador da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Somafel - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Recolte, Serviços e Meio Ambiente, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Recolte, Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.";

Presidente do Conselho de Administração do "GMP - Grupo Marítimo Português, ACE";

Presidente do Conselho de Administração do "GMP MEK - Grupo Marítimo Português Mers El Kebir, ACE";

Presidente do Conselho de Administração da "Marinertes, S.A.";

Vice-Presidente do Conselho de Administração do "Novaponte - Agrupamento para a Construção da Segunda Travessia do Tejo, ACE";

Administrador Suplente do "AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE";

Administrador da "E.P.O.S. - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.";

Membro do Conselho de Administração da "EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia";

Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Administrador da "PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador da "TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador do "Somafel e Ferrovias, ACE";

Administrador da "Groupement Maritime Portugais Gmp - ORAN"; e

Administrador da "Teix.Co, SPA".

Administrador: Carlos Gomes Baptista

Em 31 de dezembro de 2014 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "TDGI - Tecnologia de Gestão de imóveis, S.A."; e

Presidente do Conselho de Administração do "Teixeira Duarte/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque da Nações em Lisboa 3.ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE".

Administrador: Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo

Em 31 de dezembro de 2014 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte:**

Presidente do Conselho de Administração da "TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "TDO - Investimento e Gestão, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Teixeira Duarte - Distribuição, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Transbrital - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

Presidente do Conselho de Administração da "Quinta de Cravel Imobiliária, S.A.";

Administrador da "Bonaparte - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.";

Administrador da "ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.";

Administrador da "Imopedrouços - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Administrador da "IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.";

Administrador da "TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.";

Administrador da "TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.";

Administrador da "Teixeira Duarte - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.";

Administrador da "V8 - Gestão Imobiliária, S.A."; e

Gerente da "BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda."

Administrador: Jorge Ricardo de Figueiredo Catarino

Em 31 de dezembro de 2014 desempenhava os seguintes cargos noutras sociedades, **todas do Grupo Teixeira Duarte**:

Presidente do Conselho de Administração do "CONBATE, A.C.E.";

Administrador do "Douro Litoral, A.C.E.;"

Administrador do "Groupe Etrhb Haddad - Teixeira Duarte - El Harrach Douera";

Administrador do "Groupement Métro d'Alger Centre (GMAC)";

Administrador do "Groupement Teixeira Duarte / Groupe Etrhb Haddad";

Administrador do "Groupement Teixeira Duarte, S.A. / Kanaghaz, SPA - Lagunes de Souf";

Administrador do "Molinorte - Linha do Norte, Construção Civil, ACE";

Administrador da "Teix.Co, SPA"; e

Administrador da "Teixeira Duarte Algérie, SPA".

c) Comissões no seio do órgão de administração ou supervisão e administradores delegados

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Não existem atualmente quaisquer Comissões específicas em matéria de administração ou fiscalização, nem mesmo a Comissão Executiva prevista poder ser constituída ao abrigo do artigo 20.º dos Estatutos.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Considerando que não existe uma Comissão Executiva nem Administradores delegados, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

Considerando que não existem comissões criadas no seio do Conselho de Administração, conforme referido em 27. *supra*, a presente regra não é aplicável à TD,SA.

III. FISCALIZAÇÃO

(Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão)

a) Composição

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O modelo societário adotado é o habitualmente designado por monista latino, tendo-se optado portanto pela designação de um Conselho Fiscal, como órgão de fiscalização.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº18.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º dos Estatutos da TD,SA, o Conselho Fiscal é constituído, necessariamente, por três membros efetivos e um suplente, os quais deverão obedecer aos requisitos e disporão dos poderes estabelecidos na lei. A Assembleia Geral, ao eleger tal Conselho, designará obrigatoriamente, de entre eles, o membro que exercerá as funções de Presidente.

À semelhança dos demais membros dos órgãos sociais e nos termos do n.º 2 do artigo 10.º do Pacto Social, os membros do Conselho Fiscal são eleitos pela Assembleia Geral, pelo sistema de listas, por períodos de quatro anos, coincidindo com os exercícios sociais, podendo ser reconduzidos uma ou mais vezes, nos termos e com os limites legalmente estabelecidos.

Verificou-se que, tendo o Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro apresentado a 7 de novembro de 2014 a sua renúncia ao cargo de Presidente do Conselho Fiscal que vinha exercendo na TD,SA desde 2009 – por motivos de ordem profissional decorrentes da sua nomeação para desempenhar as funções de vogal do conselho de auditoria do Banco de Portugal, na qualidade de revisor oficial de contas – ao abrigo das disposições legais e estatutárias aplicáveis, o Senhor Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo, que era até então membro suplente do Conselho Fiscal, veio nessa mesma data a ocupar a vaga de membro efetivo daquele órgão, tendo entretanto acabado por ser designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião deste Órgão de 5 de dezembro de 2014.

Considerando o referido, verifica-se que o Conselho Fiscal da TD,SA de momento não tem preenchida a vaga do Suplente.

Não obstante, está previsto que já na próxima Assembleia Geral da TD,SA seja ratificada a mencionada substituição do Presidente do Conselho Fiscal e que sejam eleitos os novos membros dos órgãos sociais para o mandato 2015–2018, nos quais se incluirá naturalmente o Suplente do Conselho Fiscal.

Nessa conformidade, o Conselho Fiscal é atualmente composto pelos seguintes membros:

Presidente: Óscar Manuel Machado de Figueiredo

Vogais: Mateus Moreira

Miguel Carmo Pereira Coutinho

O Senhor Presidente do Conselho Fiscal foi eleito pelos Senhores Acionistas em 31 de maio de 2014 como Suplente desse órgão, tendo vindo a ocupar a posição de membro efetivo em 7 de novembro de 2014 – na sequência da renúncia apresentada pelo anterior Presidente, tal como foi acima referido – e sido designado como Presidente do Conselho Fiscal em reunião desse Órgão de 5 de dezembro de 2014, sendo que, como já foi anteriormente indicado, se encontra prevista a ratificação da sua eleição como Presidente do Conselho Fiscal na próxima Assembleia Geral da TD,SA.

Os Vogais do Conselho Fiscal, Senhor Dr. Mateus Moreira e Senhor Miguel Carmo Pereira Coutinho, foram designados pela primeira vez aquando da constituição da sociedade, em 30 de novembro de 2009, para exercerem funções durante o mandato 2009/2010, tendo sido reconduzidos nos respetivos cargos na Assembleia Geral Anual de 20 de maio de 2011, para exercerem funções durante o quadriénio 2011/2014.

Acrescente-se que todos eles possuem as competências adequadas para o exercício das respetivas funções, conforme *infra* descrito em 33.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414.º, n.º 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº19.

Todos os atuais membros do Conselho Fiscal cumprem integralmente os requisitos de independência, sendo que não se verifica qualquer incompatibilidade para o exercício do respetivo cargo por cada um deles, nos termos previstos no Código das Sociedades Comerciais.

Os factos referidos no parágrafo anterior são objeto de averiguação periódica em relação a cada um dos membros do Conselho Fiscal.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº21.

As qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes dos membros do Conselho Fiscal são os que se descrevem de seguida:

Oscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Contabilidade e Administração pelo Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra.

Curso Avançado de Gestão da Escola de Pós-Graduação em Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa.

É Vogal do Conselho Diretivo da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

É Vogal da Comissão Executiva da Comissão de Normalização Contabilística de Portugal e Coordenador do Comité de Normalização Contabilística Pública.

Foi consultor em vários projetos em Angola e Moçambique relativos a matérias de contabilidade e auditoria e formador nas mesmas áreas em Portugal e nos PALOP.

Integrou a Ernst & Young em Janeiro de 1979 tendo feito parte do Partnership entre 1992 e 2006.

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Licenciatura em Finanças pelo "Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras" (1972).

Aposentado em 30 de setembro de 2003 do Millennium BCP, onde desempenhava o cargo de Diretor Central - Adjunto.

Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Frequência do 2º ano do "Instituto Superior de Agronomia" (1952).

Foi empresário.

Atualmente está aposentado.

Foi vogal do Conselho Fiscal da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

b) Funcionamento

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº24.

Conforme acima descrito no n.º 22 do presente Relatório, não existe qualquer regulamento de funcionamento ou código de conduta dos órgãos sociais.

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº25.

Durante o exercício de 2014, o Conselho Fiscal reuniu cinco vezes, contando, em todas elas, com a participação de todos os seus membros efetivos.

Refira-se a este propósito que as primeiras quatro reuniões contaram com a presença do então Presidente do Conselho Fiscal, Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro, e dos Vogais deste órgão, mas a última reunião, uma vez que foi realizada após a renúncia do Senhor Dr. António Gonçalves Monteiro ao cargo de Presidente do Conselho Fiscal e a passagem do Senhor Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo a membro efetivo, já contou com a presença, para além dos Vogais, do Senhor Dr. Óscar Manuel Machado de Figueiredo, o qual acabou inclusivamente por ser designado Presidente desse órgão nessa mesma reunião.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

Todos os membros do Conselho Fiscal têm a disponibilidade adequada para o desempenho das suas funções na TD,SA, nomeadamente para participação nas reuniões periódicas do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal e para o acompanhamento da atividade da Sociedade e da elaboração e publicação dos documentos de prestação de contas, em articulação com atuação da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

De seguida, indica-se os cargos exercidos por cada um dos membros do Conselho Fiscal, em sociedades dentro e fora do Grupo:

Óscar Manuel Machado de Figueiredo (Presidente do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2014, exercia os cargos de Vogal Efetivo do Conselho Fiscal das seguintes entidades: "PT Portugal, SGPS, S.A.", "Real Vida Seguros, S.A.", e "Sporting Clube de Portugal".

Mateus Moreira (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2014, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

Miguel Carmo Pereira Coutinho (Vogal do Conselho Fiscal)

Em 31 de dezembro de 2014, não exercia funções em quaisquer outras sociedades.

c) Competências e funções

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

Não são contratados serviços ao auditor externo que não os de revisão legal de contas e auditoria pelo que a presente norma não é aplicável à realidade da TD,SA.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Os órgãos de fiscalização não exercem outras funções que não as acima descritas e legalmente definidas.

IV. REVISOR OFICIAL DE CONTAS

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de revisor oficial de contas é exercido pela "Mariquito, Correia & Associados - SROC", representada pelo respetivo sócio, Senhor Dr. António Francisco Escarameia Mariquito.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da sociedade e/ou grupo.

O revisor oficial de contas foi designado pela primeira vez para o cargo aquando da constituição da Sociedade em 30 de novembro de 2009, tendo sido reconduzido para o exercício do mesmo cargo durante o quadriénio 2011/2014 em Assembleia Geral de 20 de maio de 2011.

Entende-se adequado referir que, por forma a dar cumprimento ao disposto nos artigos 11.º e 15.º do CVM, a "Mariquito, Correia & Associados - SROC" veio, por carta de 18 de setembro de 2014, manifestar junto da TD,SA a sua indisponibilidade para uma eventual reeleição como revisor oficial de contas para o mandato de 2015-2018.

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

O revisor oficial de contas não presta outros serviços que não os de revisão legal de contas e auditoria à TD,SA.

V. AUDITOR EXTERNO

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8.º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O auditor externo designado, nos termos do artigo 8.º do Código dos Valores Mobiliários, é a sociedade de revisores oficiais de contas "Mariquito, Correia & Associados - SROC", representada pelo respetivo sócio, Senhor Dr. António Francisco Escarameia Mariquito, e registada na CMVM sob o número 2.235.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da sociedade e/ou do grupo.

O auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções na TD,SA desde a sua constituição em 30 de novembro de 2009, ou seja, desde há cerca de 5 anos.

No entanto, informa-se que tanto a sociedade de revisores oficiais de contas, como o respetivo sócio acima referido, exercem funções noutras sociedades do Grupo Teixeira Duarte há cerca de 27 anos.

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Não existe uma política definida sobre a rotatividade do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

Acrescente-se, todavia, que a questão prevista na Recomendação n.º IV.3 – *as sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos* – não se coloca, uma vez que o mesmo se encontra a cumprir o segundo mandato no exercício daquelas funções e não se prevê que o referido mandato venha a ser renovado, aliás, em linha com o que foi manifestado pela "Mariquito, Correia & Associados – SROC" à TD,SA na carta mencionada no ponto 40 *supra*.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

A atuação do auditor externo tem vindo a ser avaliada pelo Conselho Fiscal e por todos os demais órgãos sociais da TD,SA numa base anual, sendo que nunca se verificou qualquer circunstância que pudesse motivar a sua destituição ou resolução do contrato de prestação dos seus serviços com justa causa.

A este propósito, refira-se que o Conselho de Administração da TD,SA e os serviços dele dependentes têm vindo a assumir o compromisso de zelar para que sejam asseguradas as condições adequadas à prestação dos serviços por parte do auditor externo, dentro da Empresa, uma vez que o Conselho de Administração e os serviços dele dependentes se enquadram diretamente na estrutura operacional da TD,SA e dispõem dos meios físicos e da informação e documentação necessária para proporcionar ao auditor externo as condições adequadas para o exercício das suas funções.

O interlocutor principal e primeiro destinatário dos relatórios do auditor externo não é o Conselho Fiscal, conforme indicado na Recomendação n.º II.2.2, mas sim o Conselho de Administração, uma vez que é este o interlocutor da Empresa por excelência e, conforme ficou descrito *supra*, é também este o órgão que se encontra diretamente enquadrado na estrutura operacional da empresa, facilitando as comunicações e a divulgação de informação entre os diversos órgãos e entidades, sem que alguma vez a independência do auditor tenha sido prejudicada.

Cumpra no entanto referir que tais procedimentos estão acertados e articulados com o Conselho Fiscal que, sem prejuízo disso, obtém também do auditor externo e da sua equipa as informações e elementos que entende necessários para o exercício das suas funções.

A remuneração do auditor externo é fixada pela Comissão de Remunerações da Empresa, nos termos previstos nos Estatutos, à semelhança do que sucede para os demais órgãos sociais, não se encontrando, por ora, qualquer fundamento para a interferência do Conselho Fiscal nesta matéria.

Este modelo, implementado há já alguns anos no âmbito do Grupo Teixeira Duarte, tem-se vindo a revelar adequado ao bom funcionamento dos órgãos sociais e à garantia da transparência.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Informa-se que nem o auditor externo, nem quaisquer outras entidades que com ele se encontrem em relação de participação ou que integrem a mesma rede, prestam à TD,SA serviços diversos dos serviços de auditoria.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia n.º C (2002) 1873, de 16 de Maio):

A retribuição paga pela sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede é determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas	61.000,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-
Por entidades que integram o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas	206.100,00	100,00%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal	-	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-	-

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. ESTATUTOS

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da sociedade (art. 245.º-A, n.º 1, al. h).

Não existem regras específicas para eventuais alterações dos Estatutos da Sociedade, aplicando-se o regime geral previsto no Código das Sociedades Comerciais, em especial os termos constantes dos seus artigos 85.º, 383.º, n.º 2 e 386.º.

II. COMUNICAÇÃO DE IRREGULARIDADES

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na sociedade.

Quanto à política de comunicação de irregularidades alegadamente ocorridas, a Sociedade incentiva os colaboradores a informarem, pelos meios que julgarem convenientes – por contacto direto, documento escrito, e-mail ou por via telefónica – as respetivas hierarquias de quaisquer irregularidades detetadas. As pessoas com legitimidade para receber essas comunicações são os respetivos superiores hierárquicos.

Sempre que tal se revele adequado ao correto apuramento dos factos e das responsabilidades inerentes à prática dos mesmos, são abertos os correspondentes processos ou inquéritos, salvaguardando também a necessária confidencialidade da comunicação, quando solicitada pelo declarante ou assim ajuizado como conveniente pelo recetor.

Os processos são acompanhados pelo responsável do departamento em que a alegada irregularidade tenha ocorrido, com recurso a pessoas não envolvidas na situação em causa e, caso se afigure conveniente, com o acompanhamento de advogados e da Direção Central de Recursos Humanos e Serviços Administrativos.

Os processos são sujeitos a uma decisão por parte das hierarquias envolvidas, dela se dando reporte ao Conselho de Administração e a quaisquer outras entidades a quem esta comunicação deva ser efetuada com carácter imperativo.

Em complemento das mencionadas regras e, em especial, do ponto de vista dos demais *stakeholders*, existe um Gabinete de Apoio ao Investidor disponível também para eventuais participações de possíveis irregularidades, o mesmo sucedendo com os órgãos de fiscalização da Sociedade, ou seja, o Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Para além disso, foi implementado em 2014 um novo veículo de comunicação de irregularidades diretamente para o Conselho Fiscal, através da criação do endereço de e-mail irregularidades@teixeiraduarte.pt, para o qual os colaboradores (em especial, através do portal corporativo) e os acionistas (estando o mesmo disponibilizado para o efeito no site oficial da TD,SA www.teixeiraduarte.pt) poderão remeter o reporte de eventuais irregularidades.

III. CONTROLO INTERNO E GESTÃO DE RISCOS

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Os Serviços de Auditoria Interna do Grupo Teixeira Duarte têm vindo a desempenhar um papel fundamental em matéria de implementação de sistemas de controlo interno.

A 31 de dezembro de 2014, estes serviços contavam com 6 colaboradores e encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte.

A este propósito, sublinha-se ainda o relevante contributo prestado pelos serviços corporativos de Consolidação de Contas e Secretaria Corporativa no processo de reporte e divulgação de informação financeira.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da sociedade.

Conforme acima referido, a 31 de dezembro de 2014, os serviços de auditoria interna encontravam-se na dependência hierárquica e funcional do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, o qual não era considerado independente ao abrigo das disposições normativas aplicáveis.

Contudo, considera-se que este Administrador não se encontra em circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão.

Acrescente-se que, desde a sua criação no âmbito da orgânica do Grupo Teixeira Duarte, os Serviços de Auditoria Interna não só sempre se encontraram na dependência hierárquica do Conselho de Administração como sempre reportaram funcionalmente ao Administrador titular do pelouro da área financeira. Tal modelo tem-se vindo a revelar adequado uma vez que é facilitada a comunicação, colaboração e troca de informações entre os aludidos Serviços enquadrados na estrutura organizativa da empresa e o Administrador responsável, sem que, reitera-se, a isenção de nenhum deles seja alguma vez posta em causa.

É, pois, neste enquadramento que se informa que é o Conselho de Administração – e não o Conselho Fiscal, como consta da Recomendação n.º II.2.5 – que se pronuncia sobre os planos de trabalho e os recursos afetos ao Serviço de Auditoria Interna e é o destinatário de todos os relatórios realizados por este serviço, mesmo quando estão em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

No que respeita aos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos da Sociedade, o Conselho de Administração é responsável, em primeiro lugar, pelo conhecimento e avaliação dos mais relevantes riscos a que a Sociedade se encontra sujeita, bem como pela promoção das iniciativas necessárias para a respetiva prevenção.

Neste âmbito, compete ao Conselho de Administração conceber e projetar os sistemas de controlo interno e de gestão de riscos que se revelem necessários e adequados para as diversas situações identificadas, bem como monitorizar a respetiva implementação e acompanhar e avaliar o seu funcionamento.

Acrescente-se que cabe ainda ao Conselho de Administração – e não aos órgãos de fiscalização conforme referido na Recomendação n.º II.2.4 – a responsabilidade pela avaliação do funcionamento destes sistemas e propor o respetivo ajustamento às necessidades da TD,SA, uma vez que esta é uma matéria que, pela sua natureza e pelas especificidades acima descritas, se enquadra no âmbito de atuação próprio do Conselho de Administração e no controlo e supervisão deste órgão sobre as diversas Direções das sociedades do Grupo, sistema este que se tem revelado adequado para os respetivos fins.

Esta realidade é, contudo, seguida de próximo pelos membros dos órgãos de fiscalização que, para além do regular acompanhamento da

atividade do Grupo, se fazem representar nas reuniões mensais do Conselho de Administração onde se disponibiliza um vasto conjunto de elementos de diferentes naturezas com informação de reporte e previsão da atuação do Grupo nos vários mercados e setores.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

Não existem quaisquer outras áreas com competências exclusivas no âmbito do controlo de risco, sendo que, face àquele que é modelo em vigor no Grupo sobre esta matéria, todas as áreas têm essa quota-parte de responsabilidade nos termos acima descritos.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a sociedade se expõe no exercício da atividade.

Os principais riscos económicos, financeiros e jurídicos a que a sociedade se expõe no exercício da atividade são os seguintes:

- alterações nas condições económicas e de negócio em Portugal, bem como nas condições económicas e de negócio nas operações do Grupo no estrangeiro, nomeadamente em Angola, Argélia, Brasil e Venezuela;
- flutuações e volatilidade das taxas de juro, dos spreads de crédito e das taxas de câmbio;
- alterações nas políticas governamentais;
- enquadramento regulamentar e financeiro da atividade bancária;
- alterações no ambiente competitivo dos setores de atividade em que o Grupo Teixeira Duarte opera; e
- flutuações dos mercados acionistas em geral e em particular da cotação do BCP.

Acresce que a atividade do Grupo Teixeira Duarte está dependente do enquadramento económico e das consequências que determinada situação macroeconómica possa vir a ter nos níveis de confiança dos vários agentes económicos, nos volumes de investimento, exportações e comércio global, bem como nos níveis de emprego e padrões de consumo.

A evolução das áreas de atividade onde o Grupo opera, nomeadamente da área da construção, está historicamente correlacionada, de uma forma mais ou menos direta, com o desempenho macroeconómico dos países ou mercados onde o Grupo Teixeira Duarte atua, designadamente, com a evolução do Produto Interno Bruto (PIB) e dos respetivos preços de mercado. Deste modo, a atividade do Grupo, bem como os seus resultados, podem ser significativamente afetados pelo desempenho das economias onde o Grupo Teixeira Duarte opera, nomeadamente por efeito do crescimento ou retração do mercado da construção, área de negócio com maior representatividade nos proveitos operacionais do Grupo (46,2% em 2014).

Sendo o negócio da **construção** a principal atividade do Grupo Teixeira Duarte, nomeadamente nos sub-ramos da Geotecnia e Reabilitação, das Edificações, das Infraestruturas e da Metalomecânica, Obras Subterrâneas, Ferroviárias e Marítimas, apresenta-se, de seguida, uma descrição dos principais riscos inerentes ao referido negócio:

O negócio da construção de elevada escala e dimensão envolve uma grande afetação de recursos humanos e materiais, que implica uma

estrutura de custos fixos elevada, não só pela necessária aposta nas equipas e na sua formação, mas também pelo investimento significativo que é necessário para a aquisição, manutenção e adaptação de equipamentos.

Os custos associados a muitos dos concursos, tanto na elaboração de propostas, como nos seguros e nas garantias e cauções por vezes necessárias prestar, também constituem outro fator de risco inerente à atividade, sobretudo se atendermos também às penalizações muitas vezes associadas às grandes empreitadas públicas em que o Grupo Teixeira Duarte participa.

Acresce que a retração do investimento público, bem como do privado de maior volume, têm afetado as receitas, que são também por vezes prejudicadas pelos prazos e atrasos nos pagamentos.

Por outro lado, a natureza do serviço prestado implica muitas vezes alterações das circunstâncias inicialmente negociadas, fruto das vicissitudes das empreitadas em causa (alterações climatéricas; descoberta de características da natureza adversas e diferentes do previsto; fenómenos naturais, sociais e económicos resultantes do impacto da obra) e das alterações dos projetos, muitas vezes por novas opções dos donos de obra que obrigam a uma grande agilidade na eficiência da execução das mesmas.

Outro aspeto importante resulta do significativo número de fornecedores de bens e equipamentos e de prestadores de serviços com que a empresa lida nesta área de atuação e que podem implicar riscos por ações ou omissões a eles imputáveis, incluindo interrupções e atrasos no serviço prestado ou no fornecimento de bens.

Do ponto de vista comercial, a globalização tem viabilizado a entrada de outros grandes grupos construtores nos principais e mais antigos mercados de atuação da Teixeira Duarte – nomeadamente em Portugal e Angola – obrigando a um maior esforço na apresentação de soluções e propostas, bem como a uma otimização de custos que permita acompanhar a força da competitividade dessas entidades.

As **Concessões** são normalmente projetos de longo prazo que envolvem cada vez mais vertentes, como as ligadas a projeto, conceção, construção, financiamento e exploração e que, quer por tal complexidade e necessidade de parcerias, quer pela longevidade dos processos, implicam um risco forte na avaliação de ativos e projetos a longo prazo, num mundo cada vez mais dinâmico e com alterações inesperadas.

A **Imobiliária** esteve na origem e núcleo da chamada crise do *subprime* e os reflexos dessa conjuntura internacional estão presentes em Portugal, onde as exigências para novos projetos aumentam a todos os níveis (administrativo, económico, social, ambiental, entre outros), a cada vez maior evidência de excedentes na oferta faz diminuir os preços e a própria procura está muito penalizada por maiores dificuldades no recurso ao crédito.

A **Hotelaria** no Algarve tem sido muito penalizada por novos destinos acessíveis e pelas mudanças de rotas de grandes agências internacionais, sendo que os hotéis em África estão naturalmente expostos às características dos respetivos países e à concorrência que aumenta numa dimensão nunca antes verificada. Adicionalmente, e considerando os níveis de endividamento de algumas das empresas participadas que operam neste setor, os resultados e, conseqüentemente, a situação patrimonial das referidas empresas poderão sofrer impactos adversos em consequência de evoluções desfavoráveis nas taxas de juro.

A **Distribuição** em Angola está muito exposto às características próprias do país e às dificuldades logísticas de abastecimento, de transporte e de deslocação.

O setor **Automóvel** está atualmente sujeita a forte concorrência, em particular no mercado de Angola, no qual a competitividade está a aumentar bastante e o investimento efetuado pelo Grupo obriga a uma forte otimização de processos e custos, num mercado que está cada vez mais exigente.

No setor da **Energia** cumpre referir que, já em 2015, o Grupo alienou a participação na sociedade "PETRIN – Petróleos e Investimentos, S.A.",

através da qual exercia a sua atuação na área dos combustíveis líquidos, pelo que atualmente os riscos a que sua atividade está mais exposta neste setor se cingem à volatilidade dos preços do gás nos mercados internacionais.

Assim, no Grupo Teixeira Duarte os riscos cingem-se ao mercado nacional e centram-se em três aspetos: (i) a reduzida quota de mercado na área dos combustíveis líquidos; (ii) o facto de os principais fornecedores serem simultaneamente os principais concorrentes, com grandes quotas de mercado (iii) e a delicada gestão do crédito concedido aos redistribuidores, nomeadamente pela consignação do produto entregue.

Relativamente às **participações financeiras**, nomeadamente a participação detida no Banco Comercial Português, S.A., o risco resulta da atual volatilidade dos mercados financeiros e do possível impacto das respetivas cotações nas contas do Grupo Teixeira Duarte, o que, em certas circunstâncias, pode afetar os resultados.

Os riscos descritos, a ocorrerem, poderão vir a ter um impacto negativo sobre os resultados do Grupo Teixeira Duarte e sobre a sua situação financeira.

A TD,SA encontra-se exposta a riscos de estratégia, existindo a possibilidade de tomar decisões estratégicas inadequadas, de ocorrerem falhas na implementação de decisões ou de se verificar a falta de capacidade de resposta face à evolução das condições de mercado.

O negócio internacional do Grupo Teixeira Duarte representa uma fatia significativa do volume de negócios do Grupo (86,9% em 2014). Não é possível garantir o pleno sucesso das operações nos mercados externos nos quais o Grupo opera. Adicionalmente, tais operações estão expostas aos riscos cambiais decorrentes de eventuais desenvolvimentos adversos a nível económico nos países em que estão estabelecidas. Estes fatores poderão afetar de forma adversa a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte atua em diversos setores de atividade, dos quais se destaca, pela sua contribuição para os proveitos operacionais do Grupo, o setor da Construção, mas também outros como a Distribuição, Energia e Automóvel. Os setores referidos representam 36,7% dos proveitos operacionais do Grupo e podem descrever-se como sendo setores muito competitivos. Este quadro concorrencial, quando associado a ciclos negativos nas áreas de atividade onde o Grupo opera, pode ter um efeito negativo nas margens de comercialização da empresa e nos seus resultados e, por conseguinte, na sua situação financeira.

A capacidade do Grupo Teixeira Duarte de implementar com sucesso a estratégia delineada depende da sua capacidade de recrutar e reter colaboradores qualificados e competentes para cada função. Apesar da política de recursos humanos do Grupo Teixeira Duarte estar orientada para atingir estes objetivos, não é possível garantir que, no futuro, não existam limitações nesta área. Tal circunstância poderá limitar ou atrasar a execução da estratégia delineada, o que poderá ter um efeito negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Um agravamento das condições económicas globais ou das adversidades que afetam as economias a uma escala local podem originar a incapacidade de os clientes do Grupo Teixeira Duarte saldarem as suas obrigações ou atrasar de forma significativa o cumprimento das mesmas, levando a que as linhas de crédito existentes entrem em *default*. Este cenário resultaria em perdas que afetariam a atividade, situação financeira e os resultados do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá, no futuro, ser parte numa pluralidade de litígios relacionados com a sua atividade, incluindo aqueles cuja sentença lhe tenha sido favorável, total ou parcialmente, e que possam vir a ser objeto de recurso ou ação de anulação pelas contrapartes nos termos das normas processuais aplicáveis e até ao trânsito em julgado dessas mesmas sentenças. O Grupo Teixeira Duarte não pode garantir que venha a ganhar quaisquer ações respeitantes às suas atividades e uma decisão negativa nas mesmas poderá ter um efeito adverso que seja significativo para a atividade, situação financeira e resultados do Grupo Teixeira Duarte.

As atividades da TD,SA exigem investimentos. O Grupo financia uma parte destes investimentos fazendo uso dos fluxos de caixa gerados pelas suas atividades operacionais. No entanto, a TD,SA e as suas participadas financiam uma proporção maior dos investimentos fazendo uso de

fontes externas, incluindo empréstimos bancários e ofertas nos mercados de capitais.

O Grupo Teixeira Duarte está exposto a um conjunto de riscos, tal como riscos de liquidez, riscos de taxa de juro ou riscos de taxa de câmbio, entre outros, sendo que, perante a ocorrência de cenários excepcionalmente adversos, as políticas e procedimentos utilizados pela TD,SA na identificação, acompanhamento e gestão dos riscos poderão não se revelar totalmente eficazes.

Como qualquer outro grupo económico integrado numa envolvente competitiva, o Grupo Teixeira Duarte encontra-se igualmente sujeito a riscos relacionados com liquidez. O Grupo considera estar adequadamente provido dos meios necessários para um efetivo controlo de risco da sua atividade, considerando eficaz a ação desenvolvida pela administração com reporte de elementos que lhe são facultados pelos Serviços de Consolidação de Contas e de Auditoria Interna, bem como pela Direção Central de Finanças e Contabilidade, a quem, sob supervisão direta do Administrador do pelouro, está especialmente cometido o controlo da liquidez do Grupo Teixeira Duarte.

A TD,SA gere o risco de liquidez do Grupo atuando através de duas vias: garantindo que a dívida financeira do Grupo tem uma elevada componente de médio e longo prazo com maturidades adequadas à capacidade esperada de geração de fundos e de refinanciamento de tais linhas e dispondo de facilidades de crédito, disponíveis em diversos casos na modalidade de linhas em conta corrente.

No decurso normal da atividade, o Grupo está sujeito a determinados riscos operacionais, incluindo interrupções no serviço prestado ou atrasos na prestação de serviços, fraudes, omissões, erros e atrasos na implantação de requisitos para a gestão dos riscos. Estes riscos são acompanhados pelo Grupo de uma forma contínua, através de sistemas administrativos e de informação, entre outros, estando alguns riscos operacionais cobertos por apólices de seguros.

As operações desenvolvidas pelo Grupo Teixeira Duarte estão dependentes do processamento informático. O processamento informático envolve a manutenção de registos, o reporte financeiro e outros sistemas, incluindo sistemas de monitorização e controlo das várias operações do Grupo, nomeadamente na gestão de recursos humanos, contabilística e ainda logística, administrativa e de armazenamento. Apesar da avaliação que tem vindo a ser efetuada aos sistemas computacionais e da convicção de que as suas capacidades são adequadas, não é possível garantir a potenciais investidores a total identificação e correção atempada de todos os problemas relacionados com os sistemas de tecnologias de informação, nem o êxito sistemático na implantação de melhorias tecnológicas.

O custo da grande maioria da dívida financeira contraída pelo Grupo Teixeira Duarte está indexado a taxas de referência variáveis, estando a TD,SA, por essa via, exposta ao risco de taxa de juro.

Contudo, e como forma de gerir estas variações, a área financeira do Grupo Teixeira Duarte segue em permanência o desenvolvimento do mercado, estando em condições de utilizar instrumentos financeiros que permitam minorar os efeitos da volatilidade das taxas de juro. A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos. Estas operações são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado e a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros. O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da IAS 39, sendo mensurados pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. Proceder-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância das disposições da IAS 39.

A variação da taxa de câmbio do Euro face a outras moedas, nomeadamente, o dólar americano, o kwanza angolano, o dinar argelino, o real brasileiro, o metical moçambicano e o bolívar venezuelano, pode ter impacto na situação financeira da TD,SA. O Grupo Teixeira Duarte desenvolve operações em diversos mercados e regista proveitos em moeda estrangeira, tendo igualmente ativos e passivos monetários denominados em moeda que não o Euro, pelo que se encontra, deste modo, exposto a variações nas respetivas divisas.

Em termos indiretos, referem-se ainda as circunstâncias de o Grupo Teixeira Duarte adquirir bens diversos, com relevância nas áreas da construção, da distribuição e do automóvel, em moedas distintas daquela em que os mesmos são posteriormente vendidos, nomeadamente em Angola, sendo que tal facto pode influenciar em parte os resultados obtidos pelo Grupo na atividade que desenvolve nestes setores.

Destaca-se a importação e exportação de materiais para construção e de produtos essencialmente de consumo para as sociedades de direito Angolano que operam na área da distribuição, bem como de veículos automóveis, peças e equipamentos para as diversas participadas locais que atuam no setor automóvel em Angola, operando, entre outras, com as marcas , Chevrolet, Honda, JMC, Mahindra, Nissan, Peugeot, Renault, e SsangYong.

Variações adversas no preço do petróleo e das matérias-primas poderão afetar significativamente os resultados e situação financeira do Grupo Teixeira Duarte.

A volatilidade do preço das matérias-primas constitui um risco para o Grupo Teixeira Duarte, afetando a atividade operacional da área de negócio da construção, embora seja pontualmente mitigado através de contratos com fornecedores com preços fixos e contratos com clientes que permitam repercutir estas alterações no valor pago por estes.

Em particular, o Grupo Teixeira Duarte tem uma exposição indireta ao preço do petróleo. A capacidade do Grupo em fazer refletir nos preços dos bens finais e dos serviços que presta aumentos do preço do petróleo é reduzida, pelo que poderão surgir consequências negativas nas margens diretas dos bens finais vendidos e no contributo líquido dos serviços prestados. Adicionalmente, um aumento do preço do petróleo tem um impacto direto nos custos de transporte associados ao desenvolvimento das atividades do Grupo, pelo que variações adversas nos preços do petróleo poderão exercer um efeito material negativo na atividade, situação financeira e resultados do Grupo.

Mais concretamente, a evolução do preço do petróleo poderá afetar significativamente os resultados do Grupo Teixeira Duarte por três razões:

- diretamente, através da margem gerada na Energia, área de negócio que, em 2014, representou 3,8% dos proveitos operacionais do Grupo Teixeira Duarte;
- o custo de transporte é uma das rubricas de custos mais importantes nas contas de exploração do Grupo;
- os custos energéticos têm ainda algum significado no preço dos fornecimentos e serviços externos;
- a evolução do preço do petróleo condiciona o desenvolvimento da própria economia dos mercados em que o Grupo Teixeira Duarte opera, alguns deles de forma bastante significativa, pela força que tal produto representa no PIB desses países.

O aumento de impostos ou a redução de benefícios fiscais poderá ter um efeito adverso na atividade do Grupo Teixeira Duarte.

O Grupo Teixeira Duarte poderá ser afetado por alterações na legislação e demais regulamentação fiscal aplicável em Portugal, na União Europeia e nos diversos países onde desenvolve a sua atividade.

As demonstrações financeiras do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciadas pela valorização das participações financeiras detidas.

A situação líquida, os capitais próprios e até, em certas situações de imparidade, os resultados do Grupo Teixeira Duarte podem ser influenciados pela valorização/desvalorização das participações financeiras detidas, o que, no caso das participações detidas em sociedades admitidas à negociação em mercado regulamentado, depende diretamente da cotação de mercado das respetivas ações.

As entidades do Grupo Teixeira Duarte estão sujeitas aos riscos inerentes a qualquer atividade económica, como é o caso de acidentes, avarias

ou catástrofes naturais que possam originar prejuízos nos ativos do Grupo ou interrupções temporárias na respetiva atividade. Da mesma forma, estes riscos podem afetar os principais clientes e fornecedores do Grupo Teixeira Duarte, o que teria um impacto significativo nos níveis de rentabilidade, caso não fosse possível encontrar clientes substitutos de modo a garantir o nível de volume de negócios, ou fornecedores que possibilitassem manter a mesma estrutura de custos.

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

Os procedimentos implementados ao nível do controlo interno e da gestão de riscos caracterizam-se por promover a autonomia dos quadros da Sociedade na direção e acompanhamento dos assuntos, inculcando uma postura de responsabilidade e forte estímulo ao comportamento empreendedor.

Esta constante relação entre autonomia e sentido de responsabilidade impõe, de uma forma realista, um rigoroso e ponderado cumprimento das tarefas que estão atribuídas a cada um dos colaboradores, integrando, por si só, um sólido, sustentado e eficaz sistema de controlo de riscos, com resultados práticos considerados satisfatórios.

Tem-se sempre presente a importância da ponderação dos custos de controlo em relação às matérias que se pretende controlar. Da avaliação que se faz da Sociedade, da forma como é gerida, da composição dos quadros e gestores das sociedades que integram o Grupo Teixeira Duarte e dos princípios e conceitos fundamentais que são aplicados, conclui-se que os custos de eficiência e de controlo com a criação de eventuais comissões de controlo seriam amplamente superiores aos benefícios que poderiam resultar de um controlo realizado através de tais comissões. Acresce que a simples criação de comissões para o efeito, do ponto de vista formal, acaba por implicar mais entraves do ponto de vista burocrático que não encontram reflexo na sua concretização prática.

Pese embora o sistema de controlo interno e de gestão de riscos implementado na sociedade não cumprir integralmente os requisitos enumerados na Recomendação n.º II.1.5, a TD,SA mantém a sua convicção na opção pelo modelo acima descrito, pois entende que as principais linhas desta recomendação são inadequadas ao regular funcionamento da Empresa, podendo vir a criar diversos obstáculos do ponto de vista meramente formal e burocrático que não são compatíveis com a execução dos procedimentos já implementados nem com a responsabilização das estruturas organizacionais do Grupo.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 245.º-A, n.º 1, al. m).

O processo de divulgação de informação financeira é coordenado pelo Conselho de Administração e acompanhado sempre pelos Órgãos de Fiscalização, nele trabalhando as equipas dos Serviços de Consolidação de Contas e da Secretaria Corporativa, respetivamente, na elaboração e apuramento de contas e demais informes contabilísticos e financeiros e na preparação e divulgação do documento final.

Ambos os aludidos serviços acompanham a evolução dos normativos aplicáveis, tanto nas áreas financeiras como jurídicas e estão em articulação com a Comissão de Mercado de Valores Mobiliários para atualização de informes e regulamentos complementares sobre estas matérias e reportam diretamente ao Conselho de Administração.

Todos os colaboradores que integram os Serviços de Consolidação de Contas e aqueles que nos Serviços da Secretaria Corporativa participam na preparação e divulgação do documento final são integrados na listagem prevista no artigo 248.º do Código de Valores Mobiliários – ou seja, de colaboradores com acesso a informação privilegiada –, sendo todos eles notificados por carta entregue pessoalmente da sua inclusão na referida listagem e das consequências legais decorrentes da divulgação ou utilização abusiva de informação privilegiada.

IV. APOIO AO INVESTIDOR

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esses serviços e elementos para contacto.

Em reforço da política de divulgação de informação acima referenciada e com o objetivo de promover o contacto permanente com o mercado e a resposta às solicitações dos investidores em tempo útil, assegurando o rigoroso cumprimento do princípio da igualdade entre os acionistas e no intuito de prevenir eventuais assimetrias no acesso à informação por parte dos investidores, a Sociedade dispõe de um Gabinete de Apoio ao Investidor, que funciona sob a tutela do Administrador Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte, coordenado pelo Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira, Representante para as Relações com o Mercado devidamente registado junto da CMVM.

Toda a informação que os investidores entendam necessitar e esteja disponível ao abrigo das normas, regulamentos e demais diretivas aplicáveis é prestada por este Gabinete, podendo o acesso ao mesmo ser feito através dos seguintes meios de comunicação:

Morada: Lagoas Park, Edifício Dois, 2740-265, Porto Salvo, Oeiras

Telefone: + 351 217 912 415

Fax: + 351 217 941 108

E-mail: representantemercado@teixeiraduarte.pt

O Gabinete de Apoio ao Investidor assegura ainda a manutenção de um registo dos pedidos apresentados pelos diversos *stakeholders* e do tratamento que lhes foi dado.

57. Representante para as relações com o mercado.

Conforme referido em 56. supra, o cargo de Representante para as Relações com o Mercado é exercido pelo Senhor Dr. José Pedro Poiães Cobra Ferreira.

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

O prazo de resposta a pedidos de informação no ano de 2014 foi, em média, de 2 dias.

V. SÍTIO DE INTERNET

59. Endereço(s).

O sítio de internet da TD,SA tem o seguinte endereço: www.teixeiraduarte.pt. Neste sítio, a Sociedade disponibiliza, em português e inglês, as informações consideradas relevantes e que permitem o conhecimento sobre a sua evolução e realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais.

Estes elementos podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/identificacao-da-sociedade.html>.

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

Os Estatutos da Sociedade ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/estatutos.html>.

Conforme já foi previamente referido, não existem regulamentos de funcionamento dos órgãos sociais e/ou comissões.

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

A informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais pode ser consultada em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/orgaos-sociais/orgaos-sociais-teixeira-duarte-sa.html>.

A informação sobre o representante para as relações com o mercado e o Gabinete de Apoio ao Investidor pode ser consultada em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/gabinete-apoio-investidor.html>.

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

Os documentos de prestação de contas desde a constituição da sociedade, em 2009 podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/informacao-financeira/relatorios-anuais.html>.

O calendário semestral de eventos societários pode ser consultado em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/calendario-do-investidor.html>.

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

Todos os elementos referentes às Assembleias Gerais da TD,SA podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/teixeira-duarte-sa.html>.

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

Todos estes elementos podem ser consultados em:

<http://www.teixeiraduarte.pt/investidores/assembleias-gerais/teixeira-duarte-sa.html>.

D. REMUNERAÇÕES

I. COMPETÊNCIA PARA A DETERMINAÇÃO

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da sociedade.

Ao abrigo do disposto no artigo 11.º dos Estatutos da TD,SA e nos termos fixados na Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade, compete à Comissão de Remunerações determinar a remuneração dos órgãos sociais.

Refira-se ainda que, conforme já ficou esclarecido, não existe uma comissão executiva ou Administrador Delegado, pelo que, nesta parte, esta questão não é aplicável à realidade da TD,SA.

Contudo e tomando por base o critério fixado no artigo 248.º-B, n.º 3 do Código de Valores Mobiliários, os únicos dirigentes da TD,SA que não integram o seu Conselho de Administração são membros do Conselho de Administração da sociedade sua participada "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", sendo que, conforme estabelecido também na indicada Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da TD,SA, a determinação da remuneração destes dirigentes cabe à Comissão de Remunerações da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", a qual é composta exatamente pelos mesmos membros que os da Comissão de Remunerações da TD,SA.

II. COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

Atualmente, a Comissão de Remunerações é composta pelas seguintes pessoas, eleitas na Assembleia Geral de 20 de maio de 2011, para desempenho de funções no mandato 2011/2014:

- Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte
- Senhor Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte
- Senhora Dra. Maria da Conceição Maia Teixeira Duarte

O Senhor Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte não é considerado independente em relação aos membros do Conselho de Administração, uma vez que é também o Presidente daquele órgão de gestão.

Sendo a TD,SA controlada por sociedades detidas por membros da família Teixeira Duarte, é natural que estes integrem a respetiva Comissão de Remunerações. Tradicionalmente, e durante décadas, tem sido esta a prática seguida, estando sempre em consonância com as regras e recomendações sobre remunerações dos membros do Órgão de Administração fixadas pela CMVM em cada momento, pelo que não se vislumbram quaisquer motivos para a alterar.

Reitere-se que se trata de uma Sociedade que, seguindo o exemplo da anterior *holding* do Grupo ("Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."), com a sua peculiar forma de atuação e o seu vincado cunho empresarial, adotou uma muito própria forma de estar e uma saudável política de gestão que, perante o público e o mercado, têm sido reconhecidas como tal.

Acrescente-se que não foram contratadas quaisquer pessoas singulares ou coletivas para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções.

Mais se informa que cabe ao auditor externo, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, conforme consta da Recomendação n.º IV.1.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Os Senhores Dr. Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte e Eng.º António Carlos Calainho de Azevedo Teixeira Duarte têm conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração, tendo em conta que exerceram essas funções durante vários anos noutras sociedades.

III. ESTRUTURA DAS REMUNERAÇÕES

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho.

A Comissão de Remunerações da TD,SA emitiu a respetiva declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização, a qual foi aprovada por unanimidade em Assembleia Geral daquela sociedade, realizada em 31 de maio de 2014, declaração essa cujo teor aqui se deixa reproduzido:

I. ENQUADRAMENTO NORMATIVO

De acordo com as disposições conjugadas da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho e do artigo décimo primeiro dos Estatutos da Sociedade, cabe a esta Comissão submeter, anualmente, à aprovação da Assembleia Geral uma declaração sobre política de remuneração dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização desta Sociedade, devendo ter em consideração, para além daquele diploma o artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais e o Código de Governo das Sociedades da CMVM de 2013 (Recomendações).

II. ÂMBITO DA DECLARAÇÃO:

Em função do modelo societário adotado pela a "Teixeira Duarte, S.A.", a presente declaração abrange todos os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

III. INTRODUÇÃO:

Uma vez que, ao abrigo de um processo de reestruturação societária do Grupo Teixeira Duarte, em 2010 a "Teixeira Duarte, S.A." sucedeu à "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A." enquanto sociedade cotada de topo do Grupo ter-se-ão em conta na definição desta Política de Remunerações a realidade histórica e o enquadramento do tema experienciado no âmbito desta última sociedade ao longo dos anos.

IV. CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

No que se refere ao Conselho de Administração, a Comissão de Remunerações deverá determinar os valores da componente fixa e variável das suas remunerações, segundo orientações que os ligam ao desempenho e aos resultados da Empresa no seu todo, bem como à atividade do

órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A." e da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

A política de remunerações e a sua concretização nos termos aqui descritos deverá ter em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

O quantitativo variável deverá ser fixado a cada um dos membros do Conselho de Administração a título de remuneração complementar e de prémio de desempenho, sendo que tal componente nada terá que ver com a cotação das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver atribuição em concreto por esta Comissão de Remunerações, do mesmo modo que não está prevista a possibilidade de o pagamento da componente variável ter lugar, no todo ou em parte, após o apuramento das contas de exercício correspondentes a todo o mandato. Também não existirão mecanismos de limitação da remuneração variável, no caso de os resultados evidenciarem uma deterioração relevante do desempenho da empresa no último exercício apurado ou quando este seja expectável no exercício em curso.

Porém, a Comissão deverá ponderar se uma parte significativa da remuneração variável deverá ser diferida por um período não inferior a três anos e se o seu pagamento deverá ou não ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período, entendendo-se como tal a verificação de pelo menos um dos seguintes factos:

- Aumento dos capitais próprios;*
- Média EBITDA nos exercícios de 2014 a 2016 superior ao EBITDA registado em 2013;*
- Média de Resultados Líquidos Consolidados dos exercícios 2014 a 2016 superior aos resultados Líquidos Consolidados no exercício de 2013.*

Não existirá nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba será paga sob a forma de participação nos lucros.

Os Administradores da "Teixeira Duarte, S.A." não deverão receber qualquer remuneração, seja a que título for, paga por sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

Não deverão existir quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários, para além dos fixados por esta Comissão.

Aos membros do Conselho de Administração serão pagas ajudas de custo nos termos e quantitativos determinados para os demais colaboradores da "Teixeira Duarte, S.A." e da "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", nomeadamente por força de deslocações em serviço da Empresa.

Não foram pagas, nem está prevista a exigibilidade de quaisquer pagamentos, de quantias relativas à destituição ou cessação de funções de Administradores.

V. CONSELHO FISCAL:

Todos os membros do Conselho Fiscal deverão, em sintonia com o atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, auferir uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada por esta Comissão de Remunerações, sendo que nenhum deles deverá receber qualquer outra retribuição da "Teixeira Duarte, S.A." ou de outra sociedade que com esta esteja em relação de domínio ou de grupo, em especial por quaisquer outros serviços prestados a estas entidades.

Do mesmo modo, e à semelhança do que se referiu em cima sobre o Órgão de Administração, não deverá existir nenhum regime sobre atribuição de ações e/ou direitos de adquirir opções sobre ações e/ou a qualquer outro sistema de incentivos com ações, nem nenhuma verba paga sob a forma de participação nos lucros, nem tão-pouco quaisquer outros benefícios relevantes, não pecuniários.

VI. REVISOR OFICIAL DE CONTAS:

A remuneração da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas deverá ser determinada em função do volume e qualidade dos serviços prestados no âmbito das atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei e dos Estatutos.

No caso da "Teixeira Duarte, S.A.", compete a esse órgão de fiscalização proceder a todos os exames e verificações necessários à revisão e certificação legal das contas da Sociedade, para o que se deverá fixar uma quantia como valor global anual a ser paga nos termos e prazos definidos com o Conselho de Administração em função da sua sensibilidade e acompanhamento dos negócios e da atividade deste Órgão de Fiscalização.

De referir, a este propósito, que a mesma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas presta também serviços, exclusivamente da mesma natureza de Revisão Legal de Contas e Auditoria, a outras entidades integradas no Grupo Teixeira Duarte, delas auferindo as correspondentes retribuições, cujo quantitativo global será divulgado nos termos da Lei, em especial através da publicação do Relatório sobre o Governo da Sociedade.

Uma vez que o Conselho Fiscal tem vindo a desempenhar um papel cada vez mais ativo no acompanhamento do trabalho da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, aquele deverá ser consultado para se pronunciar sobre a fixação das remunerações desta.

VII. CONCLUSÃO:

Será, pois, com base na política de remunerações acima exposta que esta Comissão deverá proceder à fixação, em concreto, dos quantitativos exatos das remunerações dos membros dos indicados órgãos de administração e fiscalização da sociedade, de acordo com o juízo pessoal dos membros que a integram, expresso em deliberação lavrada em ata e cujo conteúdo será depois comunicado ao Conselho de Administração para implementação, nos estritos termos que ficam definidos.

Tais montantes serão anualmente divulgados sempre que a lei assim o exija, em especial no âmbito dos Relatórios sobre o Governo da Sociedade.

Em conclusão, reforça-se que muitos dos aspetos acima fixados visam o cumprimento dos normativos mencionados no início, podendo os mesmos ser suscetíveis de eventuais alterações que tais regras possam sofrer."

A TD,SA entende que a declaração sobre política de remuneração dos membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização acima transcrita é bastante clara e abrangente, possibilitando um correto entendimento sobre a forma como as remunerações dos órgãos de administração e fiscalização são fixadas.

Com efeito, a mencionada declaração contém a generalidade da informação constante da Recomendação n.º II.3.3, não se indicando apenas as informações relativas aos montantes máximos potenciais referidos na alínea b) dessa recomendação, uma vez que tais máximos não chegaram nunca a ser estabelecidos.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A acrescer às obrigações inerentes ao exercício da própria função, a remuneração dos Administradores cumpre também complementarmente com o alinhamento dos interesses destes com os da Sociedade. Com efeito, a remuneração é determinada por uma Comissão eleita em Assembleia Geral, que fixa esses valores segundo orientações relacionadas com o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como com a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos fixados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100%, a "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

A fixação das remunerações tem ainda em conta o desempenho de longo prazo da sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A remuneração dos Administradores compreende uma componente variável, que nada tem a ver com a evolução das cotações das ações da Sociedade, dependendo sim da evolução dos negócios sociais, de indicadores financeiros como o endividamento líquido e a autonomia financeira, do empenho na concretização por cada um dos membros das tarefas e objetivos inerentes às respetivas funções, bem como dos resultados do exercício e da correspondente política de aplicação dos mesmos que vem privilegiando também o reforço dos capitais próprios da Sociedade e assegurando a continuada e equilibrada distribuição de dividendos aos acionistas.

Nessa conformidade, não existe um limite máximo para cada componente como se sugere na Recomendação n.º III.3, mas sim uma atribuição em conformidade com os parâmetros acima identificados, com a política de remunerações definida para a Sociedade e com a avaliação do desempenho e execução das funções por cada um, sendo que a componente variável da remuneração tem sido sempre globalmente razoável em relação à componente fixa, em conformidade com o que se indica na Recomendação n.º III.3.

Apesar de parte da componente variável atribuída pela Comissão de Remunerações ser diferida no tempo, cumpre referir que não assiste a nenhum Administrador qualquer direito à componente variável da sua remuneração até haver qualquer atribuição em concreto, pela Comissão de Remunerações, nos termos e com os fundamentos por ela fixados.

Para efeitos do disposto na Recomendação n.º III.5, informa-se que os membros do órgão de administração não celebraram contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tivessem por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela sociedade.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

O pagamento de parte da componente variável foi diferido para 2017, ficando tal pagamento dependente da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2014 a 2017.

Refira-se que o pagamento da componente variável da remuneração dos membros do Conselho de Administração tem estado intrinsecamente dependente dos resultados do exercício e da evolução dos negócios sociais. A este propósito, recorda-se que os Administradores da TD,SA são "gente da casa" há dezenas de anos, sendo as suas remunerações inseridas num plano geral que abrange todos os colaboradores.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (hedging) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

Não aplicável. A retribuição variável não é atribuída em ações nem foram celebrados quaisquer contratos com as características *supra* descritas.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

Não aplicável. A retribuição variável não é concedida em opções.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A Comissão de Remunerações tem em consideração, na atribuição de prémios anuais, o desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como a atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."

Os prémios anuais foram fixados tendo em conta ainda o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado, conforme já havia sido referido.

Acrescenta-se que não foram concedidos quaisquer benefícios não pecuniários relevantes aos Administradores da Sociedade.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Em relação a quaisquer ex-Administradores reformados, cabe à mencionada Comissão de Remunerações fixar todos os quantitativos pagos nesse âmbito, seja a que título for.

No que se refere à atribuição de regimes complementares de reforma, é o próprio Pacto Social que estabelece, no seu artigo 22.º, que adiante se transcreve, quais os termos e os critérios com que a Comissão de Remunerações deve fixar tais quantitativos:

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

UM - Quando as pessoas que hajam exercido o cargo de administradores cessarem as suas funções, poderá a Sociedade atribuir-lhes uma pensão de reforma vitalícia, sempre que preencham um dos seguintes requisitos:

a) *Terem mais de dez anos de exercício do cargo nesta sociedade, contando, para este efeito, os anos de exercício do mesmo cargo na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.";*

b) *Terem, ainda que com menor duração de tal exercício, um total de mais de vinte e cinco anos de serviços prestados à Sociedade, contando, para este efeito, os anos de serviço na "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A."*

DOIS - O quantitativo de tal pensão, que será determinado tendo em consideração o tempo ou a relevância dos serviços prestados e a situação do beneficiário, deverá ser anualmente revisto mas nunca poderá ser superior à mais elevada das remunerações em cada momento auferidas pelos administradores efetivos.

TRÊS - Por delegação da Assembleia Geral, desde já estabelecida, competirá à Comissão de Remunerações referida no Artigo Décimo Primeiro, apreciar os casos que lhe sejam expostos e fixar os valores e os demais trâmites de atribuição das pensões.

À Assembleia Geral reserva-se a atribuição de proceder à eleição dos membros da Comissão de Remunerações que têm a competência exclusiva de decidir sobre estes temas.

A *supra* citada determinação do pacto social não invalida que a Comissão de Remunerações possa vir a submeter tal matéria à Assembleia Geral, o que, não foi feito, por tal nunca se ter revelado necessário ou adequado face à norma estatutária fixada.

Para os devidos efeitos, informa-se que, desde a constituição da sociedade, em 2009, até esta data, não foram aprovados em Assembleia Geral quaisquer sistemas de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais, do mesmo modo que também não foi atribuído qualquer benefício em concreto, designadamente pela Comissão de Remunerações, por qualquer cessação de funções, designadamente por reforma.

IV. DIVULGAÇÃO DAS REMUNERAÇÕES

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da sociedade, proveniente da sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

No exercício de 2014, as remunerações, em sentido amplo, auferidas individualmente pelos membros do Conselho de Administração foram as seguintes:

Conselho de Administração	Remuneração Fixa	Remuneração Variável		Sub-Total	Compensações por Deslocações	Total
		Atribuída em 2014	Atribuída em 2011			
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	140.000,00	10.000,00	241.000,00	391.000,00	0,00	391.000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	137.200,00	20.000,00	82.000,00	239.200,00	27.282,40	266.482,40
Joel Viana de Lemos	137.200,00	25.000,00	92.000,00	254.200,00	2.712,15	256.912,15
Carlos Gomes Baptista	137.200,00	20.000,00	92.000,00	249.200,00	31.294,50	280.494,50
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	137.200,00	100.000,00	0,00	237.200,00	35.206,75	272.406,75
Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	137.200,00	15.000,00	82.000,00	234.200,00	36.574,20	270.774,20
	826.000,00	190.000,00	589.000,00	1.605.000,00	133.070,00	1.738.070,00

Em 2014, o montante global das remunerações variáveis pagas pela TD,SA representou 44,8% do valor total auferido.

Durante o exercício de 2014, não foram adquiridos quaisquer direitos de pensão.

Em complemento da informação acima indicada sobre os valores pagos, informa-se que em 2014 foi deliberado pela Comissão de Remunerações atribuir aos membros do Conselho de Administração montantes de remuneração variável, da qual parte foi paga neste mesmo ano - e que está cima indicada no mapa - e parte, foi diferida para 2017, dependendo da continuação do desempenho positivo da Sociedade ao longo dos exercícios económicos de 2014 a 2017.

Conselho de Administração	Remuneração Variável Atribuída em 2014		
	Para 2014	Para 2017	Total
Pedro Maria Calainho Teixeira Duarte	10.000,00	100.000,00	110.000,00
Manuel Maria Calainho de Azevedo Teixeira Duarte	20.000,00	50.000,00	70.000,00
Joel Viana de Lemos	25.000,00	50.000,00	75.000,00
Carlos Gomes Baptista	20.000,00	50.000,00	70.000,00
Diogo Bebiano Branco de Sá Viana Rebelo	100.000,00	102.000,00	202.000,00
Jorge Ricardo Figueiredo Catarino	15.000,00	50.000,00	65.000,00
	190.000,00	402.000,00	592.000,00

78. Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.

No exercício de 2014, os membros do Conselho de Administração não receberam qualquer remuneração, seja a que título for, paga por outras sociedades que estejam em relação de domínio ou de grupo com a TD,SA.

79. Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.

Na globalidade da remuneração dos membros do Conselho de Administração, nenhuma verba é paga sob a forma de participação nos lucros.

Com efeito, aos membros do Conselho de Administração é paga uma quantia a título de prémio de desempenho e de distribuição de resultados, objeto de deliberação da Comissão de Remunerações.

Sendo que, conforme acima ficou clarificado, a fixação dos prémios pagos foi motivada pelo desempenho e os resultados da Empresa no seu todo, bem como pela atividade do órgão de gestão na sua globalidade, face aos objetivos delineados, tendo tido em conta as condições e quantitativos das remunerações dos demais colaboradores da sociedade por si detida a 100% "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.".

Foi também tido em conta, para a fixação dos prémios, o desempenho de longo prazo da Sociedade, o cumprimento das normas aplicáveis à atividade da empresa, a contenção na tomada de riscos e o conhecimento do mercado.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas, nem são devidas, quaisquer indemnizações a ex-Administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício, mais se acrescentando que, durante o ano de 2014 não houve Administradores a cessar funções.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da sociedade, para efeitos da Lei n.º 28/2009, de 19 de junho.

Todos os membros do Conselho Fiscal auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, e conforme determinado pela Comissão de Remunerações da Sociedade, remunerações fixas pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos.

Assim, em 2014, as remunerações auferidas pelos membros do Conselho Fiscal da TD,SA foram distribuídas da seguinte forma:

Conselho Fiscal	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Remuneração Total
António Gonçalves Monteiro	25.000,00	-	25.000,00
Óscar Manuel Machado Figueiredo	2.500,00	-	2.500,00
Mateus Moreira	16.500,00	-	16.500,00
Miguel Carmo Pereira Coutinho	16.500,00	-	16.500,00
	60.500,00	-	60.500,00

O valor global pago à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas "MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS - SROC" e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede suportada pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo, respeitante aos únicos serviços por esta prestados, ou seja, os de Revisão Legal de Contas e Auditoria, foi de:

Sociedade Revisores Oficiais de Conta	Remuneração
Serviços de revisão legal de contas ao Grupo	267.100,00
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-
Serviços de consultoria fiscal	-
Outros serviços que não de revisão legal de contas	-
	267.100,00

Todos os valores acima enumerados referentes à remuneração dos membros do Conselho Fiscal e da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas foram pagos no decurso do exercício de 2014, pelo que não existem parcelas cujo pagamento seja diferido no tempo.

Acrescente-se ainda que, conforme previsto na Política de Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Sociedade e, simultaneamente, em cumprimento do disposto na Recomendação n.º III.2, a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

Com exceção do indicado Secretário da Mesa da Assembleia Geral, os demais membros deste órgão, auferem, ao abrigo do atual regime fixado no Código das Sociedades Comerciais, nomeadamente do disposto no 422.º-A, por remissão do número 3 do artigo 374.º-A, uma remuneração fixa pelo desempenho das funções inerentes aos respetivos cargos, determinada pela Comissão de Remunerações prevista no artigo 11.º dos Estatutos.

Nestes termos, informa-se que a remuneração do Presidente da Mesa da Assembleia Geral, durante o exercício de 2014, foi de 5.000,00€ (cinco mil euros).

V. ACORDOS COM IMPLICAÇÕES REMUNERATÓRIAS

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não existe qualquer limitação contratual prevista para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de um membro do Conselho de Administração, considerando, desde logo, que não é celebrado qualquer contrato para o exercício do cargo de Administrador, nem tão pouco qualquer acordo sobre eventual compensação a pagar por destituição com ou sem justa causa. A existência de uma limitação contratual nos termos acima referidos seria incoerente, tendo em conta as características da relação existente entre a Sociedade e os membros do seu órgão de Administração.

Refira-se que, para efeitos do disposto na recomendação n.º III.8, não estão fixados quaisquer mecanismos jurídicos – para além dos legalmente estabelecidos – para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível quando a destituição de Administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho.

Recorde-se que os Administradores da sociedade de topo do Grupo Teixeira Duarte – anteriormente a "Teixeira Duarte – Engenharia e Construções, S.A." e atualmente a TD,SA – sempre foram "gente da casa", que desenvolveram o seu percurso profissional no Grupo Teixeira Duarte e não gestores vindos de outras empresas ou grupos, nunca se tendo verificado qualquer situação de destituição de um Administrador desde a sua constituição, nem tão pouco o pagamento de qualquer compensação pela cessão do contrato, pelo que se entende ser desajustada a fixação de quaisquer mecanismos jurídicos no sentido acima descrito.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do n.º 3 do artigo 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da sociedade. (art. 245.º-A, n.º 1, al. I).

Não existem quaisquer acordos com estas características. É política da Sociedade a não realização de quaisquer pagamentos ligados à cessação antecipada do exercício das funções pelos Administradores ou demais dirigentes, bem como a não celebração de quaisquer acordos a respeito destas matérias.

VI. PLANOS DE ATRIBUIÇÃO DE AÇÕES OU OPÇÕES SOBRE AÇÕES ("STOCK OPTIONS")

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

Não existe nenhum plano de atribuição de ações ou de atribuição de opções de aquisição de ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ("stock options") de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

Conforme descrito em 85. *supra*, não existem planos de atribuição de ações ou opções sobre ações pelo que a presente disposição não é aplicável.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 245.º-A, n.º 1, al. e)).

Não existe qualquer sistema de participação dos trabalhadores no capital, pelo que não se justifica a existência de mecanismos de controlo na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. MECANISMOS E PROCEDIMENTOS DE CONTROLO

89. Mecanismos implementados pela sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas (Para o efeito remete-se para o conceito resultante da IAS 24).

Todas as transações entre entidades do Grupo Teixeira Duarte com partes relacionadas são efetuadas a preços de mercado. O Conceito é claro e assumido por todos os gestores de negócio das diversas áreas do Grupo que lidam com partes relacionadas.

Esta postura é transversal a todas as transações desta natureza, ou seja, em quaisquer transferências de recursos, serviços ou obrigações entre partes relacionadas, independentemente de haver um débito de preço.

Acresce a tais orientações generalizadas, que todas as transações entre partes relacionadas são registadas informaticamente num suporte global do grupo, ao qual, para além dos próprios gestores de negócio, têm também acesso as equipas de finanças e contabilidade, de consolidação de contas e de auditoria, assim como a própria administração e, complementarmente, os próprios órgãos de fiscalização da Sociedade e do Grupo.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Neste enquadramento e face aos mecanismos acima indicados, todas as transações com partes relacionadas foram sujeitas a controlo nos termos referidos, podendo as transações com partes relacionadas e respetivos saldos e informações complementares serem consultados na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários.

Não existem procedimentos e critérios nos termos acima mencionados uma vez que o tipo de operações realizadas entre a Sociedade e titulares de participação qualificada são de carácter corrente e para exercício da atividade, nomeadamente para financiamentos junto do Banco Comercial Português, S.A., o que se considera ser uma matéria da exclusiva responsabilidade e competência do Conselho de Administração e que, naturalmente, tem por objeto operações realizadas em condições normais de mercado, considerando-se mesmo desadequado sujeitar estes negócios ao parecer prévio dos órgãos de fiscalização.

II. ELEMENTOS RELATIVOS AOS NEGÓCIOS

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, encontra-se reproduzida na nota 29 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014.

PARTE II - AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de governo das sociedades adotado

Deverá ser identificado o Código de Governo das Sociedades a que a sociedade se encontre sujeita ou se tenha decidido voluntariamente sujeitar, nos termos e para os efeitos do art. 2.º do presente Regulamento.

Para além dos normativos legais e regulamentares aplicáveis, nomeadamente o Código das Sociedades Comerciais, o Código dos Valores Mobiliários e os Regulamentos da CMVM, em especial o Regulamento n.º 4/2013, a TD,SA optou por não se sujeitar a qualquer outro Código do Governo das Sociedades que não o emitido pela CMVM em 2013.

Deverá ainda ser indicado o local onde se encontram disponíveis ao público os textos dos códigos de governo das sociedades aos quais o emitente se encontre sujeito (art. 245.º-A, n.º 1, al. p).

O mencionado Código do Governo das Sociedades emitido pela CMVM em 2013 pode ser consultado em www.cmvm.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Nos termos do art. 245.º-A n.º 1, al. o) deverá ser incluída declaração sobre o acolhimento do código de governo das sociedades ao qual o emitente se sujeite especificando as eventuais partes desse código de que diverge e as razões da divergência.

A informação a apresentar deverá incluir, para cada recomendação:

- a) Informação que permita aferir o cumprimento da recomendação ou remissão para o ponto do relatório onde a questão é desenvolvidamente tratada (capítulo, título, ponto, página);
- b) Justificação para o eventual não cumprimento ou cumprimento parcial;
- c) Em caso de não cumprimento ou cumprimento parcial, identificação de eventual mecanismo alternativo adotado pela sociedade para efeitos de prossecução do mesmo objetivo da recomendação.

3. Outras informações

A sociedade deverá fornecer quaisquer elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidas nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adotadas.

Os pontos incluídos no n.º 2 são objeto de desenvolvimento simultâneo, dada a sua interligação.

Das 41 Recomendações que compõem o referido o Código do Governo das Sociedades da CMVM, a Empresa não adota doze e adota parcialmente seis.

Na tabela *infra* está reproduzido o texto dessas Recomendações com a numeração constante do aludido Código do Governo das Sociedades, seguido da indicação da sua adoção ou não e da remissão para o ponto deste Relatório em que tal matéria se desenvolve ou em que, respeitando o princípio "comply or explain", se justifica a sua eventual não adoção.

	Recomendação	Adoção	Remissão
I.1	As sociedades devem incentivar os seus acionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de ações necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via eletrónica.	Parcial	12
I.2	As sociedades não devem adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Sim	14
I.3	As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfazamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos acionistas.	Sim	12
I.4	Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Não Aplicável	5
I.5	Não devem ser adotadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Sim	6

	Recomendação	Adoção	Remissão
II	SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1	SUPERVISÃO E ADMINISTRAÇÃO		
II.1.1	Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Não	21
II.1.2	O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade atua de forma consentânea com os seus objetivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: i) definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; ii) definir a estrutura empresarial do grupo; iii) decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Sim	21
II.1.3	O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não Aplicável	15
II.1.4	Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adotado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para:		
a)	Assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes;	Não	24
b)	Refletir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adotado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Não	24
II.1.5	O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objetivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos são consistentes com aqueles objetivos.	Parcial	54

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.1.6	O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efetiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da atividade dos restantes membros do órgão de administração.	Não	18
II.1.7	Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adotado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura acionista e o respetivo free float. A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de: <ul style="list-style-type: none"> a. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos; b. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva; c. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador; d. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada; e. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas. 	Não	18
II.1.8	Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.	Sim	18
II.1.9	O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as atas das respetivas reuniões.	Sim	18
II.1.10	Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.	Não Aplicável	18

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.2	FISCALIZAÇÃO		
II.2.1	Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respetivas funções.	Sim	32
II.2.2	O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Não	45
II.2.3	O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Sim	45
II.2.4	O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Não	51
II.2.5	A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Não	51
II.3	FIXAÇÃO DE REMUNERAÇÕES		
II.3.1	Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Parcial	67 e 68
II.3.2	Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou coletiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação atual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou coletiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Sim	67

	Recomendação	Adoção	Remissão
II.3.3	<p>A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente:</p> <p>a) Identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais;</p> <p>b) Informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos;</p> <p>d) Informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.</p>	Parcial	69
II.3.4	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de ações, e/ou de opções de aquisição de ações ou com base nas variações do preço das ações, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do plano.	Não aplicável	85
II.3.5	Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correta do sistema.	Não	76
III	REMUNERAÇÕES		
III.1	A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efetivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Sim	70
III.2	A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Sim	18 e 81
III.3	A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Parcial	71
III.4	Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Sim	72
III.5	Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Sim	71

	Recomendação	Adoção	Remissão
III.6	Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as ações da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com exceção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas ações.	Não Aplicável	73
III.7	Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não Aplicável	74
III.8	Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respetivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Não	83
IV	AUDITORIA		
IV.1	O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Parcial	51 e 67
IV.2	A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Sim	37, 41 e 46
IV.3	As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respetivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Sim	44
V	CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
VI	Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Sim	10

	Recomendação	Adoção	Remissão
V.2	O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com acionistas titulares de participação qualificada - ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários -, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Não	10
VI.	INFORMAÇÃO		
VI.1	As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.	Sim	59
VI.2	As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Sim	56 e 58

Demonstrações Financeiras Individuais **2014**



O anexo faz parte integrante do Balanço em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em milhares de euros)

Rubricas	Notas	2014	2013
Ativo			
Ativo não corrente:			
Ativos fixos tangíveis	7	31	-
Ativos intangíveis	6	81	-
Participações financeiras - método da equivalência patrimonial	8	507.552	436.026
Outros ativos financeiros	5 e 11.1	70.000	-
Ativos por impostos diferidos	10	-	1.250
Outras contas a receber	11.1	52.955	107.955
		630.619	545.231
Ativo corrente:			
Clientes	5, 11.1 e 18	2.527	339
Estado e outros entes públicos	11.1	21.426	12.935
Outras contas a receber	11.1	16.256	39.355
Caixa e depósitos bancários	4	122	26
		40.331	52.655
Total do Ativo		670.950	597.886
Capital próprio e Passivo			
Capital próprio:			
Capital realizado	19	210.000	210.000
Reservas legais		21.000	10.000
Outras reservas		175.390	128.661
Resultados transitados:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		(135.964)	(118.184)
Ajustamentos em ativos financeiros:			
Lucros não atribuídos - método da equivalência patrimonial		135.964	118.184
Outros ajustamentos em ativos financeiros		63.009	5.348
		469.399	354.009
Resultado líquido do período		65.390	64.029
Total do Capital próprio		534.789	418.038
Passivo			
Passivo não corrente:			
Financiamentos obtidos	11.2 e 18	5.651	192
Outras contas a pagar	11.2 e 18	1.739	2.375
		7.390	2.567
Passivo corrente:			
Fornecedores	11.2 e 18	606	116
Estado e outros entes públicos	11.2 e 18	546	319
Financiamentos obtidos	11.2 e 18	97.641	154.552
Outras contas a pagar	11.2 e 18	29.978	22.294
		128.771	177.281
Total do Passivo		136.161	179.848
Total do Capital próprio e Passivo		670.950	597.886

Rendimentos e gastos	Notas	2014	2013
Vendas e serviços prestados	9	12.599	2.606
Ganhos e perdas imputados de subsidiárias	8	66.365	70.282
Fornecimentos e serviços externos	15	(4.358)	(2.108)
Gastos com o pessoal	14	(8.557)	(7.171)
Outros rendimentos e ganhos	16	167	153
Outros gastos e perdas	17	(92)	(103)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		66.124	63.659
Gastos de depreciação e de amortização	6 e 7	(7)	-
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		66.117	63.659
Juros e rendimentos similares obtidos	9 e 13	8.082	45
Juros e gastos similares suportados	13	(7.464)	(1.772)
Resultado antes de impostos		66.735	61.932
Imposto sobre o rendimento do período	10	(1.345)	2.097
Resultado líquido do período		65.390	64.029

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas para os períodos findos em 31 dezembro de 2014 e 2013

(Valores em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da Demonstração das alterações no capital próprio para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em milhares de euros)

Descrição	Notas	Capital Próprio atribuído aos detetores do capital							Total
		Capital realizado	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros de filiais e associadas	Resultado líquido do período		
Saldo em 1 de janeiro de 2013	1	210.000	5.500	118.983	(102.218)	103.596	20.478	356.339	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	8	-	-	-	(15.966)	19.936	-	3.970	
	2	-	-	-	(15.966)	19.936	-	3.970	
Resultado líquido do período	3						64.029	64.029	
Resultado integral do período	4=2+3							67.999	
Operações com detetores de capital no período:									
Aplicação de resultados		-	4.500	9.678	-	-	(14.178)	-	
Dividendos	4	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	
	5	-	4.500	9.678	-	-	(20.478)	(6.300)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013	6=1+2+3+5	210.000	10.000	128.661	(118.184)	123.532	64.029	418.038	
Saldo em 1 de janeiro de 2014	7	210.000	10.000	128.661	(118.184)	123.532	64.029	418.038	
Alterações no período:									
Aplicação do método da equivalência patrimonial	8	-	-	-	(17.780)	75.441	-	57.661	
	8	-	-	-	(17.780)	75.441	-	57.661	
Resultado líquido do período	9						65.390	65.390	
Resultado integral do período	10=8+9							123.051	
Operações com detetores de capital no período:									
Aplicação de resultados	19	-	11.000	46.729	-	-	(57.729)	-	
Dividendos	4 e 19	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	
	11	-	11.000	46.729	-	-	(64.029)	(6.300)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014	12=7+8+9+11	210.000	21.000	175.390	(135.964)	198.973	65.390	534.789	

	Notas	2014	2013
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		7.989	-
Pagamentos a fornecedores		(3.472)	(885)
Pagamentos ao pessoal		(7.214)	(2.476)
Caixa gerada pelas operações		(2.697)	(3.361)
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		13.327	(13.636)
Outros recebimentos/pagamentos		(3.334)	(913)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		7.296	(17.910)
Atividades de investimento:			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		(46)	-
Recebimentos provenientes de:			
Juros e rendimentos similares		5.738	14
Dividendos	4	52.500	10.500
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		58.192	10.514
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		44.619	138.256
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(96.079)	-
Partes Relacionadas		-	(122.955)
Juros e gastos similares		(7.632)	(1.580)
Dividendos	4 e 19	(6.300)	(6.300)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		(65.392)	7.421
Varição de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		96	25
Caixa e seus equivalentes no início do período	4	26	1
Caixa e seus equivalentes no fim do período	4	122	26

O anexo faz parte integrante da Demonstração dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Valores em milhares de euros)

Anexo

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A "Teixeira Duarte, S.A." (Empresa), número de pessoa coletiva 509.234.526, tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009 e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu grupo empresarial, atuando essencialmente nos domínios do planeamento estratégico e organizativo, bem como prestando serviços de administração, gestão, consultoria, assistência operacional ou apoio em recursos humanos, técnicos e financeiros a participadas ou a entidades com as quais tenha celebrado contrato para esse efeito.

Cumprir informar, para efeitos de comparabilidade com o período homólogo, que 2014 representa o primeiro ano completo de realização de prestação de Serviços Partilhados a empresas pertencentes ao Grupo Teixeira Duarte.

As demonstrações financeiras anexas referem-se à Empresa em termos individuais, tendo os investimentos financeiros em empresas subsidiárias sido registados pelo método da equivalência patrimonial, tal como explicado na Nota 3.2.a).

Todos os valores deste anexo estão expressos em milhares de euros.

2. REFERENCIAL CONTABILÍSTICO

2.1. As presentes demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro (NCRF) previstas pelo Sistema de Normalização Contabilística (SNC), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, com as retificações da Declaração de Retificação n.º 67-B/2009, de 11 de setembro, e com as alterações introduzidas pela Lei n.º 20/2010, de 23 de agosto.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1. Bases de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa mantidos de acordo com as NCRF.

3.2. Políticas contabilísticas relevantes

a) Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas subsidiárias são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual foi acrescido ou deduzido da diferença entre esse custo de aquisição e o valor proporcional à participação nos capitais próprios dessas empresas, reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e subsidiárias por contrapartida de "Ganhos e perdas em subsidiárias", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida da rubrica de "Outros ajustamentos em ativos financeiros", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em empresas subsidiárias que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando a empresa tenha assumido compromissos para com essas entidades.

b) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou produção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método da linha reta, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos são alienados ou passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos de vida útil	
Equipamento administrativo	3-10

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou em estado de uso.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

c) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem essencialmente direitos contratuais sobre a utilização de programas de computador e encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para a empresa, sejam controláveis pela empresa e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de software são registados como gastos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para a empresa. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para serem utilizados no uso pretendido, pelo método da linha reta em conformidade com o período de utilidade esperada pela empresa para os ativos em causa. A amortização é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

Anos de vida útil	
Programas de computador	3

d) Regime do acréscimo

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados.

Os rendimentos e gastos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas rubricas de "Outras contas a receber" e "Diferimentos" no ativo e "Outras contas a pagar" e "Diferimentos" no passivo.

e) Custos de empréstimos obtidos

Os custos com empréstimos são reconhecidos na demonstração dos resultados do período a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização, ou final de produção ou construção do ativo, ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos gastos financeiros elegíveis para capitalização.

f) Rédito

Os réditos decorrentes de vendas de bens são reconhecidos na demonstra o dos resultados quando estão satisfeitas as condi es seguintes:

- A empresa tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes   posse dos ativos;
- A empresa não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos bens vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados   transa o fluam para a empresa; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes   transa o possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes   sua concretiza o, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. Os réditos decorrentes da presta o de serviços são reconhecidos na demonstra o dos resultados com referência   fase de acabamento da presta o de serviços   data do balanço.

g) Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando a empresa se torna parte na respetiva rela o contratual.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e depósitos bancários" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplica es de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de altera o de valor.

Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados. O ajustamento reconhecido   mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados   taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisi o, que   o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transa o.

Passivos financeiros e instrumentos de capital

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos da empresa após dedu o dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pela empresa são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, o qual usualmente não difere do seu valor nominal e deduzidas de perdas por imparidade estimadas.

Empréstimos bancários

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo pr mios a pagar, são contabilizados de acordo com o regime contabilístico do acréscimo, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o período.

h) Responsabilidades com pensões

A Empresa proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva da Administração que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração o desempenho e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas são registadas como gasto na data em que são devidas.

Sem prejuízo da sua génese facultativa, a disponibilidade das contribuições efetuadas pela Empresa são exclusivamente as previstas na legislação fiscal aplicável.

i) Imposto sobre o rendimento

A Empresa encontra-se sujeita ao Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS) previsto no artigo 69.º do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas, do qual é a Teixeira Duarte, S.A., desde 1 de janeiro de 2012, a sociedade dominante.

O "Imposto sobre o rendimento do período" registado na demonstração dos resultados representa a soma do imposto corrente e do imposto diferido.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis da Empresa de acordo com as regras fiscais em vigor. Os resultados tributáveis podem diferir dos resultados contabilísticos, uma vez que podem excluir diversos gastos e rendimentos que apenas sejam dedutíveis ou tributáveis em períodos futuros, bem como gastos e rendimentos que nunca serão dedutíveis ou tributáveis.

O imposto diferido resulta das diferenças temporárias entre o montante dos ativos e passivos para efeitos de relato contabilístico (quantia escriturada) e os respetivos montantes para efeitos de tributação (base fiscal), conforme disposto na NCRF 25 - Impostos sobre o rendimento.

Os impostos diferidos ativos e passivos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor ou anunciadas para vigorar à data expectável da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para a sua utilização, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis.

No final de cada período é efetuada uma revisão dos impostos diferidos contabilizados, sendo o montante dos mesmos ajustado em função das expectativas de utilização futura.

Os impostos diferidos são registados como gasto ou rendimento do período, exceto se resultarem de valores registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é também registado na mesma rubrica.

j) Ativos e passivos contingentes

Os ativos contingentes são possíveis ativos que surgem de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, mas são objeto de divulgação quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados, mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefícios económicos seja necessário para liquidar a obrigação, ou a quantia da obrigação não possa ser mensurada com suficiente fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso este em que não são sequer objeto de divulgação.

3.3. Juízos de valor do órgão de gestão

Na preparação das demonstrações financeiras, a Empresa adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: i) acréscimos e diferimentos; ii) análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber; e iii) vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4. FLUXOS DE CAIXA

Caixa e depósitos bancários

A discriminação de caixa e depósitos bancários em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

	2014	2013
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	122	26

Fluxo das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de dividendos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram como segue:

	2014	2013
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	52.500	10.500

Fluxo das atividades de financiamento

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de maio de 2014 foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de 6.300 milhares de euros que corresponde a 0,015 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2013, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2014 (Nota19).

Foram liquidados em junho de 2013 dividendos de 6.300 milhares de euros, referente ao período findo em 31 de dezembro de 2012.

5. PARTES RELACIONADAS

Remunerações dos órgãos sociais e da alta direção da Empresa

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram as seguintes:

	2014	2013
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.738	1.445
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	61	72
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.860	1.578

As remunerações atribuídas aos membros da alta direção da Empresa, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram as seguintes:

	2014	2013
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	1.059	397

Saldos e transações:

Os termos ou condições praticados entre a Empresa e as suas partes relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas eram como segue:

	Saldos a receber		Prestações suplementares		Saldos a pagar		Outras dívidas a receber e a pagar	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Subsidiárias:								
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	1.096	339	70.000	-	-	5	32.734	130.247
Outras partes relacionadas:								
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	216	-	-	-	-	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	63	-	-	-	-	-	333	3.323
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	31	-	-	-	-	-	521	648
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	19	436
LAGOAS HOTEL, S.A.	16	-	-	-	-	-	(156)	(347)
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.	71	-	-	-	-	-	-	-
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	(184)	(532)
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	114	-	-	-	-	-	-	-
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	8	-	-	-	-	-	(22)	(112)
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	4	-	-	-	-	-	13	62
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	64	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO, S.A.	71	-	-	-	-	-	4.497	6.472
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	241	-	-	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	-	-	(1.461)	(12.819)
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	182	-	-	-	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	2	-	-	-	-	-	(1.414)	(1.058)
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	-	-	-	-	-	-	(148)	(352)
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	86	-	-	-	-	-	688	1.422
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	-	-	-	-	-	(88)	(713)
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	19	-	-	-	-	-	(399)	(878)
TDVIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	(556)	(984)
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	-	-	-	-	-	-	478	3.881
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	-	-	-	-	-	-	(384)	(967)
Outros	243	-	-	-	-	-	893	(451)
	1.431	-	-	-	-	-	2.630	(2.969)
	2.527	339	70.000	-	-	5	35.364	127.278

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, as transações com empresas subsidiárias e outras partes relacionadas foram como segue:

	Vendas e Prestações de Serviços		Prestações de serviços intragrupo		Compras e Serviços Obtidos	
	2014	2013	2014	2013	2014	2013
Subsidiárias:						
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	4.032	-	1.136	639	1.792	551
Outras partes relacionadas:						
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	4	-	26	-	-	-
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	216	-	-	-	-	-
CONSTRUSALAMONDE, ACE	1	-	46	-	-	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	22	-	105	-	-	-
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	101	-	90	-	-	-
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	42	-	50	-	-	-
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	17	-	47	-	-	-
INVICTAAMBIENTE - Recolha de Resíduos e Limpeza Pública, S.A.	1	-	50	-	-	-
LAGOAS HOTEL, S.A.	15	-	59	-	40	4
OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.	58	-	136	-	-	-
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A.	53	-	121	-	-	-
RECOLTE - Serviços e Meio Ambiente, S.A.	41	-	134	-	-	-
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A.U.	76	-	38	-	-	-
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	10	-	30	-	-	-
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	8	-	31	-	1	-
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	127	-	214	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO, S.A.	115	-	136	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Sucursal de Angola)	241	-	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	-	-	30	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	182	-	-	-	-	-
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	7	-	23	-	-	-
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	132	-	167	-	-	-
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	24	-	49	-	-	-
Outros	119	-	135	-	-	-
	1.612	-	1.717	-	41	4
	5.644	-	2.853	639	1.833	555

6. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações acumuladas, foram os seguintes:

	Programas de computador	Ativos intangíveis em curso	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 1 de janeiro de 2014	-	-	-
Adições	39	43	82
Saldo em 31 de dezembro de 2014	39	43	82
Amortizações acumuladas:			
Saldo em 1 de janeiro de 2014	-	-	-
Adições	1	-	1
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1	-	1
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	38	43	81

7. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2014, os movimentos ocorridos nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respectivas depreciações acumuladas, foram os seguintes:

	Equipamento administrativo
Ativo bruto:	
Saldo em 1 de janeiro de 2014	-
Adições	37
Saldo em 31 de dezembro de 2014	37
Depreciações acumuladas:	
Saldo em 1 de janeiro de 2014	-
Adições	6
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	31

8. INVESTIMENTOS EM SUBSIDIÁRIAS

No período findo em 31 de dezembro de 2014 a Empresa apresentava a seguinte participação financeira mensurada pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park - Porto Salvo - Oeiras	100%

A principal informação financeira relativa àquela empresa subsidiária em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é a seguinte:

Ativos totais		Passivos totais		Rendimentos		Resultado líquido	
2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1.761.439	1.697.755	1.182.290	1.261.729	821.524	808.815	67.962	70.282

Esta informação corresponde às contas estatutárias da empresa, tendo as mesmas sido ajustadas para efeitos de aplicação do método da equivalência patrimonial.

As partes de capital em empresas subsidiárias tiveram os seguintes movimentos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Partes de capital	
Saldo em 1 de janeiro de 2013	372.274
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do período	70.282
- Efeito em capitais próprios	3.970
- Dividendos recebidos (Nota 4)	(10.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	436.026
Saldo em 1 de janeiro de 2014	436.026
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:	
- Efeito no resultado do período	66.365
- Efeito em capitais próprios	57.661
- Dividendos recebidos (Nota 4)	(52.500)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	507.552

9. RÉDITO

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o rédito reconhecido pela Empresa tinha a seguinte decomposição:

	2014	2013
Prestação de serviços	12.599	2.606
Juros e rendimentos similares	8.082	45
	20.681	2.651

Naquelas datas, o volume de negócios da Empresa estava geograficamente distribuído da seguinte forma:

	2014	2013
Angola	2.396	-
Argélia	50	-
Brasil	245	-
Espanha	161	-
Moçambique	500	-
Portugal	9.243	2.606
Venezuela	4	-
	12.599	2.606

10. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 23% sobre a matéria coletável. Ao valor de coleta de IRC assim apurada, a Empresa poderá ainda estar sujeita a Derrama Municipal, incidente sobre o lucro tributável, e cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%.

Adicionalmente, caso o lucro tributável seja superior a 1.500 milhares de euros, a parte que excede o montante de 1.500, 7.500 e 35.000 milhares de euros é sujeita a derrama estadual às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente. A Empresa está ainda sujeita a tributação autónoma, às taxas e sobre os encargos e despesas previstas no artigo 88º do Código do IRC.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Assim, os períodos de 2011 a 2014 ainda poderão ser objeto de revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àqueles períodos não terão um efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2014.

No processo de apuramento da matéria coletável, à qual é aplicada a referida taxa de imposto, são adicionados e subtraídos ao resultado contabilístico montantes que não concorrem fiscalmente. Esta diferença entre resultado contabilístico e fiscal, pode ser de natureza temporária ou permanente.

Adicionalmente, de acordo com a legislação em vigor em Portugal, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência para os períodos até 2009, de quatro anos para os períodos de 2010 e 2011, cinco anos para os períodos de 2012 e 2013 e de doze anos a partir de 2014, sendo suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os apurados antes desse período, está limitada a 70% do lucro tributável apurado no período em que seja realizada a dedução.

O encargo de imposto registado nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 pode ser apresentado do seguinte modo:

	2014	2013
Imposto corrente	105	13
Imposto diferido	1.240	(2.110)
	1.345	(2.097)

A relação, em Portugal, entre o gasto e o lucro contabilístico, nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, é como segue:

	2014	2013
Resultado líquido do período	65.390	64.029
Ajustamentos para o lucro tributável:		
Diferenças definitivas:		
- A acrescer	1.345	14
- A deduzir	(66.367)	(72.361)
Lucro / (Prejuízo fiscal)	368	(8.318)
Matéria coletável	368	-
Coleta	92	-
Outras componentes do imposto:		11
- Tributação autónoma	8	13
- Derrama municipal	5	-
Imposto corrente	105	13
Imposto Diferido	1.240	(2.080)
Alterações nas estimativas	-	(30)
Gastos de impostos	1.345	(2.097)

As diferenças definitivas incluem, essencialmente, a anulação dos efeitos da equivalência patrimonial (Nota 8).

A taxa de imposto efetivo nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, era como segue:

	2014	2013
Imposto corrente	105	13
Resultado antes de impostos	66.735	61.932
Taxa de imposto efetiva	0,16%	0,02%

Os movimentos ocorridos nos ativos por impostos diferidos nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, foram como segue:

	2014			
	Saldo inicial	Reversão	Ajustamento	Saldo final
Prejuízos fiscais reportáveis	1.250	(1.240)	(10)	-

	2013			
	Saldo inicial	Constituição	Ajustamento	Saldo final
Prejuízos fiscais reportáveis	1.220	2.110	(2.080)	1.250

11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros, correntes e não correntes, tinham nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a seguinte decomposição:

11.1. Ativos financeiros:

Clientes

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de clientes era única e exclusivamente composta por saldos a receber de partes relacionadas (Nota 5).

Outras contas a receber

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica das outras contas a receber tinha a seguinte decomposição:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Devedores por acréscimos de rendimentos:				
Fornecimentos e prestações de serviços realizados e não faturados	6.226	-	760	-
Juros a receber	2.376	-	33	-
	8.602	-	793	-
Outros devedores	7.654	52.955	38.562	107.955
	16.256	52.955	39.355	107.955

Outros ativos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os restantes ativos correntes tinham a seguinte decomposição:

	2014	2013
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas - IRC:		
- Imposto estimado	1.461	(2.065)
- Retenção na fonte	4.352	3.296
- Pagamentos por conta (a)	15.613	11.704
	21.426	12.935

(a) Inclui os pagamentos por conta, pagamentos adicionais por conta e os pagamentos especiais por conta

Estes saldos dizem respeito ao regime especial de tributação dos grupos de sociedades - RETGS (Nota 10).

Os montantes individuais da Empresa, para as rubricas "Imposto estimado" e "Retenção na fonte" são, respetivamente, 3.128 milhares de euros e 5 milhares de euros.

Outros ativos financeiros

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica dos outros ativos financeiros tinha a seguinte decomposição:

	2014	2013
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. (Nota 5)	70.000	-

11.2. Passivos financeiros:

Fornecedores

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de fornecedores tinha a seguinte decomposição:

	2014		2013	
	Não grupo	Grupo	Não grupo	Grupo
Conta corrente	606	-	111	5

Outras contas a pagar

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica das outras contas a pagar tinha a seguinte decomposição:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Credores por acréscimo de gastos:				
Gastos incorridos e não faturados por fornecedores	2.456	-	64	-
Encargos com pessoal	1.020	-	932	-
Distribuição de resultados	1.135	1.739	1.833	2.375
Encargos financeiros vencidos e não pagos	-	-	185	-
Seguros a liquidar	22	-	33	-
	4.633	1.739	3.047	2.375
Outros credores	25.345	-	19.247	-
	29.978	1.739	22.294	2.375

Outros passivos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os restantes passivos tinham a seguinte decomposição:

	2014	2013
Estado e outros entes públicos:		
Imposto sobre o rendimento - Retenções a terceiros	135	127
Imposto sobre o valor acrescentado - IVA	251	41
Segurança social	157	151
Outros	3	-
	546	319

Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a rubrica dos financiamentos obtidos tinha a seguinte decomposição:

	2014		2013	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Contas caucionadas	58.473	-	110.313	-
Descobertos bancários contratados	36.568	-	44.239	-
Empréstimos bancários	2.600	5.200	-	-
Papel comercial	-	451	-	192
	97.641	5.651	154.552	192

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2014, os descobertos bancários e as contas caucionadas contratadas vencem juros a taxas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tem contratado um empréstimo bancário contratado junto do Banco do Brasil S.A. no montante de 7.800 milhares de euros, outorgado em 17 de outubro de 2014 e cuja amortização ocorrerá semestralmente no montante de 1.300 milhares de euros.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2014, a Empresa tem negociado um programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2011, com o Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 43.000 milhares de euros, à data de fecho de 2014, de 41.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a sua acionista única TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a Empresa, sendo que nessa data os montantes utilizados por cada uma eram de 40.000 milhares de euros, 500 milhares de euros e 500 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões tem obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não pode ser inferior a 250 milhares de euros. O programa estará em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores compreendidos entre 2.000 e 3.000 milhares de euros, com exceção da última prestação que será de 5.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.

Os mesmos são reembolsáveis de acordo com os seguintes prazos de reembolso:

	2014	2013
Menos de um ano	97.641	154.552
1 a 2 anos	2.600	-
2 a 3 anos	2.600	-
4 a 5 anos	451	192
	103.292	154.744

12. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Processos fiscais

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida indiretamente 100% pela Empresa, referentes aos períodos de 2007 a 2012, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807
2010	18.165	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	3.971

Com exceção dos montantes de 611 milhares de euros e 1.666 milhares de euros, incluídos na correção ao prejuízo fiscal de 2008 e 2012, respetivamente (e respeitantes, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos períodos de 2007 a 2011 foram objeto de liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante daqueles períodos – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.. Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos períodos de 2007 a 2010 e encontra-se a preparar procedimento idêntico relativamente às correções do período de 2011.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e, consequentemente, da sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao período de 2006 acerca da aceitação, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares, o Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes períodos objeto de correções.

Para além das correções supra descritas relativas à participada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., informa-se das seguintes correções efetuadas pela AT à subsidiária TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.:

- Correção ao lucro tributável apurado no período de 2008, no montante de 35.467 milhares de euros, do qual a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF;
- Correção ao crédito de imposto por dupla tributação internacional apurado no período de 2010, no montante de 1.519 milhares de euros, que a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., irá contestar no montante de 461 milhares de Euros, devido à forma como a AT está a calcular o montante previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 91.º do Código do IRC;

Garantias

Para efeitos de suspensão de processo de execução fiscal instaurado à subsidiária TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., relativo a dívida de IRC do período de 2008, entretanto contestada, foi emitida, a favor da AT, garantia bancária no montante de 14.752 milhares de euros. Posteriormente, a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., requereu a substituição da garantia bancária por fiança, pretensão recusada pela AT. Esta decisão da AT foi contestada nos termos legais, tendo sido obtida decisão favorável junto do Tribunal Central Administrativo Sul, aguardando-se pela respetiva execução de julgado.

Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à subsidiária TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., relativos a dívidas de IRC do período de 2010, entretanto contestadas, a Empresa apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela AT.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado em 28 de dezembro de 2011 com o Banco Comercial Português, outorgado pela Empresa e as outras emitentes, TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., e pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., no montante, à data de fecho de 2014, de 41.000 milhares de euros, foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sítos em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

Cartas-conforto

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa tem emitidas cartas conforto prestadas a favor de empresas do grupo, sob a forma de avals bancários, conforme segue:

Empresa	Valor em divisas	Divisa	Valor em milhares de euros
ANGOIMO – Empreendimentos e Construção, Lda.	30.000.000,00	USD	24.710
ANGOIMO – Empreendimentos e Construção, Lda.	4.390.650.000,00	AON	35.094
EMPA – Serviços de Engenharia, S.A.	18.770.400,00	BRL	5.828
TDA – Comércio e Indústria, Lda.	1.891.400.000,00	AON	15.118
			80.750

13. RESULTADOS FINANCEIROS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os resultados financeiros estavam discriminados como segue:

	2014	2013
Gastos e perdas financeiros:		
Juros suportados	6.404	1.391
Outros gastos e perdas financeiros	1.060	381
	7.464	1.772
Rendimentos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	8.082	45
Resultados financeiros	618	(1.727)

14. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

Durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o número médio de empregados contratado foi 160 e 78, respectivamente.

Nos períodos findos naquelas datas, os gastos com pessoal eram decompostos da seguinte forma:

	2014	2013
Salários	4.681	2.182
Outras remunerações	691	301
Encargos com remunerações	1.475	462
Encargos com órgãos sociais	1.243	1.655
Distribuição de resultados	300	2.500
Seguros	56	71
Outros gastos com pessoal	111	-
	8.557	7.171

15. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os fornecimentos e serviços externos tinham a seguinte decomposição:

	2014	2013
Serviços especializados	3.351	1.884
Materiais	407	29
Deslocações, estadas e transportes	524	139
Serviços diversos	76	56
	4.358	2.108

16. OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os outros rendimentos e ganhos eram como segue:

	2014	2013
Serviços de informática	150	-
Outras prestações de serviços	16	-
Restituição de impostos	1	-
Correções relativas a períodos anteriores	-	153
	167	153

17. OUTROS GASTOS E PERDAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os outros gastos e perdas eram como segue:

	2014	2013
Imposto de selo	86	89
Taxas	6	6
Outros	-	8
	92	103

18. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios Gerais

A Empresa encontra-se exposta a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- Risco de taxa de juro decorrente do passivo financeiro;
- Risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional da empresa;
- Risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira da Empresa assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte da Empresa. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que a Empresa se encontra exposta e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco da taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o passivo financeiro é composto única e exclusivamente por taxa de juro variável.

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os resultados financeiros daqueles períodos teriam aumentado (diminuído) em 116 / (116) milhares de euros e (260) / 260 milhares de euros, respetivamente.

Risco de crédito

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os saldos de contas a receber de clientes, os quais são única e exclusivamente compostos por saldos a receber de partes relacionadas (Nota 5) para as quais não foram registados ajustamentos, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são os seguintes:

	2014	2013
Saldos:		
Não vencido	1.560	339
Até 180 dias	789	-
De 180 a 360 dias	178	-
	2.527	339

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida. Como forma de mitigar este risco, a Empresa procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é conforme segue:

	2014				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Fornecedores	606	-	-	-	606
Financiamentos obtidos	97.641	2.600	2.600	451	103.292
Estado e outros entes públicos	546	-	-	-	546
Outras contas a pagar	29.978	587	402	750	31.717
	128.771	3.187	3.002	1.201	136.161

	2013				Total
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Fornecedores	116	-	-	-	116
Financiamentos obtidos	154.552	-	-	192	154.744
Estado e outros entes públicos	319	-	-	-	319
Outras contas a pagar	22.294	385	740	1.250	24.669
	177.281	385	740	1.442	179.848

19. CAPITAL

Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Empresa encontra-se totalmente subscrito e realizado, sendo composto por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euros cada.

Em 31 de dezembro de 2014 a TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 203.520.000 ações representativas do capital da TEIXEIRA DUARTE, S.A., correspondente a 48,46% do respetivo capital social.

Reservas legais

A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporadas no capital.

Outras reservas

As outras reservas são compostas por reservas livres, as quais estão disponíveis para distribuição.

Aplicação dos resultados

Por decisão da Assembleia Geral, realizada em 31 de maio de 2014, foram aprovadas as contas do período 2013 e foi decidido que o Resultado Líquido apurado no montante de 64.028.905,23€ (sessenta e quatro milhões vinte e oito mil novecentos e cinco Euros e vinte e três cêntimos) tivesse a seguinte aplicação:

	Valor em euros
Reservas Legais	11.000.000,00
Reservas Livres	46.728.905,23
Dividendos	6.300.000,00
	64.028.905,23

20. OUTRAS INFORMAÇÕES

A Administração informa que a Empresa não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estipulado no Decreto-Lei nº 411/91, de 17 de Outubro, a Administração informa que a situação da Empresa perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

21. EVENTOS SUBSEQUENTES À DATA DE ELABORAÇÃO DO BALANÇO

O Grupo Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar o seguinte facto relevante ocorrido após o encerramento do exercício, o qual foi objeto de comunicado tempestivamente divulgado ao mercado:

Contrato para Execução de Obra na Argélia, no montante de 204 milhões de euros

O agrupamento, liderado a 47,5% pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", recebeu dia 8 de abril o contrato e a respetiva ordem de serviço da "Agence Nationale des Autoroutes" da Argélia, para a execução da obra "Réalisation de la Liaison Autoroutière Reliant le Port de Ténès à l'Autoroute Est-Ouest sur 22 Kms (Wilaya de Chlef) en 2x3 voies".

O agrupamento recebeu já a ordem de serviço para realização dos trabalhos, sendo que o prazo previsto para execução da obra é de 24 meses e o valor total da empreitada é de 204 milhões de euros, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 38,3% são pagos em euros e os restantes 61,7% em dinares argelinos, cabendo ao Grupo Teixeira Duarte, em função da quota-parte da sua participada no referido agrupamento, 96,9 milhões de euros.

Demonstrações
Financeiras Consolidadas **2014**



(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2014

	Notas	2014	2013 "Reexpresso"	01-01-2013 "Reexpresso"
Ativos não correntes:				
Goodwill	19	29.734	29.706	29.715
Ativos intangíveis	20	31.094	34.563	31.281
Ativos fixos tangíveis	21	668.117	571.234	529.738
Propriedades de investimento	22	482.185	479.965	498.236
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 23	40.592	36.461	51.858
Ativos financeiros disponíveis para venda	7 e 25	59.887	84.613	48.597
Outros investimentos	26	17.583	15.537	14.546
Ativos por impostos diferidos	27	171.219	188.514	111.912
Clientes	28	55.225	53.224	58.091
Outros devedores	28	125	97	79
Outros ativos não correntes	31	1.303	1.561	1.716
Total de ativos não correntes		1.557.064	1.495.475	1.375.769
Ativos correntes:				
Inventários	9 e 10	355.871	289.894	313.575
Clientes	28	450.078	492.135	476.724
Outros devedores	28	74.540	69.315	65.099
Caixa e equivalentes a caixa	30	191.477	186.441	241.961
Outros investimentos	26	3.889	62	10.888
Ativos detidos para venda	24	409	-	-
Outros ativos correntes	31	320.679	245.921	279.698
Total de ativos correntes		1.396.943	1.283.768	1.387.945
TOTAL DO ATIVO	7	2.954.007	2.779.243	2.763.714
Capital próprio:				
Capital	33	210.000	210.000	210.000
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos		9.670	1.669	1.607
Ajustamentos de conversão cambial		55.546	(37.085)	(3.671)
Reservas e resultados transitados	34	112.190	86.849	20.066
Resultado líquido consolidado	17	70.281	63.974	24.003
Capital próprio atribuível a acionistas		457.687	325.407	252.005
Interesses não controlados	35	27.058	35.321	73.863
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		484.745	360.728	325.868
Passivos não correntes:				
Empréstimos	36	761.515	680.980	401.060
Provisões	37	62.095	72.934	36.148
Locações financeiras	39	171.376	184.062	199.580
Passivos por impostos diferidos	27	56.080	52.693	57.979
Outros credores	38	455	9.833	15.110
Outros passivos não correntes	40	110.002	83.906	177.793
Total de passivos não correntes		1.161.523	1.084.408	887.670
Passivos correntes:				
Empréstimos	36	723.345	681.626	834.905
Fornecedores	38	187.388	167.002	186.737
Locações financeiras	39	20.144	21.634	22.015
Outros credores	38	52.978	83.927	20.260
Outros passivos correntes	40	323.884	379.918	486.259
Total de passivos correntes		1.307.739	1.334.107	1.550.176
TOTAL DO PASSIVO	7	2.469.262	2.418.515	2.437.846
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO		2.954.007	2.779.243	2.763.714

	Notas	2014	2013 "Reexpresso"
Proveitos operacionais:			
Vendas e prestações de serviços	7 e 8	1.679.722	1.581.083
Outros proveitos operacionais	8	35.813	48.812
Total de proveitos operacionais	8	1.715.535	1.629.895
Custos operacionais:			
Custo das vendas	9	(649.408)	(583.362)
Variação da produção	10	(2.927)	(5.761)
Fornecimentos e serviços externos	11	(454.781)	(464.448)
Custos com o pessoal	12	(290.703)	(275.623)
Amortizações e depreciações	7, 20 e 21	(75.537)	(62.845)
Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciables e amortizáveis e <i>Goodwill</i>	7 e 37	32.973	(36.682)
Outros custos operacionais	14	(77.917)	(86.820)
Total de custos operacionais		(1.518.300)	(1.515.541)
Resultados operacionais	7	197.235	114.354
Custos e perdas financeiros	7 e 15	(269.823)	(155.993)
Proveitos e ganhos financeiros	7 e 15	172.198	49.011
Resultados relativos a atividades de investimento:			
Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos	7 e 15	(10.598)	(321)
Outros	7 e 15	14.544	5.748
Resultados financeiros		(93.679)	(101.555)
Resultados antes de impostos	7	103.556	12.799
Imposto sobre o rendimento	16	(37.611)	51.947
Resultado líquido consolidado do exercício		65.945	64.746
Resultado líquido atribuível a:			
Detentores de capital			
Interesses não controlados	35	(4.336)	772
Resultado por ação:			
Básico (euros)	17	0,17	0,15
Diluído (euros)	17	0,17	0,15

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada dos resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada do outro rendimento integral do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Notas	2014	2013
Resultado líquido consolidado do exercício		65.945	64.746
Rendimentos e gastos que não serão subsequentemente reclassificados para resultados			
Aquisição de interesses não controlados	35	(1.051)	(24.304)
Outras variações de capital		(2.085)	(120)
		(3.136)	(24.424)
Rendimentos e gastos que podem ser subsequentemente reclassificados para resultados			
Justo valor de ativos financeiros disponíveis para venda	25	(30.039)	33.079
Ajustamentos de conversão cambial		94.707	(35.009)
Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	23	8.001	62
Instrumentos financeiros derivados de cobertura	41	(5.161)	2.706
		67.508	838
Resultado reconhecido diretamente no capital próprio		64.372	(23.586)
Rendimento integral do exercício		130.317	41.160
Rendimento integral atribuível a:			
Detentores de capital		138.580	79.702
Interesses não controlados		(8.263)	(38.542)

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados						Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	33	210.000	1.607	(3.671)	5.500	65.700	995	(11.011)	(41.118)	24.003	252.005	73.863	325.868	
Rendimento integral do exercício:														
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	63.974	63.974	772	64.746	
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	(33.414)	-	-	-	-	-	-	(33.414)	(1.595)	(35.009)	
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	-	-	-	-	33.079	-	-	-	33.079	-	33.079	
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	2.706	-	-	2.706	-	2.706	
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	62	-	-	-	-	-	-	-	62	-	62	
Aquisição de interesses não controlados	35	-	-	-	-	-	-	-	5.433	-	5.433	(29.737)	(24.304)	
Outros		-	-	-	-	-	-	-	7.862	-	7.862	(7.982)	(120)	
Operações com detentores de capital no exercício:														
Aplicação do resultado consolidado de 2012:														
Transferência para reservas legal, livres e resultados transitados		-	-	-	4.500	9.678	-	-	3.525	(17.703)	-	-	-	
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	-	(6.300)	
Saldo em 31 de dezembro de 2013		210.000	1.669	(37.085)	10.000	75.378	34.074	(8.305)	(24.298)	63.974	325.407	35.321	360.728	

	Notas	Capital	Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos	Ajustamentos de conversão cambial	Reservas e resultados transitados						Resultado líquido consolidado	Total do capital próprio atribuível a acionistas	Interesses não controlados	Total
					Reserva legal	Reservas livres	Reserva de justo valor	Reserva de operações de cobertura	Resultados transitados					
Saldo em 31 de dezembro de 2013	33	210.000	1.669	(37.085)	10.000	75.378	34.074	(8.305)	(24.298)	63.974	325.407	35.321	360.728	
Rendimento integral do exercício:														
Resultado líquido consolidado do exercício		-	-	-	-	-	-	-	-	70.281	70.281	(4.336)	65.945	
Varição nos ajustamentos de conversão cambial		-	-	92.631	-	-	-	-	-	-	92.631	2.076	94.707	
Varição do justo valor e alienação de ativos financeiros disponíveis para venda	25	-	-	-	-	-	(30.039)	-	-	-	(30.039)	-	(30.039)	
Efeito de operações de cobertura	41	-	-	-	-	-	-	(5.161)	-	-	(5.161)	-	(5.161)	
Efeito da aplicação do método de equivalência patrimonial	23	-	8.001	-	-	-	-	-	-	-	8.001	-	8.001	
Aquisição de interesses não controlados	35	-	-	-	-	-	-	-	(410)	-	(410)	(641)	(1.051)	
Outros		-	-	-	-	-	-	-	3.277	-	3.277	(5.362)	(2.085)	
Operações com detentores de capital no exercício:														
Aplicação do resultado consolidado de 2013:														
Transferência para reservas legal e livres		-	-	-	11.000	46.674	-	-	-	(57.674)	-	-	-	
Dividendos distribuídos	18	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.300)	(6.300)	-	(6.300)	
Saldo em 31 de dezembro de 2014		210.000	9.670	55.546	21.000	122.052	4.035	(13.466)	(21.431)	70.281	457.687	27.058	484.745	

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração consolidada das alterações no capital próprio do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

(Valores expressos em milhares de euros)

O anexo faz parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2014

	Notas	2014	2013 "Reexpresso"
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes		1.663.068	1.402.759
Pagamentos a fornecedores		(1.138.099)	(1.014.930)
Pagamentos ao pessoal		(289.450)	(268.790)
Fluxo gerado pelas operações		235.519	119.039
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		(42.566)	(47.693)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional		(47.954)	12.444
Fluxos das atividades operacionais (1)		144.999	83.790
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	30	57.639	58.886
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		12.881	7.559
Juros e proveitos similares		19.544	8.874
Dividendos	30	1.733	1.555
		91.797	76.874
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	30	(62.902)	(54.803)
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento		(148.894)	(158.373)
Ativos intangíveis		(12.795)	(2.071)
		(224.591)	(215.247)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(132.794)	(138.373)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		1.963.458	2.852.302
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(1.841.204)	(2.725.661)
Juros e custos similares		(132.858)	(87.979)
Dividendos	18	(6.300)	(6.300)
		(1.980.362)	(2.819.940)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(16.904)	32.362
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(4.699)	(22.221)
Efeito das diferenças de câmbio		9.321	(32.228)
Caixa e seus equivalentes - alteração perímetro (Nota 5)		414	(1.071)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	30	186.441	241.961
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	30	191.477	186.441

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A "Teixeira Duarte, S.A." (Empresa ou TD, SA) tem sede em Porto Salvo, foi constituída em 30 de novembro de 2009, com capital social de 210.000.000 euros, representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,5 euros (Nota 33), e tem como atividade principal a realização e gestão de investimentos, a coordenação e supervisão de outras sociedades integradas ou relacionadas com o seu Grupo empresarial.

O universo empresarial da Teixeira Duarte (Grupo) é formado pelas empresas participadas indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo são as seguintes: Construção; Concessões e Serviços; Imobiliária; Hotelaria; Distribuição; Energia e Automóvel (Nota 7).

Os valores indicados serão expressos em euros, dado que esta é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera e serão apresentados em milhares de euros, salvo quando expressamente indicado. As operações realizadas no estrangeiro são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com a política descrita na Nota 2.9.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo adotou pela primeira vez a IFRS 11 – Acordos Conjuntos, a qual classifica os acordos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como empreendimentos conjuntos (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requer a utilização do método de equivalência patrimonial nos empreendimentos conjuntos, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma substitui a IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não-Monetárias por Empreendedores. Com a adoção desta nova norma, o Grupo deixou de consolidar proporcionalmente os seus investimentos em empreendimentos conjuntos, nomeadamente os Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE"). Os impactos da adoção desta norma encontram-se detalhados na Nota 3.

Adicionalmente, decorrente da nova lei emitida em 2014 pela Venezuela (Convenio Cambiario nº 25), mediante o qual se estabelece uma nova taxa de câmbio para certas operações de vendas de divisas, aplicável a partir de 24 de janeiro de 2014, verificou-se neste período uma desvalorização significativa do bolívar venezuelano (Nota 6).

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados no processo de consolidação, de modo a estarem de acordo com as disposições das Normas Internacionais de Relato Financeiro adotadas pela União Europeia, efetivas para os exercícios iniciados em 1 de janeiro de 2014.

Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), quer as Normas Internacionais de Contabilidade ("IAS") emitidas pelo *International Accounting Standards Committee* ("IASC") e respetivas interpretações, emitidas pelo *IFRS Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC"), respetivamente, cuja adoção foi aprovada pela União Europeia. De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por "IFRS".

As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a convenção do custo histórico, exceto no que respeita às propriedades de investimento, aos ativos financeiros disponíveis para venda e aos instrumentos financeiros derivados.

Normas, interpretações, emendas e revisões que entram em vigor no exercício.

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas ("endorsed") pela União Europeia têm aplicação obrigatória pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas	1-jan-14	Esta norma vem estabelecer os requisitos relativos à apresentação de demonstrações financeiras consolidadas por parte da empresa-mãe, substituindo, quanto a estes aspetos, a norma IAS 27 – Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas e a SIC 12 – Consolidação – Entidades com Finalidade Especial. Esta norma introduz ainda novas regras no que diz respeito à definição de controlo e à determinação do perímetro de consolidação.

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
IFRS 11 - Acordos Conjuntos	1-jan-14	Esta norma substitui a IAS 31 - Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 - Entidades Controladas Conjuntamente - Contribuições Não Monetárias por Empreendedores e vem eliminar a possibilidade de utilização do método de consolidação proporcional na contabilização de interesses em empreendimentos conjuntos.
IFRS 12 - Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades	1-jan-14	Esta norma vem estabelecer um novo conjunto de divulgações relativas a participações em subsidiárias, acordos conjuntos, associadas e entidades não consolidadas.
IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	1-jan-14	Esta emenda vem restringir o âmbito de aplicação da IAS 27 às demonstrações financeiras separadas.
IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	1-jan-14	Esta emenda vem garantir a consistência entre a IAS 28 - Investimentos em Associadas e as novas normas adotadas, em particular a IFRS 11 - Acordos Conjuntos.
Emenda às normas: - IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas; - IFRS 12 - Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades (Entidades de investimento)	1-jan-14	Esta emenda vem introduzir uma dispensa de consolidação para determinadas entidades que se enquadrem na definição de entidade de investimento. Estabelece ainda as regras de mensuração dos investimentos detidos por essas entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 32 - Compensação entre ativos e passivos financeiros	1-jan-14	Esta emenda vem clarificar determinados aspetos da norma relacionados com a aplicação dos requisitos de compensação entre ativos e passivos financeiros.
Emenda à norma IAS 36 - Imparidade (Divulgações sobre a quantia recuperável de ativos não financeiros)	1-jan-14	Esta emenda elimina os requisitos de divulgação da quantia recuperável de uma unidade geradora de caixa com <i>goodwill</i> ou intangíveis com vida útil indefinida alocados nos períodos em que não foi registada qualquer perda por imparidade ou reversão de imparidade. Vem introduzir requisitos adicionais de divulgação para os ativos relativamente aos quais foi registada uma perda por imparidade ou reversão de imparidade e a quantia recuperável dos mesmos tenha sido determinada com base no justo valor menos custos para vender.
Emenda à norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (Reformulação de derivados e continuação da contabilidade de cobertura)	1-jan-14	Esta emenda vem permitir, em determinadas circunstâncias, a continuação da contabilidade de cobertura quando um derivado designado como instrumento de cobertura é reformulado.
IFRIC 21 - Pagamentos ao Estado	1-jan-14	Esta interpretação vem estabelecer as condições quanto à tempestividade do reconhecimento de uma responsabilidade relacionada com o pagamento ao Estado de uma contribuição por parte de uma entidade em resultado de determinado evento (por exemplo, a participação num determinado mercado), sem que o pagamento tenha por contrapartida bens ou serviços especificados.

Não foram produzidos efeitos significativos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, decorrente da adoção das normas, interpretações, emendas e revisões acima referidas, exceto no que diz respeito à aplicação da IFRS 11 - Acordos Conjuntos, a qual classifica os acordos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como empreendimentos conjuntos (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requer a utilização do método de equivalência patrimonial nos empreendimentos conjuntos, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma substitui a IAS 31 Interesses em Empreendimentos Conjuntos e a SIC 13 Entidades Controladas Conjuntamente - Contribuições Não-Monetárias por Empreendedores. Com a adoção desta nova norma, o Grupo deixou de consolidar proporcionalmente os seus investimentos em empreendimentos conjuntos, nomeadamente os Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE"). Os impactos da adoção desta norma encontram-se detalhados na Nota 3.

A Empresa não procedeu à aplicação antecipada de qualquer destas normas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável nos exercícios iniciados em ou após	Observações
Melhoramentos das normas internacionais de relato financeiro (ciclo 2011-2013)	1-jan-15	Estas melhorias envolvem a clarificação de alguns aspetos relacionados com as normas IFRS 1 - Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro, IFRS 3 - Concentração de Atividades Empresariais, IFRS 13 - Mensuração ao Justo Valor e IAS 40 - Propriedades de Investimento.

Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até à data de aprovação destas demonstrações financeiras, adotadas ("endorsed") pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Observações
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (2009) e emendas posteriores	Esta norma insere-se no projeto de revisão da IAS 39 e estabelece os requisitos para a classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros e para a aplicação das regras de contabilidade de cobertura.
IFRS 14 - Ativos regulados	Esta norma vem estabelecer os requisitos de relato, por parte de entidades que adotem pela primeira vez as IFRS/IAS, aplicáveis a ativos regulados.
IFRS 15 - Rébito de contratos com clientes	Esta norma vem introduzir uma estrutura de reconhecimento do rébito baseada em princípios e assente num modelo a aplicar a todos os contratos celebrados com clientes.
Emenda à norma IFRS 11 - Acordos Conjuntos	Esta emenda vem clarificar a IFRS 3 a ser aplicada quando um investidor adquire um interesse numa entidade conjuntamente controlada quando a mesma consiste num negócio conforme definido pela referida norma. A aplicação da IFRS 3 é requerida na aquisição do interesse inicial e na aquisição subsequente de interesses.
Emendas às normas IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 38 - Ativos Intangíveis	Estas emendas vêm clarificar quais os métodos de amortização de ativos fixos tangíveis e de ativos intangíveis que são permitidos.
Emendas às normas IAS 16 - Ativos Fixos Tangíveis e IAS 41 - Agricultura	Estas emendas vêm estabelecer que os ativos biológicos que se enquadram na definição de plantas portadoras devem ser contabilizados como ativos fixos tangíveis.
Emenda à norma IAS 19 - Benefícios dos empregados	Esta emenda vem clarificar em que circunstâncias as contribuições dos empregados para planos de benefícios pós-emprego constituem uma redução do custo com benefícios de curto prazo.
Emendas às normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas vêm eliminar um conflito existente entre as referidas normas, relacionado com a venda ou com a contribuição de ativos entre o investidor e a associada ou a entidade conjuntamente controlada.
Emenda à norma IAS 27 - Demonstrações Financeiras Separadas (2011)	Esta emenda vem introduzir a possibilidade de aplicação do método de equivalência patrimonial, na valorização de investimentos em subsidiárias, associadas e entidades conjuntamente controladas, nas demonstrações financeiras separadas de uma entidade que apresenta demonstrações financeiras consolidadas.
Emendas às normas IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 - Divulgações Sobre Participações Noutras Entidades e IAS 28 - Investimentos em Associadas e Entidades Conjuntamente Controladas (2011)	Estas emendas contemplam a clarificação de diversos aspetos relacionados com a aplicação da exceção de consolidação por parte de entidades de investimento.
Emenda à norma IAS 1 - Apresentação de Demonstrações Financeiras (Divulgações)	Esta emenda vem introduzir um conjunto de indicações e orientações que visam melhorar e simplificar as divulgações no contexto dos atuais requisitos de relato das IFRS.

2.2. Julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras consolidadas em conformidade com os princípios de reconhecimento e mensuração das IFRS requer que o Conselho de Administração formule julgamentos, estimativas e pressupostos que poderão afetar o valor dos ativos e passivos apresentados.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo Conselho de Administração na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes aspetos:

Imparidade dos ativos não correntes (exceto goodwill)

A determinação de uma eventual perda por imparidade pode ser despoletada pela ocorrência de diversos eventos, muitos dos quais fora da esfera de influência do Grupo, tais como a disponibilidade futura de financiamento, o custo de capital ou quaisquer outras alterações.

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do valor recuperável dos ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte da Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Imparidade do goodwill

O goodwill é sujeito a teste de imparidade anual ou sempre que existam indícios de uma eventual perda de valor. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de fluxos de caixa às quais o goodwill é atribuído, são determinados com base nos fluxos de caixa esperados. Esses cálculos exigem o uso de estimativas por parte do Conselho de Administração relativamente à evolução futura da atividade e taxas de desconto consideradas.

Vidas úteis dos ativos intangíveis e tangíveis

A vida útil de um ativo é o tempo durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para uso e esta deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico.

A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de amortização / depreciação a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica é essencial para determinar o montante das amortizações / depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados consolidados de cada exercício.

Estes três parâmetros são definidos de acordo com a melhor estimativa da gestão, para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas dos segmentos operacionais em que o Grupo opera.

Provisões e passivos contingentes

O Grupo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determinação da probabilidade de existência de responsabilidade presente e montante de recursos internos necessários para o pagamento das obrigações poderá conduzir a ajustamentos significativos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Reconhecimento de ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existem expectativas razoáveis de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias, ou quando existem passivos por impostos diferidos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os ativos por impostos diferidos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada exercício tendo em atenção a expectativa de performance fiscal futura.

Perdas por imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do devedor e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas em função da avaliação efetuada pela gestão - dos riscos estimados de cobrança existentes à data da posição financeira, os quais se poderão revelar errados.

Reconhecimento do rédito em contratos de construção

O Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção de acordo com o método da percentagem de acabamento, o qual é entendido como sendo a relação entre os custos incorridos em cada contrato até à data da posição financeira e a soma destes custos com os custos estimados para completar o contrato. A avaliação do grau de acabamento de cada contrato é revista periodicamente tendo em consideração os mais recentes indicadores de produção.

Avaliação de propriedades de investimento

As propriedades de investimento são mensuradas pelo seu justo valor, o qual é determinado com base em avaliações efetuadas, em alguns casos, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Estas avaliações são baseadas em dados observáveis de mercado e requerem julgamento por parte do avaliador no que respeita às condições de transação de cada imóvel em mercado, os quais poderão divergir do resultado apurado no futuro.

2.3. Princípios de consolidação

a) Empresas controladas

A consolidação das empresas controladas em cada exercício contabilístico é efetuada pelo método de integração global. Considera-se existir controlo quando o Grupo detém, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral, ou tem o poder de determinar as políticas financeiras e operacionais.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido daquelas empresas é apresentada separadamente na posição financeira e na demonstração consolidada dos resultados e do outro rendimento integral, nas respetivas rubricas de "Interesses não controlados".

As transações e saldos significativos entre essas empresas foram eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes da alienação de empresas participadas, efetuadas dentro do Grupo, são igualmente anuladas.

Sempre que apropriado, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

b) Concentração de atividades empresariais

A concentração de atividades empresariais, nomeadamente a aquisição de empresas controladas é registada pelo método da compra.

O custo de aquisição é determinado como o somatório do justo valor dos ativos entregues, passivos incorridos ou assumidos, e instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da assunção de controlo da adquirida. Custos relacionados com a aquisição são reconhecidos como custo quando incorridos. Quando aplicável, o custo de aquisição inclui ainda o justo valor de pagamentos contingentes mensurados à data de aquisição. Alterações subsequentes no valor de pagamentos contingentes são registados de acordo com o normativo contabilístico que regula a contabilização dos ativos ou passivos em questão, exceto caso se qualifiquem como ajustamento no período de mensuração provisória (com um máximo de 12 meses).

Os ativos identificáveis, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária, que cumpram os critérios de reconhecimento de acordo com a IFRS 3 – Concentração de Atividades Empresariais ("IFRS 3"), são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição, exceto os ativos não correntes (ou grupo de ativos) que sejam classificados como detidos para venda, de acordo com a IFRS 5 – Ativos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas ("IFRS 5"), os quais são reconhecidos e mensurados pelo respetivo justo valor deduzido dos custos a suportar na futura venda.

Qualquer excesso do custo de aquisição acrescido do valor dos interesses não controlados face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como resultado líquido do período em que ocorre a aquisição, após reconfirmação do justo valor atribuído.

Se o processo de contabilização de concentrações de atividades empresariais estiver incompleto no final do exercício em que a concentração ocorra, o Grupo divulga essa mesma situação, sendo que os valores considerados podem ser ajustados durante o período de mensuração (o período entre a data de aquisição e a data em que o Grupo obtenha a informação completa sobre os factos e circunstâncias que existiam à data de aquisição e no máximo de 12 meses), ou poderão ser reconhecidos novos ativos e passivos de forma a refletir factos e circunstâncias que existiam à data da posição financeira e que, caso conhecidos, teriam afetado os montantes reconhecidos na data de aquisição.

Os interesses não controlados são identificados em capital próprio separadamente do capital próprio atribuível aos acionistas da Empresa-mãe. Os interesses não controlados podem ser inicialmente mensurados quer pelo seu justo valor quer pela proporção do justo valor de ativos e passivos da subsidiária adquirida. Esta opção é efetuada separadamente para cada transação.

Após o reconhecimento inicial, o valor contabilístico dos interesses não controlados é determinado como o valor inicialmente reconhecido acrescido da proporção de alterações de capital próprio da subsidiária. O rendimento integral de uma subsidiária é atribuído aos interesses não controlados ainda que os mesmos sejam negativos.

Alterações na percentagem de controlo sobre empresas subsidiárias que não resultem em perda de controlo são contabilizadas como transações de capital próprio. O valor dos interesses do Grupo e dos interesses não controlados são ajustados para refletir as alterações de percentagem. Qualquer diferença entre o montante pelo qual os interesses não controlados são ajustados e o justo valor do preço da transação é reconhecido diretamente em capital próprio e atribuído aos acionistas da Empresa-mãe.

Quando o Grupo perde controlo sobre uma subsidiária, o ganho ou perda na alienação é calculado como a diferença entre (i) o montante agregado do justo valor do preço e o justo valor dos interesses retidos e (ii) o valor contabilístico dos ativos (incluindo *goodwill*) e dos passivos da subsidiária e dos interesses não controlados. Montantes reconhecidos previamente como outro rendimento integral são transferidos para resultados do exercício ou transferidos para resultados transitados da mesma forma que seriam caso os ativos ou passivos relacionados fossem alienados. O justo valor dos interesses retidos corresponde ao justo valor no reconhecimento inicial para efeitos de contabilização subsequente no âmbito da IAS 39 – Instrumentos financeiros ("IAS 39") ou, conforme e quando aplicável, o custo para efeitos de reconhecimento inicial de um investimento numa associada ou num empreendimento conjunto.

c) Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos

Associada ou empreendimento conjunto é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, através da participação nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controle.

Os investimentos financeiros na generalidade das empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23) encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, exceto quando são classificados como detidos para venda, sendo as participações inicialmente contabilizadas pelo custo de aquisição, o qual é acrescido ou reduzido da diferença entre esse custo e o valor proporcional à participação no capital próprio dessas empresas reportados à data de aquisição ou da primeira aplicação do referido método.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, as participações financeiras são ajustadas periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das empresas associadas e empreendimentos conjuntos por contrapartida de "Resultados relativos a associadas e empreendimentos conjuntos", e por outras variações ocorridas nos seus capitais próprios por contrapartida das rubricas de "Ajustamentos de partes de capital em associadas e empreendimentos conjuntos", bem como pelo reconhecimento de perdas por imparidade. Adicionalmente, os dividendos recebidos destas empresas são registados como uma diminuição do valor dos investimentos financeiros.

As perdas em associadas e empreendimentos conjuntos que excedam o investimento efetuado nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido responsabilidades por perdas no âmbito dessa associada ou empreendimento conjunto.

Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos - *goodwill*". Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na demonstração dos resultados do exercício em que ocorre a aquisição.

Os ganhos não realizados em transações com associadas e empreendimentos conjuntos são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada e empreendimento conjunto, por contrapartida do investimento nessa mesma associada e empreendimento conjunto. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

d) *Goodwill*

As diferenças entre o custo de aquisição dos investimentos em subsidiárias, empresas associadas e empreendimentos conjuntos, acrescido, no caso de subsidiárias, do valor dos interesses não controlados e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição, se positivas, são registadas como *goodwill* (no caso de subsidiárias) ou mantidos na rubrica de investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração consolidada da posição financeira ou na rubrica de "Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos" (Notas 19 e 23). Relativamente ao *goodwill* de subsidiárias, anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os montantes de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício e não é suscetível de reversão posterior.

Na alienação de uma subsidiária, associada ou empreendimento conjunto, o correspondente *goodwill* é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

Nos casos em que o custo de aquisição é inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho do exercício em que ocorre a aquisição.

2.4. Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem, essencialmente, direitos contratuais e despesas incorridas em projetos específicos com valor económico futuro, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que dos mesmos advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis pelo Grupo e o respetivo valor possa ser medido com fiabilidade.

Os ativos intangíveis gerados internamente, nomeadamente as despesas com investigação e desenvolvimento corrente, são registados como custo no período em que são incorridos.

Os custos internos associados à manutenção e ao desenvolvimento de *software* são registados como custos na demonstração dos resultados quando incorridos, exceto na situação em que estes custos estejam diretamente associados a projetos para os quais seja provável a geração de benefícios económicos futuros para o Grupo. Nestas situações, estes custos são capitalizados como ativos intangíveis.

As amortizações são calculadas, após o início de utilização dos bens, pelo método das quotas constantes em conformidade com o período de utilidade esperada pelo Grupo para os ativos em causa.

2.5. Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis utilizados na produção, prestação de serviços ou para uso administrativo, são registados ao custo de aquisição ou construção, incluindo as despesas imputáveis à compra, deduzido da depreciação acumulada e perdas por imparidade, quando aplicáveis.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados pelo método das quotas constantes, de acordo com a sua vida útil estimada, a partir da data em que os mesmos se encontram disponíveis para ser utilizados no uso pretendido e cessa quando os ativos passam a ser classificados como ativos não correntes detidos para venda. A depreciação é realizada de acordo com as seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos de vida útil
Edifícios e outras construções	5 - 50
Equipamento básico	4 - 8
Equipamento de transporte	3 - 7
Ferramentas e utensílios	3 - 7
Equipamento administrativo	2 - 10
Outros ativos fixos tangíveis	1 - 4

As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzam a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade. Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam em condições de ser utilizados para os fins pretendidos.

As mais ou menos valias resultantes da venda ou abate de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas pelo valor líquido na demonstração dos resultados nas rubricas de "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", conforme aplicável.

2.6. Locações

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; ou, (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à sua posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro, reconhecendo o ativo, as depreciações / amortizações acumuladas correspondentes e as responsabilidades pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações / amortizações do ativo são reconhecidos como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração dos resultados numa base linear durante o período do contrato de locação.

2.7. Imparidade de ativos não correntes, excluindo goodwill

É efetuada uma avaliação de imparidade sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da eventual perda por imparidade.

Nas situações em que o ativo individualmente não gera *cash-flows* de forma independente de outros ativos, a estimativa do valor recuperável é efetuada para a unidade geradora de caixa a que o ativo pertence.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, a qual é registada na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e goodwill".

A quantia recuperável é a mais alta de entre o preço de venda líquido (valor de venda, deduzido dos custos para vender) e do valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence.

A reversão de perdas por imparidade é registada quando existem indícios de que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e goodwill" do exercício em que a

reversão ocorra. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

2.8. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, que incluem terrenos e edifícios detidos para arrendamento, apreciação de capital, ou ambos, são inicialmente registadas pelo seu preço de compra ou pelo seu custo de construção (caso se trate de investimento de construção própria), incluindo qualquer dispêndio diretamente atribuível.

Após o reconhecimento inicial, todas as propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em construção, são mensuradas pelo respetivo justo valor que reflete as condições de mercado à data da posição financeira. Todos os ganhos ou perdas provenientes de alterações no justo valor de propriedades de investimento são reconhecidos nos resultados do exercício em que ocorrem e registados na rubrica "Variação no justo valor de propriedades de investimento", incluída em "Outros proveitos operacionais" ou "Outros custos operacionais", consoante se trate de ganhos ou perdas.

O justo valor de cada propriedade de investimento é determinado através de avaliações efetuadas, nos casos mais relevantes, por entidades especializadas independentes e de acordo com critérios de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário. Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos.

Os custos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente manutenções, reparações, seguros e impostos, são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que se referem. As benfeitorias ou beneficiações apenas são registadas como ativo nos casos em que correspondam à substituição de bens, os quais são abatidos, ou conduzem a um acréscimo de benefícios económicos futuros.

2.9. Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, dado que é a divisa utilizada preferencialmente no ambiente económico em que o Grupo opera.

As transações em outras divisas que não o euro, são registadas às taxas em vigor na data da transação. Em cada data da posição financeira, os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros, utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Ativos e passivos não monetários registados de acordo com o seu justo valor denominado em moeda estrangeira são transpostos para euros utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos, ou à data da posição financeira, dessas mesmas transações, são registadas como proveitos e custos na demonstração dos resultados do exercício, exceto aquelas relativas a itens não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

A conversão das demonstrações financeiras de empresas subsidiárias expressas em moeda estrangeira é efetuada considerando a taxa de câmbio vigente à data da posição financeira, para conversão de ativos e passivos, a taxa de câmbio histórica para a conversão dos saldos das rubricas de capital próprio e a taxa de câmbio média do exercício, para a conversão das rubricas da demonstração dos resultados e do outro rendimento integral e dos fluxos de caixa.

De acordo com a IAS 21 – Os efeitos de alterações em taxas de câmbio ("IAS 21"), o *goodwill* e as correções de justo valor apurados na aquisição de entidades estrangeiras consideram-se denominados na moeda de reporte dessas entidades, sendo convertidas para euros à taxa de câmbio na data da posição financeira. As diferenças cambiais assim geradas são registadas no capital próprio na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial".

2.10. Custos de financiamento

Os custos com empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam, exceto na medida em que os encargos financeiros de empréstimos obtidos diretamente relacionados com a aquisição, construção e produção de ativos que levem um período substancial de tempo a ficarem preparados para o uso pretendido são capitalizados, fazendo parte do custo do ativo. A capitalização destes encargos começa após o início da preparação das atividades de construção ou desenvolvimento do ativo e é interrompida após o início de utilização ou final de produção ou construção do ativo ou quando o projeto em causa se encontra suspenso. Quaisquer proveitos financeiros gerados por empréstimos obtidos antecipadamente e alocáveis a um investimento específico são deduzidos aos custos financeiros elegíveis para capitalização.

2.11. Subsídios

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que o Grupo irá cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração, nomeadamente para formação de colaboradores, são reconhecidos na demonstração dos resultados de acordo com os custos incorridos.

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos tangíveis, são incluídos nas rubricas de "Outros passivos correntes" e "Outros passivos não correntes"

(conforme aplicável) e são creditados na demonstração dos resultados em quotas constantes de forma consistente e proporcional com as depreciações / amortizações dos ativos a cuja aquisição se destinaram.

2.12. Inventários

As mercadorias e matérias-primas encontram-se registadas ao custo de aquisição, utilizando-se o custo médio como método de custeio.

Os produtos acabados e intermédios e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo médio ponderado de produção, que inclui o custo das matérias-primas incorporadas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico (considerando as depreciações dos equipamentos produtivos calculadas em função de níveis normais de utilização), o qual é inferior ao valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

São registadas perdas por imparidade em inventários pela diferença entre o valor de custo e o respetivo valor de realização dos inventários, no caso de este ser inferior ao valor contabilístico.

2.13. Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando: i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado; ii) seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos; e iii) o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada posição financeira e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

2.14. Relato por segmentos

Um segmento de negócio é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços sujeitos a riscos e benefícios que são diferentes de outros segmentos de negócio. Um segmento geográfico é um grupo de ativos e operações envolvidas no fornecimento de produtos ou serviços num ambiente económico particular, que está sujeito a riscos e benefícios diferentes daqueles que efetuam segmentos que operam em outros ambientes económicos.

O Grupo apresenta como segmentos operacionais os segmentos de negócio, de forma coincidente com aquela em que a gestão conduz os negócios.

2.15. Resultados operacionais

O resultado das operações inclui a totalidade dos custos e proveitos das operações, quer sejam recorrentes ou não recorrentes, incluindo os custos com reestruturações e os custos e proveitos associados a ativos operacionais (ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis). Inclui ainda, as mais ou menos valias apuradas na venda de empresas incluídas na consolidação pelo método de consolidação integral. Assim, excluem-se dos resultados operacionais os custos líquidos de financiamento, os resultados apurados com associadas e empreendimentos conjuntos, com os outros investimentos financeiros e os impostos sobre o rendimento.

2.16. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros e passivos financeiros são reconhecidos quando o Grupo torna-se parte na respetiva relação contratual.

a) Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de "Caixa e equivalentes a caixa" correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

b) Contas a receber

As contas a receber são mensuradas, quando reconhecidas inicialmente, pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva. Quando existe evidência de que as mesmas se encontram em imparidade, procede-se ao registo do correspondente ajustamento em resultados na rubrica "Outros custos operacionais". O ajustamento reconhecido é mensurado pela diferença entre o valor pelo qual as contas a receber se encontram reconhecidas e o valor atual dos fluxos de caixa descontados à taxa de juro efetiva determinada aquando do reconhecimento inicial.

c) Investimentos

Os investimentos são reconhecidos na data em que são transferidos substancialmente os riscos e vantagens inerentes. São inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que corresponde ao justo valor, incluindo despesas de transação.

Os investimentos classificam-se como segue:

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são investimentos financeiros que se encontram disponíveis para venda e são classificados como ativos não correntes.

Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor são registados no capital próprio, na rubrica de "Reserva de justo valor" até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, ou nas situações em que se entende existir perda por imparidade, momento em que a perda acumulada é registada na demonstração dos resultados.

Outros investimentos

Os ativos financeiros disponíveis para venda em instrumentos de capital próprio que não têm preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado são mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas, sendo reconhecidos na rubrica de "Outros investimentos".

Adicionalmente, os ativos mensurados ao justo valor através de resultados são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos da transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Estes ativos encontram-se reconhecidos na rubrica "Outros investimentos" e qualquer variação no seu justo valor é reconhecida na rubrica "Resultados relativos a atividades de investimento - Outros".

d) Instrumentos de capital próprio

Os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual independentemente da forma legal que assumam. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são registados pelo valor recebido líquido de custos suportados com a sua emissão.

e) Contas a pagar

As contas a pagar são reconhecidas inicialmente pelo respetivo justo valor e, subsequentemente, pelo respetivo custo amortizado, de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

f) Empréstimos

Os empréstimos são registados inicialmente e reconhecidos no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos e posteriormente mensurados pelo método de custo amortizado. Os encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva e incluindo prémios a pagar, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios, sendo adicionados ao valor contabilístico do empréstimo caso não sejam liquidados durante o exercício.

g) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura

A contratação de instrumentos financeiros derivados tem como objetivo efetuar a cobertura dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto, decorrentes de variações nas taxas de juro. Neste sentido, o Grupo não recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados com objetivos especulativos.

O recurso a instrumentos financeiros obedece às políticas internas aprovadas pelo Conselho de Administração.

Os instrumentos financeiros derivados são mensurados pelo respetivo justo valor e reconhecidos na rubrica "Outros passivos / ativos correntes" ou "Outros passivos / ativos não correntes", consoante aplicável. O método de reconhecimento depende da natureza e objetivo da sua contratação.

O justo valor dos instrumentos financeiros derivados é determinado com referência a valores de cotação. No caso de estes não estarem disponíveis, o justo valor é determinado com base na análise de fluxos de caixa descontados, os quais incluem pressupostos suportados em preços ou taxas observáveis de mercado.

Contabilidade de cobertura

A possibilidade de designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições da IAS 39 - Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração ("IAS 39"), nomeadamente, quanto à respetiva documentação e efetividade.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de justo valor são reconhecidas como resultado financeiro do exercício, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow* são registadas em "Reserva de operações de cobertura" na sua componente efetiva e, em resultados financeiros na sua componente não efetiva.

Os valores registados em "Reserva de operações de cobertura" são transferidos para resultados financeiros no exercício em que o item coberto tem igualmente efeito em resultados.

A contabilização de cobertura é descontinuada quando o instrumento de cobertura atinge a maturidade, é vendido ou exercido, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos exigidos na "IAS 39".

2.17. Responsabilidades com pensões

O Grupo proporciona aos seus colaboradores um seguro de reforma.

Este seguro foi constituído no âmbito de uma política social e de incentivos aos trabalhadores e é da exclusiva iniciativa das empresas participadas onde esses benefícios são atribuídos. Caracterizando-se pela sua natureza facultativa, é por decisão exclusiva das respetivas administrações que se efetuam as contribuições que em cada momento se afigurem adequadas, tendo em consideração as previsões atuariais de desembolsos e a situação económica e financeira. Assim, as contribuições efetuadas pelo Grupo são registadas como custo na data em que são realizadas.

2.18. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e considera a tributação diferida.

O imposto corrente sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis (os quais diferem dos resultados contabilísticos) das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo.

Os impostos diferidos referem-se a diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e dos passivos para efeitos de registo contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação, bem como os resultantes de benefícios ou créditos fiscais obtidos.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e periodicamente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias, não são descontados e são reconhecidos em ativos ou passivos não correntes.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de os reconhecer ou ajustar em função da expectativa atual de recuperação futura. São reconhecidos passivos por impostos diferidos para todas as diferenças temporárias tributárias.

2.19. Ativos e passivos contingentes

Um ativo contingente é um possível ativo proveniente de acontecimentos passados e cuja existência apenas será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos.

Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas mas divulgados no anexo quando é provável a existência de um benefício económico futuro.

Um passivo contingente é (i) uma possível obrigação que resulta de acontecimentos passados e cuja existência será confirmada pela ocorrência ou não de acontecimentos futuros incertos ou (ii) uma obrigação presente, que resulta de acontecimentos passados, mas que não é reconhecido por não ser provável a existência de uma saída de recursos ou a eventual saída de recursos não poder ser mensurada com fiabilidade.

Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo os mesmos divulgados no anexo às demonstrações financeiras, a menos que a possibilidade de uma saída de recursos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.20. Rédito e especialização de exercícios

Vendas

Os proveitos decorrentes de vendas de ativos são reconhecidos na demonstração dos resultados quando estão satisfeitas as condições seguintes:

- O Grupo tenha transferido para o comprador os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos;
- O Grupo não mantenha envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse, nem o controlo efetivo dos ativos vendidos;
- A quantia do rédito possa ser fiavelmente mensurada;
- Seja provável que os benefícios económicos associados com a transação fluam para o Grupo; e
- Os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Prestações de serviços

Os proveitos decorrentes da prestação de serviços são reconhecidos na demonstração dos resultados com referência à fase de acabamento da prestação de serviços à data da posição financeira.

Sempre que o resultado de um contrato de construção possa ser estimado razoavelmente, a receita e os custos correspondentes são reconhecidos de acordo com a percentagem de acabamento, conforme disposto na IAS 11 - Contratos de construção ("IAS 11"). De acordo com este método, os proveitos diretamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração dos resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos e os custos totais estimados das obras (custos incorridos adicionados dos custos a incorrer). As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a faturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros ativos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza das diferenças.

As variações nos trabalhos contratados, reclamações e prémios são considerados à medida que vão sendo acordados e sempre que seja possível a sua quantificação com suficiente fiabilidade.

Para que o resultado de um contrato possa ser estimado com razoabilidade, é necessário que se verifiquem as seguintes condições:

- Ser provável que o Grupo obtenha os benefícios económicos previstos no contrato;
- Os custos do contrato são identificáveis e podem ser quantificados com razoabilidade;
- À data da posição financeira tem de ser possível que os custos necessários para completar a construção, bem como o grau de acabamento da mesma, possam ser quantificados com suficiente razoabilidade, por forma a que os custos reais incorridos se possam comparar com as estimativas iniciais.

Para fazer face aos custos a incorrer durante o exercício de garantia das obras, o Grupo reconhece uma provisão para fazer face a este risco, a qual é apurada tendo em conta a produção anual e o historial de custos incorridos no passado com as obras em exercício de garantia.

Quando se torna provável que os custos excedam os proveitos do contrato, a perda prevista é reconhecida na demonstração dos resultados do exercício em que é prevista.

As atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos são contabilizados em concordância com a IFRIC 12 - Acordos de concessão de serviços ("IFRIC 12"), a qual estabelece as disposições a serem aplicadas na mensuração, reconhecimento, apresentação e divulgação de atividades desenvolvidas ao abrigo de contratos de concessão de serviços públicos.

Especialização de exercícios

Os proveitos e custos são registados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo qual estes são reconhecidos à medida que são gerados independente do momento em que são recebidos ou pagos. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

As diferenças entre os montantes faturados e os correspondentes proveitos e custos são registadas nas rubricas de "Outros ativos correntes" e "Outros passivos correntes".

2.21. Classificação da posição financeira

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a menos de um ano da data da posição financeira são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo, como correntes.

São ainda classificados como correntes os passivos relativamente aos quais não haja um direito incondicional de diferir a sua liquidação por um prazo de pelo menos doze meses após a data da posição financeira.

2.22. Imparidade de ativos financeiros

O Grupo analisa a cada data da posição financeira se existe evidência objetiva que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros se encontra em imparidade.

Ativos financeiros disponíveis para venda

No caso de ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os instrumentos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor atual, menos qualquer perda por imparidade do ativo financeiro que já tenha sido reconhecida em resultados - é removida de capital próprio e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecida em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Cientes, devedores e outros ativos financeiros

São registadas perdas por imparidade quando existem indicadores objetivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tinha direito, de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação destes são utilizados diversos indicadores, tais como:

- antiguidade dos créditos;
- dificuldades financeiras do devedor;
- probabilidade de falência do devedor.

As perdas por imparidade são determinadas pela diferença entre o valor recuperável e o valor da posição financeira do ativo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da respetiva perda por imparidade acumulada reconhecida. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

2.23. Ativos não correntes detidos para venda

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) são classificados como detidos para venda se o respetivo valor for realizável através de uma transação de venda, ao invés de o ser através do seu uso continuado. Considera-se que esta situação se verifica apenas quando: (i) a venda é altamente provável; (ii) o ativo está disponível para venda imediata nas suas atuais condições; (iii) a gestão está comprometida com um plano de venda; e, (iv) é expectável que a venda se concretize num período de doze meses.

Ativos não correntes (ou operações descontinuadas) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor de entre o valor contabilístico ou o respetivo justo valor deduzido dos custos para a sua venda.

2.24. Resultado por ação

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado atribuível aos detentores de capital ordinário da TD, SA, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício.

O resultado diluído por ação é calculado dividindo o resultado ajustado atribuível aos detentores do capital ordinário da TD, SA, pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustado pelas potenciais ações ordinárias diluidoras.

As potenciais ações ordinárias diluidoras podem resultar de opções sobre ações e outros instrumentos financeiros emitidos pelo Grupo, convertíveis em ações da Empresa.

2.25. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data da posição financeira que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data da posição financeira, estão adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os eventos após a data da posição financeira que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data da posição financeira, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, exceto no que respeita às normas e interpretações cuja data de eficácia corresponde aos exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, nomeadamente da adoção da IFRS 11 – Acordos Conjuntos, da qual resultou a descontinuação da aplicação do método da consolidação proporcional aos seus investimentos em empreendimentos conjuntos, nomeadamente os Agrupamentos Complementares de Empresas ("ACE"), nem foram registados erros materiais ou alterações de estimativas contabilísticas significativas relativas a exercícios anteriores.

Em resultado da adoção da IFRS 11, foram efetuadas as seguintes alterações às Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2013 e 1 de janeiro de 2013 anteriormente reportadas e às Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa anteriormente reportadas para o período findo a 31 de dezembro de 2013:

Reconciliação da Posição Financeira de 31 de dezembro de 2012 e 1 de janeiro de 2013

	01-01-2013 "Reexpresso"	Aplicação da IFRS 11	31-12-2012
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis	529.738	(37)	529.775
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	51.858	1.149	50.709
Outros ativos não correntes	794.173	-	794.173
Total de ativos não correntes	1.375.769	1.112	1.374.657
Ativos correntes:			
Clientes	476.724	(127)	476.851
Outros devedores	65.099	1.004	64.095
Caixa e equivalentes a caixa	241.961	(4.102)	246.063
Outros ativos correntes	604.161	(1.659)	605.820
Total de ativos correntes	1.387.945	(4.884)	1.392.829
TOTAL DO ATIVO	2.763.714	(3.772)	2.767.486
Capital próprio:			
Capital próprio atribuível a acionistas	252.005	-	252.005
Interesses não controlados	73.863	-	73.863
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	325.868	-	325.868
Passivos não correntes:			
Provisões	36.148	(2.055)	38.203
Outros passivos não correntes	851.522	-	851.522
Total de passivos não correntes	887.670	(2.055)	889.725
Passivos correntes:			
Fornecedores	186.737	(1.093)	187.830
Outros credores	20.260	1.163	19.097
Outros passivos correntes	1.343.179	(1.787)	1.344.966
Total de passivos correntes	1.550.176	(1.717)	1.551.893
TOTAL DO PASSIVO	2.437.846	(3.772)	2.441.618
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2.763.714	(3.772)	2.767.486

	2013 "Reexpresso"	Aplicação da IFRS 11	2013
Ativos não correntes:			
Ativos fixos tangíveis	571.234	(23)	571.257
Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	36.461	563	35.898
Outros ativos não correntes	887.780	-	887.780
Total de ativos não correntes	1.495.475	540	1.494.935
Ativos correntes:			
Clientes	492.135	(170)	492.305
Outros devedores	69.315	8	69.307
Caixa e equivalentes a caixa	186.441	(3.471)	189.912
Outros ativos correntes	535.877	(1.260)	537.137
Total de ativos correntes	1.283.768	(4.893)	1.288.661
TOTAL DO ATIVO	2.779.243	(4.353)	2.783.596
Capital próprio:			
Capital próprio atribuível a acionistas	325.407	-	325.407
Interesses não controlados	35.321	-	35.321
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	360.728	-	360.728
Passivos não correntes:			
Provisões	72.934	(1.473)	74.407
Outros passivos não correntes	1.011.474	-	1.011.474
Total de passivos não correntes	1.084.408	(1.473)	1.085.881
Passivos correntes:			
Fornecedores	167.002	(771)	167.773
Outros credores	83.927	(235)	84.162
Outros passivos correntes	1.083.178	(1.874)	1.085.052
Total de passivos correntes	1.334.107	(2.880)	1.336.987
TOTAL DO PASSIVO	2.418.515	(4.353)	2.422.868
TOTAL DO PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2.779.243	(4.353)	2.783.596

Reconciliação da Posição Financeira
de 31 de dezembro de 2013

Reconciliação da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

	2013 "Reexpresso"	Aplicação da IFRS 11	2013
ATIVIDADES OPERACIONAIS:			
Recebimentos de clientes	1.402.759	(457)	1.403.216
Pagamentos a fornecedores	(1.014.930)	826	(1.015.756)
Pagamentos ao pessoal	(268.790)	20	(268.810)
Fluxo gerado pelas operações	119.039	389	118.650
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(47.693)	-	(47.693)
Outros recebimentos/pagamentos relativos à atividade operacional	12.444	329	12.115
Fluxos das atividades operacionais (1)	83.790	718	83.072
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	58.886	-	58.886
Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento	7.559	-	7.559
Juros e proveitos similares	8.874	(166)	9.040
Dividendos	1.555	-	1.555
	76.874	(166)	77.040
Pagamentos respeitantes a:			
	(215.247)	-	(215.247)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(138.373)	(166)	(138.207)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	2.852.302	-	2.852.302
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	(2.725.661)	-	(2.725.661)
Juros e custos similares	(87.979)	79	(88.058)
Dividendos	(6.300)	-	(6.300)
	(2.819.940)	79	(2.820.019)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	32.362	79	32.283
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(22.221)	631	(22.852)
Efeito das diferenças de câmbio	(32.228)	-	(32.228)
Caixa e seus equivalentes - alteração perímetro	(1.071)		(1.071)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	241.961	(4.102)	246.063
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	186.441	(3.471)	189.912

	2013 "Reexpresso"	Aplicação IFRS 11	2013
Proveitos operacionais	1.629.895	(32)	1.629.927
Custos operacionais	(1.416.014)	799	(1.416.813)
EBITDA	213.881	767	213.114
Amortizações e depreciações	(62.845)	11	(62.856)
Provisões e perdas por imparidade	(36.682)	(469)	(36.213)
EBIT	114.354	309	114.045
Resultados financeiros	(101.555)	(309)	(101.246)
Resultados antes de impostos	12.799	-	12.799
Imposto sobre o rendimento	51.947	-	51.947
Resultado líquido	64.746	-	64.746
Atribuível a:			
Detentores de capital	63.974	-	63.974
Interesses não controlados	772	-	772

Reconciliação da Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2013

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Em 31 de dezembro de 2014 foram incluídas na consolidação, pelo método integral, Teixeira Duarte, S.A. e as seguintes empresas controladas:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
MERCADO INTERNO		
CONSTRUÇÃO		
CONSTRUSALAMONDE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	92,50%
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
OFM - Obras Fluviais e Marítimas, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, S.A., Serviços e Meio Ambiente (Porto), S.A.	Praça do Bom Sucesso, n.º 61 - Escritórios 501 e 502 Porto	100,00%
MARINERTES, S.A.	Rotunda Eng.º Edgar Cardoso, n.º 23 - 8.º Vila Nova de Gaia	51,00%
RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SATU-Oeiras - Sistema Automático de Transporte Urbano, E.M., S.A. (a)	Edifício Paço de Arcos, E.N. 249/3 Paço de Arcos	49,00%
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOBILIÁRIA		
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%

(a) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.

(b) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL - SGPS, S.A.

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOPEDEDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDE - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	93,75%
TDF - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento Imobiliário, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TRANSBRITAL - Britas e Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
HOTELARIA		
ESTA - Gestão de Hotéis, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
EVA - Sociedade Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
GO CORP TRAVEL SOLUTIONS - Agência de Viagens, S.A.	Rua Comunidade Lusíada, nº 2, Letra C Faro	100,00%
LAGOASFUT - Equipamento Recreativo e Desportivo, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
LAGOAS HOTEL, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ROCHORIENTAL - Sociedade Hoteleira, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
SINERAMA - Organizações Turísticas e Hoteleiras, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDH - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TDHC - Instalações para Desporto e Saúde, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
BONAPAPEL - Artigos de Papelaria e Equipamentos Informáticos - Unipessoal, Lda.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
TEIXEIRA DUARTE - DISTRIBUIÇÃO S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%
ENERGIA		
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%
MULTIGÁS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva	
PETRIN - Petróleos e Investimentos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	47,91%	(b) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária TDARCOL - SGPS, S.A.
PPS - Produtos Petrolíferos, S.A. (b)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%	(c) O Grupo detém o controlo destas subsidiárias através da subsidiária PTG - SGPS, S.A.
PTG - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%	
TANQUIGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A. (b)	Rua das Lagoas - Campo Raso Sintra	50,00%	
TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. (c)	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	50,00%	
AUTOMÓVEL			
TDO - Investimento e Gestão, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%	
OUTRAS			
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%	
TDO - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Rua das Pretas, 4 - Fração 4 D Funchal	100,00%	
TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	100,00%	
MERCADO EXTERNO			
ÁFRICA DO SUL			
DISTRIBUIÇÃO			
Global Net Distributors (PTY) Ltd.	10 Ninth Avenue Northmead, Gauteng 1501 África do Sul	100,00%	
ANGOLA			
CONSTRUÇÃO			
BETANGOLA - Betões e Pré-Fabricados de Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%	
CONCESSÕES E SERVIÇOS			
EDUCARE - Atividades Educativas e Culturais, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 27 - R/C C Luanda	100,00%	
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%	
IMOBILIÁRIA			
AFRIMO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	51,00%	
ANGOPREDIAL - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%	
IMOAFRO - Empreendimentos Imobiliários, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%	
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Angola), Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%	
URBÁFRICA - Sociedade Imobiliária, Lda.	Rua Amílcar Cabral, 51 - 1º C Luanda	90,00%	

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
HOTELARIA		
ALVALADE - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
HOTEL TRÓPICO, S.A.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	80,00%
HOTEL BAÍA, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
CND - Companhia Nacional de Distribuição, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
DCG - Distribuição e Comércio Geral, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
OCC - Operador Central de Comércio, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	80,00%
AUTOMÓVEL		
AUTO COMPETIÇÃO Angola, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
AUTO 8, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
TDA - Comércio e Indústria, Lda.	Alameda Manuel Van-Dúnem, nº 318 Luanda	100,00%
VAUCO - Automóveis e Equipamentos, Lda.	Rua Ho Chi Min, Junto ao Largo da Independência Luanda	51,00%
ARGÉLIA		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE ALGERIE, SPA	Parc Miremont, Rue A, nº 136 Bouzareah Alger	99,94%
BÉLGICA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI	Avenue Jean-Monnet, 1 À 1348 Louvain-La-Neuve	100,00%
BRASIL		
CONSTRUÇÃO		
EMPA, S.A. - Serviços de Engenharia	Rua Major Lopes, 800 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
SOMAFEL - Obras Ferroviárias e Marítimas, Ltda.	Rua Major Lopes, 800 - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	60,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
GONGOJI Montante Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800, 3º - sala 310 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
PAREDÃO de Minas Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800, 3º - sala 306 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%
TABOQUINHA Energia, S.A.	Rua Major Lopes, 800, 3º - sala 308 Bairro São Pedro - Belo Horizonte	100,00%

Denominação social	Sede	Porcentagem de participação efetiva
IMOBILIÁRIA		
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	Avenida Domingos Ferreira nº 4060, sala 301 Boa Viagem - Cidade de Recife	100,00%
TDSP - Participações, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 01 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Elisa de Moraes Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 02 Itaim Bibi - São Paulo	90,00%
TDSP - Bela Vista - Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Galeno de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 03 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 10 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Direitos Humanos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 12 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 05 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Verum Mooca Empreendimento Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 06 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 07 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 08 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 09 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 18 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Dionísio da Costa Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	92,50%
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 04 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 13 Itaim Bibi - São Paulo	95,00%
TDSP - Nilo Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 14º andar, Conjunto 1401, sala 14 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 15 Itaim Bibi - São Paulo	92,65%
TDSP - 16 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 16 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
TDSP - 17 Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602, sala 17 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%
DISTRIBUIÇÃO		
TDD - Distribuição, Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, Conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	100,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
CHIPRE		
OUTRAS		
LEVENEL, Limited	Irakli, Egkomi, 2413 Nicosia - Chipre	100,00%
ESPAÑA		
CONSTRUÇÃO		
UTE DE VIANA	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
RECOLTE, Servicios Y Medioambiente, S.A. Sociedade Unipersonal.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
VALYGERSA, S.L.	Av. Alberto Alcocer, 24 - 7º Madrid	100,00%
GIBRALTAR		
CONSTRUÇÃO		
Teixeira Duarte International, LTD.	23, Portland House - Glacis Road Gibraltar	100,00%
MACAU		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Macau), Lda.	Av. Dr. Mário Soares, nº 25 - Edifício Montepio - Apr. 26 e 28 - 3º andar Macau	100,00%
MOÇAMBIQUE		
CONSTRUÇÃO		
TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções (Moçambique), Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	74,46%
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	69,55%
IMOBILIÁRIA		
IMOPAR - Centro Comercial de Maputo, S.A.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	100,00%
HOTELARIA		
AVENIDA - Empreendimentos Turísticos e Hoteleiros, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 627 Maputo	100,00%
Sociedade Hotel Tivoli, Lda.	Av. 25 de Setembro, 1321 Maputo	65,00%
TIVOLI BEIRA - Hotelaria e Serviços, Lda.	Av. Július Nyerere, nº 130 Maputo	98,72%
NAMÍBIA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
KARIBIB Portland Cement, LTD	PO Box 9574 Windhoek Namíbia	95,00%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
KPC Trading and Services (Proprietary) Limited	PO Box 2558 Windhoek Namíbia	57,00%
SQUIRREL Investments 115 PTY, Ltd.	12th Floor, Sanlam Center, 145-157 Namíbia	95,00%
RÚSSIA		
CONCESSÕES E SERVIÇOS		
Limited Liability Company MMK Cement	Tri Rutchia Murmansk Rússia	70,00%
VENEZUELA		
CONSTRUÇÃO		
Consortio Boyacá - La Guaira	Av. San Juan Bosco, Edifício Centra Altamira Piso 5, Oficina 54, Urb. Altamira - Caracas Venezuela	57,20%
TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A.	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas Venezuela	95,31%

5. ALTERAÇÕES NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, verificou-se a entrada no perímetro de consolidação da "TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A.", face ao perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2013.

Os impactos da entrada da "TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A." reportados a 30 de junho de 2014, data em que a empresa foi consolidada, foram como segue:

Ativos fixos tangíveis (Nota 21)	908	(a) - Aquisição de 93,41% do capital social da participada
Ativos por impostos diferidos (Nota 27)	26	
Outros ativos não correntes	19	(b) - Registrado na demonstração dos resultados na rubrica "Provisões e perdas por imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e Goodwill"
Clientes e outros devedores	40.172	
Caixa e equivalentes a caixa	414	
Outros ativos correntes	6.105	
Outras provisões (Nota 37)	(204)	
Outros passivos não correntes	(10)	
Fornecedores e outros credores	(568)	
Outros passivos correntes	(7.623)	
Patrimônio Líquido	39.239	
Interesses não controlados (Nota 35)	2.586	
Quota parte no Patrimônio Líquido (a)	36.653	
Valor de aquisição	7.322	
Goodwill (b)	(29.331)	

6. COTAÇÕES

As cotações utilizadas para converter para Euros os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, bem como os resultados das operações desenvolvidas em países com moeda funcional distinta do Euro, dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram as seguintes:

Divisa	Câmbio de fecho			Câmbio médio		
	2014	2013	Var	2014	2013	Var
Dólar Americano	1,2141	1,3791	(12,0%)	1,3256	1,3300	(0,3%)
Pataca Macaense	9,6995	11,0141	(11,9%)	10,5893	10,6251	(0,3%)
Metical Moçambicano	38,5300	41,2400	(6,6%)	40,7100	39,6346	2,7%
Bolívar Venezuelano	14,5692	8,6774	67,9%	14,8251	7,9551	86,4%
Kwanza Angolano	125,1110	134,5920	(7,0%)	130,3424	128,0569	1,8%
Dinar Argelino	106,7437	108,1034	(1,3%)	106,9753	105,7237	1,2%
Dirham Marroquino	10,9505	11,2621	(2,8%)	11,1546	11,1687	(0,1%)
Real Brasileiro	3,2207	3,2576	(1,1%)	3,1207	2,8791	8,4%
Hryvnia Ucrâniana	19,2052	11,3638	69,0%	15,7729	10,8397	45,5%
Dólar Namibiano	14,0353	14,5660	(3,6%)	14,3580	12,8713	11,6%
Escudo Cabo Verde	110,2650	110,2650	-	110,2650	110,2650	-
Rublo Russo	72,3370	45,3246	59,6%	51,4243	42,4441	21,2%
Dinar Tunisino	2,2566	2,2701	(0,6%)	2,2474	2,1578	4,2%
Rand Africa do Sul	14,0353	14,5660	(3,6%)	14,3580	12,8713	11,6%
Peso Colombiano	2.899,8800	2.661,6600	9,0%	2.659,1839	2.489,0092	6,8%

Decorrente da nova lei emitida em 2014 pela Venezuela (Convenio Cambiario nº 25), mediante o qual se estabelece uma nova taxa de câmbio para certas operações de vendas de divisas, aplicável a partir de 24 de Janeiro de 2014, verificou-se neste período uma desvalorização significativa do bolívar venezuelano. Especificamente, esta legislação é aplicável para a liquidação de operações de venda de divisas destinadas, nomeadamente, ao pagamento de "investimentos internacionais" (um conceito que inclui a repatriação de capital inicial e remessa de juros e dividendos). A liquidação de divisas para essas operações será efetuada à taxa de câmbio resultante da última alocação de divisas feita através do sistema de leilão (SICAD).

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

O Grupo encontra-se organizado de acordo com os seguintes segmentos de negócio:

- Construção;
- Concessões e serviços;
- Imobiliária;
- Hotelaria;
- Distribuição;
- Energia;
- Automóvel.

As vendas e prestações de serviços e os resultados de cada um dos segmentos operacionais acima mencionados, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", foram como segue:

Segmento	Vendas e prestações de serviços						Resultados operacionais	
	2014			2013 "Reexpresso"			2014	2013 "Reexpresso"
	Clientes externos	Intersegmental	Total	Clientes externos	Intersegmental	Total		
Construção (Nota 32)	779.110	84.583	863.693	800.335	81.449	881.784	75.889	46.954
Concessões e serviços	92.104	27.901	120.005	74.221	21.897	96.118	8.086	(6.612)
Imobiliária	119.899	13.324	133.223	83.248	14.998	98.246	48.797	21.974
Hotelaria	74.037	18.682	92.719	78.422	14.610	93.032	11.480	17.265
Distribuição	272.783	7.182	279.965	210.535	8.758	219.293	16.383	15.967
Energia	62.483	2.062	64.545	114.717	2.259	116.976	(1.720)	1.731
Automóvel	279.306	12.093	291.399	219.605	14.387	233.992	46.335	32.558
Não afetos a segmentos	-	-	-	-	-	-	(7.956)	(15.861)
Eliminações	-	(165.827)	(165.827)	-	(158.358)	(158.358)	(59)	378
	1.679.722	-	1.679.722	1.581.083	-	1.581.083	197.235	114.354
Custos e perdas financeiros (Nota 15)							(269.823)	(155.993)
Proveitos e ganhos financeiros (Nota 15)							172.198	49.011
Resultados relativos a atividades de investimento (Nota 15)							3.946	5.427
Resultados antes de impostos							103.556	12.799

As transações intersegmentais são efetuadas em condições e termos de mercado, equiparáveis às transações efetuadas com entidades terceiras.

As políticas contábilísticas nos diversos segmentos são consistentes com as políticas do Grupo.

Outras informações:

Segmento	Dispêndios de capital fixo		Amortizações e depreciações em resultados		Provisões e perdas por imparidade	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
	Construção	57.171	65.583	43.704	34.698	(35.225)
Concessões e serviços	5.442	7.519	4.356	4.119	1.975	14.648
Imobiliária	32.534	16.831	7.149	6.171	(1)	194
Hotelaria	22.796	4.914	8.681	7.928	(700)	-
Distribuição	34.224	35.081	7.426	6.078	-	-
Energia	2.769	6.811	1.823	1.813	978	-
Automóvel	6.105	6.706	2.389	2.036	-	-
Não afetos a segmentos	119	-	9	2	-	190
	161.160	143.445	75.537	62.845	(32.973)	36.682

O ativo e passivo dos segmentos e a respetiva reconciliação com o total consolidado, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", são como segue:

	Ativos								Passivos	
	2014				2013 "Reexpresso"				2014	2013 "Reexpresso"
	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total	Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 23)	Ativos financeiros disponíveis para venda (Nota 25)	Outros ativos	Total		
Construção	1.176	-	1.916.045	1.917.221	1.552	-	1.849.050	1.850.602	1.309.497	1.431.171
Concessões e serviços	528	19.007	231.952	251.487	842	25.208	232.336	258.386	171.937	176.292
Imobiliária	643	29.236	1.647.746	1.677.625	71	54.080	1.565.408	1.619.559	880.493	887.726
Hotelaria	-	-	389.796	389.796	-	-	303.808	303.808	284.613	215.297
Distribuição	-	-	276.553	276.553	-	-	221.756	221.756	212.995	184.806
Energia	24	-	68.735	68.759	24	-	76.064	76.088	45.547	49.271
Automóvel	-	-	207.658	207.658	-	-	146.448	146.448	126.693	108.128
Não afetos a segmentos	38.221	11.644	1.010.024	1.059.889	33.972	5.325	971.611	1.010.908	173.532	211.041
Eliminações	-	-	(2.894.981)	(2.894.981)	-	-	(2.708.312)	(2.708.312)	(736.045)	(845.217)
	40.592	59.887	2.853.528	2.954.007	36.461	84.613	2.658.169	2.779.243	2.469.262	2.418.515

As vendas e prestações de serviços e a informação acerca de ativos não correntes não monetários, por segmento geográfico apresentam a seguinte composição nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso":

Segmento geográfico	Vendas e prestações de serviços		Ativos não correntes não monetários	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
Portugal	220.196	297.990	586.937	608.311
Angola	798.412	748.176	493.223	369.578
Argélia	77.181	81.434	15.438	12.395
Brasil	192.338	98.504	46.464	52.643
Espanha	33.646	28.253	13.861	12.946
Moçambique	66.271	62.817	32.368	24.911
Venezuela	284.783	253.648	21.242	33.343
Outros	6.895	10.261	1.597	1.341
	1.679.722	1.581.083	1.211.130	1.115.468

8. PROVEITOS OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", os proveitos operacionais, foram como segue:

	2014	2013 "Reexpresso"
Vendas e prestações de serviços:		
Vendas	1.339.256	1.316.224
Prestações de serviços	340.466	264.859
	1.679.722	1.581.083
Outros proveitos operacionais:		
Trabalhos para a própria empresa (a)	8.823	7.559
Alienação de ativos (b)	6.345	5.691
Reversão de perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	4.808	2.320
Proveitos suplementares	3.719	6.367
Reversão de perdas por imparidade em contas a receber (Nota 28)	1.607	4.192
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	1.384	438
Ganhos em inventários	950	5.512
Correções a exercícios anteriores	869	1.997
Restituição de impostos	35	1.853
Outros proveitos operacionais	7.273	12.883
	35.813	48.812
	1.715.535	1.629.895

(a) Os trabalhos para a própria empresa decorrem essencialmente, da capitalização de custos associados à construção de imóveis

(b) Os ganhos indicados foram obtidos com a alienação de ativos fixos tangíveis (Nota 21)

9. CUSTO DAS VENDAS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o custo das vendas foi apurado como se segue:

	Matérias primas, subsidiárias e de consumo	Mercadorias	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.737	145.854	173.591
Ajustamentos de conversão cambial	(1.922)	(4.650)	(6.572)
Regularizações	(200)	(11.619)	(11.819)
Compras	156.724	442.971	599.695
Custo do exercício	(163.961)	(419.401)	(583.362)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	18.378	153.155	171.533
Ajustamentos de conversão cambial	1.590	15.135	16.725
Regularizações	(53)	355	302
Compras	153.556	535.715	689.271
Custo do exercício	(151.468)	(497.940)	(649.408)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	22.003	206.420	228.423
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	174	5.986	6.160
Ajustamentos de conversão cambial	151	(285)	(134)
Reforços (Nota 14)	258	3.121	3.379
Reduções (Nota 8)	(158)	(952)	(1.110)
Regularizações	(149)	(77)	(226)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	276	7.793	8.069
Ajustamentos de conversão cambial	26	640	666
Reforços (Nota 14)	396	1.246	1.642
Reduções (Nota 8)	-	(4.808)	(4.808)
Regularizações	(12)	(164)	(176)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	686	4.707	5.393
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	18.102	145.362	163.464
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	21.317	201.713	223.030

10. VARIAÇÃO DA PRODUÇÃO

A demonstração da variação da produção ocorrida nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como se segue:

	Produtos e trabalhos em curso	Produtos acabados e intermédios	Total
Ativo bruto:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	130.751	16.449	147.200
Ajustamentos de conversão cambial	(9.191)	-	(9.191)
Regularizações	(5.818)	-	(5.818)
Variação da produção	774	(6.535)	(5.761)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	116.516	9.914	126.430
Ajustamentos de conversão cambial	763	-	763
Regularizações	8.515	60	8.575
Variação da produção	389	(3.316)	(2.927)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	126.183	6.658	132.841
Perdas por imparidade acumuladas em inventários:			
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.056	-	1.056
Ajustamentos de conversão cambial	(64)	-	(64)
Reforços (Nota 14)	218	-	218
Reduções (Nota 8)	(1.210)	-	(1.210)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-	-	-
Valor líquido em 31 de dezembro de 2013	116.516	9.914	126.430
Valor líquido em 31 de dezembro de 2014	126.183	6.658	132.841

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os produtos e trabalhos em curso respeitam na sua totalidade a empreendimentos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os empreendimentos imobiliários encontram-se a ser desenvolvidos pelas seguintes entidades:

	2014	2013
TD VIA - Sociedade Imobiliária, S.A.	28.988	28.838
QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A.	17.533	17.451
V8 - Gestão Imobiliária, S.A.	15.696	15.599
TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.	11.931	11.894
TDSP - Galeano de Castro Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.860	7.296
TDSP - Maria de Jesus Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	7.339	-
TDSP - Gilberto Sabino Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	6.422	2.357
TDSP - Volta Redonda Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	4.856	10.163
TDSP - Baceunas Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.875	-
TDSP - Gualaxos Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.266	8.118
TDSP - Bela Vista Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	3.084	2.696
IMOPREDOUÇOS - Sociedade Imobiliária, S.A.	2.519	2.494
TDSP - Alta Vista III Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.860	1.780
TDSP - Zanzibar Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.804	1.181
TDSP - Alta Vista IV Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.523	1.347
TDSP Nilo Empreendimentos Imobiliários, Ltda.	1.198	-
TDPG - Empreendimentos Imobiliários e Hoteleiros, Ltda.	1.096	-
TDSP - Don Klabin Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	1.041	1.438
TDSP - Verum Mooca Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	766	540
TDSP - Alta Vista II Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	764	475
TDSP - Alta Vista I Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	462	97
ANGOIMO - Empreendimentos e Construções, Lda.	398	351
TDSP - Maratona Empreendimentos Imobiliários SPE, Ltda.	-	329
Outros	1.902	2.072
	126.183	116.516

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 existiam os seguintes inventários dados como penhor de garantia a passivos:

A QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sítios na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sítios no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia (Nota 42);

A V8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511, Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 28, 34, 40, 46, 52, 58, 64, 70, 76, 80, 94 e 96; e Rua Doutor Miguel Assunção Lopes, número 15, Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sito na Rua Guilherme Duarte Camarinha, números 30, 38, 42, 48, 54, 62, 70 e 74 e Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 12 e 18, Lugar do Candal, freguesia de Vila Nova de Gaia (Nota 42).

11. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", os fornecimentos e serviços externos, foram como segue:

	2014	2013 "Reexpresso"
Subcontratos	173.022	198.095
Trabalhos especializados	67.200	61.204
Rendas e alugueres	49.226	42.697
Transporte de mercadorias	25.932	31.686
Conservação e reparação	23.696	22.571
Combustíveis	12.027	11.393
Deslocações e estadas	8.386	10.305
Transporte de pessoal	6.244	8.113
Publicidade	6.230	5.872
Electricidade	5.519	5.514
Honorários	5.280	6.867
Vigilância e segurança	5.127	5.185
Outros	66.892	54.946
	454.781	464.448

12. CUSTOS COM O PESSOAL

O número médio de empregados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", por segmento operacional, foi o seguinte:

	2014	2013 "Reexpresso"
Construção	6.857	6.388
Concessões e serviços	1.765	1.493
Imobiliária	114	107
Hotelaria	1.585	1.568
Distribuição	1.550	1.250
Energia	230	228
Automóvel	1.000	899
Não afetos a segmentos	160	78
	13.261	12.011

A rubrica de "custos com o pessoal", nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", tem a seguinte composição:

	2014	2013 "Reexpresso"
Remunerações normais	154.670	145.844
Outras remunerações	88.122	80.619
Encargos com remunerações	27.788	31.010
Seguros	3.072	4.492
Benefícios de reforma	9	1.774
Outros custos com o pessoal	17.042	11.884
	290.703	275.623

13. LOCAÇÕES OPERACIONAIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram reconhecidos custos de 252 milhares de euros e 291 milhares de euros, respetivamente, relativos a rendas de contratos de locação operacional, os quais foram reconhecidos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos".

As rendas de contratos de locação operacional mantidos pelo Grupo em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, apresentam as seguintes maturidades:

	2014	2013
2014	-	140
2015	123	73
2016	58	44
2017	3	3
	184	260

14. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

Os outros custos operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso" foram como se segue:

(a) As perdas indicadas foram incorridas com a alienação de ativos fixos tangíveis, no montante de 1.331 milhares de euros (2.441 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013) (Nota 21) e 1.471 milhares de euros decorrentes da dissolução da DNGÁS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A., empresa que fazia parte do perímetro de consolidação em 31 de dezembro de 2013

	2014	2013 "Reexpresso"
Impostos	32.287	37.538
Perdas em inventários	6.989	16.993
Variação justo valor de propriedades de investimento (Nota 22)	3.189	6.537
Perdas incorridas na alienação de ativos (a)	2.802	2.441
Perdas por imparidade em dívidas a receber (Nota 28)	2.127	7.208
Perdas por imparidade em inventários (Nota 9 e 10)	1.642	3.597
Dívidas incobráveis	40	102
Outros custos operacionais	28.841	12.404
	77.917	86.820

15. RESULTADOS FINANCEIROS

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", foram os seguintes:

	2014	2013 "Reexpresso"
Custos e perdas financeiros:		
Juros suportados	(123.164)	(89.547)
Diferenças de câmbio desfavoráveis	(118.776)	(41.639)
Outros custos e perdas financeiros	(27.883)	(24.807)
	(269.823)	(155.993)
Proveitos e ganhos financeiros:		
Juros obtidos	18.739	9.807
Diferenças de câmbio favoráveis	148.540	34.289
Descontos de pronto pagamento obtidos	349	559
Outros proveitos e ganhos financeiros	4.570	4.356
	172.198	49.011
Resultados relativos a atividades de investimento:		
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (a)	(10.598)	(321)
Dividendos (b)	930	1.555
Outros investimentos (c)	(1.325)	2.994
Ganhos / perdas na mensuração de ativos disponíveis para venda (d)	14.939	1.199
	3.946	5.427
Resultados financeiros	(93.679)	(101.555)

(a) Os resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, incluem o efeito da aplicação do método da equivalência patrimonial aos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos no montante de (10.311) milhares de euros ((592) milhares de euros em 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso") (Nota 23).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, procedeu-se à dissolução da "STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A." registando-se uma perda de 287 milhares de euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 20% do capital da "VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A." pelo montante de 11.668 milhares de euros (Nota 30), tendo registado uma mais-valia de 271 milhares de euros.

(b) Em 31 de dezembro de 2014 os valores apresentados correspondem a dividendos recebidos de "Ativos financeiros disponíveis para venda" no montante de 192 milhares de euros (552 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013) (Nota 25) e os restantes de "Outros investimentos" (Nota 26).

(c) Na rubrica "Outros Investimentos" estão contabilizados ganhos e perdas e mais e menos valias na alienação de "Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor" (Nota 26).

(d) Os valores apresentados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, tem o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais valia (b-a+c)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 3.445.239 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	574	257	323	7	257
Alienação de 472.414 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	4.226	4.467	1.055	1.296	4.467
Total	4.800	4.724	1.378	1.303	4.724

Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 37.211.281 ações do "Banco Comercial Português, S.A." (Nota 25) pelo montante de 3.990 milhares de euros (Nota 30), registando uma mais-valia de 1.199 milhares de euros.

Perda por imparidade de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(40.739)	32.307	(8.432)
Perda por imparidade na participação do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	(1.974)	(1.974)	-
Total	(42.713)	30.333	(8.432)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo procedeu à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." de 22.068 milhares de euros (Nota 30).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram capitalizados juros no custo de aquisição de ativos qualificáveis no montante de 908 milhares de euros (956 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). Para efeitos de capitalização de encargos financeiros ao custo de aquisição dos ativos qualificáveis, foi utilizada uma taxa média de 6,4% em 31 de dezembro de 2014 (7% em 31 de dezembro de 2013).

16. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

A "TD, SA" é a sociedade dominante de um grupo de sociedades tributado segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), que abrange todas as sociedades em que participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 75% do respetivo capital social, desde que tal participação lhe confira mais de 50% dos direitos de voto e que, simultaneamente, tenham sede e direção efetiva em Portugal e sejam tributadas pelo regime geral do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC").

As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo RETGS, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e às taxas de IRC, Derrama Municipal e Derrama Estadual aplicáveis.

A "TD, SA" e a generalidade das suas participadas sediadas em Portugal encontram-se sujeitas a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas ("IRC") à taxa de 23%. As entidades que apuram lucro tributável ficam ainda sujeitas a Derrama Municipal, cuja taxa poderá variar até ao máximo de 1,5%, bem como a Derrama Estadual, incidente sobre a parte do lucro tributável que excede o montante de 1.500.000, 7.500.000 e 35.000.000 de euros, às taxas de 3%, 5% e 7%, respetivamente. Independentemente do resultado fiscal apurado no exercício, as referidas entidades estão ainda sujeitas a tributação autónoma às taxas e sobre as despesas e encargos previstos no artigo 88.º do Código do IRC.

No apuramento do lucro tributável, ao qual são aplicadas as referidas taxas de imposto, são adicionados e subtraídos aos resultados contabilísticos montantes não aceites fiscalmente. Estas diferenças entre o resultado contabilístico e fiscal podem ser de natureza temporária ou permanente.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais em Portugal são passíveis de revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de, regra geral, quatro anos (cinco anos para a Segurança Social). Relativamente a entidades com presença noutros países, o prazo de revisão das suas declarações fiscais varia entre os três e os cinco anos.

O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções fiscais àquelas declarações não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas reportadas a 31 de dezembro de 2014.

O Grupo procede ao registo de impostos diferidos correspondentes às diferenças temporárias entre o valor contabilístico dos ativos e passivos e a correspondente base fiscal, conforme disposto na IAS 12 – Imposto sobre o rendimento (Nota 27).

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são como segue:

	2014	2013
Imposto corrente:		
Imposto sobre o rendimento em Portugal	(7.868)	(12.193)
Imposto sobre o rendimento em outras jurisdições	(29.739)	(40.101)
Imposto corrente	(37.607)	(52.294)
Imposto diferido (Nota 27):	(4)	104.241
	(37.611)	51.947

Para além dos montantes de impostos diferidos registados diretamente na demonstração dos resultados, foram registados diretamente nos capitais próprios impostos diferidos no montante de 9.961 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ((6.836) milhares de euros em 31 de dezembro de 2013) (Nota 27).

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser apresentada como se segue:

	2014		2013	
	Taxa %	Imposto	Taxa %	Imposto
Resultado antes de imposto		103.556		12.799
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	(23,0%)	(23.818)	(25,0%)	(3.200)
Diferencial de taxas de imposto de outros países	(15,2%)	(15.768)	(396,0%)	(50.688)
Resultado em associadas e empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	(2,3%)	(2.372)	(1,2%)	(148)
Prejuízos fiscais gerados no ano para os quais não foi reconhecido imposto diferido ativo	0,2%	244	4,0%	518
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(0,7%)	(706)	(3,6%)	(462)
Proveitos não tributados	6,5%	6.746	-	-
Tributação autónoma	(1,4%)	(1.432)	(7,2%)	(925)
Derrama	(1,5%)	(1.553)	(1,5%)	(192)
Diferenças nas estimativas	4,0%	4.140	12,6%	1.619
Outras componentes do imposto	(3,0%)	(3.088)	9,3%	1.184
Imposto diferido do ano	-	(4)	302,8%	38.754
Imposto diferido - Relevância fiscal das mais e menos valias de participações sociais	-	-	511,7%	65.487
Taxa e imposto efetiva sobre o rendimento	(36,3%)	(37.611)	405,9%	51.947

17. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram calculados tendo em consideração os seguintes montantes:

	2014	2013
Resultado para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (resultado líquido do exercício)	70.281	63.974
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico (milhares)	420.000	420.000
Resultado líquido por ação básico	0,17	0,15

Pelo facto de nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 não existirem efeitos diluidores do resultado por ação, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

18. DIVIDENDOS

Em Assembleia Geral de Acionistas realizada em 31 de maio de 2014 foi deliberada a distribuição de dividendos no valor de 6.300 milhares de euros que corresponde a 0,015 euros por ação, tendo em consideração as demonstrações financeiras separadas da Empresa em 31 de dezembro de 2013, tendo ocorrido a sua liquidação em junho de 2014.

Foram liquidados em junho de 2013 dividendos de 6.300 milhares de euros, referente ao exercício de 2012.

19. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o movimento ocorrido nos valores do *goodwill* apurados na aquisição de empresas subsidiárias, bem como nas respetivas perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	2014	2013
Ativo bruto:		
Saldo inicial	37.155	37.164
Ajustamentos de conversão cambial	28	(9)
Saldo final	37.183	37.155
Perdas por imparidade acumuladas	(7.449)	(7.449)
Ativo líquido:	29.734	29.706

Os valores do *goodwill* em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 respeitam às seguintes entidades:

Participada	Segmento operacional	2014	2013
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	Construção	12.107	12.107
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	Imobiliária	1.979	1.979
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	142	142
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	Energia	7.335	7.335
MULTIGAS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	Energia	60	60
TANQUIGAS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	Energia	71	71
Auto Competição Angola, LDA	Automóvel	234	206
C+PA - Cimento e Produtos Associados, S.A.	Outras	7.806	7.806
		29.734	29.706

Os *goodwill* relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos fazem parte integrante do valor dos correspondentes investimentos e encontram-se evidenciados na Nota 23.

Os valores do *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade anualmente, ou sempre que existam indícios de que os mesmos possam estar em imparidade.

A quantia recuperável das unidades geradoras de caixa às quais os *goodwill* estão afetos é determinada com base no cálculo do seu valor de uso, que utiliza as projeções de fluxos de caixa com base nas projeções financeiras mais recentes aprovadas pelos respetivos Conselhos de Administração cobrindo um período de cinco anos, descontados através das taxas de desconto indicadas no quadro seguinte as quais foram calculadas com base no custo médio ponderado do capital ("WACC"), ajustado pelos riscos específicos do mercado em que cada unidade se insere. Os fluxos de caixa para além desse período de cinco anos foram projetados utilizando as taxas indicadas no mesmo quadro. Estas taxas não excedem, a taxa média de crescimento a longo prazo para os mercados em que aquelas unidades geradoras de caixa se encontram afetos.

Os Conselhos de Administração acreditam que qualquer mudança razoavelmente possível nos pressupostos fundamentais em que a quantia recuperável é baseada, não faria com que a quantia escriturada daquelas unidades geradoras de caixa excedesse o seu valor recuperável.

Assim, os principais pressupostos considerados na determinação do valor de uso dos valores de *goodwill*, são os seguintes:

Participada	2014			2013		
	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade	Valor contabilístico do <i>goodwill</i>	Taxa de desconto	Taxa de crescimento na perpetuidade
EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A.	12.107	8,3%	2,0%	12.107	10,9%	2,0%
C+PA. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	7.806	17,0%	-	7.806	17,0%	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	7.335	7,5%	1,5%	7.335	10,6%	1,5%
BONAPARTE - Imóveis Comerciais e Participações, S.A.	1.979	6,1%	2,0%	1.979	6,5%	2,0%
Auto Competição Angola, Lda.	234	14,3%	1,5%	206	16,9%	1,5%
ACG - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	142	8,3%	1,5%	142	10,9%	1,5%
TANQUIGAS - Distribuição e Comércio de Gás, S.A.	71	8,3%	1,5%	71	10,9%	1,5%
MULTIGAS - Sociedade Comercial e Distribuidora de Gás, S.A.	60	8,3%	1,5%	60	10,9%	1,5%
	29.734			29.706		

20. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o movimento ocorrido nos ativos intangíveis, bem como nas respectivas amortizações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

	Propriedade industrial	Outros	Imobilizações em curso	Adiantamentos por conta ativos intangíveis	Total
Ativo bruto:					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	19.094	648	15.171	1.087	36.000
Ajustamentos de conversão cambial	(756)	(45)	(504)	(48)	(1.353)
Adições	1.618	-	4.925	-	6.543
Transferências e abates	309	(75)	(998)	-	(764)
Alienações	(11)	-	-	-	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	20.254	528	18.594	1.039	40.415
Ajustamentos de conversão cambial	1.912	44	34	141	2.131
Adições	12.555	-	322	-	12.877
Transferências e abates	(757)	(261)	(15.695)	(1.180)	(17.893)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	33.964	311	3.255	-	37.530
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 31 de dezembro de 2012	4.314	405	-	-	4.719
Ajustamentos de conversão cambial	(131)	(19)	-	-	(150)
Transferências e abates	221	(6)	-	-	215
Reforços	1.062	17	-	-	1.079
Alienações	(11)	-	-	-	(11)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	5.455	397	-	-	5.852
Ajustamentos de conversão cambial	268	43	-	-	311
Transferências e abates	(762)	(261)	-	-	(1.023)
Reforços	1.280	16	-	-	1.296
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.241	195	-	-	6.436
Valor líquido:					
Em 31 de dezembro de 2013	14.799	131	18.594	1.039	34.563
Em 31 de dezembro de 2014	27.723	116	3.255	-	31.094

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as adições da rubrica "Propriedade industrial" referem-se essencialmente a direitos de superfície no montante de 11.565 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de "Propriedade industrial" apresenta o montante de 24.248 milhares de euros, referente a direitos de superfície.

21. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis, bem como nas respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foram os seguintes:

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram registadas imparidades de ativos fixos tangíveis no montante de 13.396 milhares de euros, na rubrica "Provisões e perdas por imparidade de ativos depreciáveis e amortizáveis e Goodwill"

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios	Equipamento administrativo	Outros ativos fixos tangíveis	Ativos fixos tangíveis em curso	Adiantamentos em por conta ativos fixos tangíveis	Total
Ativo bruto:										
Saldo em 31 de dezembro de 2012 "Reexpresso"	33.826	409.337	377.713	79.540	36.989	40.078	18.721	43.985	183	1.040.372
Alteração de perímetro	(724)	(854)	(276)	(308)	(7)	(26)	-	-	-	(2.195)
Ajustamentos de conversão cambial	(800)	(11.321)	(17.323)	(5.387)	(1.121)	(1.655)	(569)	(3.280)	(63)	(41.519)
Adições	-	18.540	52.473	13.589	5.201	3.619	1.875	41.336	-	136.633
Transferências e abates	(586)	18.748	1.760	1.097	53	(589)	(9.799)	(16.089)	(120)	(5.525)
Alienações	(33)	(387)	(8.084)	(6.175)	(50)	(293)	(224)	(79)	-	(15.325)
Saldo em 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso"	31.683	434.063	406.263	82.356	41.065	41.134	10.004	65.873	-	1.112.441
Alteração de perímetro (Nota 5)	434	514	165	185	4	22	-	-	-	1.324
Ajustamentos de conversão cambial	155	26.525	(285)	(1.234)	595	2.128	454	4.447	-	32.785
Adições	-	48.130	44.361	13.117	3.930	3.718	1.070	33.090	12	147.428
Transferências e abates	(158)	27.391	193	(660)	(433)	(4.933)	(1.056)	(25.761)	139	(5.278)
Alienações	-	(1.494)	(16.688)	(4.053)	(1.010)	(888)	(17)	-	-	(24.150)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	32.114	535.129	434.009	89.711	44.151	41.181	10.455	77.649	151	1.264.550
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:										
Saldo em 31 de dezembro de 2012 "Reexpresso"	166	112.976	274.235	57.893	28.893	31.316	5.155	-	-	510.634
Alteração de perímetro	-	(375)	(88)	(118)	(5)	(22)	-	-	-	(608)
Efeito de conversão cambial	-	(3.750)	(6.545)	(3.602)	(223)	(1.116)	(63)	-	-	(15.299)
Reforços	-	16.945	28.935	9.400	2.680	3.187	619	-	-	61.766
Transferências e abates	-	7.808	(8.685)	514	(207)	(729)	(49)	-	-	(1.348)
Alienações	-	(324)	(7.477)	(5.604)	(45)	(269)	(219)	-	-	(13.938)
Saldo em 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso"	166	133.280	280.375	58.483	31.093	32.367	5.443	-	-	541.207
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	232	71	95	3	15	-	-	-	416
Efeito de conversão cambial	-	3.609	(588)	(782)	27	1.581	181	-	-	4.028
Reforços (a)	1	28.972	41.849	9.691	3.079	3.333	677	35	-	87.637
Transferências e abates	-	(4.422)	(7.690)	(1.093)	(273)	(5.061)	(32)	(35)	-	(18.606)
Alienações	-	(1.472)	(11.893)	(3.467)	(644)	(756)	(17)	-	-	(18.249)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	167	160.199	302.124	62.927	33.285	31.479	6.252	-	-	596.433
Valor líquido:										
Em 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso"	31.517	300.783	125.888	23.873	9.972	8.767	4.561	65.873	-	571.234
Em 31 de dezembro de 2014	31.947	374.930	131.885	26.784	10.866	9.702	4.203	77.649	151	668.117

As adições de ativos fixos tangíveis realizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 respeitam, essencialmente, a investimentos realizados em instalações e equipamentos.

Em 31 de dezembro de 2014 os ativos fixos tangíveis em curso incluem 43.802 milhares de euros relativos a edifícios e outras construções em curso, dos quais destacamos os seguintes:

- Para o setor da Distribuição, a expansão da rede de lojas em Angola;
- Para o setor da Energia, desenvolvimento do projeto de tancagem de Aveiro.

22. PROPRIEDADES DE INVESTIMENTO

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o movimento ocorrido nas propriedades de investimento foi o seguinte:

	2014	2013
Saldo inicial	479.965	498.236
Ajustamentos de conversão cambial	10.478	(3.810)
Aumentos / (alienações)	(6.349)	(7.101)
Variação no justo valor (Nota 8 e 14)	(1.805)	(6.099)
Transferências para ativos detidos para venda	(409)	-
Transferências de ativos fixos tangíveis	305	(1.261)
Saldo final	482.185	479.965

Os rendimentos obtidos com propriedades de investimento decorrentes da existência de contratos de locação operacional ascenderam a 32.398 milhares de euros no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (33.765 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013). As despesas operacionais diretas com propriedades de investimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ascenderam a 4.063 milhares de euros (6.521 milhares de euros em 31 de dezembro de 2013).

O justo valor de cada propriedade de investimento em exploração é periodicamente determinado através de avaliações, efetuadas, nos casos mais relevantes, por entidades especializadas e independentes e de acordo com metodologias de avaliação geralmente aceites para o mercado imobiliário, nomeadamente os métodos do rendimento, de comparativos de mercado ou de custo de reposição, dependendo das situações concretas de cada imóvel.

Nos restantes casos, a determinação do valor de mercado é efetuada internamente, com base em critérios similares aos considerados pelos avaliadores externos, atendendo aos fluxos de caixa descontados expectáveis.

Os principais pressupostos e métodos inerentes às avaliações de suporte ao valor de mercado das propriedades de investimento foram os seguintes:

- Yield entre 7% e 10%;
- Média do método comparativo e de múltiplos de rendimento;
- Média do método comparativo e do custo.

A IAS 40 - Propriedades de investimento ("IAS 40") não exige que se determine o justo valor das propriedades de investimento na base de uma valorização por um avaliador independente. Contudo, aproximadamente, 82% do justo valor das propriedades de investimento do Grupo é determinado com base em avaliadores independentes e com qualificação profissional relevante e reconhecida (registados na CMVM) e com experiência recente na localização e na categoria da propriedade de investimento valorizadas. Estes avaliadores utilizaram metodologias correntes neste mercado, o qual prevê a utilização do método do rendimento, do custo de reposição ou de comparativos de mercado, consoante as situações concretas de cada imóvel. Tendo em consideração que os ativos se encontram locados, foi utilizado o método do rendimento, tendo igualmente em consideração os restantes métodos para avaliar a razoabilidade dos resultados atingidos por aquele método. Segundo este método, foram utilizados os rendimentos dos atuais contratos nas circunstâncias atuais e, findo o exercício daqueles contratos, a utilização de uma *yield* adaptada a cada um dos imóveis. Para as restantes avaliações realizadas internamente, foram utilizadas *yields* adaptadas em função das indicações dadas por profissionais independentes.

23. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

As empresas associadas e empreendimentos conjuntos que, em 31 de dezembro de 2014, foram registadas pelo método de equivalência patrimonial, são as seguintes:

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
ALVORADA PETRÓLEO, S.A.	Av. Getúlio Vargas, nº 54, sala 405 - Br. Funcionários Belo Horizonte - Minas Gerais - Brasil	43,20%
ALSOMA, GEIE.	3 Av André Malraux Levallois Peret - França	27,00%
AVIAS - Grupo Ferroviário para a Alta Velocidade, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	14,10%
AVIA PORTUGAL - Produtos Petrolíferos, S.A.	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	19,16%

Denominação social	Sede	Percentagem de participação efetiva
CAIS DE CRUZEIROS 2ª FASE, ACE	Rua da Tapada da Quinta de Cima Linhó Sintra	15,00%
CONBATE, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	20,00%
CONSORCIO MINERO LUSO VARGAS C.A. (CONLUVAR)	Av. Venezuela com Calle Mohedano, Torre JWM Piso 5, Of. 5-2, Urb El Rosal - Caracas - Venezuela	49,00%
CONSORCIO OPSUT 2010	Calle 4, Casa nº 4, Urbanizacion Los Laureles Valle de la Pascoa - Venezuela	51,00%
DOURO LITORAL, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
D.L.O.E.A.C.E. - Douro Litoral Obras Especiais, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	40,00%
FERROVIAL/TEIXEIRA DUARTE - Obras Hidráulicas do Alqueva, ACE	Edifício Central Park Rua Alexandre Herculano, Nº 3, 2º - Linda-a-Velha	50,00%
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	20,04%
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.	Av. Julius Nyerere, 130 Maputo	49,92%
Limited Liability Company Cement	Khutorskya Str., 70 Odessa	49,00%
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	Rua Abranches Ferrão, nº 10 - 5º F Lisboa	26,80%
NOVA ESTAÇÃO, ACE	Edifício 6 - Piso 1, Lagoas Park Porto Salvo	25,00%
RPK Gulfstream, Ltd.	Tri Ruchja str. 183003, Murmansk	42,70%
AK10 - Empreendimentos e Participações SPE Ltda.	Rua Iguatemi, nº 448, 6º andar, conjunto 602 Itaim Bibi - São Paulo	25,00%
SOMAFEL E FERROVIAS, ACE	Edifício 1, Lagoas Park Porto Salvo	36,00%
TEIX.CO, SPA	Parc Miremont, Rue A, nº 136 Alger	48,78%
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	57,30%
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	Edifício 2, Lagoas Park Porto Salvo	60,00%
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	Av. das Forças Armadas, 125 - 2º C Lisboa	50,00%

Os investimentos em empresas associadas e empreendimentos conjuntos, tiveram os seguintes movimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso":

	Partes de capital	Goodwill	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 "Reexpresso"	40.155	11.703	51.858
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	(592)	-	(592)
- Efeito em capital próprio	62	-	62
Aumentos	477	-	477
Alienações (a)	(11.397)	-	(11.397)
Efeito conversão cambial	(844)	(10)	(854)
Outros	(3.093)	-	(3.093)
Saldo em 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso"	24.768	11.693	36.461
Efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial:			
- Efeito no resultado do exercício (Nota 15)	(10.311)	-	(10.311)
- Efeito em capital próprio	8.001	-	8.001
Aumentos	866	-	866
Ajustamentos de conversão cambial	(621)	-	(621)
Outros	6.246	(50)	6.196
Saldo em 31 de dezembro de 2014	28.949	11.643	40.592

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 20% do capital da "VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A." pelo montante de 11.668 milhares de euros (Nota 30), tendo registado uma mais-valia de 271 milhares de euros (Nota 15)

O detalhe dos investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso" é como se segue:

Associadas e empreendimentos conjuntos	2014			2013 "Reexpresso"		
	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira	Partes de capital	Goodwill	Valor da posição financeira
Limited Liability Company Cement (a)	16.072	11.643	27.715	16.072	11.643	27.715
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	10.506	-	10.506	6.257	-	6.257
Alvorada Petróleos, S.A.	623	-	623	-	-	-
RPK Gulfstream Ltd.	528	-	528	842	-	842
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	20	-	20	21	50	71
Outros	1.200	-	1.200	1.576	-	1.576
	28.949	11.643	40.592	24.768	11.693	36.461

As referidas participações estão relevadas pelo método da equivalência patrimonial que, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", teve os seguintes impactos:

Associadas e empreendimentos conjuntos	2014		Total
	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	
Alvorada Petróleos, S.A.	(46)	4	(42)
Limited Liability Company Cement	(8.582)	3.696	(4.886)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	232	4.017	4.249
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	(1)	-	(1)
Outros	(1.914)	284	(1.630)
	(10.311)	8.001	(2.310)

2013 "Reexpresso"			
Associadas e empreendimentos conjuntos	Ganhos e perdas em empresas associadas e empreendimentos conjuntos (Nota 15)	Ajustamentos de partes capital	Total
Alvorada Petróleos, S.A.		(122)	(122)
Limited Liability Company Cement		259	(1.266)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.		276	1.371
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.		-	(2)
TEIX.CO, SPA		(9)	(687)
Outros		(464)	176
		62	(530)

A principal informação financeira a respeito das empresas associadas e empreendimentos conjuntos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", é a seguinte:

(a) Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tem registado provisões para partes de capital (Nota 37) correspondente à sua quota-parte nos capitais próprios das referidas participadas

(b) Empréstimo de 16.072 milhares de euros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013

	Ativos totais		Passivos totais		Ativos líquidos totais		Quota parte do Grupo nos ativos líquidos	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
Alvorada Petróleos, S.A.	2.004	1.947	561	2.412	1.443	(465)	623	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	35.364	16.375	14.318	3.840	21.046	12.535	10.506	6.257
Limited Liability Company Cement (a) (b)	16.584	26.905	35.029	35.378	(18.445)	(8.473)	16.072	16.072
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	40	140	-	56	40	84	20	21
TEIX.CO SPA (a)	4.112	5.653	4.759	5.950	(647)	(297)	-	-
Outros	16.755	41.292	16.127	38.451	628	2.841	1.728	2.418
	74.859	92.312	70.794	86.087	4.065	6.225	28.949	24.768

	Vendas e prestação de serviços		Resultado líquido do exercício		Quota parte do Grupo nos resultados líquidos do exercício	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
Alvorada Petróleos, S.A.	-	118	(106)	(282)	(46)	(122)
Limited Liability Company Cement	15.831	20.832	(17.514)	(3.112)	(8.582)	(1.525)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	58	77	464	2.194	232	1.095
SCP AK-10 Empreendimentos e Participações SPE LTDA.	-	-	(1)	(9)	(1)	(2)
Outros	12.238	21.884	(3.779)	(611)	(1.914)	(38)
	28.127	42.911	(20.936)	(1.820)	(10.311)	(592)

24. ATIVOS DETIDOS PARA VENDA

Em 31 de dezembro de 2014 esta rubrica refere-se a uma fração de um imóvel no montante de 409 milhares de euros, anteriormente classificado como propriedade de investimento (Nota 22).

25. ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos na valorização dos ativos financeiros disponíveis para venda, valorizados pelo respetivo justo valor, foram como se segue:

	2014	2013
Saldo inicial	84.613	48.597
Aquisições durante o exercício (a)	22.787	-
Alienações durante o exercício (b)	(4.800)	(2.791)
Aumento / Diminuição no justo valor (c)	(42.713)	38.807
Saldo final	59.887	84.613

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Grupo detinha 622.229.693 e 357.000.000 ações do "Banco Comercial Português, S.A.", respetivamente.

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo adquiriu 268.674.932 ações do "Banco Comercial Português, S.A." pelo montante de 22.787 milhares de euros (Nota 30).

(b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os valores apresentados tem o seguinte detalhe:

Alienações de ações de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2014

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais Valia (b-a+c) (Nota 15)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 3.445.239 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	574	257	323	7	257
Alienação de 472.414 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	4.226	4.467	1.055	1.296	4.467
Total	4.800	4.724	1.378	1.303	4.724

Exercício de 2013

Descrição	Valor contabilístico (a)	Valor de venda (b)	Reserva de justo valor em capitais (c)	Mais Valia (b-a+c) (Nota 15)	Valor recebido (Nota 30)
Alienação de 37.211.281 ações do "Banco Comercial Português, S.A."	2.791	3.990	-	1.199	3.990
Total	2.791	3.990	-	1.199	3.990

(c) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, os valores apresentados tem o seguinte detalhe:

Perda por imparidade de "Ativos financeiros disponíveis para venda":

Exercício de 2014

Descrição	Imparidade do ano		
	Total (Nota 25)	Reserva de justo valor em capitais	Perda em resultados (Nota 15)
Perda por imparidade na participação do "Banco Comercial Português, S.A."	(40.739)	32.307	(8.432)
Perda por imparidade na participação do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A."	(1.974)	(1.974)	-
Total	(42.713)	30.333	(8.432)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo registou um aumento dos Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 38.807 milhares de euros, deduzido de impostos diferidos de 5.728 milhares de euros (Nota 27), com impacto positivo no capital próprio de 33.079 milhares de euros.

Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo procedeu à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." de 22.068 milhares de euros (Nota 30).

Os ativos financeiros disponíveis para venda, e os respetivos valores de custo e de mercado, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são como seguem:

	2014		2013	
	V. custo	V. mercado	V. custo	V. mercado
Banco Comercial Português, S.A.	739.822	40.880	717.321	59.405
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	31.801	19.007	35.958	25.208
	771.623	59.887	753.279	84.613

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram recebidos dividendos do investimento no "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." no montante de 192 milhares de euros e 552 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15).

26. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, esta rubrica inclui investimentos nas seguintes entidades:

a) Esta rubrica inclui, essencialmente, investimentos em instrumentos de capital próprio que não têm um preço de mercado cotado num mercado ativo e cujo justo valor não pode ser fiavelmente mensurado. Estes investimentos encontram-se mensurados pelo seu custo de aquisição deduzido de quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram recebidos dividendos destes investimentos no montante de 738 e 1.003 milhares de euros, respetivamente, os quais foram reconhecidos na demonstração dos resultados do exercício findo naquela data (Nota 15)

	Não correntes		Correntes	
	2014	2013	2014	2013
Ativos financeiros disponíveis para venda ao custo (a)				
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	5.373	819	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	5.456	5.606	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	1.212	1.212	-	-
LONGAPAR - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	1.006	1.006	-	-
JÚPITER - Indústria Hoteleira, S.A.	784	784	-	-
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	715	715	-	-
LONGAVIA, S.A.	670	670	-	-
MTS - Metro Transporte do Sul, S.A.	570	570	-	-
MATADOURO DE MACAU, S.A.R.L.	317	317	-	-
EIA - Ensino, Investigação e Administração, S.A.	300	300	-	-
VSL Sistemas Portugal - Pré-Esforço, Equipamento e Montagens, S.A.	-	258	-	-
ILTA - Urbanizadora da Ilha de Tavira, S.A.	256	256	-	-
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	205	-	-
TEGAVEN - Teixeira Duarte Y Associados, C.A.	-	95	-	-
Outros	187	220	-	-
	17.051	13.033	-	-
Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor				
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	-	-	3.848	18
COLT Resources Inc.	532	2.504	-	-
Outros	-	-	41	44
	532	2.504	3.889	62
	17.583	15.537	3.889	62

27. IMPOSTOS DIFERIDOS

Todas as situações que possam vir a afetar significativamente os impostos futuros encontram-se relevadas por via da aplicação do normativo dos impostos diferidos.

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, de acordo com as diferenças temporárias que os geraram, é o seguinte:

	2014						
	Saldo inicial	Alteração perímetro (Nota 5)	Constituição		Reversão		Saldo final
			Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de inventários	128	-	2	-	(2)	-	128
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	52	-	123	-	(144)	141	172
Ativos financeiros disponíveis para venda	138.496	-	1.212	7.991	(12.156)	(1.776)	133.767
Prejuízos fiscais reportáveis	30.649	-	23.619	-	(5.234)	(27.446)	21.588
Provisão para prejuízos em obras	3.617	26	2.247	-	(406)	(3.868)	1.616
Outros	15.572	-	2.372	1.215	(9.790)	4.579	13.948
	188.514	26	29.575	9.206	(27.732)	(28.370)	171.219
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	338	-	1.224	-	(16)	(33)	1.513
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.792	-	-	-	-	(1.056)	736
Propriedades de investimento	44.174	-	886	-	(217)	976	45.819
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	5.010	-	-	-	(623)	1.355	5.733
Outros	1.379	-	862	-	(269)	(3)	2.279
	52.693	-	2.972	-	(1.125)	2.295	56.080

	2013						
	Saldo inicial	Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)	Reversão		Efeito cambial e ajustamentos	Saldo final
				Resultado líquido (Nota 16)	Capital próprio (Nota 16)		
Ativos por impostos diferidos:							
Imparidades de inventários	68	82	-	-	-	(22)	128
Imparidades de clientes cobrança duvidosa	20	35	-	(3)	-	-	52
Ativos financeiros disponíveis para venda	84.238	70.863	-	(8.976)	(3.936)	(3.693)	138.496
Prejuízos fiscais reportáveis	22.557	27.426	-	(2.054)	(61)	(17.219)	30.649
Provisão para prejuízos em obras	635	1.901	-	-	-	1.081	3.617
Outros	4.394	10.210	-	(564)	(1.055)	2.587	15.572
	111.912	110.517	-	(11.597)	(5.052)	(17.266)	188.514
Passivos por impostos diferidos:							
Ganhos tributados em períodos futuros	1.138	164	-	(850)	-	(114)	338
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.792	-	-	-	1.792
Propriedades de investimento	48.832	3	-	(3.756)	-	(905)	44.174
Reavaliações de ativos fixos tangíveis	6.017	-	-	(1.247)	(8)	248	5.010
Outros	1.992	442	-	(77)	-	(978)	1.379
	57.979	609	1.792	(5.930)	(8)	(1.749)	52.693

De acordo com as declarações fiscais das empresas que registam ativos por impostos diferidos por prejuízos fiscais, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os mesmos eram reportáveis como se segue:

	2014			2013		
	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Ativos por impostos diferidos	Data limite de utilização
Gerados em 2008	-	-	2014	909	270	2014
Gerados em 2009	1.137	283	2015	5.387	1.384	2015
Gerados em 2010	13.015	3.365	2014	22.202	6.773	2014
Gerados em 2011	9.453	2.155	2015	16.676	4.389	2015
Gerados em 2012	10.645	3.032	2017	18.227	4.277	2017
Gerados em 2013	27.100	9.002	2018	41.699	13.556	2018
Gerados em 2014	13.009	3.751	2026	-	-	2026
	74.359	21.588		105.100	30.649	

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 os prejuízos e créditos fiscais que por prudência não foram registados como ativos por impostos diferidos, são detalhados como segue:

	2014			2013		
	Prejuízo fiscal	Crédito de imposto	Data limite de utilização	Prejuízo fiscal	Crédito do imposto	Data limite de utilização
Gerados em 2008	-	-	2014	3.471	798	2014
Gerados em 2009	3.321	697	2015	3.321	764	2015
Gerados em 2010	3.180	668	2014	3.180	731	2014
Gerados em 2011	3.108	653	2015	3.108	715	2015
Gerados em 2012	2.922	614	2017	2.922	672	2017
Gerados em 2013	2.252	473	2018	2.252	518	2018
Gerados em 2014	1.162	244	2026	-	-	2026
	15.945	3.349		18.254	4.198	

Relativamente aos ativos por impostos diferidos, os mesmos só são registados na medida em que se considera provável que venham a existir lucros tributáveis em períodos de tributação futuros que possam ser utilizados para recuperar as perdas fiscais ou diferenças tributárias dedutíveis. Esta avaliação baseou-se nos planos de negócios das empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados, nas perspetivas de geração de resultados tributáveis.

A partir de 1 de janeiro de 2014, a dedução de prejuízos fiscais, incluindo os prejuízos fiscais apurados em períodos anteriores, é limitada a 70% do lucro tributável do exercício em que é realizada tal dedução.

28. CLIENTES E OUTROS DEVEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso" esta rubrica tinha a seguinte composição:

	Corrente		Não corrente	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
Cientes:				
Clientes conta corrente	462.758	507.287	55.225	53.224
Clientes de cobrança duvidosa	36.397	32.020	-	-
	499.155	539.307	55.225	53.224
Perdas por imparidade	(49.077)	(47.172)	-	-
	450.078	492.135	55.225	53.224
Outros devedores:				
Pessoal	2.215	1.094	-	-
Outros devedores	73.218	69.285	125	97
	75.433	70.379	125	97
Perdas por imparidade	(893)	(1.064)	-	-
	74.540	69.315	125	97

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os movimentos ocorridos nas perdas por imparidade de contas a receber, foram os seguintes:

Perdas por imparidade acumuladas a clientes e outros devedores:	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	47.594
Alteração de perímetro	(869)
Ajustamentos de conversão cambial	(1.299)
Reforços (Nota 14)	7.208
Reversões (Nota 8)	(4.192)
Regularizações	(206)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	48.236
Ajustamentos de conversão cambial	2.888
Reforços (Nota 14)	2.127
Reversões (Nota 8)	(1.607)
Regularizações	(1.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	49.970

A exposição do Grupo ao risco de crédito (Nota 43) é atribuível às contas a receber da sua atividade operacional. Os saldos apresentados na Demonstração da posição financeira encontram-se líquidos de perdas por imparidade resultantes de cobranças duvidosas que foram estimadas pelo Grupo de acordo com a sua experiência e com base na sua avaliação da conjuntura e envolvente económica.

O Conselho de Administração entende que o valor contabilístico das contas a receber corresponde à melhor estimativa do seu justo valor.

O Grupo não tem uma concentração significativa de riscos de crédito, dado que o mesmo se encontra diluído por um vasto conjunto de clientes e outros devedores.

29. PARTES RELACIONADAS

As transações e saldos entre a "TD,S.A." e as empresas do Grupo incluídas no perímetro de consolidação, que são partes relacionadas, foram eliminados no processo de consolidação, não sendo alvo de divulgação na presente nota. Os saldos e transações entre o Grupo e as empresas associadas e empreendimentos conjuntos, relacionadas e indivíduos com poder de voto significativo com empresas próprias, estão detalhados abaixo.

Os termos ou condições praticados entre estas relacionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Os principais saldos com entidades relacionadas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", podem ser detalhados como se segue:

	Saldos a receber		Saldos a pagar		Empréstimos concedidos		Outras dívidas	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	-	-	-	-	5.373	819	-	-
AEDL - Auto Estradas do Douro Litoral, S.A.	-	-	-	-	1.202	1.202	-	-
ALSOMA, GEIE	-	-	-	24	-	-	-	-
AVIAS, ACE	-	48	-	-	-	-	-	-
CINTEL - Construção Interceptor Esgotos, S.A.	46	46	-	-	4	4	-	-
CONBATE, ACE	22	57	-	-	-	-	-	24
Consórcio Mineiro Luso Vargas - CONLUVAR	3.808	4.783	1.500	779	-	-	3	6
Consórcio OPSUT 2010	2.569	1.560	323	-	-	-	-	-
DOURO LITORAL, ACE	7	50	30	61	-	-	-	(102)
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	-	-	-	-	-	-	(269)	(269)
EIA - Ensino de Investigação e Administração, S.A.	9	-	-	-	-	-	(324)	(324)
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	56	58	10	10	-	-	-	-
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	20	21	-	-	-	-	-	-
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	-	79	-	59	-	-	-	(48)
GPCIE - Grupo Português de Construção de Infraestruturas da Expo, ACE	-	-	-	-	-	-	-	(1)
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	10.050	1.554	5	-	-	-	(2)	(2.092)
Limited Liability Company Cement	147	-	-	-	16.072	16.072	-	-
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	-	-	-	-	-	150	-	-
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	13	14	-	1	-	-	-	(2)
Moreira e Cunha, Lda.	7	33	-	-	-	-	-	(80)
MTS - Metro Transportes do Sul, S.A.	-	-	-	-	740	740	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	1.017	1.005	51	35	-	-	-	-
Promociones Inmobiliárias 3003, C.A.	-	55	-	-	-	-	(27)	(37)
RPK Gulfstream, Ltd.	-	-	-	-	1.379	2.200	-	-
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	5	1	-	-	-	-	-	-
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	-	19	-	-	-	-	-	(736)
TEDEVEN Imobiliária, C.A.	1	-	15	-	-	-	-	-
TEGAVEN - Teixeira Duarte Y Asociados, C.A.	-	6.106	-	1.349	-	139	-	68.521
TEIX.CO SPA	1.396	1.381	524	720	-	-	(281)	(291)
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	-	64	-	6	-	-	-	(2)
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	-	17	44	54	-	-	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	1	35	35	-	-	-	(134)
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	1	-	12	-	-	-	-	-
	19.174	16.952	2.549	3.133	24.770	21.326	(900)	64.433

As principais transações realizadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso" com entidades relacionadas foram como se segue:

	Vendas e prestações de serviços		Compras e serviços obtidos		Juros debitados	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
AEBT - Auto Estradas do Baixo Tejo, S.A.	23	-	-	-	-	-
AVIA PORTUGAL, S.A.	-	-	21	25	-	-
AVIAS, ACE	-	46	-	-	-	-
CONBATE, ACE	142	224	-	-	-	-
Consórcio Minerio Luso Vargas - CONLUVAR	1.618	3.467	6.025	15.422	-	-
Consórcio OPSUT 2010	1.047	1.536	1.378	2.973	-	-
DOURO LITORAL, ACE	64	98	33	4	-	-
DOURO LITORAL OBRAS ESPECIAIS, ACE	2	-	-	-	-	-
GMP - Grupo Marítimo Português, ACE	50	51	-	1	-	-
GMP - Grupo Marítimo Português MEK, ACE	5	6	-	-	-	-
GPCC - Grupo Português de Construção de Infraestruturas de Gás Natural, ACE	-	-	2	2	-	-
IMOC - Empreendimentos Imobiliários, S.A.R.L.	8.278	1.687	55	79	-	-
Limited Liability Company Cement	-	-	-	-	1.768	1.768
METROLIGEIRO - Construção de Infraestruturas, ACE	21	22	-	-	-	-
Moreira e Cunha, Lda.	53	126	-	-	-	-
NOVA ESTAÇÃO, ACE	212	1	16	48	-	-
STELGEST - Gestão Hoteleira, S.A.	21	111	3	2	-	59
SOMAFEL/FERROVIAS, ACE	3	3	-	-	-	-
TEGAVEN - Teixeira Duarte Y Associados, C.A.	-	-	-	2.028	-	-
TEIXEIRA DUARTE/OPCA - Fungere - Parcela 1.18 do Parque das Nações em Lisboa - 3ª Fase - Empreitada de Acabamentos e Instalações Especiais dos Edifícios para o Hotel e Escritórios, ACE	1	27	5	5	-	-
TRÊS PONTO DOIS - Trabalhos Gerais de Construção Civil, Via e Catenária de Modernização da Linha do Norte, ACE	-	1	-	-	-	-
TEIXEIRA DUARTE - SOPOL - Metro Superfície, ACE	16	57	31	44	-	-
VSL Sistema de Pré-Esforço - Equipamento de Montagem, S.A.	1	-	22	-	-	-
	11.557	7.463	7.591	20.633	1.768	1.827

As remunerações dos membros dos órgãos sociais da TD, S.A., nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram as seguintes:

	2014	2013
Administradores executivos:		
Benefícios de curto prazo	1.738	1.445
Conselho fiscal:		
Benefícios de curto prazo	61	72
Revisor oficial de contas:		
Benefícios de curto prazo	61	61
	1.860	1.578

As remunerações dos membros da alta direção da TD.S.A, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram as seguintes:

	2014	2013
Alta direção:		
Benefícios de curto prazo	7.483	7.561
	7.483	7.561

30. NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", o detalhe de caixa e equivalentes de caixa era o seguinte:

	2014	2013 "Reexpresso"
Depósitos à ordem	111.264	134.088
Depósitos a prazo	71.097	34.104
Outras aplicações de tesouraria	3.822	2.704
Numerário	5.294	15.545
	191.477	186.441

A rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende os valores de caixa, depósitos imediatamente mobilizáveis, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria com vencimento a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com insignificante risco de alteração de valor.

Fluxos das atividades de investimento

Os recebimentos provenientes de investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respeitam à alienação de partes de capital nas seguintes entidades:

	2014	2013
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A. (a)	35.164	34.836
Banco Comercial Português, S.A. (b)	22.325	12.163
VOTORANTIM Macau Investimentos, S.A.	-	11.668
Outros	150	219
	57.639	58.886

(a) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo alienou 472.414 ações do "Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A." classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 4.467 milhares de euros e o restante montante recebido, refere-se à alienação de ações classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor - "Outros Investimentos" (Nota 26).

No exercício de 2013, os valores apresentados referem-se à alienação de ações classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor - "Outros Investimentos" (Nota 26).

(b) Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo alienou 3.445.239 ações do "Banco Comercial Português, S.A." classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 257 milhares de euros e o restante montante recebido, refere-se à alienação de direitos de subscrição do "Banco Comercial Português, S.A." no montante de 22.068 milhares de euros.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, o Grupo alienou 37.211.281 ações do "Banco Comercial Português, S.A." classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda no montante de 3.990 milhares de euros e restante montante recebido, refere-se à alienação de ações classificadas como Ativos financeiros disponíveis para venda ao justo valor - "Outros Investimentos" (Nota 26).

Os pagamentos respeitantes a investimentos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, respeitam à aquisição de partes de capital nas seguintes entidades:

	2014	2013
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	34.429	24.616
Banco Comercial Português, S.A.	22.787	5.503
AEBT - Vias do Baixo Tejo, S.A.	4.554	-
DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A.	930	928
C + P.A. - Cimento e Produtos Associados, S.A.	-	23.259
Outros	202	497
	62.902	54.803

Os dividendos recebidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram como se segue:

	2014	2013
Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.	207	772
CPM - Companhia de Parques de Macau, S.A.R.L.	205	213
LUSOPONTE - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A.	158	392
Outros	1.163	178
	1.733	1.555

31. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", os outros ativos correntes e não correntes têm a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	13.421	-	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	37.998	32.685	-	-
	51.419	32.685	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	1.774	2.930	-	-
Empresas participadas	748	3.346	955	955
Outros acionistas	355	296	18	-
	2.877	6.572	973	955
Acréscimos de proveitos:				
Juros a receber	833	1.611	-	-
Valores a faturar (Nota 32)	141.489	84.322	-	-
Outros acréscimos de proveitos	41.804	36.478	-	-
	184.126	122.411	-	-
Custos diferidos:				
Seguros pagos antecipadamente	2.529	4.914	-	-
Juros a pagar	46	53	-	-
Outros custos diferidos	26.339	22.483	330	606
	28.914	27.450	330	606
Outros ativos correntes:				
Adiantamentos a fornecedores	53.343	56.803	-	-
	320.679	245.921	1.303	1.561

32. CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", os custos e os proveitos reconhecidos relativos a contratos de construção em curso, são como segue:

	2014	2013 "Reexpresso"
Proveitos líquidos:		
Faturação emitida	669.527	827.487
Varição de:		
- Proveitos diferidos - obras (Nota 40)	52.416	(4.594)
- Acréscimos de proveitos - obras (Nota 31)	57.167	(22.558)
	779.110	800.335
Custos líquidos:		
Custos faturados	701.124	749.748
Varição de:		
- Provisões para garantias (Nota 37)	1.338	1.924
- Provisões para perdas futuras (Nota 37)	759	1.709
	703.221	753.381
Resultados apurados (Nota 7):	75.889	46.954

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as retenções efetuadas por clientes relativas a contratos de construção ascendiam a 2.494 milhares de euros e 928 milhares de euros, respetivamente.

33. CAPITAL

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o capital subscrito e realizado estava representado por 420.000.000 ações com o valor nominal de 0,50 euro cada.

Em 31 de dezembro de 2014, a TEIXEIRA DUARTE - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detinha, diretamente, 203.520.000 ações representativas do capital da Teixeira Duarte, S.A., correspondentes a 48,46% do respetivo capital social (197.950.000 ações representativas do capital, correspondentes a 47,13% do respetivo capital social, em 31 de dezembro de 2013).

34. RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Reserva legal: De acordo com a legislação em vigor, a Empresa é obrigada a transferir para reserva legal pelo menos 5% do resultado líquido anual, até que a mesma atinja, no mínimo, 20% do capital. Esta reserva não é distribuível aos acionistas, podendo contudo ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou incorporada no capital.

Reserva de justo valor: A reserva de justo valor resulta da diferença entre o valor de custo e o valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda, ainda não reconhecida na demonstração dos resultados.

Reservas livres: As reservas livres são disponíveis para distribuição, nos termos e limites constantes do Código das Sociedades Comerciais.

Reserva de operações de cobertura: Conforme descrito na Nota 2.16 g), a reserva de operações de cobertura reflete a componente efetiva (líquida de efeito fiscal) das variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de *cash-flow*.

35. INTERESSES NÃO CONTROLADOS

Os movimentos desta rubrica durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foram os seguintes:

	2014	2013
Saldo inicial	35.321	73.863
Alterações de perímetro (Nota 5)	2.586	(1.082)
Ajustamentos de conversão cambial	2.076	(1.595)
Dividendos	(7.874)	(493)
Aquisição de interesses não controlados (a)	(641)	(29.737)
Outras variações de capital próprio das empresas participadas	(74)	(6.407)
Resultado do exercício atribuível aos interesses não controlados	(4.336)	772
Saldo final	27.058	35.321

(a) Durante o exercício de 2014, o Grupo adquiriu os restantes 5% da participada "DIGAL - Distribuição e Comércio de Gás, S.A." pelo montante de 930 milhares de euros (Nota 30), bem como, 5% de empresas do setor da Energia por 116 milhares de euros, sociedades já antes consolidadas

Durante o exercício de 2013, o Grupo adquiriu os restantes 48% da participada "C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A." pelo montante de 23.259 milhares de euros (Nota 30) e 5% da participada "DIGAL - Distribuição e Comércio de Gás, S.A." pelo montante de 928 milhares de euros (Nota 30), bem como, 5% de empresas do setor de Energia por 116 milhares de euros, sociedades já antes consolidadas.

36. EMPRÉSTIMOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os empréstimos obtidos eram como se segue:

	2014	2013
Passivos não correntes:		
Empréstimos bancários a)	243.200	209.200
Papel comercial b)	503.015	471.780
Empréstimo obrigacionista c)	15.300	-
	761.515	680.980
Passivos correntes:		
Empréstimos bancários a)	624.788	569.278
Papel comercial b)	98.557	112.348
	723.345	681.626
	1.484.860	1.362.606

a) Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos bancários internos, os descobertos bancários e as contas correntes caucionadas venciam juros à taxa média anual ponderada de 4,95% (3,92% em 31 de dezembro de 2013).

Em 31 de dezembro de 2014, os empréstimos bancários mais significativos contratados pelo Grupo, correspondem essencialmente a:

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral (Espanha), contratado em 11 de fevereiro de 2008 no montante à data de fecho de 2014 de 13.570 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 11 de fevereiro de 2016.

Empréstimo junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e a Caixa Geral de Depósitos, S.A., contratado em 21 de fevereiro de 2008 no montante à data de fecho de 2014 de 45.937 milhares de euros, cujo reembolso será em 38 prestações semestrais iguais e sucessivas, com termo em 10 de dezembro de 2033.

Empréstimo contratado pelo Grupo em 30 de dezembro de 2008 junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante à data de fecho de 2014 de 31.879 milhares de euros, cujo reembolso será em 108 prestações mensais iguais e sucessivas, com termo em 30 de dezembro de 2023.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Totta Angola, contratado em 21 de dezembro 2011, no montante à data de fecho de 2014 de 13.528 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 28 de fevereiro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., contratado em 29 de dezembro de 2011 no montante à data de fecho de 2014 de 943 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2015.

Empréstimo junto do Banco Bradesco, S.A., contratado em 27 de março de 2012 no montante à data de fecho de 2014 de 14.921 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de setembro de 2015.

Empréstimo junto do Banco BPI, S.A., contratado em 19 de julho de 2012, no montante à data de fecho de 2014 de 1.830 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 19 de julho de 2015.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de 2014 de 11.291 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 5 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 9 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de 2014 de 24.601 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 13 de dezembro de 2019.

Empréstimo junto do Banco Privado Atlântico de Angola, contratado em 12 de outubro de 2012 no montante à data de fecho de 2014 de 16.950 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 18 de outubro de 2017.

Empréstimo junto do Banco Popular Portugal, S.A., contratado em 13 de dezembro de 2012, no montante à data de fecho de 2014 de 2.905 milhares de euros. O capital atual será amortizado ao longo do período de vida do contrato, e conforme tabela de expurgos acordada, pelo produto da venda dos imóveis objetos de hipoteca, sendo o remanescente liquidado através amortizado *bullet* em 13 de dezembro de 2015.

Empréstimo junto do Banco Bradesco, S.A. contratado em 21 de fevereiro 2013 no montante à data de fecho de 2014 de 7.002 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de outubro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Itaú, contratado em 30 de Agosto de 2013 no montante à data de fecho de 2014 de 1.251 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de novembro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Itaú, contratado em 28 de setembro de 2013 no montante à data de fecho de 2014 de 6.104 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 20 de outubro de 2016.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Totta Angola, contratado em 23 de janeiro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 15.689 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 30 de abril de 2021.

Empréstimo junto do Banco Angolano de Investimento, contratado em 20 de fevereiro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 34.406 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 31 de outubro de 2020.

Empréstimo junto do Banco BIC de Angola, contratado em 22 de setembro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 11.767 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 31 de dezembro de 2021.

Empréstimo junto do Banco do Brasil S.A., contratado em 17 de outubro de 2014 no montante de 7.800 milhares euros, cuja amortização ocorrerá semestralmente no montante de 1.300 milhares de euros.

Empréstimo junto da Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 23 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 8.000 milhares de euros, cujo reembolso será em 84 prestações mensais, constantes e sucessivas de capital e juros após período de carência de vinte e quatro meses, com termo em 23 de outubro de 2023.

Empréstimo junto da Caixa Económica Montepio Geral, contratado em 23 de outubro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 3.201 milhares de euros, cujo reembolso será em 60 prestações mensais, constantes e sucessivas, com termo em 23 de outubro de 2019.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 24 de outubro de 2014 no montante de 7.000 milhares de euros, à data de fecho de 2014 de 5.834 milhares de euros, cujo reembolso será em 12 prestações mensais e sucessivas, sendo as 11 primeiras de 583 milhares de euros e última de 587 milhares de euros.

Empréstimo junto do Novo Banco, S.A., contratado em 24 de outubro de 2014 no montante de 15.000 milhares de euros, cujo reembolso será em 3 prestações de 3.000, 5.000 e 7.000 milhares de euros a ocorrerem em 30 de abril de 2015, 30 de setembro de 2015 e 30 de abril de 2016, respetivamente.

Empréstimo junto do Banco BANRISUL, S.A., contratado em 24 de novembro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 1.294 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 27 de novembro de 2016.

Empréstimo junto do Banco CAIXA GERAL, S.A., contratado em 16 de dezembro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 2.760 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 18 de setembro de 2015.

Empréstimo junto do Banco Caixa Geral Totta Angola, contratado em 31 de dezembro de 2014 no montante à data de fecho de 2014 de 11.767 milhares de euros, cujo vencimento ocorrerá em 31 de dezembro de 2021.

Linha de factoring com recurso junto do Novo Banco, S.A., no montante de 13.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de 2014 na sua totalidade.

No âmbito de uma linha de desconto comercial sobre o estrangeiro (Venezuela) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 26.000 milhares de dólares dos Estados Unidos da América, à data de fecho de 2014, a mesma se encontra utilizada em 12.382 milhares de dólares dos Estados Unidos da América, a que corresponde a 9.644 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de Desconto Comercial sobre o estrangeiro (Argélia) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 20.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de 2014 no montante de 16.261 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de Desconto Comercial sobre o estrangeiro (Angola) outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., TEIXEIRA DUARTE - Distribuição, S.A. e TDO - Investimento e Gestão, S.A. com a Caixa Geral de Depósitos no montante de 20.000 milhares de euros, a qual se encontra utilizada à data de fecho de 2014 pelas duas primeiras no montante de 6.521 e 12.408 milhares de euros, respetivamente.

No âmbito de uma linha de Crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela, com o Mercantil, C.A. Banco Universal, em 4 de abril de 2013, no montante máximo de 150.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada em maio de 2014, para um limite máximo de 300.000 milhares de bolívares venezuelanos, utilizada à data de fecho de 2014 por 200.000 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento do ano, correspondem a 13.728 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de Crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela com o Banco Nacional de Crédito, C.A., em 4 de abril de 2013, no montante máximo de 175.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada em maio de 2014, para um limite máximo de 220.000 milhares de bolívares, utilizada à data de fecho de 2014 por 45.000 milhares de bolívares venezuelanos que, ao câmbio de encerramento do ano, correspondem a 3.089 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de Crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela, em 29 de julho de 2013, com o CorpBanca, C.A. (o qual foi extinto, em consequência de fusão, por incorporação, no Banco Occidental de Descuento, C.A.), no montante máximo de 100.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada para 200.000 milhares de bolívares venezuelanos, em maio de 2014, com aprovação, em novembro 2014, de nova extensão até aos 300.000 milhares de bolívares venezuelanos, utilizada à data de fecho de 2014 por 135.750 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento do ano, correspondem a 9.318 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de Crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela, em 28 de outubro de 2013, com o Banco Occidental de Descuento, C.A., no montante máximo de 250.000 milhares de bolívares venezuelanos, incrementada para 300.000 milhares de bolívares venezuelanos, em julho 2014, com aprovação, em novembro de 2014, de nova extensão até 450.000 milhares de bolívares venezuelanos, utilizada à data de fecho de 2014 por 70.000 milhares de bolívares venezuelanos, contra constituição de colateral pela Empresa, que, ao câmbio de encerramento do ano, correspondem a 4.805 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de Crédito, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela com o Banco del Caribe C.A., em 13 de fevereiro de 2014, no montante máximo de 200.000 milhares de bolívares venezuelanos, totalmente utilizada, que, ao câmbio de encerramento do ano, correspondem a 13.278 milhares de euros.

No âmbito de uma linha de Crédito formalizada, outorgada pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela em maio 2014, com o Banesco Universal, C.A. com um limite máximo de 150.000 milhares de bolívares, utilizada à data de fecho de 2014 por 50.000 milhares de bolívares venezuelanos, que, ao câmbio de encerramento do ano, correspondem a 3.432 milhares de euros.

Todas as linhas de crédito outorgadas pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. - Sucursal Venezuela estão negociadas e renegociadas por prazos de 12, 18 ou 24 meses e os montantes utilizados ao abrigo das mesmas vencem juros às taxas normais para operações idênticas, no mercado local, às datas das respetivas utilizações, os quais são cobrados com periodicidade mensal, trimestral ou semestral, consoante as mesmas.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os empréstimos bancários incluem ainda as contas caucionadas no montante de 447.029 e 453.408 milhares de euros, respetivamente.

b) Papel comercial

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tem negociado os seguintes programas de papel comercial:

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto dos Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e Novo Banco, S.A. em 16 de dezembro de 2005, no montante de 100.000 milhares de euros, à data de fecho de 2014 de 46.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa tem uma duração de cinco anos menos um dia, a contar da data de assinatura do contrato. Os prazos de emissões são de 1 a 6 meses e vencem juros antecipadamente à taxa Euribor do período acrescido de um spread de 3%, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 20 de agosto de 2018, estando previstas amortizações semestrais com início em 20 de agosto de 2015 no montante de 1.000 milhares de euros, na primeira ocorrência e de 2.500 milhares de euros nas restantes e liquidação do valor remanescente na data da última emissão do programa.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante de 18.000 milhares de euros, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Comercial Português, S.A. em 20 de agosto de 2008, no montante de 12.500 milhares de euros, com renovação anual. Os juros vencem-se postecipadamente, sendo a taxa indexada à Euribor de um a três meses acrescida de um *spread* de 5,75% e determinada em função da data de realização de cada emissão.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado junto da Caixa Geral de Depósitos, S.A. em 7 de julho de 2010, no montante de 70.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., estando a totalidade em utilização pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das utilizações. O programa foi reduzido para 60.000 milhares de euros em 28 de abril de 2011 e renovado em 11 de maio de 2012 por mais 3 anos a contar de 14 de maio de 2012. Ao montante à data de fecho de 2014 de 50.000 milhares de euros está prevista mais uma amortização de 10.000 milhares de euros em 14 de maio de 2015. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 4,25% até 14 de maio de 2015, 4% de 14 de maio de 2015 até maio de 2016 e 3,75% no restante prazo do programa e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Programa de emissões de papel comercial contratado junto do Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Novo Banco, S.A. em 28 de dezembro de 2010, no montante de 34.000 milhares de euros, no qual toma parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. O programa teve uma utilização inicial de três anos, estando atualmente sujeito a renovação anual. Os juros vencem-se antecipadamente na data de cada subscrição, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de 3% e determinada em função da data de realização de cada leilão.

Programa grupado de emissões de papel comercial, por subscrição particular contratado em 14 de janeiro de 2011 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante utilizado de 20.750 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., pelos montantes de 18.650 milhares de euros e 2.100 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das utilizações do programa, tendo a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. que participar, no mínimo, com 10% do valor total. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se postecipada e semestralmente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor de um a seis meses por leilão competitivo de 7 a 180 dias por colocação direta, acrescidos de 4,375% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de Janeiro de 2016.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 28 de dezembro de 2011, junto do Banco Comercial Português, S.A., no montante global de 43.000 milhares de euros, montante à data de fecho de 2014 de 41.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sendo que nesta data os montantes utilizados por cada uma eram de 500 milhares de euros, 500 milhares de euros e 40.000 milhares de euros, respetivamente. Cada uma das emissões terá obrigatoriamente que ser realizada em conjunto por todas as emitentes e a participação de cada uma não poderá ser inferior a 250 milhares de euros. O programa está em vigor até 30 de dezembro de 2021, estando previstas amortizações no final de cada semestre por valores crescentes compreendidos entre 2.000 e 3.000 milhares de euros, com exceção da última que será de 5.500 milhares de euros. A taxa de juro a aplicar é igual a taxa Euribor para o prazo de cada emissão, em vigor no segundo dia útil anterior ao seu início, acrescida de um *spread* de 4,25%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 6 de novembro de 2013 com o Novo Banco, S.A. e o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., no montante de 100.000 milhares de euros, no qual tomam parte a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., pelos montantes de 90.000 milhares de euros e 10.000 milhares de euros, respetivamente. A participação de cada sociedade no programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5,00% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 6 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a

amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente a partir de maio de 2015 de 1.500 milhares de euros, a partir de maio de 2016 de 2.000 milhares de euros sendo a penúltima prestação em maio de 2018 de 2.500 milhares de euros.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 30 de dezembro de 2013 com o Novo Banco, S.A. e o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A., no montante à data de fecho de 2014 de 200.500 milhares de euros, outorgado pelas emitentes, TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., e pelas garantidas TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., QUINTA DO CRAVEL - Imobiliária, S.A., e V8 - Gestão Imobiliária, S.A. estando totalmente a ser utilizado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A.. A participação de cada sociedade em cada programa poderá ser variável em cada uma das suas emissões. O programa tem uma duração de cinco anos menos 1 dia, a contar da data de assinatura do contrato, os juros vencem-se antecipadamente, sendo a taxa de intervenção indexada à Euribor para o respetivo prazo, em vigor no segundo dia útil anterior a cada data de subscrição, acrescida de um *spread* de 5% e determinada em função da data de realização de cada leilão, procedendo-se ao reembolso da última emissão a 29 de novembro de 2018. O Programa será sujeito a amortizações parciais, a ocorrerem semestralmente a partir de abril de 2014 de 1.250 milhares de euros, em 30 de dezembro de 2015 de 8.000 milhares de euros e a partir de junho de 2016 de 5.000 milhares de euros.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 2 de maio de 2014 com o Banco Finantia, S.A., no montante de 20.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. que à data de fecho de 2014 está a ser utilizado na sua totalidade pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., podendo a participação de cada emitente ser variável em cada emissão. O programa tem a duração de 3 anos, podendo as emissões ter o prazo de 7 a 365 dias. Os juros são postecipados à taxa correspondente à que resultar da colocação direta ou da respetiva taxa de intervenção que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 4,7%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 27 de junho de 2014 com o Banco Comercial Português, S.A., no montante de 55.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. O programa tem a duração de 5 anos, podendo as emissões ter o prazo de um ou três meses. Os juros são postecipados à taxa que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 6%.

Programa grupado de emissões de papel comercial contratado em 18 de novembro de 2014 com o Banco BIC Português, S.A., no montante de 5.000 milhares de Euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. O programa é válido até ao dia 2 de janeiro de 2020, podendo as emissões ter o prazo de um ou seis meses. Os juros são postecipados à taxa que será igual à Euribor aplicável ao prazo da emissão acrescida de 3,25%.

Decorrente do compromisso de renovação sucessiva durante o exercício dos contratos programa, algumas emissões existentes em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 encontram-se classificadas como passivo não corrente.

c) Empréstimo Obrigacionista

A TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. assinaram com o Banco Comercial Português, S.A. um Contrato de Prestação de Serviços de Assistência e de Colocação de uma Oferta Particular de Emissão de Obrigações, bem como o Contrato de Agente Pagador relativo à Emissão Grupada por Subscrição Particular de Obrigações no montante de 15.300 milhares de euros (1.500 milhares de euros da TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e 13.800 milhares de euros da TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.) denominada "TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. / TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. - 2014/2021". Os juros são liquidados trimestralmente à taxa de 4,57% e o reembolso será efetuado ao par em três prestações de igual montante a ocorrerem em 2 de abril de 2019, 2 de abril de 2020 e 2 de abril de 2021.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os empréstimos não correntes têm o seguinte plano de reembolso definido:

	2014	2013
2015	-	164.209
2016	137.032	82.051
2017	98.781	46.190
2018	346.910	323.461
2019	68.901	18.760
2020 e seguintes	109.891	46.309
	761.515	680.980

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os financiamentos em moeda externa encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

Divisa	2014		2013	
	Divisa	Euros	Divisa	Euros
Bolívar Venezuelano	935.082	64.182	409.000	47.134
Dólar Americano	21.553	17.752	80.572	58.423
Dirham Marroquino	7.034	642	-	-
Kwanza Angolano	21.262.829	169.952	12.754.485	94.764
Rand África do Sul	2.264	161	1.117	77
Real Brasileiro	110.391	34.275	40.487	12.428

Os empréstimos denominados em moeda externa vencem juros à taxa de mercado e foram convertidos para euros tomando por base a taxa de câmbio existente à data da posição financeira.

37. PROVISÕES

O movimento ocorrido nas provisões acumuladas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", foi o seguinte:

	Provisões para riscos legais e fiscais	Outras relacionadas com o pessoal	Garantia a clientes (Nota 32)	Processos judiciais	Prejuízos em obras (Nota 32)	Outras provisões para riscos e encargos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2012 "Reexpresso"	-	8.675	20.091	609	2.766	4.007	36.148
Alteração de perímetro	-	-	-	(223)	-	(653)	(876)
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	(110)	(139)	(847)	-	(1.096)
Reforços	360	8.173	8.760	112	3.906	32.623	53.934
Reduções	-	-	(6.306)	(92)	(499)	(849)	(7.746)
Utilizações	-	(6.847)	(420)	-	-	(172)	(7.439)
Transferências	-	-	-	-	(851)	860	9
Saldo em 31 de dezembro de 2013 "Reexpresso"	360	10.001	22.015	267	4.475	35.816	72.934
Alteração de perímetro (Nota 5)	-	-	-	-	-	204	204
Ajustamentos de conversão cambial	8	-	437	116	(22)	34	573
Reforços	89	7.447	1.326	1.382	3.701	18.487	32.432
Reduções	-	-	(319)	-	(2.920)	(27.817)	(31.056)
Utilizações	-	(8.224)	(106)	-	-	(4.662)	(12.992)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	457	9.224	23.353	1.765	5.234	22.062	62.095

Os reforços e as reduções foram efetuados por contrapartida de:

	2014			2013 "Reexpresso"		
	Reforços	Reduções	Total	Reforços	Reduções	Total
Resultado do exercício:						
Provisões	13.812	(30.850)	(17.038)	43.581	(6.899)	36.682
Custos com o pessoal	8.143	(157)	7.986	8.260	(382)	7.878
Resultados relativos a empresas associadas e empreendimentos conjuntos	10.431	-	10.431	1.884	(50)	1.834
Outros custos operacionais	46	(49)	(3)	-	-	-
Capital próprio	-	-	-	209	(415)	(206)
	32.432	(31.056)	1.376	53.934	(7.746)	46.188

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi registado na rubrica "Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*", um *goodwill* negativo de 29.331 milhares de euros, referente à aquisição da participada "TEGAVEN - Teixeira Duarte y Asociados, C.A.".

Ainda, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foram contabilizadas imparidades de ativos fixos tangíveis na rubrica "Provisões e perdas de imparidade em ativos depreciáveis e amortizáveis e *Goodwill*", no montante de 13.396 milhares de euros.

38. FORNECEDORES E OUTROS CREDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso" estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
Outros credores	52.978	83.927	455	9.833
Fornecedores				
Fornecedores conta corrente	187.388	167.002	-	-
	187.388	167.002	-	-

39. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valor líquido dos bens adquiridos com recurso a locação financeira totalizava:

	2014	2013
Terrenos e recursos naturais	2.423	2.558
Edifícios e outras construções	180.796	194.045
Equipamento básico	21.713	21.718
Equipamento de transporte	5.302	3.853
Ferramentas e utensílios	33	18
Equipamento administrativo	191	191
Outros ativos fixos tangíveis	1.384	1.703
Propriedade industrial	-	12
	211.842	224.098

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o valor presente dos pagamentos mínimos da locação financeira era exigível como se segue:

	2014	2013
2014	-	21.634
2015	20.144	18.392
2016	18.358	16.465
2017	16.557	14.360
2018	15.293	13.779
Após 2018	121.168	121.066
	191.520	205.696

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tinha contratado uma operação de "*sale and leaseback*" envolvendo parte do empreendimento Lagoas Park, o qual se encontra essencialmente registado como propriedade de investimento (Nota 22). Para garantia da referida operação, foi transferida a propriedade dos lotes 7, 8, 9, 10, 11, 12, 15, 16 e 23 daquele empreendimento (Nota 42).

Os contratos de locação financeira vencem juros a taxas de mercado e têm períodos de vida definidos.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela propriedade dos bens locados.

40. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso" estas rubricas tinham a seguinte composição:

	Correntes		Não correntes	
	2014	2013 "Reexpresso"	2014	2013 "Reexpresso"
Estado e outros entes públicos:				
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas - IRC	-	904	-	-
Retenções de Imposto sobre o Rendimento	4.181	3.462	-	-
Imposto sobre o Valor Acrescentado	14.799	26.061	-	-
Contribuições para a Segurança Social	4.001	4.682	-	-
Outros	5.697	5.547	-	-
	28.678	40.656	-	-
Empresas associadas, participadas e outros acionistas:				
Empresas associadas	7	128	-	-
Empresas participadas	358	115	-	-
Outros acionistas	86	4.638	10	-
	451	4.881	10	-
Acréscimos de custos:				
Seguros a liquidar	98	112	-	-
Remunerações a liquidar	33.677	22.385	-	-
Juros a liquidar	4.527	2.263	-	-
Outros custos a pagar	33.783	40.232	-	-
	72.085	64.992	-	-
Proveitos diferidos:				
Trabalhos faturados não executados (Nota 32)	52.485	104.901	-	-
Outros proveitos diferidos	9.771	16.670	1.904	2.731
	62.256	121.571	1.904	2.731
Outros:				
Adiantamentos de clientes	159.942	147.447	90.686	70.149
Adiantamentos por conta de vendas	472	371	27	26
Instrumentos financeiros derivados (Nota 41)	-	-	17.375	11.000
	160.414	147.818	108.088	81.175
	323.884	379.918	110.002	83.906

41. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, o Grupo tinha contratado um instrumento financeiro derivado destinado a minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro, o qual consiste num contrato de *swap* de taxa de juro.

A contratação deste tipo de instrumentos é efetuada tendo em conta os riscos que afetam os ativos e passivos e após a verificação de quais os instrumentos existentes no mercado que se revelam mais adequados à cobertura desses riscos.

Estas operações, cuja contratação é sujeita a aprovação prévia por parte do Conselho de Administração da respetiva sociedade, são permanentemente monitorizadas, nomeadamente através da análise de diversos indicadores relativos a estes instrumentos, em particular a evolução do seu valor de mercado e a sensibilidade dos *cash-flows* previsionais e do próprio valor de mercado a alterações nas variáveis-chave que condicionam as estruturas, com o objetivo de avaliar os seus efeitos financeiros.

O registo dos instrumentos financeiros derivados é efetuado de acordo com as disposições da "IAS 39" sendo mensuradas pelo seu justo valor o qual tem por base avaliações efetuadas por instituições financeiras. O instrumento financeiro derivado existente em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, foi avaliado por entidade independente e externa ao Grupo através de metodologias e técnicas adequadas e comumente utilizadas por aqueles peritos para cada um dos tipos de instrumentos contratados pelo Grupo.

Procede-se à qualificação dos mesmos enquanto instrumentos de cobertura ou instrumentos detidos para negociação, em observância às disposições da "IAS 39".

Instrumentos financeiros derivados qualificados como de cobertura

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, encontra-se contratado um *Interest rate swap* de taxa fixa, com maturidade em 1 de Julho de 2033 e que pretende cobrir o risco de volatilidade de taxa de juro do empréstimo contratado junto da Caixa Banco de Investimento, S.A. e da Caixa Geral de Depósitos, S.A. indicado na Nota 36.

O justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 ascendia a 17.375 milhares de euros e 11.000 milhares de euros, respetivamente, desfavoráveis para o Grupo, o qual se encontra reconhecido na rubrica de Outros passivos não correntes (Nota 40).

Tendo em consideração as disposições da IAS 39, aquele instrumento foi contabilizado inicialmente como instrumento financeiro derivado de negociação por não se encontrarem satisfeitos todos os requisitos para a aplicação de contabilidade de cobertura. As variações no justo valor deste instrumento foram registadas até 31 de dezembro de 2009 diretamente nas demonstrações dos resultados dos períodos em que se verificaram.

A partir de 1 de janeiro de 2010, aqueles requisitos foram satisfeitos, sendo o derivado contabilizado de acordo com a contabilidade de cobertura de fluxos de caixa. Assim, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a parcela efetiva da variação do instrumento de cobertura foi reconhecida em Reserva de operações de cobertura, no montante de (5.161) e 2.706 milhares de euros, líquido de efeito fiscal, respetivamente.

A principal informação subjacente à determinação do justo valor daquele instrumento em 31 de dezembro de 2014, foi a seguinte:

Dias	Euribor	Datas	Fator Atualização
3	0,08000%	05-01-2015	0,9999889
31	0,01800%	05-02-2015	0,9999734
92	0,07800%	07-04-2015	0,9997896
182	0,17100%	06-07-2015	0,9991251
365	0,32500%	05-01-2016	0,9967046
731	0,17500%	05-01-2017	0,9965008
1096	0,22110%	05-01-2018	0,9933855
1463	0,28440%	07-01-2019	0,9886676
1827	0,36000%	06-01-2020	0,9821323
2192	0,44200%	05-01-2021	0,9737729
2557	0,52800%	05-01-2022	0,9635843
2922	0,62400%	05-01-2023	0,9510309
3287	0,72100%	05-01-2024	0,9366670
3654	0,81200%	06-01-2025	0,9211742
4018	0,90250%	05-01-2026	0,9042519
4383	0,97650%	05-01-2027	0,8877333
4748	1,04320%	05-01-2028	0,8709796
5114	1,09200%	05-01-2029	0,8556015
5481	1,14800%	07-01-2030	0,8385173
5845	1,18700%	06-01-2031	0,8232865
6209	1,22500%	05-01-2032	0,8077621
6575	1,26100%	05-01-2033	0,7921243
6940	1,28900%	05-01-2034	0,7774869
7305	1,32100%	05-01-2035	0,7618985
7672	1,33800%	07-01-2036	0,7487604
8036	1,36000%	05-01-2037	0,7346933
8401	1,38000%	05-01-2038	0,7208443
8766	1,39000%	05-01-2039	0,7089668
9131	1,41200%	05-01-2040	0,6945536
9499	1,41900%	07-01-2041	0,6832897
9863	1,43100%	06-01-2042	0,6710356
10227	1,44300%	05-01-2043	0,6587971
10592	1,45200%	05-01-2044	0,6472707
10958	1,46100%	05-01-2045	0,6357954
11323	1,47920%	05-01-2046	0,6265278
11690	1,48550%	07-01-2047	0,6174191
12054	1,49100%	06-01-2048	0,6085234
12419	1,49610%	05-01-2049	0,5997574
12784	1,50110%	05-01-2050	0,6054775
13149	1,50610%	05-01-2051	0,6110394
13514	1,51110%	05-01-2052	0,6165119
13879	1,51570%	04-01-2053	0,6218656
14244	1,51970%	04-01-2054	0,6312772
14609	1,51200%	04-01-2055	0,6407064

42. PASSIVOS CONTINGENTES, GARANTIAS E COMPROMISSOS

Passivos contingentes:

Na sequência de diversas inspeções realizadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) aos elementos contabilísticos da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., sociedade detida indiretamente a 100% pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. referentes aos exercícios de 2007 a 2012, foram efetuadas as seguintes correções aos prejuízos fiscais inicialmente apurados por esta participada:

Exercício	Prejuízo fiscal apurado	Correção da AT
2007	46.632	29.331
2008	50.590	45.938
2009	50.182	24.807
2010	18.165	6.467
2011	12.779	3.213
2012	13.294	3.971

Com exceção dos montantes de 611 e 1.666 milhares de euros, incluídos na correção ao prejuízo fiscal de 2008 e de 2012, respetivamente (e respeitantes, segundo a AT, à aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF à distribuição de rendimentos por parte do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF), as restantes correções resultam, na sua totalidade, da não-aceitação como gasto fiscal dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares.

Dado que a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. se encontra tributada em IRC segundo o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (artigo 69.º e seguintes do Código do IRC), as correções aos prejuízos fiscais dos exercícios de 2007 a 2011 foram objeto de liquidações adicionais de IRC e juros compensatórios emitidas à sociedade dominante daqueles exercícios – TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.. Esta sociedade contestou, nos termos da lei, as correções efetuadas pela AT aos exercícios de 2007 a 2010 e encontra-se a preparar procedimento idêntico relativamente às correções do exercício de 2011.

Não obstante o desfecho desfavorável às pretensões da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e, conseqüentemente, da sociedade dominante, no âmbito do processo relativo ao exercício de 2006 acerca da aceitação, como gasto fiscal, dos encargos financeiros suportados com o investimento realizado em empresas participadas sob a forma de prestações suplementares, o Conselho de Administração mantém expectativas de vir a obter um desfecho diferente nos restantes exercícios objeto de correções.

Para além das correções *supra* descritas relativas à participada TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., informa-se das seguintes correções efetuadas pela AT à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A.:

- Correção ao lucro tributável apurado no exercício de 2008, no montante de 35.467 milhares de euros, do qual a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. contestou 32.595 milhares de euros, relacionados com crédito de imposto, regime de reinvestimento de mais-valias fiscais e aplicação indevida do n.º 10 do artigo 22.º do EBF;
- Correção ao crédito de imposto por dupla tributação internacional apurado no exercício de 2010, no montante de 1.519 milhares de euros, que a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. irá contestar no montante de 461 milhares de euros, devido à forma como a AT está a calcular o montante previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 91.º do Código do IRC.

Garantias:

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", o conjunto de empresas incluídas na consolidação tinha prestado garantias a terceiros, como segue:

	2014	2013 "Reexpresso"
Garantias bancárias prestadas	460.269	326.831
Seguros de caução	360.865	379.078

As garantias bancárias foram prestadas fundamentalmente para efeitos de concursos, adiantamentos recebidos e como garantia de boa execução de obras.

A TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., a EPOS – Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., a SOMAFEL – Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A., a OFM – Obras Fluviais e Marítimas, S.A., a RECOLTE, Serviços e Meio Ambiente, S.A., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a EMPA, S.A. – Serviços de Engenharia, e o

Consórcio Boyacá – La Guaira, têm seguros de caução prestados como garantia de boa execução de obras e prestação de serviços.

Para efeitos de suspensão de processo de execução fiscal instaurado à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., relativo à dívida de IRC do exercício de 2008, entretanto contestada, foi emitida, a favor da AT, garantia bancária no montante de 14.752 milhares de euros. Posteriormente, a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. requereu a substituição da garantia bancária por fiança, pretensão recusada pela AT e que a TEIXEIRA DUARTE, S.A. contestou nos termos legais, tendo obtido decisão favorável do Tribunal Central Administrativo Sul, aguardando pela respetiva execução de julgado.

Para efeitos de suspensão de processos de execução fiscal instaurados à participada TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. relativos a dívidas de IRC do exercício de 2010, entretanto contestadas, a TEIXEIRA DUARTE, S.A. apresentou uma fiança, no montante de 10.139 milhares de euros, a qual foi aceite pela Autoridade Tributária e Aduaneira.

Foi ainda constituída a favor da Caixa Geral de Depósitos, S.A., uma hipoteca sobre o lote 3, sito em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., para garantia de contrato de mútuo outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. no montante à data de fecho de 2014 de 31.879 milhares de euros.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Totta Angola, no montante à data de fecho de 2014 de 13.528 milhares de euros, o HOTEL BAÍA, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 256 – 1ª secção, sua propriedade, sito em Chicala.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante à data de fecho de 2014 de 11.291 milhares de euros, a ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante à data de fecho de 2014 de 24.601 milhares de euros, a ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 2554, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o BIC, no montante à data de fecho de 2014 de 11.767 milhares de euros, a ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 354, sua propriedade, sito em Samba.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Angolano de Investimentos, no montante à data de fecho de 2014 de 34.406 milhares de euros, a CND – Companhia Nacional de Distribuição, Lda. constituiu hipoteca sobre os prédios nº 123 e 874, suas propriedades, sites respetivamente em Ingombotas e Sambizanga.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Totta Angola, no montante à data de fecho de 2014 de 11.767 milhares de euros, a ANGOIMO – Empreendimentos e Construções, Lda. constituiu hipoteca sobre o prédio nº 187, sua propriedade, sito em Ingombotas.

Para garantia de contrato celebrado com o Banco Caixa Geral Totta Angola, no montante à data de fecho de 2014 de 15.689 milhares de euros, o HOTEL TRÓPICO, S.A., constituiu hipoteca sobre o prédio nº 1826, sua propriedade, sito em Ingombotas.

Para garantia do contrato de mútuo celebrado com o Banco BPI, S.A., no montante à data de fecho de 2014 de 1.830 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu como hipoteca 8 frações do imóvel sito no Campo Grande nº 9 em Lisboa.

Para garantia do contrato de papel comercial celebrado com o Banco Comercial Português, S.A., no montante à data de fecho de 2014 de 41.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE, S.A., a TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., foi constituída uma hipoteca genérica sobre os imóveis implantados respetivamente nos lotes 6, 18 e 19, sites em Lagoas Park, propriedade da TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A..

Para garantia do empréstimo no montante à data de fecho de 2014 de 2.905 milhares de euros, celebrado com o Banco Popular Portugal, S.A. em 13 de dezembro de 2012, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A., pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários S.A., pela QUINTA DE CRAVEL – Imobiliária, S.A. e pela V8 – Gestão Imobiliária, S.A., a V8 – Gestão Imobiliária, S.A. constituiu hipoteca sobre as frações de sua propriedade no prédio urbano sito na Rua de Castro Portugal, números 497 e 511; Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 28,34,40,46,52, 58, 64, 70, 76, 80, 94 e 96; e Rua Doutor Miguel Assunção Lopes, número 15, Lugar e Freguesia de Vila Nova de Gaia e sobre as frações do prédio urbano denominado lote 14, sito na Rua Guilherme Duarte Camarinha, números 30, 38, 42, 48, 54, 62, 70 e 74 e Rua Professora Rita Lopes Ribeiro Fonseca, números 12 e 18, Lugar do Candal, freguesia de Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 2.905 milhares de euros.

Além das garantias indicadas anteriormente, foram prestados os seguintes penhores:

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com o Banco Caixa Geral, S.A., no montante à data de fecho de 2014 de 13.570 milhares de euros, outorgado pela RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U., a RECOLTE, Servicios y Medioambiente, S.A.U. deu em penhor 2.000.000 ações do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A..

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante de 46.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE – Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE – Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. e a TEDAL – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deram em penhor 325.000.000 e 32.000.000 ações do Banco Comercial Português, S.A., respetivamente.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo Investimento, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante de 200.500 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A.. A TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 12.500.000 ações da EPOS - Empresa Portuguesa de Obras Subterrâneas, S.A., 200.000.000 ações da C+P.A. - Cimentos e Produtos Associados, S.A. e a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 1.325.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF. A TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. constituiu uma hipoteca voluntária sobre o prédio urbano de sua propriedade, destinado a armazéns, oficinas, laboratório de materiais e estacionamento de equipamentos, sito na Avenida da Indústria, Alto Estanqueiro - Jardim, Montijo, no montante de 15.516 milhares de euros. A QUINTA DE CRAVEL - Imobiliária, S.A., constituiu igualmente uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 8, 10, 11, 12, 13, 19, 23, 26 e 31, sites na Quinta de Cravel, Mafamude, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 6.839 milhares de euros. AV8 - Gestão Imobiliária, S.A., constituiu uma hipoteca sobre os lotes para a construção números 1, 2, 3, 5, 6, 8, 16, 18, 20 e 30 sites no Empreendimento Santa Maria Design District, Santa Marinha, Vila Nova de Gaia, pelo valor global de 30.079 milhares de euros.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com a Caixa Geral de Depósitos, S.A., no montante de 70.000 milhares de euros, à data de fecho de 2014 de 50.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. e pela TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A., a TEIXEIRA DUARTE - Gestão de Participações e Investimentos Imobiliários, S.A. deu em penhor 4.675.000 unidades de participação do Fundo de Investimento Imobiliário Fechado TDF.

Para garantia de contrato de papel comercial celebrado com o Banco Espírito Santo de Investimento, S.A. e Novo Banco, S.A., no montante de 34.000 milhares de euros, outorgado pela TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 1.000.000 ações da TDGI - Tecnologia de Gestão de Imóveis, S.A.

Para reforço das garantias prestadas no âmbito de contrato de locação financeira celebrado em 31 de dezembro de 2008 com o Banco Comercial Português, S.A., a TEDAL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. deu em penhor 9.000.000 ações da SOMAFEL - Engenharia e Obras Ferroviárias, S.A.

Para garantia de dívidas a terceiros, no valor de 14 milhares de euros, a IMOTD - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., deu em penhor 14.000 ações da V8 - Gestão Imobiliária, S.A..

Para garantia do contrato de financiamento outorgado pela TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A. no montante à data de fecho de 2014 de 45.937 milhares de euros, a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A. deu em penhor à Caixa Geral de Depósitos, S.A. e Caixa Banco de Investimentos, S.A., 1.540.000 ações da TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A.. No âmbito do mesmo contrato de financiamento a TEIXEIRA DUARTE - Engenharia e Construções, S.A., na qualidade de acionista, constituiu penhor dos direitos de crédito sobre a TDHOSP - Gestão de Edifício Hospitalar, S.A..

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com Caixa Económica Montepio Geral, no montante à data de fecho de 2014 de 3.201 milhares de euros, outorgado pela DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A., a DIGAL - Distribuição e Comércio, S.A. constituiu penhor mercantil sobre equipamentos no montante de 3.394 milhares de euros.

Para garantia de contrato de mútuo celebrado com a Caixa Económica Montepio Geral, no montante de 8.000 milhares de euros, outorgado pela PPS - Produtos Petrolíferos, S.A., a TDARCOL - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. constituiu penhor sobre as ações da PPS - Produtos Petrolíferos, S.A..

Compromissos financeiros:

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, as cartas de conforto prestadas pela TEIXEIRA DUARTE, S.A. e as suas subsidiárias ascendiam a 546.054 e 475.758 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, estavam vigentes contratos de *factoring* sem direito de regresso, os quais foram registados como redução de contas a receber, no montante de 11.609 e 99.829 milhares de euros, respetivamente. De acordo com as condições contratuais, a responsabilidade do Grupo restringe-se essencialmente, à garantia de aceitação por parte dos clientes das faturas objeto de *factoring*.

43. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Princípios gerais:

O Grupo encontra-se exposto a um conjunto de riscos financeiros que resultam da sua atividade, dos quais merecem destaque:

- riscos de taxa de juro decorrentes do passivo financeiro;
- risco de taxa de câmbio resultante, fundamentalmente, da existência de operações e ativos localizados fora da zona Euro, designadamente Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia e Venezuela;
- risco de crédito, particularmente dos créditos sobre os seus clientes relacionados com a atividade operacional do Grupo;
- risco de liquidez, no que refere à manutenção de um equilíbrio da tesouraria.

A Direção Financeira do Grupo assegura a gestão centralizada das operações de financiamento, das aplicações dos excedentes de tesouraria, das transações cambiais assim como a gestão do risco de contraparte do Grupo. Adicionalmente, é responsável pela identificação, quantificação e pela proposta e implementação de medidas de gestão/mitigação dos riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto.

De seguida analisam-se de forma mais detalhada os principais riscos financeiros a que o Grupo se encontra exposto e as principais medidas implementadas no âmbito da sua gestão.

Risco de taxa de juro

A política de gestão de risco de taxa de juro tem por objetivo a minimização do custo da dívida sujeito à manutenção de um nível baixo de volatilidade dos encargos financeiros.

Em 31 de dezembro de 2014, o passivo financeiro é composto por 84% de taxa de juro variável (86% em 31 de dezembro de 2013) e 16% de taxa de juro fixa (14% em 31 de dezembro de 2013).

Caso as taxas de juro de mercado tivessem sido superiores (inferiores) em 1% durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os resultados financeiros daqueles exercícios teriam (diminuído) aumentado em (14.610) / 14.610 milhares de euros e (13.463) / 13.463 milhares de euros, respetivamente.

Risco cambial

As atividades operacionais do Grupo estão expostas a variações das taxas de câmbio do Euro face a outras moedas.

Acresce que, tendo em consideração os diversos países onde o Grupo desenvolve a sua atividade, a sua exposição ao risco de taxa de câmbio decorre do facto das suas subsidiárias relatarem os ativos e passivos denominados em moeda diferente da moeda de relato, designadamente, Angola, Argélia, Brasil, Macau, Marrocos, Moçambique, Namíbia, Rússia e Venezuela.

A política de gestão de risco de taxa de câmbio seguida pelo Grupo tem como objetivo diminuir a sensibilidade dos resultados do Grupo a flutuações cambiais.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, convertidos para euros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, são como segue:

Moeda	Ativos		Passivos	
	2014	2013	2014	2013
Bolivar Venezuelano	42	-	110.653	44.890
Dinar Argelino	7.207	15.456	84.180	35.630
Dirham Marroquino	-	-	3.109	-
Dinar Tunisino	-	-	121	-
Dólar Americano	411.139	489.410	547.531	479.144
Dólar Australiano	-	-	44	155
Dólar Canadano	-	-	-	104
Dólar Namibiano	-	-	1.819	1.726
Iene Japonês	4.974	5.321	71	382
Libra Esterlina	1.662	-	-	-
Kwanza Angolano	4.812	-	12.600	-
Metical Moçambicano	33.164	1.914	25.840	9.960
Pataca Macaense	-	-	168	138
Rand Africa Sul	-	-	82	16
Real Brasileiro	4.100	-	24.251	26.391
Rublo Russo	-	-	3.156	2.828
	467.100	512.101	813.625	601.364

A gestão do risco cambial assenta numa permanente quantificação e monitorização das exposições financeira e contabilística relevante.

Os eventuais impactos gerados na rubrica de Ajustamentos de conversão cambial em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e no resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, caso ocorresse uma apreciação de 5% das moedas acima referidas, podem ser resumidos como se segue:

Moeda	2014		2013	
	Resultados	Capital próprio	Resultados	Capital próprio
Bolivar Venezuelano	(5.530)	-	(2.245)	-
Dinar Argelino	(3.849)	-	(1.009)	-
Dirham Marroquino	(155)	-	-	-
Dinar Tunisino	(6)	-	-	-
Dólar Americano	(6.820)	-	513	-
Dólar Australiano	(2)	-	(8)	-
Dólar Canadano	-	-	(5)	-
Dólar Namibiano	(91)	-	(86)	-
Iene Japonês	245	-	247	-
Libra Esterlina	83	-	-	-
Kwanza Angolano	(389)	-	-	-
Metical Moçambicano	366	-	(402)	-
Pataca Macaense	(8)	-	(7)	-
Rand Africa Sul	(4)	-	(1)	-
Real Brasileiro	(1.008)	-	(1.320)	-
Rublo Russo	(158)	-	(141)	-
	(17.326)	-	(4.464)	-

No entender do Conselho de Administração a análise de sensibilidade acima exposta, tendo por base a posição nas datas indicadas, pode não ser representativa da exposição ao risco de câmbio a que o Grupo se encontra sujeita ao longo do exercício.

Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com os saldos a receber de clientes e outros devedores, relacionados com a atividade operacional do Grupo. O agravamento das condições económicas globais ou adversidades que afetem as economias a uma escala local, nacional ou internacional podem originar a incapacidade dos clientes do Grupo para saldar as suas obrigações, com eventuais efeitos negativos nos resultados do Grupo.

Este risco é monitorizado numa base regular por cada um dos negócios do Grupo com o objetivo de:

- limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade da conta a receber;
- acompanhar a evolução do nível de crédito concedido;
- analisar a recuperabilidade dos valores a receber numa base regular;
- as perdas por imparidade em contas a receber, são calculadas considerando:
 - a análise da antiguidade das contas a receber;
 - o perfil de risco do cliente;
 - as condições financeiras dos clientes.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, é convicção do Conselho de Administração que as perdas por imparidade em contas a receber estimadas se encontram adequadamente relevadas nas demonstrações financeiras.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", as contas a receber de clientes (Nota 28) para as quais não foram registadas perdas por imparidade, por o Conselho de Administração considerar que as mesmas são realizáveis, são as seguintes:

	2014	2013 "Reexpresso"
Saldos		
Não vencido	199.687	204.414
Até 180 dias	154.028	136.392
De 180 a 360 dias	39.304	31.796
Mais de 360 dias	112.284	172.757
	505.303	545.359

A qualidade de crédito das contas a receber não vencidas incluídas no quadro acima, é monitorizada numa base regular com base nos objetivos acima descritos.

Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam os fluxos de caixa operacionais, de desinvestimento, de linhas de crédito e os fluxos de caixa obtidos de operações de financiamento, não satisfizerem as necessidades de financiamento, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, os investimentos, a remuneração dos acionistas e o reembolso de dívida.

Como forma de mitigar este risco, o Grupo procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida em prazos adequados.

O passivo financeiro com vencimento até um ano é, sempre que se entenda adequado, substituído com maturidade a médio e longo prazo.

A maturidade dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso" é conforme segue:

	2014				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	723.345	137.032	98.781	525.702	1.484.860
Fornecedores	187.388	-	-	-	187.388
Locações financeiras	20.144	18.358	16.557	136.461	191.520
Outros credores	52.978	64	96	295	53.433
Outros passivos	323.884	67.481	31.996	10.525	433.886
	1.307.739	222.935	147.430	672.983	2.351.087

	2013 "Reexpresso"				Total
	Até 1 ano	1 a 2 anos	2 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos	681.626	164.209	82.051	434.720	1.362.606
Fornecedores	167.002	-	-	-	167.002
Locações financeiras	21.634	18.392	16.465	149.205	205.696
Outros credores	83.927	1.498	1.436	6.899	93.760
Outros passivos	379.918	46.680	20.713	16.513	463.824
	1.334.107	230.779	120.665	607.337	2.292.888

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", o valor de disponibilidades de caixa e o valor não utilizado do programa de papel comercial e linhas de crédito ascendia a 463.914 milhares de euros e 391.340 milhares de euros, respetivamente.

44. ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NO ÂMBITO DA IAS 39

As políticas contabilísticas previstas na IAS 39 para os instrumentos financeiros foram aplicadas aos seguintes itens:

2014						
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	191.477	-	-	-	-	191.477
Clientes	505.303	-	-	-	-	505.303
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	59.887	-	-	-	59.887
Outros investimentos	-	17.051	-	4.421	-	21.472
Outros devedores	74.665	-	-	-	-	74.665
Outros ativos	241.319	-	-	-	-	241.319
Total de ativos financeiros	1.012.764	76.938	-	4.421	-	1.094.123
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.484.860	-	-	1.484.860
Fornecedores	-	-	187.388	-	-	187.388
Outros credores	-	-	53.433	-	-	53.433
Outros passivos	-	-	323.673	-	17.375	341.048
Locações financeiras	-	-	191.520	-	-	191.520
Total de passivos financeiros	-	-	2.240.874	-	17.375	2.258.249

2013 "Reexpresso"						
	Empréstimos e contas a receber	Ativos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos e empréstimos financeiros	Ativos / passivos financeiros ao justo valor por contrapartida de resultados	Instrumentos derivados de cobertura	Total
Ativos:						
Caixa e equivalentes a caixa	186.441	-	-	-	-	186.441
Clientes	545.359	-	-	-	-	545.359
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	84.613	-	-	-	84.613
Outros investimentos	-	13.033	-	2.566	-	15.599
Outros devedores	69.412	-	-	-	-	69.412
Outros ativos	186.741	-	-	-	-	186.741
Total de ativos financeiros	987.953	97.646	-	2.566	-	1.088.165
Passivos:						
Empréstimos	-	-	1.362.606	-	-	1.362.606
Fornecedores	-	-	167.002	-	-	167.002
Outros credores	-	-	93.760	-	-	93.760
Outros passivos	-	-	287.866	-	11.000	298.866
Locações financeiras	-	-	205.696	-	-	205.696
Total de passivos financeiros	-	-	2.116.930	-	11.000	2.127.930

45. MENSURAÇÕES AO JUSTO VALOR

Estimativa de justo valor - ativos e passivos mensurados ao justo valor

A tabela seguinte apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de dezembro de 2014, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: justo valor de instrumentos financeiros é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência da demonstração da posição financeira;
- Nível 2: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação;
- Nível 3: o justo valor de instrumentos financeiros não é determinado com base em cotações de mercado ativo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

Categoria	Item	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos:				
Ativos financeiros disponíveis para venda	Ações	59.887	-	-
Ativos financeiros ao justo valor por resultados	Ações	4.421	-	-
Propriedades de investimento	Edifícios e terrenos	-	482.185	-
Passivos:				
Passivos financeiros ao justo valor	Derivados de cobertura	17.375	-	-

Exceto no que respeita aos empréstimos não correntes, a generalidade dos ativos e passivos financeiros têm maturidades de curto prazo, pelo que se considera que o seu justo valor é idêntico aos respetivos valores contabilísticos.

Relativamente aos empréstimos, conforme evidenciado na Nota 36, a generalidade dos mesmos encontra-se contratada a taxas de juro variável. Dessa forma, entende-se que o correspondente valor contabilístico (custo amortizado) não difere significativamente do correspondente valor de mercado.

46. HONORÁRIOS E SERVIÇO DOS AUDITORES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 "Reexpresso", os honorários por serviços prestados pelos auditores do Grupo foram os seguintes:

	2014	2013 "Reexpresso"
Serviços de Revisão Legal de Contas	463	445
Outros serviços de garantia e fiabilidade	-	48
Serviços de consultoria fiscal	140	14
Outros serviços	-	-
	603	507

47. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 24 de abril de 2015, contudo as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal, pela Assembleia Geral de Acionistas, cuja reunião está prevista realizar-se no próximo dia 30 de maio de 2015.

48. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Teixeira Duarte prosseguiu a sua atividade nos diversos setores e mercados em que atua, sendo de assinalar o seguinte facto relevante ocorrido após o encerramento do exercício, o qual foi objeto de comunicado tempestivamente divulgado ao mercado:

Contrato para Execução de Obra na Argélia, no Montante de 204 Milhões de euros

O agrupamento, liderado a 47,5% pela "Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, S.A.", recebeu dia 8 de abril o contrato e a respetiva ordem de serviço da "Agence Nationale des Autoroutes" da Argélia, para a execução da obra "Réalisation de la Liaison Autoroutière Reliant le Port de Ténès à l'Autoroute Est-Ouest sur 22 Kms (Wilaya de Chlef) en 2x3 voies".

O agrupamento recebeu já a ordem de serviço para realização dos trabalhos, sendo que o prazo previsto para execução da obra é de 24 meses e o valor total da empreitada é de 204 milhões de euros, ao qual acresce o IVA à taxa legal em vigor, dos quais 38,3% são pagos em euros e os restantes 61,7% em dinares argelinos, cabendo ao Grupo Teixeira Duarte, em função da quota-parte da sua participada no referido agrupamento, 96,9 milhões de euros.

Relatórios, Pareceres e Certificações dos Órgãos de Fiscalização **2014**



Relatório e Parecer do Conselho Fiscal

Senhores Acionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as ações de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório e contas, individuais e consolidadas, da TEIXEIRA DUARTE, S.A. relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, aprovados pelo Conselho de Administração em 29 de maio de 2015 e a respetiva proposta de aplicação de resultados. O presente documento integra, ainda, a declaração de responsabilidade a que se refere a alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários.

No âmbito das nossas atribuições e competências acompanhamos as atividades do Grupo, designadamente através da participação regular do presidente do Conselho Fiscal nas reuniões mensais do Conselho de Administração e de outras reuniões e contatos com a Administração, quadros e outros responsáveis do Grupo e, ainda, com os Revisores Oficiais de Contas. Este Conselho promoveu, ainda, a realização de reuniões periódicas em que se procedeu:

- à fiscalização da administração da Sociedade e à verificação do cumprimento da lei e do contrato social;
- ao acompanhamento da gestão das empresas do Grupo;
- à análise dos documentos de prestação de contas, das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adotados pela Sociedade, por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta avaliação do património e dos resultados.

No âmbito das competências que nos são legalmente conferidas, verificámos que:

- o relatório de gestão contém uma exposição clara dos aspetos mais significativos da evolução dos negócios, do desempenho e da situação patrimonial da Sociedade e do Grupo;
- as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, e respetivos anexos proporcionam uma imagem verdadeira e apropriada da situação financeira da Sociedade e do Grupo TEIXEIRA DUARTE, respetivamente.

Nestes termos, tendo em consideração as informações que nos foram facultadas pelo Conselho de Administração e pelos Serviços da Sociedade e, ainda, as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitido pelo auditor registado na CMVM, somos de parecer que:

- a) seja aprovado o Relatório de Gestão;
- b) sejam aprovadas as demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2014;
- c) seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Em cumprimento do estabelecido na alínea c) do número 1 do artigo 245º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, as contas anuais e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro de consolidação. Declaram, ainda, que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da TEIXEIRA DUARTE, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contendo o referido relatório uma descrição dos principais riscos e incertezas do negócio.

Lisboa, 29 de maio de 2015

Óscar Manuel Machado de Figueiredo – Presidente

Mateus Moreira – Vogal

Miguel Carmo Pereira Coutinho – Vogal

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA (Contas individuais)

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: o Balanço em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 670.950 milhares de euros e um total de capital próprio de 534.789 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 65.390 milhares de euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração das alterações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua atividade, posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;

- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado das suas operações, as alterações no seu capital próprio e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 29 de maio de 2015

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC

Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, da TEIXEIRA DUARTE, S.A., as quais compreendem: a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2014, (que evidencia um total de 2.954.007 milhares de euros e um total de capital próprio de 484.745 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível a detentores de capital de 70.281 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados, a Demonstração consolidada dos rendimentos integrais, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da TEIXEIRA DUARTE, S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

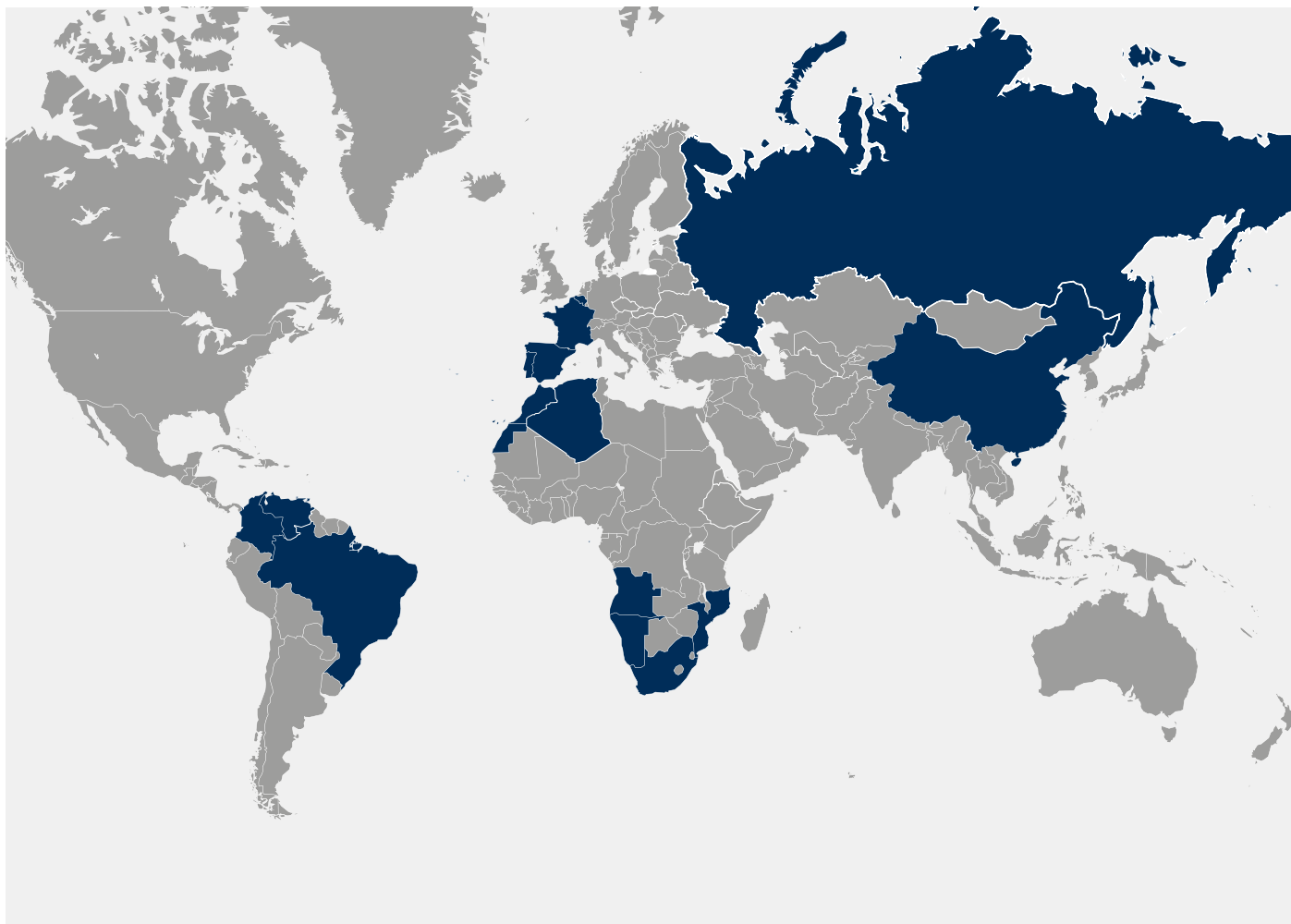
RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício e o relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Linda-a-Pastora, 29 de maio de 2015

MARIQUITO, CORREIA & ASSOCIADOS – SROC
Representada por:

António Francisco Escarameia Mariquito - ROC



Sede

Lagoas Park, Edifício 2
2740-265 Porto Salvo - PORTUGAL
Tel.: (+351) 217 912 300
Fax: (+351) 217 941 120

Polo Operacional Teixeira Duarte

Av. da Indústria, 540
2870-635 Alto do Estanqueiro - Jardia - Montijo - PORTUGAL
Tel.: (+351) 219 948 000
Fax: (+351) 210 096 888

Escritórios

• Coimbra

Av. Fernão de Magalhães, 584-2º E
3000-174 Coimbra
Tel.: (+351) 239 855 320
Fax: (+351) 239 855 329

• Madeira

Rua das Pretas, 4 - 2º Dto.
9000-049 Funchal
Tel.: (+351) 291 206 930
Fax: (+351) 291 225 331

• Vila Nova de Gaia

Edifício Tower Plaza
Rotunda Engº Edgar Cardoso, nº 23-Piso 8
4400-676 Vila Nova de Gaia
Tel.: (+351) 226 166 180
Fax: (+351) 226 104 297

• África do Sul

2nd Floor, West Tower - Nelson Mandela Square
Maude Street - Sandton
2196 - Johannesburg
PO Box 785553, Sandton, 2146
Tel.: (+27) 11 881 5963
Fax: (+27) 11 881 5611

• Angola

Alameda Manuel Van Dunen 318 / 320 - A
Caixa Postal 2857 - Luanda
Tel.: (+244) 222 641 500
Fax: (+244) 222 641 560

• Argélia

08 Route Ben Aknoun, El Biar
16030 Alger - ALGÉRIE
Tel.: (+213) 219 258 75
Fax: (+213) 219 365 66

• Bélgica

Avenue Jean Monnet, 1
1348 LOUVAIN-LA-NEUVE
Tel.: (+32) 2 318 38 04

• Brasil

São Paulo
Rua Iguatemi, 448 - 10º Andar
CEP 01451 - 010 - Itaim Bibi
São Paulo
Tel.: (+55) 112 144 57 00
Fax: (+55) 112 144 57 04

Rua Vieira de Morais, 1111
Campo Belo - 6º andar
CEP 04617-014
São Paulo
Tel.: (+55) 113 073 13 03

Belo Horizonte
Rua Major Lopes, 800
Bairro de S. Pedro
CEP 30330-050
Belo Horizonte - MG
Tel.: (+55) 313 311 47 88
Fax: (+55) 313 221 42 56

• Cabo Verde

Caixa Postal 98
1310 Porto Novo - Santo Antão
Tel.: (+238) 222 2943

• China (Macau)

Rua de Xangai, nº 175
Edifício Assoc. Com. de Macau, 10º A/E
Macau
Tel.: (+853) 28 780 288
Fax: (+853) 28 780 188

• Colômbia

Carrera 11 # 94-02
Bogotá
COLÔMBIA
Tel.: (+57) 1 6754530

• Espanha

Avenida Alberto Alcocer, nº 24 - 7º C
28036 Madrid
Tel.: (+34) 915 550 903
Fax: (+34) 915 972 834

• França

11, Bis, Passage Dartois Bidot
94100 Saint-Maur des Fosses

• Marrocos

Espace Porte d'Anfa, 2ème Étage,
Batiment B, 218+C19
Angle Boulevard Moulay Rachid et Rue El
Mansour - 20050 Casablanca
Tel.: (+212) 223 62 890
Fax: (+212) 223 62 647

• Moçambique

Avenida Julyus Nyerere, 130 - R/C
Maputo
Tel.: (+258) 214 914 01
Fax: (+258) 214 914 00

• Namíbia

KARIBIB Portland Cement, PTYC
12th Floor, Sanlam Center
145 - 157 Independence
PO Box 2558 - Windhoek
Tel.: (+264) 612 202 85
Fax: (+264) 612 204 28

• Rússia

MMK Cement, Ltd
183003 Murmansk
Tri Rutchia Street
Tel.: (+7) 815 248 8240
Fax: (+7) 815 248 8509

• Venezuela

Av. Venezuela del Rosal, con Calle Mohedano,
Torre JWM, frente al BOD, piso 5, El Rosal
1060 Caracas
Tel.: (+58) 212 951 2012
Fax: (+58) 212 953 7409

